

RAFAEL VILAÇA EPIFANI COSTA

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL

IDENTIDADES E(M) NÚMEROS

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Costa, Rafael Vilaça Epifani

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidade e(m) números --
Recife, PE : Laud; Kindle Direct Publishing, 2025.

ISBN-13: 979-8282408294

ASIN: B0F7KG4G5T

1. Igreja Anglicana
2. Igreja Episcopal.
3. História do Anglicanismo I. Título.

CDU

ABREVIATURAS

- ACC – *Anglican Consultive Council*
ACNA – *Anglican Church in North America*
ARCIC – *Anglican Roman Catholic International Commission*
ASTE – Associação de Seminários Teológicos Evangélicos
CONFELIDER – Conferência Nacional de Lideranças
DAA – Diocese Anglicana da Amazônia
DAB – Diocese Anglicana de Brasília
DAP – Diocese Anglicana de Pelotas
DAPAR – Diocese Anglicana do Paraná
DAR – Diocese Anglicana do Recife
DARJ – Diocese Anglicana do Rio de Janeiro
DASP – Diocese Anglicana de São Paulo
DM – Diocese Meridional
DMA – Distrito Missionário Anglicano
DSO – Diocese Sul-Occidental
FCA – *Fellowship of Confessing Anglicans*
GAFCON – *Global Anglican Future Conference*
IAET – Instituto Anglicano de Estudos Teológicos
IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
JUNET – Junta Nacional de Educação Teológica
LOC – Livro de Oração Comum
SAET – Seminário Anglicano de Estudos Teológicos
SETEK – Seminário Teológico Egmont Krishcke
UMEAB – União das Mulheres Episcopais Anglicanas do Brasil
UJAB – União da Juventude Anglicana do Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	19
Tabela 2 – Número de Comunidades da IEAB em 2020	32
Tabela 3 – Número de Batismos na IEAB	36
Tabela 4 – Número de Confirmações na IEAB	36
Tabela 5 – Denominações protestantes históricas no Censo de 2000	37
Tabela 6 – Censo 1970-2010	38
Tabela 7 – Percentual da população brasileira por denominações protestantes históricas nos Censos de 2003 e 2009	40

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DO AUTOR	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I	
A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL	15
1.1. Uma Igreja de proporções nacionais e internacionais	16
1.2. Uma análise crítica dos dados estatísticos da IEAB	30
1.3. As novas ênfases teológicas	53
1.3.1. Uma Igreja inserida nas questões políticas e sociais	56
1.3.2. O novo Livro de Oração Comum e a inclusividade litúrgica	78
1.3.3. A Ordenação Feminina	104
1.3.4. A Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBTQ+	130
1.4. A Inclusividade como parte do <i>ethos</i> anglicano	147
PARTE II	
O SÍNODO GERAL DE 2018	157
2.1. Os Sínodos que prepararam o caminho	159
2.2. O XXXIV Sínodo Geral da IEAB	163
2.3. A votação e a mudança canônica	167
2.4. A recepção do Sínodo nas Dioceses	172
2.5. A recepção do Sínodo em outras Igrejas	178
PARTE III	
A CONFERÊNCIA DE LAMBETH DE 2022	185
3.1. Um breve histórico	187
3.2. A organização da Conferência de 2022	191
3.3. A participação dos bispos e bispas da IEAB	194
3.4. Debates, documentos e registros de Lambeth 2022	197
3.5. Para onde caminha o Anglicanismo no Brasil?	204
CONCLUSÕES	217
REFERÊNCIAS	223
ANEXOS	235

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Escrever sobre o Anglicanismo é uma tarefa árdua, diante da sua complexidade, diversidade e riqueza. Independente das conclusões a que os leitores e leitoras desse trabalho chegarão, o intuito principal foi apresentar o fenômeno anglicano e suas implicações na história do Cristianismo – especialmente para o contexto religioso brasileiro –, em toda a sua diversidade, problemas, desafios e possibilidades. Ou utilizando as palavras do célebre teólogo inglês J. I. Packer: “O Anglicanismo contém a mais rica, a mais vasta e a mais sábia herança de toda a cristandade”.

Esta obra é fruto de um recorte da minha Tese em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (2021), intitulada: “*Unidade na diversidade, unidade na adversidade*”: *A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e as múltiplas identidades do Anglicanismo no século XXI*. Saliento que, o conteúdo que apresento, não reflete, necessariamente, as posições oficiais da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e das demais Igrejas aqui relatadas, ou as perspectivas teológicas e opiniões de suas respectivas lideranças, sendo, portanto, a visão do autor acerca do fenômeno do Anglicanismo brasileiro e mundial.

Do ponto de vista eclesiológico e pastoral, tenho como objetivo que esta pesquisa se torne um recurso de estudo para a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, contribuindo para uma melhor compreensão dos processos que estabeleceram as suas múltiplas identidades, de modo a servir como um instrumento de análise de sua história recente, e propor caminhos possíveis para uma atuação mais pragmática, a partir dos eventos que definiram o seu perfil eclesial para o século XXI.

Gostaria de agradecer a todos os bispos, clérigos, secretários e secretárias que enviaram informações de suas Dioceses e da Província para que eu pudesse descrever o Sínodo Geral de 2018. Espero que este livro possa ajudar a todos que se debruçarem sobre os parágrafos que foram construídos ao longo de quatro anos de pesquisa, a partir de um olhar crítico sobre o fenômeno do Anglicanismo no Brasil e no mundo. E que, seja possível, após o *kairós*, abrir novos espaços no diálogo *inter* (ou *intra*) *anglicano*, curar as feridas abertas em tempos passados e reconstruir a tão sonhada e cristológica Unidade na Diversidade.

INTRODUÇÃO

Quando se reflete acerca do Estado da Arte nas pesquisas feitas no Brasil sobre o Anglicanismo, temos algumas lacunas a serem preenchidas. As obras e pesquisas presentes no Brasil abordam, em sua maioria, a história institucional da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Teologia desenvolvida por esta denominação na contemporaneidade, e temas considerados polêmicos debatidos até hoje, a exemplo da questão da Inclusividade e da ordenação e casamento de pessoas LGBT+ na vida sacramental e comunitária da Igreja.

Porém, as pesquisas acadêmicas feitas em nosso país ainda carecem de uma análise mais profunda acerca do que realmente aconteceu nos últimos anos dentro do espectro do Anglicanismo brasileiro e mundial. Notamos que, embora algumas obras tenham sido publicadas recentemente, estas apresentam as mesmas informações históricas de outras publicações do gênero, dando algumas novas pinceladas sobre os temas atuais acima citados, sem se aprofundar neles. Notamos também que, até o momento, não foi desenvolvido um trabalho em nível acadêmico sobre o tema Anglicanismo, que aborde tais questões, atualizando as pesquisas anteriores, de modo almejamos alcançar este objetivo nestas páginas.

Ainda sobre as publicações sobre o tema desta pesquisa, no campo da bibliografia sobre História, destacamos algumas publicações antigas sobre o Anglicanismo e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil¹, além de obras publicadas recentemente². Também destacamos algumas obras publicadas a partir dos anos 2000, que tratam de temas relevantes e que ainda se encontram em debate no universo do Anglicanismo nacional e mundial³. Alguns trabalhos de pós-graduação também são

¹ Aqui são indicados apenas os títulos e o ano de publicação, uma vez que a referência completa das obras citadas está presente na lista bibliográfica deste trabalho: *História da Igreja Episcopal Brasileira* (1949); *A Igreja Militante* (1951); *O Anglicanismo: panorama histórico e síntese doutrinária* (1960); *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil* (1995).

² *Conheça a Igreja Anglicana* (2010); *Nossa Identidade* (2012); *História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América* (2017); *História do Anglicanismo na Inglaterra* (2017).

³ *Anglicanismo: uma introdução* (2000); *Reforçando as trincheiras* (2007); *Anglicanismo: Identidade, Relevância, Desafios* (2009); *Missão que Amplia a Vida: Perspectivas Globais da Comunhão Anglicana* (2015).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

dignos de nota, a exemplo dos pesquisadores como Gecionny Rodrigo Pinto de Souza⁴ e Cristiany Moraes de Queiroz⁵ – estes, contribuindo para o presente Estado da Arte e para a atualização dos estudos sobre o referido tema.

Buscaremos apresentar uma radiografia da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a partir de uma análise da sua estrutura enquanto instituição e dos dados coletados nas últimas décadas. Na segunda parte deste capítulo, traremos uma análise sobre a construção das múltiplas identidades da IEAB: através de quatro eixos: A inserção da Igreja em questões políticas e sociais; a Ordenação Feminina; a Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBT+; e o novo Livro de Oração Comum. Estes eixos estão ligados por um elemento em comum. Em todos eles perpassa o conceito da Inclusividade, o qual, neste trabalho é apresentado como parte inerente do *ethos* anglicano, ou “o jeito de ser” da Província brasileira.

Também faremos uma análise do Sínodo Geral de 2018, que ocorreu na cidade de Brasília, quando a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil aprovou a mudança canônica, passando a realizar o casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se a terceira Província da Comunhão Anglicana a realizar este rito. Nesta assembleia sinodal foi realizada uma “observação em campo” pelo autor, mais precisamente foi utilizada a técnica da Observação Participante.

A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (CORREIA, 1999, p. 31).

Uma vez que, o pesquisador é membro da Igreja – à época, na condição de seminarista –, o mesmo pediu autorização do bispo diocesano para estar presente no Sínodo, na condição de participante observador (sem direito a voto), viajando até Brasília, junto com a

⁴Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade (2020).

⁵Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife (2017).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

delegação da Diocese Anglicana do Recife – o que ironicamente, na prática, o colocava na posição de um pesquisador dentro do Sínodo⁶ –, inclusive, com conhecimento dos bispos e dos delegados da assembleia sinodal sobre a razão da sua presença e o trabalho que ali seria desenvolvido.

(...) um pesquisador participa como membro do grupo que está estudando. Às vezes, o pesquisador informa ao grupo que ele é um observador e também um participante, e às vezes o pesquisador finge ser um membro comum (VOGT, 1999, p. 208).

O mesmo esteve presente em todas as sessões plenárias, ofícios religiosos e debates, de modo que foi possível registrar boa parte da programação do Sínodo em imagem e vídeo⁷, os quais serviram de fonte para a redação deste trabalho e a análise etnográfica dos temas debatidos e do comportamento dos delegados e delegados durante os momentos mais importantes. Devido ao fato de que o pesquisador não estava fingindo ser um membro da Igreja, mas interagindo de modo constante, inclusive nos intervalos das sessões, podemos apontar que, ao invés de uma “observação participante”, ali foi desenvolvida uma “participação observante”.

Durante os dias da CONFELIDER e do Sínodo Geral, o pesquisador esteve em contato com os participantes, observando a programação e seus temas durante os dias de reunião, inclusive buscando mais informações sobre a Igreja e os temas ali debatidos, entre as sessões e em conversas informais, com membros do laicato, do clero e da Câmara Episcopal, e também junto às lideranças da juventude, para melhor entender a participação de cada pessoa e a dinâmica holística do evento.

Buscaremos traçar um paralelo sobre as diferenças doutrinárias, litúrgicas e teológicas do Anglicanismo, comparando-as com as novas ênfases promovidas pela IEAB, em especial, sobre questões ligadas aos Direitos Humanos e a hermenêutica desenvolvida acerca de questões

⁶ O autor ficou hospedado junto com as delegações no Centro Israel Pinheiro, que abrigou o evento.

⁷ Além das imagens e vídeos – os quais registraram alguns trechos das sessões e o momento da votação da alteração canônica – o autor também escreveu alguns textos da edição nº 1825 do Estandarte Cristão, publicado em dezembro 2018, que abordou o Sínodo Geral.

sobre Gênero e Sexualidade. E dessa forma, poderemos compreender como a atuação e posicionamentos adotados pela Província brasileira da Comunhão Anglicana em seu Sínodo Geral de 2018 podem reestruturar nos próximos anos o Anglicanismo em nosso país, através da consolidação de um novo *ethos* e de diferentes identidades eclesiais.

A respeito da Conferência de Lambeth, que abordaremos ao final do livro, como esta não foi realizada em 2018 – devido a questões de natureza político-eclesiástica –, nem no ano de 2020, como era esperado – devido à Pandemia do COVID-19 –, o pesquisador passou a acompanhar as notícias publicadas pelo site do evento e o Serviço de Notícias da Comunhão Anglicana, para permanecer atualizado sobre os acontecimentos e a participação da Província brasileira. Para se aprofundar ainda mais na estrutura organizada e na programação, também manteve contato com o professor e biblista Paulo Ueti – representante da Anglican Alliance e do Escritório da Comunhão Anglicana para a América Latina.

Ao longo desse trabalho foi utilizado o método da Análise de Conteúdo. Este se fundamenta como uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que, quando analisados adequadamente, nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social, de outros modos inacessíveis. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, abre-se a possibilidade de lançar mão de fontes que não podem ser expressas em palavras. Para este estudo, além dos instrumentos bibliográficos já mencionados, serão apresentados gráficos sobre os dados demográficos do Censo de 2010, e também dados estatísticos relativos aos templos, fiéis, clero, da IEAB, buscando atualizar tais informações. Para facilitar o acesso ao conteúdo aqui exposto a leitores brasileiros, optamos por traduzir para o português todos os textos em outras línguas e, quando necessário, destacaremos em *itálico* os termos estrangeiros (em inglês, latim, etc.).

O problema aqui levantado é que, partir da sua autonomia administrativa, conquistada em 1965, quando se tornou a 19ª Província da Comunhão Anglicana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou a construir a sua identidade de uma Igreja Nacional a partir de referenciais ou eixos específicos. Quais foram os parâmetros escolhidos e quais as influências internas e externas que a IEAB recebeu durante este processo de construção de sua identidade eclesial?

A hipótese que buscaremos apresentar é que, desde a década de 1980, a crescente atuação da IEAB, através da promoção de ações,

debates e reflexão teológica, inseridos no contexto sócio-político do país, vêm moldando a sua identidade eclesial enquanto Igreja “liberal, inclusiva, e em contínua reforma”, ao mesmo tempo em que ela preserva a histórica tradição anglicana. Este seria o seu *ethos* anglicano – o seu jeito de ser –, que ao longo dos anos foi se consolidando através de quatro eixos aqui elencados, os quais chamamos de “ênfases teológicas”: A inserção da Igreja em questões políticas e sociais; a Ordenação Feminina; a Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBT+; e o novo Livro de Oração Comum, os quais estão intimamente relacionados pelo conceito da “Inclusividade”, aprofundado pela Igreja no início dos anos 2000.

Com as diretrizes do Sínodo Geral de 2018, estes eixos foram consolidados na eclesiologia da IEAB, constituindo-se no que chamamos de “múltiplas identidades”, um processo que, apesar de estabelecido, ainda continuará sendo reformado e aperfeiçoado ao longo dos próximos anos na vida da Igreja. A aplicação deste conceito e suas inter-relações também estão presentes em outras Províncias da Comunhão Anglicana, como a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, e em outras denominações cristãs ao redor do mundo. Tais afirmações constituem a nossa tese.

Em um país como o Brasil, cuja crise de identidade não apenas religiosa, mas também política e cultural está tão semelhante à que se passa na Comunhão Anglicana – pautada em uma polarização e fragmentação sem precedentes, entre promotores de pautas “progressistas” por grupos considerados “liberais” e os defensores de uma suposta “ortodoxia” por grupos considerados “conservadores” –, o papel das Igrejas como agentes de transformação social e instituições formadoras da opinião pública, não pode ser ignorado.

Ao longo dos próximos capítulos, buscaremos analisar como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil construiu e vem consolidando sua identidade eclesiástica com a afirmação de posições teológicas, doutrinárias e políticas nos últimos anos. Através de uma abordagem histórica, apresentaremos um estudo sobre a atual situação do Anglicanismo no Brasil e a sua relação e relevância com o Anglicanismo mundial. Ao longo dos capítulos seguintes, faremos uma análise de como as relações e as tensões provocadas entre os grupos considerados “liberais” e “conservadores” da Comunhão Anglicana, estão repercutindo nas Igrejas estabelecidas no Brasil, sobretudo após o ano de 2005, quando ocorreu a maior fragmentação da IEAB.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

O poder e o impacto dos diferentes discursos religiosos e dos posicionamentos eclesiásticos devem ser estudados, ainda mais em um momento de instabilidade institucional que estamos vivendo no país, com a ascensão de lideranças políticas e religiosas que ameaçam a pluralidade e a diversidade inerentes da sociedade brasileira. E como representante mais antiga do Anglicanismo em nosso país, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil torna-se um imperioso objeto de pesquisa para os nossos dias.

PARTE I

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

A construção da Unidade na Diversidade

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é uma denominação cristã centenária. Como fruto da confluência da missão episcopal norte-americana, das capelanias inglesas erigidas nas principais cidades do país e do trabalho missionário entre os membros da colônia japonesa, ela hoje se organiza como uma Igreja Nacional, a 19ª Província da Comunhão Anglicana. A partir da década de oitenta, novas ênfases teológicas começaram a surgir na Província. Nos últimos anos, a Igreja tem-se posicionado a respeito de diversos temas debatidos pela sociedade brasileira, buscando ser condizente com o seu discurso, através de uma postura pautada no conceito da *Inclusividade Anglicana*.

Embora tenha surgido na cidade de Porto Alegre – onde se encontra a Catedral Nacional da Santíssima Trindade –, ao longo da história ela se expandiu, passando por diversas mudanças em suas identidades, liturgia, teologia e até mesmo no seu *ethos*, o seu “jeito de ser”. Os próprios membros da Igreja compreenderam que a sua identidade não era algo pré-determinado e afixado por tradições seculares e fórmulas acadêmicas, mas, sim, algo a ser construído e reconstruído, dependendo do momento histórico e cultural. Hoje, a Igreja deixou de ter uma orientação “norte-americana” e “gaúcha” para se transformar em um mosaico anglicano que reflete a diversidade social, linguística e cultural que existe no Brasil. Assim, a Igreja também ganhou uma cara nordestina, amazonense, nortista, carioca, paulista, candanga.

No campo da eclesiologia, a Igreja ficou mais parecida com os católicos romanos brasileiros e estes mais parecidos com a IEAB. No âmbito das questões políticas e sociais, a Igreja se tornou altamente ecumênica, defendendo abertamente os Direitos Humanos e os movimentos sociais que se originam de suas pautas. Da mesma forma, como parte disso, ela absorveu o discurso e prática feministas, abrindo caminho para a ordenação de mulheres às três Ordens Sagradas e sua participação ativa na liderança da Igreja. Como consequência, também se discutiu o acesso pleno aos sacramentos por todas as pessoas, inclusive as homoafetivas. Não somente em relação ao Batismo e à Eucaristia, mas à Ordem e ao Matrimônio.

Na visão de cristãos e religiosos progressistas, a Igreja tem avançado em diversas questões para com as quais outras denominações

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

brasileiras mantêm com restrições ou sequer permitem que sejam debatidas. Por essa razão, algumas pessoas enxergam a denominação como vanguardista em muitos aspectos, não somente entre as Igrejas do Brasil, mas, também, dentro na Comunhão Anglicana. Já para outras lideranças religiosas e grupos conservadores, a postura inclusiva da IEAB é frequentemente denunciada como sendo herética, fruto de sua militância em pautas sociais, que seriam alheias ao Cristianismo e à própria mensagem bíblica.

O desafio enfrentado nos últimos anos foi a busca pela consolidação de uma Igreja inclusiva e em contínua reforma. A Ordenação Feminina não enfrentou resistências para a aceitação de mulheres no sacerdócio, porém, a eleição de bispas para a Província Brasileira levou mais tempo para concretizar-se. Embora esta seja uma das questões que mais divide as Igrejas da Comunhão Anglicana, no Brasil, a ordenação de pessoas homossexuais ao sacerdócio e a realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo tornou-se a questão mais polêmica e debatida nos últimos vinte anos na Igreja, custando, inclusive, a unidade da própria Igreja.

Tais questões, por sua vez, estão intimamente ligadas a outros temas debatidos, como a Teologia Pública, e sua busca por inserir a Igreja na sociedade e nos problemas estruturais de nosso país, como a desigualdade social, a concentração fundiária, a violência doméstica, o racismo, a homofobia e a xenofobia. Da mesma forma, a Teologia e a Eclesiologia estão intimamente ligadas com a forma como a Igreja celebra. Assim, tais mudanças acompanharam também a publicação do novo Livro de Oração Comum, que, por meio de uma atualização da estrutura dos ritos e de sua forma – especialmente pelo uso da linguagem neutra – promoveu, em toda a Província, o que aqui chamamos de Inclusividade Litúrgica, a qual é inerente ao próprio *ethos* anglicano.

Para desenvolvermos este capítulo, elencamos quatro pontos que abarcam a questão da *Inclusividade Anglicana* e norteiam a formação das múltiplas identidades da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: a defesa de pautas sociais e políticas, a Reforma Litúrgica com a publicação do novo Livro de Oração Comum, a Ordenação Feminina e a inclusão plena das pessoas LGBTQ+ na vida sacramental da Igreja. A partir deles, fizemos uma análise das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Por meio de um método quantitativo-qualitativo, foi feita uma análise dos dados estatísticos da IEAB. Através deles, será possível

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

compreender como a Igreja se organiza, a quantidade atualizada de membros e de comunidades, os avanços e retrocessos. Também abordamos, neste capítulo, o Plano Estratégico Provincial (2020-2023), elaborado após as diretrizes do Sínodo Geral de 2018. Por meio dessas informações, é possível entender como a Igreja construiu a sua identidade a partir de uma participação cada vez mais ativa das lideranças do clero e do laicato.

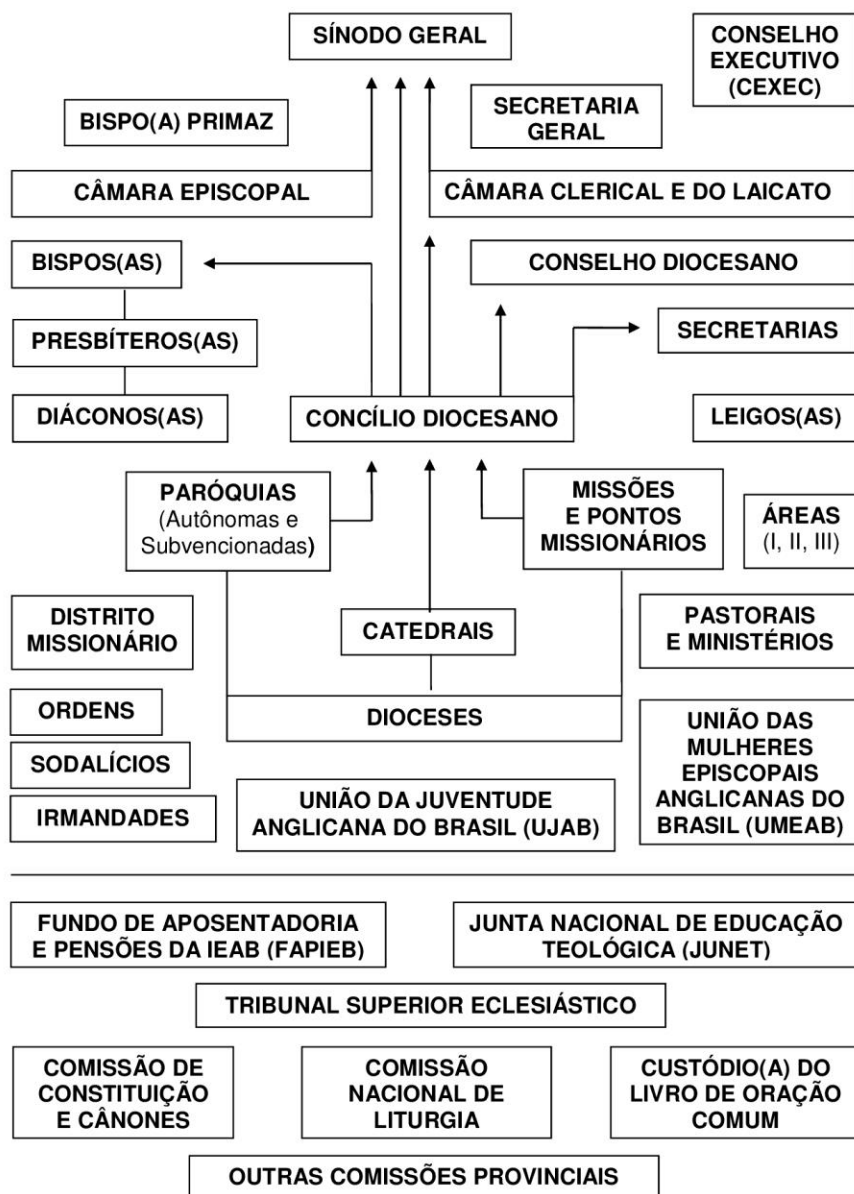
Os dados da quantidade de membros da Igreja foram obtidos através de registros feitos pelo Estatístico Provincial da época (reverendo Oswaldo Kickhöfel), que se encontram presentes nas Atas dos Sínodos da IEAB. Também foram utilizados os dados dos Censos do IBGE dos anos 2000 e 2010, com informações obtidas partir dos microdados da POF 2003 e da POF 2009. Da mesma forma, vários bispos e bispas, clérigos e clérigas, secretários e secretárias enviaram informações sobre suas Dioceses, sendo possível construir as tabelas que apresentamos neste capítulo. Somente por meio dessa radiografia da instituição, em seus aspectos teóricos e práticos, é que podemos entender como, nos últimos anos, diferentes pessoas, com distintas visões e vivências, contribuíram para a construção do mosaico que é a Província brasileira e seu lugar na Comunhão Anglicana.

1.1 Uma Igreja de proporções nacionais e internacionais

Para que se possa compreender como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil construiu as suas múltiplas identidades ao longo da história, precisamos antes, compreender como ela se organiza. Essa organização é fruto da sua Teologia e da sua Eclesiologia. Ao mesmo tempo em que ela resulta de uma missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, também é uma Província da Comunhão Anglicana, o que faz dela uma Igreja de proporções nacionais e internacionais.

A Eclesiologia dicotômica do Anglicanismo faz com que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil seja, ao mesmo tempo, Hierárquica e Democrática, Tradicional e Moderna, Canônica e Pastoral. A solução para este desafio eclesiológico se encontra no conceito da “Unidade na Diversidade”. Desse modo, é necessário se aprofundar na forma como a Igreja se constitui e funciona através dos seus diferentes órgãos, organizações e instituições internas, os quais são regidos e disciplinados pela Constituição e Cânones Gerais.

Tabela 1 – Estrutura da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil



Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Antes de abordarmos a estrutura da Igreja, é necessário entendermos, em poucas palavras, a Teologia que fundamenta a organização do seu corpo eclesial, formado por clérigos e leigos. Existem funções específicas no Tríplice Ministério (Episcopado, Presbiterato e Diaconato), bem como para a participação dos leigos na vida das comunidades. Todas elas se encontram detalhadas na Constituição e nos Cânones Gerais da instituição.

Os bispos e bispas atuam ao mesmo tempo como pastores e principais lideranças da Diocese. São quem preside a celebração Eucaristia e demais ofícios litúrgicos. Eles e elas também são responsáveis pela ordenação às Ordens Sagradas, como sucessores dos apóstolos. Assim, têm como dever "conservar a fé, unidade e disciplina da igreja toda, proclamar a palavra de Deus, agir em nome de Cristo para reconciliar o mundo e edificar a Igreja; e ordenar outros para continuar o ministério de Cristo". Além das funções espirituais, também exercem funções administrativas, visto que a palavra "bispo" (do grego, *epískopos*) significa "supervisor", "administrador".

Como parte do tríplice ministério, os bispos e bispas são auxiliados pelos presbíteros e presbíteras, os quais lideram as comunidades locais. A palavra "presbítero" (do grego, *presbíteros*) significa "ancião". Assim, assumem o papel de representantes da autoridade diocesana, na celebração eucarística e pregação. Por sua vez, são auxiliados pelos diáconos e diáconas no trabalho missionário, da mesma forma no exercício do seu ministério no atendimento aos pobres e enfermos. Pela sua própria raiz etimológica, a palavra "diácono" (do grego, *diákonos*) significa "aquele ou aquela que serve", ou exerce a prática da diáconia.

Qualquer ministro ou ministra, oriundos de outra Igreja cristã, só podem ter sua ordenação reconhecida como válida, se a tiver recebido das mãos de um bispo ou bispa com sucessão apostólica. Outros critérios, segundo a Tradição, além do ministro ordinante (o epíscopo), incluem que estas ordenações tenham sido fiéis na matéria (o ato da imposição das mãos), forma (oração para a ordenação) e a intenção (que o ministro ordinante tenha sido fiel ao seu ministério e cumprido as funções para as quais foi ordenado). Por sua vez, ministros procedentes de igrejas evangélicas ou protestantes que não tenham sido ordenados segundo estes requisitos são "reordenados", de acordo com as normas canônicas.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Por sua vez, os leigos também possuem uma participação importante como parte do “sacerdócio universal de todos os crentes”. Diferentes dos membros do clero – separados para um “sacerdócio ordenado” para a condução do povo de Deus –, os leigos exercem um “sacerdócio batismal”, ampliado ou amadurecido através da Confirmação como membros do Corpo de Cristo, uma vez que, a própria palavra “leigo” (do grego, *laikós*) significa “aquele que não recebeu ordens sacras”.

No Anglicanismo, alguns membros do laicato, após a devida formação, são indicados para exercerem um ministério especial na condução de comunidades que geralmente necessitam de lideranças ou não contam com clérigos disponíveis; assim, são escolhidos pelos bispos para serem ministros leigos. É importante frisar que tais ministros são instituídos para mandatos, não são ordenados, podendo esta função cessar quando não mais for necessária, diferente dos membros do clero, que, uma vez ordenados, fazem parte de suas Ordens Sagradas para sempre, uma vez que elas são de caráter indelével e cumulativas. Quando ordenado, um bispo continua sendo presbítero e, ao mesmo tempo, diácono, embora faça parte de uma ordem distinta, dentro do ministério ordenado.

Sobre a estrutura da Igreja, esta é dividida em três níveis: Paróquia, Diocese e Igreja Nacional. A unidade mais básica é chamada de Paróquia (a depender do tamanho da congregação, as comunidades são consideradas Missões ou Pontos Missionários). As primeiras são lideradas por um(a) pároco(a) ou reitor(a), enquanto que as duas últimas, por serem menores, são lideradas por um(a) ministro(a) encarregado(a). Já a Diocese, formada pelas paróquias e missões de uma determinada área geográfica, é liderada por um bispo ou bispa.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é formada pela união das Dioceses. Dentro da Comunhão Anglicana, a Igreja Nacional é a sua 19ª Província, liderada pela figura do Primaz, que é escolhido a cada Sínodo. Este, por sua vez, é um *primus inter pares* (“o primeiro entre os iguais”), exercendo a primazia da Igreja entre os demais bispos e bispas que formam a Câmara Episcopal⁸.

⁸ Atualmente, a Câmara Episcopal é composta pelos seguintes membros: Bispa Marinez Rosa dos Santos Bassotto, Diocese Anglicana da Amazônia e Primaz da IEAB; Bispo Maurício Andrade, Diocese Anglicana de Brasília; Bispo Francisco de Assis da Silva, Diocese Sul-Occidental; Bispo Humberto Maiztegui, Diocese Meridional; Bispo João Cândia Peixoto, Diocese Anglicana do Recife; Bispo Eduardo

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A história da criação das Dioceses teve início com o desmembramento do Distrito Missionário, em 1949. A partir deste marco, surgiram a Diocese Meridional (Porto Alegre), a Diocese Sul-Occidental (Santa Maria) e a Diocese Brasil Central (Rio de Janeiro). A primeira deu origem à Diocese de Pelotas, em 1988, enquanto que a última originou a Diocese Sul Central (São Paulo), em 1969; a Diocese Setentrional (Recife), em 1976; a Diocese de Brasília, em 1982; a Diocese do Paraná, em 2003; e a Diocese da Amazônia, em 2006.

Cada Diocese institui uma paróquia que se torna a sua Catedral. Dentre as funções do bispo ou da bispa, está a condução da Igreja Local, formada pelo laicato e pelo clero, e a manutenção da ordem apostólica, pela ordenação de seminaristas para as Sagradas Ordens do Diaconato e do Presbiterato. Juntamente com as funções pastorais também se encontra a administração da Diocese, feita em conjunto com o Conselho Diocesano e as Secretarias.

Todas as comunidades se reúnem anualmente⁹ em Concílio, para tratar de assuntos internos, escolher os oficiais diocesanos, atualizar os cânones, eleger os candidatos para a sucessão episcopal ou os seus representantes para o Sínodo Geral. As nove Dioceses e o Distrito estão distribuídos em áreas provinciais, a saber: Área 1, formada pelas Dioceses Meridional, Sul Occidental e Pelotas; Área 2, formada pelas Dioceses do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná; e a Área 3, formada pelas Dioceses do Recife, Brasília, Amazônia e o Distrito Missionário.

Da mesma forma é importante registrar a presença de Ordens Religiosas na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – também presentes em outras Províncias da Comunhão Anglicana –, como parte da espiritualidade monástica que ressurgiu no Anglicanismo após o Movimento de Oxford, no século XIX. Existem Ordens femininas,

Coelho Grillo, Diocese Anglicana do Rio de Janeiro; Bispa Meriglei Borges Silva Simin, Diocese Anglicana de Pelotas; Bispo Francisco César Fernandes Alves, Diocese Anglicana de São Paulo; Bispa Magda Guedes Pereira, Diocese Anglicana do Paraná; Bispo Clovis Erly Rodrigues, Emérito; Bispo Almir dos Santos, Emérito; Bispo Celso Franco, Emérito; Bispo Jubal Pereira Neves, Emérito; Bispo Orlando Oliveira, Emérito; Bispo Filadelfo Oliveira, Emérito; Bispo Saulo de Barros, Emérito; Bispo Renato Raatz, Emérito; Bispo Naudal Alves Gomes, Emérito.

⁹ A periodicidade das reuniões conciliares varia entre as Dioceses, a depender dos seus Cânones Diocesanos, podendo ser anualmente ou a cada dois anos. O importante é que o Concílio se reúna com regularidade para tratar de assuntos vitais para a Igreja Local.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

masculinas e mistas, somente para membros do clero, só para leigos ou mistas. Elas se organizam através de uma disciplina de vida, a regra, que rege não apenas a espiritualidade, mas, também, o comportamento de seus membros no cotidiano e impulsiona a vocação missionária da Igreja. Por se encontrarem dentro da Província e das Dioceses, as Ordens têm suas próprias obediências; também respeitam a hierarquia diocesana e possuem um bispo visitador. Elas são: Ordem de São Bento (OSB-EA)¹⁰, Ordem de São Tiago de Jerusalém (OST)¹¹, Ordem da Terceira Sociedade de São Francisco (TSSF)¹², e a Ordem das Filhas do Rei¹³. Algumas foram criadas, mas posteriormente foram extintas, como a Ordem de Santo Estêvão (OSE)¹⁴ e a Ordem de Santa Maria¹⁵.

¹⁰ A origem da Ordem de São Bento (Episcopal Anglicana) se encontra no desejo de clérigos da IEAB de cultivarem a espiritualidade beneditina. Em 1990, o cônego Sebastião Teixeira recebeu o apoio da Congregação Beneditina do Brasil (da Igreja Católica), na pessoa do então Abade Dom Joaquim de Arruda Zamith, que orientou e deu uma benção especial para se organizar esse ramo anglicano beneditino no país. A Ordem foi oficialmente instituída em 04 de novembro de 1993, pelo bispo Cláudio Vinicius de Senna Gastal e difundida, mais tarde, pelo bispo Luiz Osório Pires Prado. Atualmente está presente em várias dioceses, tendo como Prior, o reverendo Márcio Figueirêdo, da Diocese Anglicana de Pelotas.

¹¹ A Ordem de São Tiago de Jerusalém surgiu a partir de um grupo de seminaristas e clérigos que se reuniram para compartilhar questões relativas à Igreja. Foi fundada em 21 de janeiro de 1987, na cidade de Araranguá, com a presença de sete clérigos: Almir dos Santos, Elias Vergara, Flávio Irala, Francisco Machado, Jessé Ramos, Luiz Caetano e Ramacés Hartwig. É a única Ordem fundada na IEAB que possui um *karisma* essencialmente anglicano e brasileiro.

¹² A Ordem da Terceira Sociedade de São Francisco tem origem no Brasil, em 1998, na Diocese do Recife, a partir de encontros de clérigos e leigos que desejavam viver a espiritualidade franciscana. Ao mesmo tempo o reverendo Cêzar Alves, da Diocese de São Paulo, passou a entrar em contato com os membros da Primeira Ordem da Sociedade de São Francisco. Em 1999 a Ordem foi oficialmente fundada no Brasil, tendo como bispo protetor o então Primaz, Glauco Soares de Lima. Atualmente a Ordem faz parte da Província das Américas, região do Brasil, em plena expansão.

¹³ A Ordem das Filhas do Rei (*The Order of the Daughters of the King*) foi fundada em 1885, na cidade de Nova York. No Brasil, o primeiro capítulo surgiu em 1941, quando o bispo Athalcio Pithan admitiu as primeiras sete integrantes. Tempos depois, a missionária Patrícia Powers, reorganizou a Ordem no Rio de Janeiro, em 1981, com o apoio do bispo Agostinho Sória, que é ativa até hoje.

¹⁴ A Ordem de Santo Estêvão foi fundada em 1985, por clérigos da Diocese do Recife, e tinha como principal articulador e difusor, o bispo Robinson Cavalcanti. A Ordem, embora tivesse um *karisma* de serviço diaconal, acabou se convertendo em uma espécie de “partido político” de Robinson, durante a “Grande Crise do Recife”, entre 2003 e 2005. Com a saída de Robinson da IEAB, junto com os seus clérigos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Atualmente existe uma que está em processo de reconhecimento oficial pela IEAB, a Ordem de São Patrício (OSP)¹⁶.

Já as Irmandades são grupos formados dentro de cada paróquia, com o objetivo de reunirem-se com regularidade para a oração e o serviço. Atualmente elas são a Irmandade de Santo André¹⁷ – também conhecida como “andrelinos”, formada exclusivamente por homens – e a Irmandade da Santa Cruz¹⁸ – formada por mulheres. Também existem os Sodalícios, organizados para uma função específica (Sodalício do Altar, Oração e Intercessão etc.) e também as Pastorais ou Ministérios (Pastoral Afro, Pastoral da Diversidade, Ministério de Música etc.), os quais contribuem para envolver o laicato nas atividades paroquiais e diocesanas.

Por fim, têm-se os movimentos na IEAB que, em suma, são dois: a União das Mulheres Episcopais Anglicanas do Brasil (UMEAB) e a União da Juventude Anglicana do Brasil (UJAB) – a antiga União da Mocidade Episcopal. Estes movimentos se organizam primeiramente em cada diocese, reunindo-se como um só ao redor da Província.

partidários, a Ordem dissolveu-se, sobrevivendo na nova denominação anglicana que foi criada no Recife. Com a morte do bispo, em 2012, ela continua através de alguns membros mais antigos, ligados ao antigo diocesano.

¹⁵ A Ordem de Santa Maria foi criada em 1980, na Diocese Meridional, pelo bispo Arthur Kratz. Incentivada por Kratz e pelo cônego Sebastião Teixeira, a Ordem teve como única vocação a senhora Maria Nylde Amaral da Cunha, conhecida como “Irmã Maria”. A ideia de criação da primeira ordem religiosa de freiras da IEAB não vingou, uma vez que não haviam mulheres na Igreja que desejavam seguir uma vida consagrada, mas a ordenação. A Ordem foi dissolvida e a Irmã Nylde foi ordenada ao diaconato e ao presbiterato pelo bispo Prado, exercendo seu ministério na Diocese de Pelotas.

¹⁶ A Ordem de São Patrício foi criada em 2010, por clérigos da Diocese Anglicana da Amazônia que desejavam vivenciar a espiritualidade do Cristianismo Celta a partir do contexto da Igreja local. Desde 2020, com o início da Pandemia, alguns membros da Diocese sentiram o desejo de reorganizarem a Ordem e novas pessoas passaram a aderir. Em breve será publicada uma nova constituição da OSP.

¹⁷ A Irmandade de Santo André é uma sociedade de homens da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, e tem por objetivo a evangelização de leigos. Foi fundada, oficialmente, em 29 de dezembro de 1935, em Porto Alegre, embora se tenham registros de reuniões desde 1892.

¹⁸ A Irmandade da Santa Cruz tem origem na cidade de Jaguarão, em 1939, quando o reverendo Virgínio Pereira Neves organizou um grupo de oração e serviço, voltado apenas para mulheres, inspirado na Irmandade de Santo André. A partir de então, mulheres episcopais oriundas da Sociedade Auxiliadora de Senhoras passaram a desenvolver as atividades da associação.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Regularmente são organizados encontros em cada uma das Áreas. Porém, após o Encontro Nacional da UJAB, de 2015, não se tem visto iniciativa para organizar eventos semelhantes. Somente em nível diocesano e a partir das três áreas geográficas da Igreja, são realizados encontros regulares.

O Sínodo Geral é o principal órgão e a maior instância deliberativa da Igreja, constituindo-se em assembleia que representa a todos os membros da Província¹⁹. Ele é composto pela Câmara Episcopal e pela Câmara dos Clérigos e dos Leigos²⁰, cada uma adotando sua própria mesa e o seu próprio regimento interno. As duas Câmaras trabalham em conjunto, salvo nos casos previstos pelos Cânones Gerais, ou por solicitação de uma das câmaras. Quando o Sínodo não se encontra reunido, a Igreja é representada pelo Conselho Executivo (CEXEC)²¹, convocado e presidido pelo Primaz. Os planos e programas definidos pelo Conselho Executivo são implementados pela Secretaria-Geral²².

Esse sistema bicameral garante que todos os membros da Igreja tenham voz, sendo representados pelos delegados eleitos para a assembleia sinodal, embora se fale na necessidade de se alargar essa estrutura para um sistema tricameral²³. Tal característica democrática do órgão máximo de decisão da Igreja traduz não apenas a base da sua estrutura política – influenciada pelo sistema de governo bicameral da

¹⁹ Do ponto de vista da Eclesiologia e da Teologia Anglicana, o Sínodo é o momento em que a Igreja escuta seus membros, escuta a Palavra de Deus, celebra a Comunhão/Eucaristia como sacramento e decide caminhar junto com todas as pessoas (da expressão grega, “syn odos”, caminhar juntos, na mesma perspectiva). O Concílio de Jerusalém, realizado no ano de 49 d.C. apesar de ter este nome, na realidade, foi um Sínodo, o primeiro de toda a Cristandade.

²⁰ O atual presidente da Câmara do Clero e do Laicato é o reverendo Bruno Luiz Teles de Almeida.

²¹ O Conselho Executivo é formado pelos seguintes membros: Bispa Magda Cristina Guedes, Bispo Humberto Maiztegui, Bispo Cezar Alves, Rev. Alex Sandro Sodré, Rev. Tatiana Ribeiro, Rev. Claudio Linhares, Sr. Luan Honório, Sr. Ruan Isnardi, Sr. Valdir Menezio, Rev. Carmen Etel Gomes (Membro *Ex-offício*).

²² Atualmente a Secretaria-geral é ocupada pela Sra. Christina Takatsu Winnischofer. Anteriormente assumiram o cargo a Bispa Magda Guedes (2018-2022), o Rev. Arthur Cavalcante (2011-2018), o então Rev. Francisco de Assis da Silva (2006-2011), a Sra. Christina Winnischofer (2003-2006) e o então Rev. Maurício Andrade (1994-2003).

²³ Na década de 90 foi proposta uma nova estrutura eclesial composta por um sistema Tricameral: Câmara Episcopal, Câmara Clerical e Câmara Laical. Porém, até hoje tal proposta não foi aprovada.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Igreja Episcopal dos Estados Unidos – mas, também, uma eclesiologia pautada na igualdade entre as pessoas, como parte da identidade e missão da Igreja.

Dentre os demais órgãos auxiliares na administração da Igreja, encontram-se a Junta Nacional de Educação Teológica (JUNET), o Fundo de Aposentadoria e Pensões da IEAB (FAPIEB), o Tribunal Superior Eclesiástico, a Comissão de Constituição e Cânones, a Comissão Nacional de Liturgia e o cargo de Custódio(a) do Livro de Oração Comum. Existem outras comissões especiais da Igreja para tratar de variados temas (Comissões Bilaterais, entre a IEAB-TEC, ARCIC, dentre outras). Todos os seus membros são eleitos pelo Sínodo Geral.

Dentre as várias Comissões Provinciais, damos destaque às que trabalham com o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso. Durante os Sínodos Gerais são eleitas lideranças (geralmente clericais) para representar a Igreja em órgãos ecumênicos como o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Em nível inter-eclesial, tem-se as comissões bilaterais nacionais e internacionais, como a Comissão Nacional Anglicana-Católica Romana (CONAC), a Comissão Nacional Anglicana-Luterana (CONAL) e a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (*Anglican-Roman Catholic International Commission* – ARCIC).

Em 1981, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Sínodo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil começaram trabalhos para o estabelecimento da então chamada Comissão Bilateral Anglicana-Católica Romana, posteriormente intitulada Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana. Após as reuniões preparatórias, em 1982, a CONAC foi oficialmente organizada.

No campo teológico-acadêmico, sem dúvidas, a maior contribuição foi a tradução e estudo dos vários documentos produzidos pela Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC), organizada em 1966, a partir do histórico encontro entre o Papa Paulo VI e o Arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey. Até o momento, foram publicadas as obras *Relatório Final* (1990), *Unidos no Diálogo: Anglicanos e Católicos* (1992), *O Dom da Autoridade* (1999), *Vida em Cristo* (2001), *Maria: Graça e Esperança em Cristo* (2005) e *Crescer Juntos na Unidade e na Missão* (2010). Existem muitos outros textos, porém ainda não foram traduzidos.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Um dos destaques nesse diálogo é o papel da Casa da Reconciliação²⁴, de propriedade da Arquidiocese de São Paulo, que serviu de local para as reuniões e onde se encontra o arquivo da CONAC. O atual responsável é o padre José Bizon, o qual relata a sua composição: “a Câmara dos Bispos da Igreja Anglicana escolhe os seus representantes e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil escolhe os seus. A coordenação da Comissão se dá com um bispo de cada uma das tradições” (BIZON; DRUBI (orgs.), 2004, p. 12).

Também destacamos o trabalho voltado para a promoção do Ensino Religioso a partir de programas curriculares ecumênicos para escolas públicas, bem como a recomendação que a disciplina “Ecumenismo” fosse introduzida nos currículos das faculdades e seminários teológicos no Brasil.

Apesar dos esforços e dos frutos gerados pelo trabalho conjunto da CONAC, sobretudo nos anos 90 e início dos anos 2000, nos anos seguintes houve uma estagnação das reuniões da Comissão, especialmente no período do pontificado do Papa Bento XVI e das crises institucionais que afetaram internamente a IEAB. Por outro lado, o pontificado do Papa Francisco apresentou-se como um momento mais favorável para o Diálogo Ecumênico, o que deve fomentar avanços significativos nos próximos anos entre anglicanos e católicos brasileiros. Um desses avanços foi o convite para a participação de representantes da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no Sínodo para a Amazônia, realizado no Vaticano, entre 06 e 27 de outubro de 2019.

O convite endereçado ao leigo Daniel Lima e ao reverendo Cláudio Miranda, ambos da Diocese Anglicana da Amazônia –, foi feito pelo Secretário-geral da CNBB, intermediado por Dom Teodoro Mendes Tavares, Bispo da Diocese de Ponta de Pedras, na Ilha do

²⁴ A Casa de Reconciliação tem origem na década de 80, com a chegada da Congregação dos Frades Franciscanos da Reconciliação, uma comunidade católica dos Estados Unidos que tinha como Carisma criar laços de Unidade e de Fraternidade entre os diferentes credos. Logo passaram a articular e facilitar o trabalho ecumênico já realizado pela Arquidiocese de São Paulo. Em 1994, com o retorno dos Frades da Reconciliação para os EUA, a casa foi doada para a Arquidiocese, que passou a utilizá-la como centro de estudos e reuniões de suas comissões e movimentos ecumênicos. Dentre os primeiros grupos que ali se estabeleceram, destacamos o Movimento de Fraternidade de Igrejas Cristãs (MOFIC); a Comissão Arquidiocesana de Ecumenismo e de Diálogo Inter-religioso da Arquidiocese de São Paulo (CEDRA) – a antiga CEA; a Comissão Nacional de Diálogo Anglicano Católico-Romano (CONAC); e a Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico Judaico (DCJ).

Marajó (Pará). A participação dos anglicanos brasileiros no Sínodo em Roma foi importante como parte do testemunho ecumênico e da atuação de outras igrejas Cristãs na região. Durante os intervalos, houve um encontro informal entre o reverendo e o Papa, no qual aconteceu breve diálogo entre os dois clérigos, que portavam as suas *ecobags*.

Uma das questões mais difíceis relacionadas ao Ecumenismo entre anglicanos e católicos é a questão do reconhecimento das Ordens. Do lado do Anglicanismo não há muitas dificuldades para o reconhecimento e incardinação de sacerdotes ordenados por bispos com sucessão apostólica (sejam eles católicos ou ortodoxos). Já a Igreja Católica não reconhece as ordens anglicanas desde a publicação da Bula *Apostolicae Curae*, do Papa Leão X. Embora faça parte do Magistério da Igreja, esta posição pode ser revista, e já existem iniciativas de ambas as partes para se construir um novo diálogo em prol do reconhecimento de Ordens.

Em relação aos ministros vindos de Igrejas Protestantes e Evangélicas, o reconhecimento de Ordens Sagradas não é possível pelo fato de elas não possuírem o seu clero ordenado por bispos. Semelhante a outras Províncias, a IEAB estabeleceu relações ecumênicas com Igrejas que não possuem o episcopado histórico. Todavia, não é possível ter a chamada “Comunhão Plena”.

Tomando como exemplo as Igrejas históricas, os ministros e ministras da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) não podem concelebrar os sacramentos, como a Eucaristia, com membros do clero da IEAB. Mas, segundo a disciplina anglicana, padres católicos ou ortodoxos estão qualificados para concelebrar, pois foram ordenados por bispos com sucessão apostólica. Da mesma forma não é possível a Comunhão Plena com a Igreja Metodista do Brasil, por conta do mesmo problema na procedência das Sagradas Ordens por parte desta última. Porém, em âmbito internacional, já está sendo organizado um acordo bilateral para que a Igreja Metodista volte a integrar a Igreja da Inglaterra, de onde ela surgiu.

No campo institucional, a Comissão Nacional Anglicana-Luterana (CONAL) surgiu por iniciativa da IEAB e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. Ela não se reúne com a mesma frequência da CONAC, de maneira que existiram apenas projetos para a tradução de documentos bilaterais internacionais e a construção de concordatas de Plena Comunhão como no diálogo visto entre a Igreja Luterana e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos. A

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Plena Comunhão e a Hospitalidade Eucarística, embora sejam alguns dos maiores desafios às Igrejas Cristãs até os dias atuais, não se configura impossível, o que se constata a partir de arranjos e convênios firmados nos últimos anos.

Desde a década de 1980, as Atas dos Sínodos da IEAB registravam que, em alguns lugares, anglicanos e luteranos já concelebravam a Eucaristia. Porém, no Brasil, devido a questões relacionadas à Teologia Sacramental e ao reconhecimento de Ordens Sagradas, esta prática nunca foi possível, diferente de celebrações entre anglicanos e católicos que ocorriam em décadas anteriores – mesmo que de modo discreto –, graças aos avanços promovidos pelo diálogo mútuo travado a partir da Teologia da Libertação. Outra possibilidade de Ecumenismo Prático, a ser experimentada e posteriormente adotada como ação pastoral e litúrgica, é o conceito da Paróquia Conjunta (*Joint Parish*, em inglês).

Ao trazer este conceito da Paróquia Conjunta para o Brasil, destacamos a mesma iniciativa recentemente adotada pelas Igrejas Católica Romana e Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. O acordo firmado entre as duas Igrejas, no dia 10 de julho de 2019, permitiu que ambas utilizassem o mesmo templo, pertencente aos luteranos, na cidade de Palmitos, em Santa Catarina, devido a problemas de estrutura do templo católico.

As comunidades conversaram a respeito dos símbolos, sobre a disposição do altar, a organização para zelar pelo patrimônio, bem como foram criadas as regras para uma boa convivência e utilização do espaço litúrgico. Um bom tempo antes, ambas as comunidades passaram a celebrar suas atividades na igreja evangélica luterana. O curioso é que os cultos e missas passaram a ter maior frequência, conforme relatam as lideranças locais. Agora, quando tem missa, os evangélicos participam. De igual modo, quando tem culto, os católicos também se integram. Todavia, há uma clareza quanto à confessionalidade das partes (CONIC, 23 jul. 2019).

Em 25 de outubro de 2020, luteranos e anglicanos de Manaus assinaram um convênio de companheirismo, para que as duas congregações utilizassem o templo luterano da cidade. O documento, firmado pela bispa Marinez Bassotto, da Diocese Anglicana da Amazônia, e pelo pastor Marcos Antonio, da Comunidade Evangélica

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

de Confissão Luterana em Manaus, abriu a possibilidade para que os membros das duas Igrejas possam participar, de forma direta, dos momentos litúrgicos, como já ocorre em outros lugares do mundo.

No âmbito do diálogo Anglicano-Ortodoxo, muitos avanços foram feitos nos últimos anos no campo litúrgico e doutrinário. Em 2018, foi assinada a Declaração Conjunta da Comissão Internacional Anglicana e das Igrejas Ortodoxas (AOOIC) chamada *A Procedência e a Obra do Espírito Santo*, que trata da Cláusula Filioque. Desde 2015, o Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil utiliza a fórmula do Credo Niceno sem a Cláusula *Filioque*, alinhando-se com a Teologia Oriental. Outras iniciativas ecumênicas também foram vistas ultimamente com a organização da Campanha da Fraternidade Ecumênica, pelo CONIC.

Percebemos que, em geral, o Ecumenismo no Brasil foi bastante profícuo a partir da década de 1970, e ganhou espaço até os anos 2000. Porém, a partir da primeira década do século XXI, ele declinou, diante da ascensão de grupos de tradição evangélica, carismática e neopentecostal e seu desinteresse no diálogo. Assim, nos últimos tempos, o movimento ecumênico no Brasil vem perdendo espaço para novas formas de militância religiosa e de espiritualidade cristã.

1.2. Uma análise crítica dos dados estatísticos da IEAB

Coletar, calcular e analisar dados nunca foi uma tarefa fácil, ainda mais em uma instituição espalhada por todo o Brasil e com mais de cem anos de existência. Um dos problemas que a Igreja enfrentou, ao longo de sua história, foi a falta de organização institucional nas coletas dos dados estatísticos, que são apresentados, analisados e debatidos em cada Concílio das Dioceses e nos Sínodos. Como aponta o estatístico da IEAB à época, no relatório apresentado no Sínodo Geral de 2000:

Na década de 20, o *Estandarte Cristão*, publicou um artigo, que menosprezava a importância da estatística para a avaliação do trabalho da igreja. O argumento usado era que a igreja não estava interessada na quantidade, mas na qualidade de vida de seus membros. Esta estranha postura, que servia também para justificar nossa histórica inferioridade numérica em relação à

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Igreja de Roma, produziu consequências de comportamento, cujos efeitos ainda hoje estamos sentindo. A maioria das comunidades locais ainda não adquiriu o hábito de elaborar os seus relatórios paroquiais logo após o término do ano civil. Quando isso for feito, os estatísticos diocesanos terão condições bem mais favoráveis para desempenhar as suas funções e, como resultado, facilitar o trabalho do estatístico provincial (KICKHÖFEL, 2000, p. 94).

Percebemos que o problema ainda continua na Igreja, embora tenha melhorado muito nos últimos tempos. Todavia, devido à falta do hábito das secretarias e juntas paroquiais, e de uma maior supervisão dos clérigos e clérigas responsáveis por uma paróquia ou missão, muitos dados se perdem ao longo dos anos em algumas comunidades e até dioceses, por falta de uma cultura de regularidade no registro dos ofícios litúrgicos realizados, arrecadação feita a cada ofício, ou, nos piores dos casos, à falta de registro civil dos templos, o que levou ao esbulho em episódios de crises institucionais, como foi visto na Diocese Anglicana do Recife, nos anos 2000, e na Diocese Anglicana de São Paulo, em 2013.

Iniciaremos a análise dos dados estatísticos da IEAB a partir do número de suas comunidades. Após consultar os responsáveis pelas estatísticas de cada Diocese, foi possível chegar a uma cifra atualizada. Na Igreja, existem quatro categorias de comunidades: Paróquias (incluindo as catedrais), Paróquia Subvencionada, Missão e Pontos Missionários (em alguns lugares chamados Pontos de Evangelização). Algumas Dioceses, por questão de reforma em seus cânones, aboliram as Paróquias Subvencionadas e os Pontos Missionários e permaneceram apenas com as categorias de Paróquias e Missões.

Os dados abaixo detalham os números obtidos da Diocese Meridional (DM); Diocese Sul-Occidental (DSO); Diocese Anglicana do Rio de Janeiro (DARJ); Diocese Anglicana de São Paulo (DASP); Diocese Anglicana do Recife (DAR); Diocese Anglicana de Brasília (DAB); Diocese Anglicana de Pelotas (DAP); Diocese Anglicana do Paraná (DAPAR); Diocese Anglicana da Amazônia (DAA) e o Distrito Missionário Anglicano (DMA). Dessa forma, até o final de 2020, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil possui 205 comunidades espalhadas por todo o país.

Tabela 2 – Número de Comunidades da IEAB em 2020

	Paróquias	Paróquias Subvencionadas	Missões	Pontos Missionários
DM	16		9	5
DSO	6	15	13	20
DARJ	10		7	1
DASP	5	8		3
DAR	9		16	
DAB	4		4	1
DAP	11		10	7
DAPAR	6		3	
DAA	3		2	6
DMA	3		2	
Total	73	23	66	43
Número de Comunidades da IEAB em 2020 = 205				

Fonte: Dados fornecidos ao autor pelas secretarias diocesanas.

Contabilizar o número de membros da Igreja é um desafio a ser superado nos tempos atuais, uma vez que, diferente das suas comunidades, que já se encontram estabelecidas e consolidadas em mais de 150 localidades do Brasil, o número de membros é incerto, devido a alguns fatores. Em primeiro lugar, existe um fluxo de pessoas que chegam – mas que também saem –, fazendo com que os velhos problemas da regularidade na coleta de dados voltem a se manifestar, afetando, novamente, o registro estatístico da Província.

Outra questão importante relativa aos dados estatísticos da Província, diz respeito aos clérigos e clérigas que fizeram, que fazem, ou que em algum momento deixaram de fazer parte da IEAB. O registro do Clero Nacional é importantíssimo não apenas para preservar a memória dos reverendos e reverendas que passaram pela Igreja e suas Dioceses, mas, sobretudo, para garantir o acompanhamento e a supervisão dos ministros e ministras ordenados na Província ou daqueles que passaram pelo reconhecimento de suas Ordens Sagradas, e foram posteriormente, incorporados ao corpo eclesial. O registro desses dados também é uma forma de garantir a transparência acerca dos seus pastores para as comunidades e seus fiéis.

Na obra *Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*, o reverendo Oswaldo Kickhöfel apresenta uma lista do Clero Nacional, por ordem de ordenação ao diaconato (1995, p. 369-374). Porém, esta lista somente alcança o ano de publicação do livro. Desde então, o registro das pessoas que foram ordenadas na Igreja não está completo, sendo impossível saber com precisão quais reverendos e reverendas fazem, fizeram, ou voltaram a fazer parte da IEAB. Inicialmente buscamos dar continuidade a este registro feito por Kickhöfel. Porém, constatamos alguns problemas que nos impediram de continuar. Para se reconstruir uma lista do Clero Nacional, também deve ser levado em consideração os cismas ocorridos no Recife.

Tomando como exemplo o caso da Diocese Anglicana do Recife, parte dos registros e atas se perdeu durante o período dos cismas de 2002 e 2005 – sendo extraviados, perdidos ou até mesmo destruídos. Por meio da análise de textos históricos, registros estatísticos e relatos de membros, foi possível elaborar uma lista preliminar, embora reconheçamos que ela é cheia de “furos” na linha temporal, em decorrência da falta de um registro contínuo na Diocese.

Existe uma lacuna entre os anos 1995 a 2001, ano da publicação da obra de Kickhöfel, quando o bispo Clovis Rodrigues atuava no Recife, e o ano em que saiu o livro *Igreja – Multidão Madura*, do bispo Robinson Cavalcanti, quando este era o diocesano. Ao final do livro, o bispo Robinson apresenta uma lista de ordenações diaconais e presbiterais feitas por ele (de 1997 até o ano de publicação da obra), mas não especifica as datas em que elas aconteceram, nem a ordem de cada uma (só coloca os nomes em ordem alfabética), de modo que não é possível saber quem foi ordenado antes ou depois. Após este período, ocorreram os dois cismas que levaram, junto com o patrimônio, muitos registros documentais soemnte reorganizados no episcopado seguinte. Citamos este percalço histórico para percebermos dificuldades para apontar a ordem cronológica das ordenações nesta Diocese, o que nos impede de incorporá-la a uma lista com a ordem do clero.

Sobre o número de membros do episcopado nacional desde a sagração de Lucien Lee Kinsolving, em 1899, até o ano de 2021, a Igreja teve um total de 36 bispos e 3 bispas, com previsão de novas eleições episcopais para os próximos anos. O número atual de episcopos da IEAB é de 19, com 10 na ativa – contabilizando a última bispa eleita – e 9 aposentados-pensionistas. Já em relação ao clero, em 2021, existem 125 clérigos(as) na ativa e 30 aposentados-pensionistas.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A preservação da memória da Igreja é feita pelo Arquivo Provincial, localizado em Porto Alegre, cujo arquivista atual é o bispo Clovis Erly Rodrigues. Além de preservar o seu patrimônio material, ao longo da história a Igreja publicou muitas obras com este escopo. Em 1988, o reverendo Marçal Lopes de Oliveira publicou *Dados Biográficos do Clero da Igreja Episcopal do Brasil*, obra em que apresenta a vida dos principais clérigos da Província até então. Nos últimos anos, o reverendo Kickhöfel estava organizando uma nova coletânea com mais de noventa biografias do clero mais recente, para lançar um livro atualizado. Porém, com sua morte, em 2017, este projeto até o momento se encontra estagnado. As últimas publicações do gênero foram *Sumio Takatsu – Vida e Teologia* (2019), da reverenda Carmen Kawano – lançado em comemoração aos 50 anos da Diocese Anglicana de São Paulo –, e a coletânea *35 anos de Ordenação Feminina na IEAB* (2021), organizada pelas reverendas Lílian Conceição da Silva, Selma Almeida Rosa e Tatiana Ribeiro, que contém biografias de várias clérigas, e é importante obra fonte na preservação e partilha de histórias e contribuições pastorais das mulheres na Igreja.

Acerca da história das Paróquias da IEAB, destacamos algumas obras que preservam a memória das mais antigas comunidades. Dentre elas, temos *Treze Anos na Paróquia de Bagé* (sem data), de Athalício Theodoro Pithan; *Catedral do Redentor 100 Anos de História* (1992), de Zênia de León; *Paróquia de Cristo – 100 anos em Jaguarão* (1998), *Catedral do Redentor* (1999), *Catedral do Mediador* (2000) e *Paróquia da Ascensão 1916-2016* (2016), de Oswaldo Kickhöfel; *Seikokai – A História da Primeira Construção Religiosa dos Japoneses no Brasil* (2008) e *João Yasoki Ito: A vida e a obra do missionário – História da Paróquia São João* (2010), de Carmen Akemi Kawano; e *Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife* (2017), de Cristiany Moraes de Queiroz.

O eixo de publicações historiográficas que gira entre Porto Alegre, Pelotas, Santa Maria e São Paulo é evidente; há carência de publicações acerca da memória de comunidades antigas, como a Catedral Nacional da Santíssima Trindade, a Igreja do Salvador, em Rio Grande, ou de outras paróquias importantes de Dioceses como Rio de Janeiro, Brasília e Recife. As Atas do Sínodo Geral de 2000 apontavam que projetos desse tipo estavam em curso, porém, por conta dos cismas que ocorreram nesta última Diocese – junto com outros problemas de ordem administrativa e de organização dos próprios cronistas eclesiais –, não foi possível levá-lo adiante.

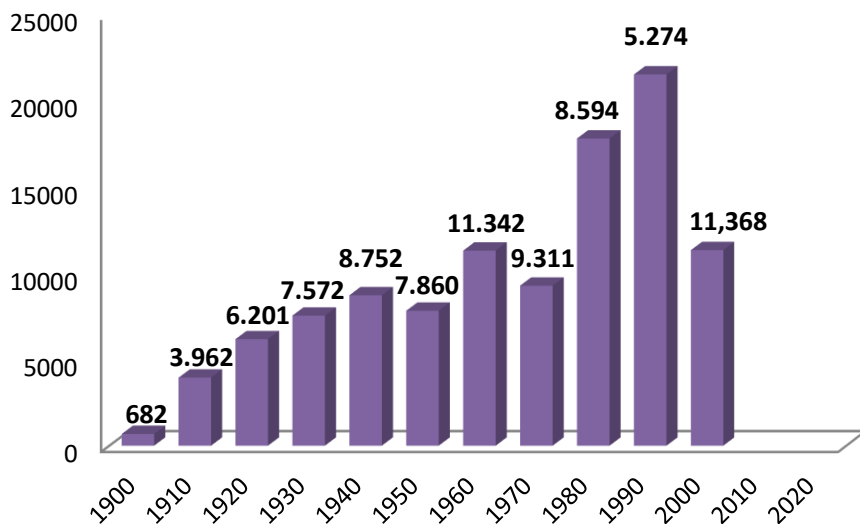
Um dos problemas mais recorrentes para a preservação da memória da Igreja – incluindo seus documentos, atas, e livros publicados ou conseguidos a duras custas –, é a falta de espaços apropriados, sejam eles bibliotecas ou memoriais destinados a este fim. Em Porto Alegre existe o Arquivo Provincial da IEAB, que cumpre o papel de preservar parte da memória da Igreja. Porém, o mesmo não é visto em todas as Dioceses; algumas já possuem espaços adequados em suas paróquias ou em algum centro diocesano para a guarda de tais documentos, a exemplo da Diocese Anglicana de São Paulo. Outras, como Recife, por ter passado por sucessivos cismas no seu passado, ainda luta pela preservação da sua memória, sendo urgente a criação de espaços diocesanos semelhantes ao de Porto Alegre.

Acerca do número de leigos e leigas, segundo os Cânones Gerais da IEAB, há categorias distintas de membros, com seus direitos e deveres específicos. São “membros batizados” todas as pessoas que receberam devidamente o Santo Batismo em nome da Santíssima Trindade e estão arroladas em uma paróquia ou missão da Igreja. Já os “membros comungantes” são todas as pessoas batizadas que participam assiduamente da Santa Eucaristia. São “membros confirmados” todas as pessoas confirmadas segundo o uso e os preceitos do LOC e todas aquelas que, confirmadas por bispos de sucessão apostólica, são recebidas em comunhão por um bispo diocesano da Igreja.

Já os “membros em plena comunhão” são as pessoas confirmadas que participam assiduamente da Eucaristia dominical e demais ofícios e contribuem regularmente com ofertas e dízimos. Somente os membros em plena comunhão podem ser eleitos ou nomeados para cargos de responsabilidade em Capelania, Comunidade Religiosa, Missão, Paróquia, Diocese ou na Província.

Durante o Sínodo Geral de 2000, o Estatístico Provincial, reverendo Oswaldo Kickhöfel, apresentou em seu relatório, uma tabela com os números de todos os membros batizados e confirmados na Igreja até então; tais informações podem ser encontradas nas Atas do Sínodo (2000, p. 94). Os dados mostrados nas duas tabelas abaixo são referentes aos membros da Igreja registrados até então. Entretanto, durante a redação desta pesquisa, tivemos dificuldades para encontrar dados mais precisos para o período entre 2010 e 2020, o que deixa uma lacuna nas estatísticas, devido a um problema de ordem metodológica, tanto da Igreja, quanto do Censo promovido pelo Governo Federal.

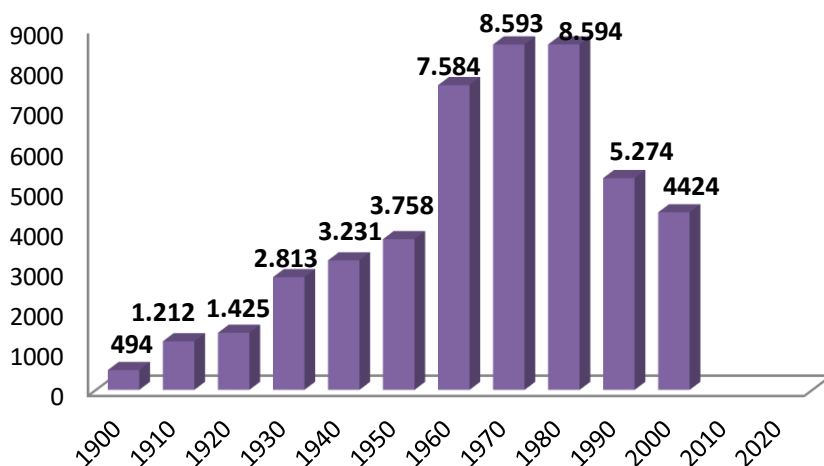
Tabela 3 – Número de Batismos na IEAB



■ Batismos: 106.415

Fonte: Atas dos Sínodos. Elaboração pelo autor.

Tabela 4 – Número de Confirmações na IEAB



■ Confirmações: 47.184

Fonte: Atas dos sínodos. Elaboração pelo autor.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Sem a regularidade e regularização de tais dados, o próprio trabalho da Igreja pode ficar comprometido, até mesmo para a promoção de projetos em longo prazo ou avaliação financeira para um projeto a ser realizado, inclusive, em parcerias com outras Igrejas ou Dioceses da Comunhão Anglicana. Sem um registro regular e uma arrecadação e prestação de contas transparentes, o financiamento e a condução de projetos para as Dioceses e suas comunidades pode ser prejudicado. Para a análise a seguir, utilizamos os dados dos Censos realizados nos últimos vinte anos pelo IBGE. Diante dos números do Censo de 2000, temos que os anglicanos possuíam 16.591 membros, ou 0,20% da população.

Os menonitas, os anglicanos e os adeptos do Exército da Salvação, somados, contam com menos de 40.000 fiéis. [...] Já os anglicanos localizam-se, principalmente em alguns importantes centros urbanos do país, como Recife, São Paulo, Porto Alegre e Pelotas (JACOB *et al*, 2003, p. 72).

As estatísticas do *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil* apresentam o número de membros de cada Igreja do Brasil, com sua respectiva quantidade e a porcentagem dentro das denominações protestantes históricas. Um aspecto positivo que podemos apontar para esses dados, é o registro de membros naquele momento, considerando os que se auto-denominavam anglicanos, não levando em conta o registro da IEAB e exclusivamente os seus dados estatísticos.

Tabela 5 – Denominações protestantes históricas no Censo de 2000

Igrejas	População	% dos evangélicos de missão
Batista	3.162.700	37,31
Adventista	1.209.835	14,27
Luterana	1.062.144	12,53
Presbiteriana	981.055	11,57
Metodista	340.967	4,02
Congregacional	148.840	1,76
Menonita	17.631	0,21
Anglicana	16.591	0,20
Exercito da Salvação	3.743	0,04
Outros	1.533.562	18,09
Total	8.477.068	100,00

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (IBGE).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Apesar do Censo de 2000 ter sido detalhado quanto às denominações e seus membros, o mesmo não aconteceu na década seguinte, quando o Censo de 2010 registrou os números das religiões brasileiras da seguinte maneira.

Tabela 6 – Censo 1970-2010

Religião	1970		1980		1991		2000		2010	
	Núme ro	%	Núme ro	%	Núme ro	%	Núme ro	%	Núme ro	%
Católicos	85.472	91,8	105.861	89,0	121.813	83,0	124.980	73,6	123.280	64,6
Evangélicos	4.815	5,2	7.886	6,6	13.189	9,0	26.452	15,4	42.275	22,2
Outras	2.146	2,3	3.311	2,8	4.868	3,3	6.215	3,7	9.865	5,2
Sem-religião	702	0,8	1.953	1,6	6.946	4,7	12.492	7,4	15.336	8,0
Total	93.135	100	119.011	100	146.816	100	169.871	100	190.756	100

Fonte: ALVES *et al*, 2012, p. 153.

Embora diversos estudos acadêmicos tenham sido feitos sobre o assunto, o Censo de 2010 possui um problema metodológico que não permite conhecer as religiões no país com maior precisão, incluindo a quantidade de fiéis anglicanos.

Neste Censo, ao contrário dos anteriores, a Igreja Anglicana foi contabilizada como “Outras Evangélicas de Missão”. Dessa forma, as categorias do IBGE para registrar as intituladas “Igrejas Evangélicas”, foram divididas da seguinte maneira: Evangélicas de Missão: Igreja Evangélica Luterana, Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja Evangélica Metodista, Igreja Evangélica Batista, Igreja Evangélica Congregacional, Igreja Evangélica Adventista e Outras Evangélicas de Missão.

São mostradas as igrejas que compõem os três grandes “agregados cristãos”: católicos, evangélicos de missão e evangélicos pentecostais. Tal divisão apresenta algumas

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

“heresias”, como chamar as Igrejas Luteranas de “evangélicas de missão”, unir católicos romanos e ortodoxos (coisa que vários concílios não conseguiram) e inserir os adventistas no conjunto dos evangélicos. [...] Essa tabela apresenta outros complicadores. Nela encontramos elencadas entre as igrejas evangélicas de missão (que seriam as não pentecostais) a presença de denominações como a Presbiteriana Renovada, a Metodista Wesleyana, a Batista Pentecostal, a Batista Renovada e a Igreja Adventista da Promessa, igrejas declaradamente pentecostais, algumas deixando isso claro até no próprio nome. Apesar de parecer ser um equívoco não inclui-las no grupo dos pentecostais, esse fato, devido ao tamanho reduzido de tais denominações, não distorce de forma significativa os resultados (ROCHA; ZORZIN, 2012, p. 5).

Aqui nos somamos tecendo as mesmas críticas à metodologia escolhida. Também é preciso questionar uma frequente generalização que aparece, inclusive, nos estudos de religião no Brasil: quem são os “evangélicos”?

Diferente do Censo de 2000 que catalogou os anglicanos entre as Igrejas Evangélicas de Missão no Brasil, no Censo de 2010, além do reducionismo nas considerações acerca da pluralidade de denominações que, muitas vezes, se identificam com o nome de determinadas Igrejas, porém, na prática elas são pós-pentecostais; também houve uma redução das categorias antes contabilizadas, com a exclusão dos menonitas e do Exército de Salvação. Por sua vez, os anglicanos foram literalmente apagados do mapa do IBGE, o que, inclusive, dificulta as análises dos resultados nesta pesquisa.

Entre o Censo de 2000 e o Censo de 2010 do IBGE, foi feito um estudo pelo Centro de Políticas Sociais, da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV), a partir dos microdados da Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) de 2003 e 2009, que apontaram um decréscimo no número de anglicanos, os quais passaram para apenas 0,01% da população brasileira, contabilizando um total de 19.400 membros.

Outras estimativas, divulgadas em matérias jornalísticas entre 2011 e 2015, colocam o número de anglicanos entre 60 e 75 mil, o que não representa um número preciso.

Tabela 7 – Percentual da população brasileira por denominações protestantes históricas nos anos de 2003 e 2009

Denominações	2003	2009
Batistas	1,92	2,09
Luteranos	1,45	0,54
Presbiterianos	0,56	0,48
Metodistas	0,10	0,16
Congregacionais	0,09	0,07
Anglicanos	0,01	0,01

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da POF 2003 e da POF 2009.

Ao considerarmos que, entre os anos 2000 e 2010, aconteceram dois grandes cismas na Província, o que resultou numa perda de fiéis para outras denominações que surgiram, e ao somarmos isto aos problemas metodológicos do último Censo do IBGE, e considerando, ainda, as lacunas estatísticas abertas pela própria IEAB no registro estatístico, a pergunta que fazemos é: quantos anglicanos existem hoje no Brasil? Infelizmente não temos como fornecer um número preciso.

Também existem fatores alheios que contribuem para o problema metodológico do Censo do IBGE: a saída de membros da IEAB e sua nova filiação religiosa. Como exemplo disso, hoje temos no Recife e em várias cidades do Nordeste, “ex-episcopais” que atualmente, são “carismáticos” e “anglicanos” que não se identificariam como tal, mas sim “Outros Evangélicos” no Censo de 2010. Também não podemos considerar como anglicanos apenas os membros da IEAB, pois, no conjunto atual, existem outras denominações intituladas “anglicanas” ou “episcopais” em solo brasileiro. Calvani aponta que o método utilizado pela instituição para a contagem do número de membros – apresentado pelo Estatístico nas Atas Sinodais –, registra todos os batizados desde 1890.

O número de membros é bastante impreciso, pois a teologia anglicana qualifica todos os batizados como membros da igreja, mesmo aqueles que, tendo sido batizados na infância, nunca se incorporaram à vida comunitária. Desse modo, a estatística oficial pode falar em pouco mais de cem mil membros (contando todos os batismos realizados desde 1890). Contudo, a soma dos membros “comungantes” (freqüentadores assíduos) e

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

“em plena comunhão” (pessoas que assumem cargos de liderança leiga e contribuem financeiramente com a instituição) talvez não passe de vinte mil em todo o Brasil. O crescimento pouco significativo do anglicanismo no Brasil talvez se explique por seu firme compromisso ecumênico, que inibe iniciativas proselitistas. O ecumenismo não é opcional na IEAB, mas parte da essência de sua autocompreensão eclesiológica (CALVANI, 2005, 40-41).

A única maneira de solucionar essa lacuna de dados e o problema metodológico do Censo, que ignora as mudanças que aconteceram na história recente do Anglicanismo brasileiro e da IEAB, é a Província convocar uma campanha interna para a realização de um censo entre os seus membros, de forma que este resultado seja apresentado e debatido no Sínodo seguinte.

Percebemos um decréscimo vertiginoso de tradições protestantes históricas, como o Luteranismo – representado no Brasil pelas Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) e Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) – e o Presbiterianismo – representado principalmente pelas Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB). Também apontamos que, desde o Censo de 2000, houve um encolhimento no número de fiéis anglicanos.

No capítulo sobre a História da IEAB, vimos que esses números ínfimos no quadro de membros, deve-se, sobretudo, à crise financeira oriunda do processo de autonomia em relação à Igreja Episcopal norte-americana, processo para o qual a Igreja Brasileira não estava preparada; essa tese também é defendida por Gustavo Gilson de Oliveira.

A IEAB possui algumas características muito peculiares que precisam ser destacadas neste contexto. Diferentemente da maioria das missões protestantes e pentecostais, que gradualmente enviaram missionários e abriram igrejas em todas as regiões do país na primeira metade do século XX, a missão episcopal concentrou seus esforços principalmente no estado do Rio Grande do Sul nesse período. As capelarias anglicanas no sudeste, nordeste e norte do país continuaram quase que exclusivamente dirigidas às comunidades inglesas até a década de 1950, quando foram oficialmente

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

incorporadas à Igreja Episcopal Brasileira. Quando se deu o processo de emancipação financeira da Igreja brasileira em relação à Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a partir da década de 1970, a Igreja nacional ainda contava com um pequeno número de membros e uma infraestrutura fortemente concentrada no sul, sem as necessárias condições de apoio à nacionalização que ocorreria nas décadas seguintes. Esse fator contribuiu significativamente para tornar a IEAB uma Igreja relativamente pequena no cenário religioso nacional. Tem uma presença significativa na região sul, mas números relativamente pequenos no resto do país (OLIVEIRA. In: SWAMY; SPENCER (orgs.), 2019, p. 158).

O Anglicanismo no Brasil revelou-se, desde o seu início, como uma tradição bastante tímida em número de fiéis, embora tivesse presença e atuação significativas no Sul do Brasil. Em sua análise, Robinson Cavalcanti aponta que, a partir da década de noventa, houve a “substituição de um espírito de *‘protestantismo de missão’* por um *‘protestantismo de migração’*, fechado, mais preocupado com a manutenção do que com a expansão” (2009, p. 120). Tal conclusão não está equivocada, uma vez que, no Sul, muitas comunidades se organizam de modo semelhante àquele das Igrejas Luteranas, girando em torno de famílias cuja presença na Igreja remete à época dos missionários episcopais. Assim, até hoje, essas comunidades encontram dificuldade para angariar novos membros.

Dentre outras razões externas, que se somaram às crises institucionais e problemas financeiros, a diminuição de membros pode ser explicada pelo atual quadro do campo religioso brasileiro, no qual temos uma gradual superação das religiões consideradas “tradicionais” como o Protestantismo histórico – e que também inclui, em outra categoria, a pertença dos brasileiros ao Catolicismo Romano.

Somando-se os percentuais dos representantes do protestantismo histórico, vê-se que este encolheu no período pesquisado: caindo de 4,13% para 3,35% da população brasileira no intervalo entre as duas pesquisas da FGV. Portanto, pode-se dizer que, ao contrário do que uma leitura apressada dos números parece indicar, juntamente com o catolicismo, o protestantismo histórico (ou tradicional, nos próprios dizeres da pesquisa) tem diminuído no Brasil. Representantes mais

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

próximas do pensamento de Lutero e de Calvino, as igrejas luteranas e presbiterianas, respectivamente, são as principais responsáveis por essa queda (ROCHA; ZORZIN, 2012, p 7).

O aumento de fiéis nas Igrejas Batista e Metodista deve-se, sobretudo, às novas dinâmicas pastorais e mudanças em suas estéticas e liturgias. Em muitos casos, elas substituíram os antigos coros tradicionais e um culto formal (muitas vezes engessado), por celebrações mais dinâmicas, com músicas contemporâneas e pregações de cunho sentimentalista ou que abordam temas do cotidiano de seus fiéis. A partir da linguagem institucional, tais Igrejas se tornaram “renovadas”.

Nas sociedades pós-tradicionais, *et pour cause*, decaem as filiações tradicionais. Nelas os indivíduos tendem a se desencaxar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertenças sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso, revisáveis, e os vínculos, quase só experimentais, de baixa consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais (PIERUCCI, 2005, p. 19).

Em resumo, podemos apontar que a estagnação e a retração do Anglicanismo no Brasil, quando analisadas do ponto de vista das novas tendências do campo religioso brasileiro, se devem às mudanças de filiação religiosa, através das quais as Igrejas consideradas “tradicionais” perdem espaço para grupos que oferecem uma pertença “pós-moderna”, leia-se, aqui, Igrejas de perfil evangélico/pós-pentecostal, católico/carismático. Essa nova modalidade de filiação privilegia grupos religiosos emergentes baseados em linguagem contemporânea e uma estética “hipster” – contrastando com ética e moral conservadoras –, em detrimento dos grupos mais antigos – que se mostram resistentes a mudanças no aspecto litúrgico e estrutural, embora possam vir a ter maior flexibilidade em questões morais e doutrinárias. Esse novo quadro das religiões no Brasil tem, todavia, outro lado.

Fiéis que antes se vinculavam a uma única denominação durante boa parte de suas vidas, hoje transitam livremente, e com maior facilidade, entre diferentes grupos, o que afeta a quantidade regular de

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

membros das novas Igrejas. Assim, de tempos em tempos, elas precisam atualizar sua oferta para o público como estratégia necessária para se manterem dentro do mercado religioso brasileiro.

Do ponto de vista financeiro, a evasão de membros na IEAB, na primeira década do século XXI, constitui-se em um dos problemas mais delicados a serem resolvidos desde a autonomia da Província. A partir do ano de 1965, foi posto em prática o “Plano Decenal de Emancipação Financeira”, quando a Igreja Episcopal dos Estados Unidos reduziu gradualmente sua participação no orçamento da Igreja Brasileira. Porém, esta não se organizou de modo concreto para seguir tal política, o que gerou uma gradual uma crise acerca das divisas que vinham do exterior.

Muitos clérigos foram forçados a procurar empregos seculares; além disso, instituições que antes mantinham os trabalhos sociais ou prestavam serviços à Sociedade Civil faliram ou foram fechadas, como recurso de contingenciamento de gastos. À guisa de exemplos, podemos citar muitas escolas da Igreja, no Rio Grande do Sul, e os Seminários Provinciais que foram fechados ao longo dos anos²⁵.

A situação foi relatada pelo Primaz, Olavo Ventura Luiz, em documento enviado ao Bispo Presidente da Igreja Episcopal norteamericana, em 24 de junho de 1988, que foi lido na Convenção Geral daquele ano.

Na consulta *Companheiros em Missão*, realizada em 1976, em plena fase do Plano Decenal, nossos companheiros consideraram o Fundo de Emancipação inexpressivo e sem seriedade em relação ao futuro. O tempo mostrou que eles estavam certos. É verdade que suas palavras não foram registradas no relatório, mas foram ditas. O programa *Venture in Mission* enviou 500.000 dólares à igreja brasileira no período de 1981 a 1986. A *Church School Missionary Offering* remeteu 72.975,11 dólares, uma significativa participação das crianças norte-americanas

²⁵ No *Dicionário de Instituições Protestantes no Brasil*, lançado em 2019, tem-se o registro das instituições educacionais que pertenceram à Igreja desde a sua fundação, mas que, em sua maioria, não existem mais: Colégio Cruzeiro do Sul; Colégio John Kennedy; Colégio Santa Margarida; Faculdade Anglicana de Erechim; Faculdade Anglicana de Tapejara; Instituto Anglicano Barão do Rio Branco; Instituto Anglicano Mélanie Granier; Seminário Anglicano de Estudos Teológicos; Seminário Teológico Dom Egmont Machado Krischke. Atualmente, apenas o Instituto Livramento e o Colégio Anglicano de Araras continuam funcionando.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

no trabalho da educação cristã da igreja no Brasil. A *United Thanking Offering* enviou recursos para projetos específicos e o *Departamento de Missões Além-Mar* conseguiu alguns recursos para alguns projetos. Contudo, as importâncias transferidas à igreja num país de dimensões continentais foram insignificantes. Apenas 2.240,05 dólares do montante acima foram destinados ao Fundo de Emancipação. Embora nosso Fundo de Emancipação não tenha sido razoável, foi um milagre o Fundo conseguir manter a administração provincial e ainda ajudar duas dioceses missionárias – Recife e Brasília – de maneira muito precária. Há quatro dioceses emancipadas. Outra diocese emancipada será criada na parte sul do Estado do Rio Grande do Sul com sede na cidade de Pelotas no próximo Sínodo. Mas elas enfrentam sérias dificuldades para construir o seu futuro, devido ao fato de que o seu povo sofre grande recessão econômica e uma inflação de 20% ao mês, enquanto o país sofre enormes consequências da dívida externa (KICKHÖFEL, 1995, p. 364).

A celebração do centenário da IEAB se deu em meio a uma das maiores crises financeiras do país, gerada pela alta inflação durante o governo do presidente José Sarney.

Em 1990, foi instituída uma Comissão entre as duas Igrejas, buscando nova aproximação, não pautada numa dependência em relação à Província norte-americana, mas em busca de troca de experiências entre suas lideranças, de modo que a Província Brasileira pudesse se atualizar em suas ênfases teológicas e doutrinárias, e, também, se organizar e buscar recursos para as suas finanças. Movimentos de aproximação e parcerias bilaterais também ocorreram entre outras Igrejas da América Latina e do Caribe.

O alinhamento episcopal americano segue uma característica que está pautada na origem comum entre as Províncias que, em sua maioria, são fruto da missão da Igreja dos Estados Unidos, bem como a partir de uma relação de proximidade com suas identidades – marcadamente “liberais” em suas teologias e, ao mesmo tempo, mais “tradicionais” em suas liturgias e em outros aspectos. Na prática, com o passar do tempo, o movimento acabou transformando-se em uma reação ao realinhamento anglicano promovido pela GAFCON e as suas Igrejas.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Na prática, o que tem ocorrido é que as províncias e dioceses conservadoras se aliam com conservadoras e províncias e dioceses progressistas se aliam somente com seus pares. E isso tem dificultado a manutenção da unidade diocesana em várias partes do mundo (SOUZA, 2020, p. 75).

A construção de alianças entre Igrejas de perfis semelhantes é algo visível quando nos debruçamos nos recentes Encontros de Parcerias para a América Latina e o Caribe, promovidos pela Trinity Wall Street, uma tradicional paróquia da Diocese Episcopal de Nova York. Estas reuniões têm como função principal aproximar as Igrejas da Comunhão Anglicana na região, estimulando parcerias e promovendo a capacitação e sustentabilidade das Igrejas. Tais parcerias visam a organizar projetos para dioceses e paróquias que necessitem de suporte financeiro para o campo da educação teológica, para intercâmbios e promoção de eventos de formação destinados aos leigos e clérigos das Províncias e Dioceses. Nesses encontros também se dá a articulação entre bispos e bispas, para que possam conhecer-se e organizar-se para a próxima Conferência de Lambeth.

A Trinity Wall Street iniciou os Encontros de Parcerias em 2015, após a chegada do novo reitor da Igreja, o reverendo William Lupfer. O segundo encontro ocorreu em 2016, quando bispos, clérigos e leigos de várias dioceses da América Latina e do Caribe se reuniram na Cidade do Panamá. O terceiro aconteceu em 2017, na cidade de Montego Bay, Jamaica. O quarto aconteceu em 2018, na cidade de Cartagena, na Colômbia. O último evento ocorreu em Curitiba, de 24 a 29 de outubro de 2019, com o tema “Parcerias em liderança: identificar e equipar lideranças emergentes”²⁶. A reunião seguinte aconteceria em outubro de 2020, em Barbados, mas foi adiada por causa da pandemia do COVID-19.

As Igrejas e dioceses da América Latina e Caribe possuem um perfil mais progressista, e isso aproximou, inclusive, representantes de Igrejas lusófonas e espanholas, a exemplo da Igreja Lusitana e da Igreja Episcopal Reformada da Espanha, que enviaram clérigos e seus respectivos bispos. Também percebemos um movimento de

²⁶ O evento foi coordenado pelos reverendos Mark Bozzuti-Jones e Winnie Varghese, diretores para iniciativas globais, sob a liderança do reverendo William Lupfer, reitor da Trinity Wall Street.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

aproximação entre as Igrejas Anglicana de língua portuguesa, com a criação da Rede Lusófona da Comunhão Anglicana em 2016, que tem como objetivo ampliar a visibilidade dessas Igrejas dentro da Comunhão. A Rede congrega a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Lusitana²⁷, a Igreja Anglicana de Moçambique e Angola²⁸.

A parceria da Trinity com a IEAB teve início através de diálogos estabelecidos durante a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, entre o bispo Francisco de Assis da Silva e o reverendo Arthur Cavalcante – então Primaz e Secretário-geral, respectivamente – que objetivaram construir um planejamento financeiro e missionário concreto para a Província brasileira. Após esses encontros internacionais, foi criado o GT Finanças que, após estudos, percebeu que a questão financeira só poderia ser resolvida a partir de um projeto de captação de recursos.

Os recursos da Província advêm de duas formas: as cotas pagas pelas Dioceses e a geração de receitas a partir do patrimônio da própria Igreja. Com essa segunda opção, o GT planejou que as Dioceses

²⁷ A Igreja Lusitana é a representante da Comunhão Anglicana em Portugal. Assim como a Igreja Episcopal Reformada da Espanha, ela também está sob a supervisão direta do Arcebispo de Cantuária. A Igreja Lusitana surgiu dentro do contexto da luta pela diferenciação religiosa, no século XIX. Em 1880, foi organizado um Sínodo, em Lisboa, sob a liderança do bispo anglicano Henry Riley, do México, congregando padres e leigos católicos romanos que contestavam o ultramontanismo e os dogmas do Concílio Vaticano I. Posteriormente, outras Igrejas evangélicas de Portugal se integraram à Igreja Lusitana. Em 1958, ocorreu a sagração do primeiro bispo português, Dom António Ferreira Fiandor. Com a expansão pelo país, em 1980 a Igreja tornou-se membro da Comunhão Anglicana. O atual líder é o bispo Dom Jorge Pina Cabral, cuja sé episcopal fica na Catedral de São Paulo, em Lisboa. É formada por uma única diocese, dividida em arcediagados no sul e no norte de Portugal.

²⁸ O Anglicanismo chegou a Moçambique através de missionários britânicos que criaram, em 1893, a Diocese dos Libombos. O primeiro bispo da Igreja em Moçambique foi o inglês Edmund Smyth (1893 a 1912). O português Daniel Pina Cabral foi o primeiro bispo lusófono a assumir a Diocese dos Libombos (1968 a 1976); em seguida, Dinis Sengulane tornou-se o primeiro bispo moçambicano (1976 a 2014). As primeiras dioceses em Moçambique foram: Niassa, Nampul e Libombos. Desde 2014, a Igreja é liderada pelo bispo Dom Carlos Matshinhe, eleito para suceder Sengulane. Já a Igreja em Angola surgiu recentemente, com o desmembramento da Diocese dos Libombos, em 2003. É liderada pelo bispo Dom André Soares. Ambas integravam a Igreja Anglicana da África Austral, porém, em 2021, após reuniões com os órgãos da Comunhão Anglicana, decidiu-se desmembrar estas Dioceses, formando a 42ª Província, a Igreja Anglicana de Moçambique e Angola, cujo caráter identitário que a define, é a língua portuguesa.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

elaborassem projetos de sustentabilidade a partir do uso do próprio patrimônio local, uma vez que os recursos da Igreja não se encontram nos seus caixas, mas nos bens imóveis que ela possui. Não por acaso, estes foram os principais alvos de esbulho durante os cismas.

No Relatório apresentado no Sínodo Geral de 2018, foi feito um detalhamento do patrimônio da Igreja, chegando-se à conclusão de que a Província era muito rica em termos de bens, porém, não os utilizava para gerar renda. Assim, tinha-se uma possibilidade de crescimento da Igreja, tanto do ponto de vista financeiro, quanto em outros aspectos, através do uso correto do seu patrimônio. Em parceria com o GT Finanças, lideranças da Igreja Anglicana do México, juntamente com o apoio da Trinity Wall Street, ajudaram na construção desse estudo sobre as finanças da Igreja brasileira. Para alcançar o objetivo, era preciso desenvolver um trabalho em conjunto entre a Província, suas Dioceses e comunidades.

Após o Sínodo de 2018, a Província contratou uma equipe para realizar um planejamento estratégico trienal para a Igreja. O processo transcorreu entre março e dezembro de 2019. Foram feitas rodadas de escuta e diálogo nas Dioceses, com mais de cem pessoas, das quais saíram relatórios que apontavam os principais problemas estruturais da Igreja que impediam seu crescimento. Um grupo de trabalho formado por membros das nove Dioceses, mais o Distrito Missionário e outros órgãos²⁹ da Província se juntaram para criar um plano de ação. Tais oficinas de planejamento aconteceram em agosto de 2019, na cidade de Porto Alegre, em setembro, na cidade de São Paulo, e em outubro, na cidade de Brasília.

Na reunião ocorrida em Porto Alegre, foram sugeridos quatro eixos de atuação: Missão, Pastorais e Diaconia; Formação Teológica; Gestão, Comunicação e Sustentabilidade; e o eixo da Identidade. Na mesma reunião levantou-se a dúvida se a identidade seria um eixo isolado ou estava presente nos demais eixos. Nas reuniões seguintes, em São Paulo, chegou-se à conclusão que a questão da “Identidade Anglicana” perpassa todos os eixos e é o ponto de partida para lidar com os outros tópicos. Na última reunião, ocorrida em Brasília, o projeto foi apresentado aos integrantes do grupo; posteriormente, foi lançada uma cartilha com o Plano Estratégico Provincial 2020-2023.

²⁹ Também integram o grupo representantes do GT Gestão, GT Juventudes, JUNET, Câmara do Clero e do Laicato e da Assessoria.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

As diretrizes do Eixo 1 – “Missão, Pastorais e Diaconia”, buscam transformar as comunidades em espaços seguros de acolhimento pastoral e serviço “às necessidades materiais, emocionais e espirituais de todas as pessoas”. Também buscam promover o protagonismo da juventude e desenvolver o “discipulado intencional” nas diversas pastorais. Outros objetivos específicos são: implementar um projeto para desenvolver o Distrito Missionário e traçar uma estratégia de crescimento social e territorial da Igreja.

As diretrizes do Eixo 2 – “Formação Teológica”, buscam revisar, atualizar e implementar o “Plano Nacional de Educação Teológica” – PNET, através da profissionalização da gestão. A formação para a educação cristã será voltada tanto para o ministério leigo quanto o ordenado. Como um dos objetivos específicos, será credenciado um curso de Bacharelado em Teologia, junto ao MEC, na modalidade EaD, ao mesmo tempo em que o Curso de Imersão em Anglicanismo, promovido pelo Centro de Estudos Anglicanos, será fortalecido. Dentro desse eixo, também será elaborado um curso de formação em juventudes e cidadania, para ser implementado nos grupos ligados à UJAB.

Já as diretrizes do Eixo 3 – “Gestão, Comunicação e Sustentabilidade”, buscam fortalecer a sustentabilidade da Província, Dioceses e Comunidades, por meio da dinamização patrimonial, com geração de recursos e boas práticas de gestão. Entre seus objetivos específicos estão a busca por uma política de comunicação que favoreça a integração da Igreja em nível interno e com a sociedade, por meio de um sistema de informação de dados que favoreça uma cultura de gestão eficiente e transparente em todas as instâncias eclesiais.

O referencial de identidade institucional para a Igreja é, sem dúvida, a Comunhão Anglicana, pois ela é uma Província desta. Porém, como Igreja Nacional, o Anglicanismo mundial não preenche todas as demandas requeridas pelos desafios surgidos atualmente. Por conta das crises que brotaram dos anos oitenta, a IEAB possui baixa adesão institucional e carência de elementos que a fortaleçam ao redor do país. Por outro lado, nos últimos anos, ela aprofundou seus valores e missão, a partir de práticas de acolhimento diante da diversidade que se tornou latente, em nível eclesial, enquanto fruto de todo o contexto da própria sociedade brasileira.

Acerca do Eixo 1 – “Missão, Pastorais e Diaconia”, o desafio da Igreja é avançar no perfil comum do trabalho pastoral, diante da

diversidade da Igreja, e nos problemas a serem enfrentados, como a baixa frequência ou baixa quantidade de membros. Esta questão está intimamente ligada às iniciativas de diaconias como parte da vida da Igreja. E aqui a Diaconia não significa assistencialismo ou obras sociais. As pastorais precisam ser mais ativas, não apenas na promoção de ações coletivas, mas, no acompanhamento pastoral dos indivíduos como parte da dimensão do serviço na Igreja. Isso diz respeito tanto ao atendimento pastoral em cada Paróquia ou Missão, quanto às capelanias que existem em cada Diocese.

Como parte da missão da Igreja, também entra o desafio de implementar um projeto para o futuro do Distrito Missionário, uma vez que ele é vasto e diverso em sua composição. As comunidades se localizam em regiões muito distantes umas das outras, com um número reduzido de clérigos e lideranças leigas, o que dificulta o atendimento regular a todas as comunidades. Se não há recursos para a missão, a manutenção delas torna-se ameaçada. Por isso, é preciso repensar os novos modelos de paróquias para estas regiões.

Sobre o Eixo 2 – “Formação Teológica”, o principal desafio está em estruturar um sistema financeiramente sustentável, para que a Província possa promover de forma mais efetiva sua identidade e unidade. A crise da formação teológica – que por muitos clérigos é apontada como anterior ao fechamento dos seminários em que eles estudaram – perdura até os dias atuais. Até 2020, pode ser estranho, mas a IEAB, enquanto Igreja de proporções nacionais e internacionais como foi colocado anteriormente, não possui um seminário para a formação do seu clero, mesmo que seja na modalidade EaD. Esta é uma das razões que impede o estímulo à promoção de novas vocações ao ministério ordenado. Com a carência de clérigos na maior parte das Dioceses, o desafio é evitar que a questão se torne um sério problema para a sobrevivência, inclusive, de comunidades históricas.

Com o fechamento dos dois Seminários Provinciais (SETEK e SAET), a Igreja ficou sem um curso de Teologia adequado para a formação daqueles que buscam o ministério ordenado em todo o país. Na legislação anterior, a graduação em Teologia era oferecida pelas instituições “em nível superior”, mas não garantia a emissão de um diploma registrado no MEC. Em 1999, quando foi reconhecido o Bacharelado em Teologia, foi dado um prazo para que as instituições se credenciassem. O prazo findou em 2003, e foi renovado até 2012. Com a criação da nova área da CAPES – Ciências da Religião e Teologia –,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

ficou ainda mais restrita a possibilidade de as instituições de ensino oferecerem tal curso. A partir dessa data, não existe mais a convalidação do curso de Teologia, embora seja possível a criação de “cursos livres”.

Com o desejo de profissionalizar a educação teológica, a Província elaborou um projeto para credenciar um curso de Teologia, junto ao MEC, na modalidade de Ensino à Distância. Foram contratados dois assessores para criar a estrutura legal e pedagógica, juntamente com a mantenedora, a Associação Anglicana de Educação do Brasil, que ficará responsável por administrar as futura Faculdade Anglicana do Brasil (há o projeto dela se chamar *Faculdade Egmont Krischke*, em homenagem ao primeiro Primaz da IEAB). Em decorrência dos trâmites legais e dos atrasos advindos da Pandemia do COVID-19, a previsão de funcionamento dessa nova instituição, e subsequente início do curso, está para o ano de 2022.

O projeto de criação de uma instituição de ensino superior da Província concretiza os sonhos e debates realizados durante o 1º Congresso Episcopal, cuja tese foi apresentada pelo arcebispo Antônio Guedes: “recomendamos, considerem as competentes autoridades eclesásticas, a idéia enunciada do estabelecimento de uma Universidade Episcopal no Brasil” (*In: KRISCHKE et al*, 1960, p. 168).

Junto com a implementação do projeto de educação teológica, a Província conseguiu uma conquista importante relacionada a este Eixo, com a organização da Livraria e Editora Anglicana. A criação desse espaço para publicações de obras relativas à história, teologia e materiais que atendam ao Plano Nacional de Educação Teológica (PNET) é fundamental para fortalecer a formação. No passado, a Igreja teve a Publicadora Ecclesia, que foi responsável por organizar e lançar importantes obras sobre a Igreja, à época do Primado do bispo Egmont Krischke.

Vale frisar que a Igreja muitas vezes, possui materiais publicados sobre temas de Educação Cristã, que são desconhecidos pelos seus próprios membros. Ao mesmo tempo, as publicações atuais algumas vezes não são devidamente utilizadas nas paróquias, como materiais sobre o combate à violência contra a mulher e sobre gênero e sexualidade. O maior desafio, na última década, foi apresentar às comunidades estudos sobre questões e problemas sociais e educar os seus membros em um curto período de tempo. Uma saída para economizar tempo e dinheiro, seria a Igreja reaproveitar publicações do passado, reeditá-las – atualizando a linguagem – e utilizá-las em

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

comunidades, facilitando o acesso de pessoas que, muitas vezes, não assimilam a formação acadêmica das lideranças.

Por último, o Eixo 3 – “Gestão, Comunicação e Sustentabilidade” tem como desafio, em primeiro lugar, desenvolver um senso estratégico na condução e administração da Província e, em segundo, buscar desenvolver uma cultura de gestão administrativa e financeira mais eficiente, que favoreça a sustentabilidade financeira. Vinculada à gestão, a comunicação da IEAB torna-se essencial como parte da sua inserção na sociedade, tornando-a mais pública e aberta e, como consequência, mais inovadora e missionária.

Para isso, será necessário profissionalizar a gestão relativa à comunicação, passando por um trabalho em conjunto com toda a Província, de modo a torná-la mais conhecida em todo o Brasil, superando as deficiências ainda existentes em sua comunicação interna. Para garantir uma execução mais técnica, este trabalho deverá ser realizado por profissionais da área, se possível, por jovens paroquianos ou membros da UJAB.

Só assim, a Igreja conseguirá superar um dos seus maiores problemas, pois, atualmente, ela aparenta estar em desvantagem no quesito da sua “propaganda”, quando a comparamos com outras denominações cristãs no país. Resumindo os desafios para a implementação do plano, como o próprio texto introdutório frisa, a sua incorporação nas decisões e afazeres da Igreja é urgente.

Por melhor que seja um Plano Estratégico e por mais participativo que tenha sido seu processo de elaboração, ele só ganhará efetividade na medida em que passar a orientar a vida prática da instituição. No caso da IEAB, o primeiro passo para isso é o plano tornar-se conhecido por todos na Igreja. Recomenda-se uma boa estratégia de comunicação e divulgação do Plano Estratégico, que atinja todas as instâncias da Igreja. Faz-se necessária também uma versão sintética e didática, com foco no plano de ação (partilha), para facilitar a todos/as a familiarização com o Plano. Para que o Plano Estratégico oriente, de fato, a vida da Igreja, faz-se necessário que todas as instâncias dioesanas, de áreas e provinciais o adotem como referência, alinhando a ele seus planos específicos. Imprescindível também é que o Grupo Gestor do Plano Estratégico assegure regular processo de monitoramento e avaliação do Plano, emitindo comunicados sobre seu andamento, avanços e

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

dificuldades. O processo de incorporação do Plano Estratégico nas decisões e afazeres da Igreja é urgente (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2020, p. 7).

O Plano Estratégico Provincial coincide com as celebrações dos 130 anos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. O trabalho foi construído envolvendo a escuta de mais de cem pessoas, espalhadas pelas Dioceses e Distrito Missionário, cujo esforço coletivo é mais do que uma oportunidade de crescimento, é espaço para a reafirmação da identidade da Igreja, através de uma busca por sua maior visibilidade em todo o Brasil. Para isso será preciso divulgá-lo, de modo que atinja todas as instâncias, de suas lideranças até o povo.

1.3 As novas ênfases teológicas

Considerando a questão das múltiplas identidades da Igreja a partir do texto apresentado no Plano Estratégico Provincial, é preciso compreender de que modo, e em que contexto histórico, político e social, surgiram estas as identidades que marcaram a Província brasileira na transição do século XX para o XXI.

Como uma Igreja histórica, surgida como fruto de uma confluência das capelanias inglesas, da missão episcopal norte-americana e do trabalho missionário entre a comunidade japonesa, tornou-se uma denominação progressista em suas pautas e em sua teologia, a partir de um conceito de inclusão para todas as pessoas em suas várias esferas eclesiais? Para responder a essa questão e compreender melhor as mudanças na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, precisamos analisar a história da formação do Cristianismo em nosso país.

A chegada do Protestantismo na América Latina não foi apenas um projeto missionário religioso; ela representou, também, um projeto de implantação de idéias progressistas e liberais na sociedade, em especial, a partir da chegada das Igrejas norte-americanas em solo brasileiro. O ideário liberal – do ponto de vista das liberdades filosóficas – marcou, sobretudo, a primeira metade do século XX, com a consolidação dessas Igrejas. Em virtude da presença inglesa e norte-americana, a Maçonaria teve um papel importante na promoção da Igreja Episcopal, através do seu clero, muitos dos quais, eram membros

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

ativos da fraternidade, especialmente no Sul do Brasil, em cidades como Pelotas e Santa Maria³⁰.

Em seu início, a Igreja não se preocupava com questões voltadas para os problemas sociais do país ou até mesmo para os Direitos Humanos, uma vez que, por causa da visão missionária norteamericana, atuava de forma muito mais assistencialista. Somente a partir de 1934 ela passou a se inserir cada vez mais na sociedade brasileira – influenciada pela visão social do bispo William Thomas, e a integrar a Confederação Evangélica do Brasil.

A partir da década de 1960, novas teorias sociais e abordagens teológicas passaram a influenciar a eclesiologia de várias denominações na América Latina. No final dessa década, a Teoria do Desenvolvimentismo³¹ começou a entrar em declínio, e, junto com ela, o alinhamento de instituições políticas e religiosas com o eixo norteamericano. No Brasil, partidos políticos e Igrejas deixaram de lado a proposta do desenvolvimento continental – patrocinado pelos Estados Unidos e promovido por órgãos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina, da ONU – para buscarem novas respostas aos desafios sociais do país.

No campo do Catolicismo, o Concílio Vaticano II, com sua perspectiva ecumênica – que incluiu a participação de teólogos de outras Igrejas não-católicas nos debates extra-oficiais entre os delegados católicos –, marcou a construção de uma nova Igreja, mais voltada para a realidade histórica. Encontros episcopais, como a Conferência de Medellín, convocada pelo Papa Paulo VI, em 1968, buscou alinhar as diretrizes do Concílio às necessidades da Igreja na América Latina, visando a superar o projeto de Igreja então vigente.

³⁰ Vários clérigos e bispos desta época foram membros da Maçonaria no Rio Grande do Sul, especialmente o bispo Athalício Pithan, que foi grão-mestre da Loja Maçônica da cidade de Santa Maria. Um estudo mais detalhado da relação desta instituição com a Igreja Episcopal no Sul do Brasil pode ser lida na tese de Berenice Lagos Guedes, intitulada “História da Educação no Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: Algumas Imbricações, Contradições e Paradoxos (1901/1970)”.

³¹ A Teoria do Desenvolvimentismo foi uma política de alinhamento entre países de Primeiro e Terceiro Mundo, buscando a cooperação econômica como um meio de desenvolver estes últimos a partir da industrialização. No Brasil, o período entre o último mandato de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek, foi marcado pelo estreitamento de relações com os Estados Unidos, ganhando ainda mais força durante a ditadura militar. Tal alinhamento também foi defendido por bispos católicos e pastores protestantes.

Medellín se encontra hoje no que chamamos de passagem do desenvolvimentismo para a teologia da libertação. O que significa o desenvolvimentismo? Que existem sociedades desenvolvidas e sociedades subdesenvolvidas, logo é necessário desenvolver as segundas. Mas o desenvolvimentismo pensa que deve-se desenvolvê-las segundo o modo e o modelo das desenvolvidas. (...) Isso é o que pensa o desenvolvimentismo e está um pouco presente ainda em Medellin (DUSSEL, 1972, p. 108).

A construção de Teologias autóctones na América Latina e a fundação de novos organismos da Igreja Católica – CEHILA, CLAI etc. –, convergiram para a difusão de novas idéias dentro de Igrejas históricas, como a Metodista, Presbiteriana, a Luterana e a própria Igreja Episcopal. Na mesma época, no meio evangélico surgiu, em 1961, o movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), no Peru, após a 2ª Conferência Evangélica Latino-Americana. No mesmo período, foi fundada a Fraternidade Teológica Latino Americana, criada em 1970, um ano após o 1º Congresso Latino Americano de Evangelização.

Da mesma forma, no meio protestante internacional, o Congresso de Lausanne para a Evangelização Mundial (1974) influenciou a produção da Teologia da Missão Integral. No Brasil, essa corrente teológica foi promovida por muitos teólogos como Paul Freston, Elben Lenz César, Valdir Steuernagel, Ricardo Barbosa de Sousa, Ariovaldo Ramos, Carlos Queiroz, Jorge Henrique Barro, Joaquim Beato e João Dias de Araújo, entre outros. Na Igreja Episcopal Anglicana, o bispo Robinson Cavalcanti foi um dos maiores entusiastas e defensores das suas teses.

Em pouco tempo, esses movimentos se converteriam em espaços de debate para lideranças evangélicas engajadas nas lutas e em uma hermenêutica com o objetivo de compreender as rápidas transformações sociais na América Latina. Os debates que traziam questões ligadas a políticas públicas, diminuição da pobreza, conjuntura da sociedade, moral e sexualidade, além de direitos fundamentais, foram sendo aprofundados dentro da Teologia, buscando compreender a real relação de tais temas com o Cristianismo. Temos como exemplo, no contexto anglicano, a declaração da “Conferência Nacional do Clero”,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

em 1967, que expressava as preocupações das lideranças da Igreja Episcopal do Brasil quanto ao cerceamento de direitos e a gradual perseguição do Regime Militar a opositores políticos.

Por outro lado, a aproximação entre as Igrejas que compunham o movimento ecumênico nacional teve um contraponto. Na mesma época chegaram ao Brasil diferentes grupos fundamentalistas, oriundos dos Estados Unidos, como parte de um projeto de setores do Governo Militar para desarticular as Igrejas que se mantinham socialmente engajadas. Esse momento foi marcado por movimentos que iam desde marchas católicas em defesa da família e de valores cristãos – e que se levantavam contra uma suposta “ameaça comunista” –, até algumas igrejas evangélicas que, durante a Ditadura, contribuíram diretamente com o Regime dos Militares, denunciando e entregando militantes ou intelectuais de suas próprias fileiras. Nas palavras de Gustavo Gilson de Oliveira: “o movimento evangélico, menos engajado politicamente e mais conservador teologicamente, também teve uma fase de relativa influência entre os anos de 1970 e 1990” (*In*: SWAMY; SPENCER, 2019 p. 157-158).

Na Igreja Episcopal, entre os teólogos do período, destacam-se Jaci Correia Maraschin e Sumio Takatsu. As influências vindas da Igreja norte-americana rapidamente chegaram ao Brasil trazendo, com elas, mudanças nas perspectivas teológicas, doutrinárias, litúrgicas e pastorais, as quais marcaram o seu *ethos* nas décadas seguintes, especialmente a partir do conceito da *Inclusividade*, que abordamos ao final desse capítulo.

Para aprofundar a questão, fizemos uma abordagem histórica de quatro ênfases teológicas que elegemos nesta pesquisa, às quais consideramos cruciais para a construção das múltiplas identidades da IEAB: o engajamento social da Igreja, a ordenação de mulheres e de pessoas LGBTQ+, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o novo Livro de Oração Comum com sua Inclusividade Litúrgica. Em cada um dos tópicos, abordamos suas implicações, tanto em nível provincial quanto na Comunhão Anglicana.

1.3.1 Uma Igreja inserida nas questões políticas e sociais

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento ecumênico teve um papel importante na organização e aproximação das denominações históricas no debate público sobre o “papel social das Igrejas”.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Um dos momentos marcantes do período foi a Conferência do Nordeste³², organizada na cidade do Recife entre 22 e 29 de julho de 1962, pela Confederação Evangélica do Brasil. A Conferência teve um polêmico tema para a época: “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. O evento, de caráter ecumênico, ficou bastante conhecido, pois, reuniu estudantes, clérigos e intelectuais, como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Paul Singer e outros.

Em uma das sessões, Edmund Knox Sherrill falou sobre a dimensão social da missão da Igreja. Em seu discurso, o bispo apontava para a urgente necessidade dos cristãos refletirem e agirem para amenizar os problemas sociais vividos no país.

Torna-se um imperativo relativo e moral associarmos-nos de mesma maneira positiva ao processo histórico e revolucionário da nossa época. Como cristãos, podemos divergir sobre as medidas a serem tomadas, pois a situação é de fato extremamente complexa, mas não podemos, a nosso ver, nem mesmo pensar em divorciar-nos da luta pela justiça e bem-estar sociais. Pela providência de Deus, temos chegado a este momento histórico, e, se pretendemos obedecê-lo, precisamos usar a capacidade que ele nos proporcionou, a fim de que os bens que presentemente mui poucos desfrutam passem à disposição de todos os nossos irmãos (*In*:

³² Após a realização da Conferência do Nordeste, em 1962, foram publicados dois cadernos intitulados “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Os documentos e seus respectivos autores foram: “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, Almir dos Santos; “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”, Celso Furtado; “O NE no processo revolucionário brasileiro”, Celso Furtado; “A missão total da Igreja numa sociedade em crise”, Edmund K. Sherrill; “A Igreja e a sua responsabilidade social”, Ernst Schlieper; “O artista: servo dos que sofrem”, Gilberto Freire; “A revolução do reino de Deus”, João Dias de Araújo; “Ideologia cristã como base para a ação social da Igreja”, Joaquim Beato; “Os profetas em épocas de transformações políticas e sociais”, Joaquim Beato; “Resistências à mudança social no Brasil”, Juarez R. B. Lopes; “Mudanças sociais na história contemporânea”, Paul Singer; “Cristo, a única solução para o Brasil”, Sebastião G. Moreira. Além disso, vários grupos de estudos foram formados, publicando os seguintes documentos: “Fronteira econômica, Grupo urbano”; “Fronteira econômica, Grupo industrial”; “Fronteira econômica, Grupo rural”; “Fronteira cultural, Grupo educacional”; “Grupo de arte e comunicação”; “Fronteira estudantil, Grupo estudantil”; com o encerramento da Conferência do Nordeste realizado por Curt Kleemann, foi publicado o Apêndice “Cidadania responsável nas situações históricas”.

Da mesma forma, por meio de uma crescente aproximação, através dos novos movimentos sociais e políticos – especialmente em defesa dos direitos fundamentais –, católicos e protestantes foram capazes de articular pautas comuns que ganharam espaços na imprensa e voz dentro da sociedade civil, especialmente nas grandes capitais, onde a resistência contra a Ditadura era mais forte, em alguns casos, à custa da liberdade de clérigos e leigos e, em outros, das suas vidas.

Tais idéias convergiram na construção de uma “Teologia da Libertação Protestante”, junto com a ascensão de lideranças eclesiais e intelectuais comprometidas com a inserção das Igrejas na sociedade e com a dimensão pública da Teologia. No campo da educação, a fundação de instituições como a Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE)³³, foi essencial para a tradução e publicação de obras inéditas em língua portuguesa.

Os seminários da ASTE promoveram o debate entre membros de Igrejas brasileiras, difundindo as novas idéias surgidas de teólogos da América Latina, como José Comblin e Gustavo Gutiérrez, trazendo também novas teses desenvolvidas na Europa e dos Estados Unidos, especialmente de teólogos como Karl Barth e Paul Tillich, e de

³³ A Associação de Seminários Teológicos Evangélicos foi fundada no dia 19 de dezembro de 1961, em uma assembleia reunida no Seminário Teológico da Igreja Metodista, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Estiveram presentes na assembleia Paul Schelp, Nathanael do Nascimento, Aharon Sapseizian, Jaci Correia Maraschin, Harding Meyer, Othon G. Dourado, Carlos Cunha, José Del Nero, Isaías F. Sucasas, Júlio A. Ferreira, Martin Regrich e José Borges dos Santos Jr. Como a organização é voltada para a associação de instituições de educação teológica, os seus membros fundadores foram os seguintes: Seminário Presbiteriano do Norte (Recife/PE); Seminário Teológico Batista do Norte (Recife/PE); Seminário Teológico Presbiteriano do Centenário (Vitória/ES); Seminário Teológico Congregacional do Rio de Janeiro (Pedra de Guaratiba/RJ); Seminário Teológico Batista do Sul (Rio de Janeiro/RJ); Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente (São Paulo/SP); Faculdade de Teologia da Igreja Metodista Livre (São Paulo/SP); Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo/SP); Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas (Campinas/SP); Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana (Porto Alegre/RS); Seminário Teológico da Igreja Episcopal do Brasil (Porto Alegre/RS); e Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (São Leopoldo/RS).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
instituições e seminários considerados vanguardistas, como o Seminário
Teológico da União (*Union Theological Seminary*), de Nova York.

Os teólogos apenas analisam a situação social, política e econômica do nosso mundo contemporâneo e apenas constataam a existência dessa luta de classes que é sempre deplorada por eles. Nenhum teólogo da libertação achará o evangelho classista no sentido sociológico moderno. Por outro lado, seríamos cegos se não percebêssemos no evangelho a clara condenação dos ricos e a mais clara ainda opção pelos pobres (MARASCHIN, 1989, p. 7-8).

Ainda acerca da produção teológica daquelas décadas, diferentes pensadores, articulados através da ASTE, foram capazes de construir uma hermenêutica baseada no contextualismo, entendido como a tradução de uma postura de fé em nível metodológico. Sumio Taktasu apresenta este modo de fazer teologia com uma ênfase na concretude e na contemporaneidade. Através da experimentação e fidelidade à mensagem das Escrituras, unindo a Revelação Bíblica à Teologia, seria possível elaborar novas leituras teológicas, condizentes com o contexto latino-americano. Tal pensamento é exposto na coletânea de textos *Tendências da Teologia no Brasil*³⁴.

O contextualismo é um modo de se fazer teologia. Com isto pretende-se dizer que, embora sistemática e possuidora de metodologia própria, ela não é um sistema acabado com método consistentemente elaborado. Caracteriza-se, antes, por uma busca de diálogo com diversos métodos e perspectivas, tendo em vista a tarefa principal de reflexão sobre o discernimento da ação de Deus e da resposta do homem. Em função disso, o método intrínseco da teologia não está na apresentação da consistência interna com que uma determinada estrutura teológica impõe o respeito, isto é, não na consciência, mas no exame que lhe proporciona com referência à memória, imagística, linguagem, experiência

³⁴ Publicada em 1977, pela ASTE, esta coletânea apresentava textos escritos por Rubem Alves, Sumio Takatsu, Hermann Brandt, Hubert Lepargneur e Jaci Maraschin. Embora não seja tão conhecida do público em geral, esta pequena obra teve grande contribuição para os estudos teológicos, nos anos seguintes, em Seminários e Faculdades de Teologia.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

e conceitos do Povo de Deus em jornada (ALVES *et al*, 1977, p. 19).

A partir desses parâmetros, seria possível construir uma relação dinâmica e dialógica entre o fenômeno e o seu referencial, as Escrituras e a própria Teologia, sem desconsiderar as suas distinções. Por outro lado, existiam alguns desafios, como o problema do próprio contextualismo em relação à ortodoxia – questão que até hoje é problema para as teologias contemporâneas. Da mesma forma, seria preciso inserir o contextualismo na realidade brasileira. A base para esta relação se dá a partir do reconhecimento da pluralidade de tendências teológicas existentes.

Sem dúvida, a situação na qual se coloca a teologia, seja qual for sua orientação, é pluralista. Essa situação é pressionada interna e externamente por perguntas de diversas ordens tais como as de identidade denominacional, de especificidade da mensagem e do serviço, de inconformidade e de insatisfação com o formalismo da ortodoxia doutrinária, ou litúrgica, ou moral, ou, ainda de pragmatismo a-crítico, com tendência a-teológica. Por outro lado, é verdade que o modo de se colocar a situação teológica e a sua interpretação é correlato à visão da teologia que se adota, ainda que exista a objetividade da situação. A situação teológica brasileira traz consigo possibilidade de realizações em N formas, é claro, como mera possibilidade. Sob essa perspectiva, a procura pela identidade se converte em denominacionalismo estéril. Semelhantemente, a preocupação pelo específico cristão pode terminar em confessionalismo infrutífero da ortodoxia não-dialógica. O inconformismo que busca a renovação da comunidade da igreja, com ênfase no êxtase, sem um contexto definido de teologia, pode descambar numa confusão, sem a capacidade de discernir entre o assombro dos maravilhados e o assombro diante daquele que faz maravilhas. Isso seria o “cativoiro” da busca pela liberdade em si mesma. Do mesmo modo, a participação no mundo sem o específico cristão não teria sentido e não prestaria serviço a ninguém, em última instância. É claro que o específico cristão está sujeito, por sua vez, a N interpretações (*In*: ALVES *et al*, 1977, 28-29).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Os dois últimos textos supracitados traduzem o espírito das novas tendências teológicas que chegavam ao Brasil. Desde a década de 1970 é possível perceber uma busca pelas possibilidades e não pelo que já está concretizado. A posição de Sumio Takatsu e de outros teólogos da Igreja, como Jaci Maraschin, pautado, na pluralidade de interpretações, ganharia espaços nos debates acadêmicos nos Seminários e, por fim, na Província. A Igreja, pela primeira vez, viu-se livre das amarras das formalidades e formulários teológicos, para buscar construir seu próprio pensamento e práticas. À época, estava nascendo uma Teologia Anglicana, essencialmente brasileira, com forte ênfase social.

O maior destaque da IEAB no engajamento social e na denúncia dos problemas estruturais brasileiros, como parte de sua missão, deu-se no contexto de redemocratização do país. Podemos afirmar que, no mesmo período, a Igreja Brasileira, devido à sua maior participação em reuniões da Comunhão Anglicana e em encontros de movimentos ecumênicos – nacionais e internacionais –, bebeu de novas fontes para realizar a *Missio Dei*, aprofundando-se nos métodos e práticas da Teologia da Libertação, que havia chegado ao auge no campo religioso brasileiro.

A partir de 1988, com o estabelecimento das “Cinco Marcas da Missão”³⁵ da Comunhão Anglicana, pelo Conselho Consultivo Anglicano, a Província Brasileira viu nesses cinco tópicos o referencial para a sua atuação no mundo e na sociedade, cuja missão se baseava no binômio “solidariedade-participação” em vez de “autoridade-obediência”. Para a IEAB, essas seriam as marcas de uma Igreja do novo milênio. A partir de então, ela passou a ter forte ênfase no engajamento social, a partir de uma nova visão de Teologia Pública e de missão, o que culminou em uma maior inserção nos problemas do Brasil e do mundo.

Quando a formação de movimentos e organizações sociais tornou-se possível novamente, após a abertura da democracia e a declaração da Constituição de 1988, a

³⁵ 1) Proclamar as boas novas do reinado de Deus; 2) Ensinar, batizar e nutrir os novos crentes; 3) Responder às necessidades humanas com amor; 4) Procurar a transformação das estruturas injustas da sociedade, desafiar toda espécie de violência, e buscar a paz e a reconciliação; 5) Lutar para salvaguardar a integridade da Criação, sustentar e renovar a vida da terra.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

maioria das lideranças e modelos que formaram esses "novos movimentos" vieram da militância religiosa cristã. Assim, eles mantiveram uma relação razoavelmente próxima com a língua e a cultura dos movimentos cristãos e, acima de tudo, eles mantiveram suas conexões com as redes de movimentos cristãos. As principais referências da atividade missionária da IEAB neste período vieram, sem surpresa, da concepção ecumênica da *missio Dei* - com forte ênfase na pastoral e *diaconia* - e da teologia da libertação, que foram aprofundadas e fortalecidas pelo desenvolvimento das "Cinco Marcas da Missão", desenvolvido pelo Conselho Consultivo Anglicano (ACC) em 1984, e revisado mais duas vezes, na segunda reunião da MISSÃO (Comissão Permanente para a Missão) em 1996, e pelo ACC em 2012 (*In*: SWAMY; SPENCER, 2019, p. 156).

A busca da inserção da IEAB nos espaços públicos do país requer, obrigatoriamente, uma articulação para além dos muros e dos dogmas institucionais. O aprofundamento do debate acerca da *Missio Dei*, em nível internacional – seja nas instâncias ecumênicas ou na própria Comunhão Anglicana –, demanda, inclusive, uma discussão mais aprofundada acerca dos problemas culturais, sociais, políticos e religiosos da conjuntura brasileira, os quais, nem sempre, encontram na Teologia e nos seus métodos tradicionais, os meios necessários para encontrar respostas. Nessa perspectiva, o modelo de missão vem sendo bastante criticado, tanto por evangélicos e neopentecostais, quanto por setores de dentro da própria Igreja.

Primeiro, uma das críticas mais recorrentes é que esta concepção de missão não enfatiza suficientemente a conversão individual e o crescimento da igreja. Em segundo lugar, os críticos afirmam que isso confunde o papel da Igreja com o papel dos movimentos sociais e das organizações não governamentais (ONGs) e que isso tem levado a Igreja a se envolver em conflitos políticos e sociais que não deveriam ser de sua conta. Mais uma vez, as questões da relevância teológica, visibilidade e enfrentamento das desigualdades e conflitos sociais ocupam um lugar central na discussão. À luz deste debate, torna-se ainda mais importante examinar em que medida e como o "modelo" missiológico e missionário de reconciliação pode, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento da ação missionária na IEAB e para

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

o enfrentamento de seus principais dilemas e desafios. Para isso, no entanto, ainda é necessário buscar articular os desdobramentos dos últimos anos, nos debates internacionais, com uma discussão específica sobre a realidade cultural, social, política e religiosa brasileira (*In*: SWAMY; SPENCER, 2019, p. 156-157).

Sobre esse aspecto do “desvio” da “função” da Igreja, quando envolvida em temas considerados “irrelevantes” para a sua missão, a exemplo da política – visto frequentemente apontado pelos acusadores –, é preciso revisitar o passado da IEAB. A Igreja sempre esteve diretamente envolvida com a política brasileira – e não apenas a local, do Rio Grande do Sul. Na Era Vargas, a Igreja, sob o episcopado do bispo William Thomas, se envolveu diretamente na Revolução Constitucionalista de 1932, chegando a reunir-se com o então presidente da República, em apoio às propostas da nova Assembleia Constituinte.

Já enquanto Província da Comunhão Anglicana, durante o período do primado dos bispos Egmont Machado Kriskhe e Arthur Rodolpho Kratz, a Igreja se posicionou contra o Golpe Militar, o que levou alguns de seus clérigos a fugirem do país sob o risco de serem presos e algumas paróquias serem vigiadas pelo Regime. A própria Confederação Evangélica Brasileira – da qual a Igreja havia sido uma das denominações fundadoras –, foi fechada após a tomada de poder pelos militares. Na mesma época, devido ao contexto geopolítico, apesar de criticar a Ditadura, a Igreja não tinha aproximações com partidos ou movimentos de esquerda. Durante a campanha das “Diretas Já”, e no processo de redemocratização do país, a Igreja esteve fortemente envolvida em defesa dos valores discutidos na nova Constituinte.

Por isso, é estranho que surjam críticas sobre o engajamento social e político da Igreja em determinados assuntos, especialmente em anos mais recentes, como ocorreu durante a primazia dos bispos Maurício Andrade, Francisco de Assis e Naudal Alves Gomes. É correto afirmar que, a IEAB, ao longo de toda a sua história esteve presente na vida política do país, ora apoiando determinados movimentos, ora colocando-se contra pautas e governos que se fundamentaram a partir do enfraquecimento de instituições consolidadas na sociedade e dos direitos fundamentais – os quais são a

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

base do Estado Democrático de Direito, reinstituído na Nova República, período que sucedeu o Regime Militar.

Por outro lado, é preciso que as lideranças tomem cuidado para que a atuação social e política da Igreja não ofusque seu principal objetivo enquanto comunidade religiosa cristã, representante da Tradição Anglicana histórica, cuja presença na sociedade tem por base as Cinco Marcas da Missão. Caso alguma dessas marcas seja esquecida nos processos de envolvimento da IEAB, ela corre o risco de atuar de modo semelhante ao que apontam os seus críticos: convertendo-se em uma espécie de “organização não-governamental” ou de “movimento político” de orientação cristã. Temos notado um gradual esvaziamento de algumas paróquias que seguem a Teologia da Libertação, uma vez que, boa parte delas se encontram em grandes centros urbanos, marcados por modelos de Igrejas que variam entre o mais contemplativo/tradicional até o carismático/gospel. Por isso, tais comunidades da IEAB não conseguem atender ao atual público de jovens e de novas famílias.

Como reflexo das mudanças sociais e políticas vislumbradas na sociedade brasileira ao longo das últimas décadas, a Liturgia também foi influenciada significativamente. A partir da década de setenta, músicos da Igreja começaram a compor cânticos que apresentavam uma comunidade eclesial voltada para os problemas do país. Cânticos para a comunhão abordavam a inclusão das pessoas marginalizadas e daquelas que sofrem, a exemplo das letras de *A Ceia do Senhor* e *Comunhão*, do reverendo Jaci Maraschin.

Partilhar o pão, distribuir o vinho,
Estender a mão a qualquer vizinho,
Alargar o chão, retirar o espinho,
Abraçar o irmão, não ficar sozinho.
(A Ceia do Senhor)

Na Ceia do Senhor nós celebramos
A esperança de um mundo de fartura.
E no partir do pão nós proclamamos
Que já podemos ter a paz futura.
(Comunhão)

Já as músicas do bispo Flávio Irala enfatizam a unidade da Igreja em meio à diversidade. A letra de *Canção da Chegada* destaca as

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
diferentes ideias que brotavam na época, embora elas convergissem
para a fé de todos em Jesus Cristo.

Estamos aqui, Senhor, cercando esta mesa comum
Trazendo idéias diferentes, mas em Cristo somos um.
E quando sairmos daqui, nós vamos para voltar,
Na força da esperança e na coragem de lutar.
(Canção da Chegada)

Outros cânticos, como os de Xico Esvael, enfatizam os novos
tempos que a Igreja então vivia. A letra de *Em Missão*, deixa claro que
não basta apenas acreditar na tradição da Igreja (que então completava
cem anos de existência), mas ir além: denunciar os problemas sociais
vividos no país e propor a construção de uma nova sociedade, baseada
nos valores do Evangelho.

Do sul ao norte estamos no caminho,
Celebrando a vida, partilhando o pão.
Do mesmo cálice bebemos vinho,
Somos o Teu povo em peregrinação.

Na caminhada nossa voz ecoa,
Denunciando a morte e a escravidão.
Anunciamos nessa terra boa,
Que Tu renovas toda a Criação.
(Em Missão)

Percebemos que a música se tornou um dos principais
instrumentos utilizados pela IEAB utilizou-se para comunicar aos seus
fiéis a Teologia que estava construindo. Da mesma forma, a música
produzida na época buscava refletir o princípio *Lex credendi, Lex orandi*,
uma Igreja que crê da mesma forma que ora. Assim, em seu discurso,
traduzido em forma de músicas, a Província comunicava seu
compromisso social com os excluídos, e abria espaço, através da
Liturgia, para questões que, posteriormente marcariam sua atuação,
como o combate ao racismo, a defesa dos direitos de mulheres, povos
indígenas e quilombolas e, também, a busca por incluir pessoas LGBT+
na vida comunitária e sacramental.

Se é com palavras que são escritas as regras que
oprimem e consagram a opressão, com elas também os
homens entre si podem falar e escrever frases e modos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

de saber que, pronunciados e exercidos, poderão um dia libertar o homem e os seus mundos (BRANDÃO, 1986, p. 13).

Juntamente com o engajamento pela conscientização dos problemas políticos do país, ao longo de sua história, a IEAB reafirmou seu compromisso no combate ao racismo. No Sínodo Geral de 2018, a Igreja concordou que o enfrentamento ao Racismo Estrutural era uma pauta prioritária. Assim, instituiu o período de 2015 a 2025, como a Década Internacional de Afrodescendentes. Daí resultou a criação da Pastoral Afro “Abraço Negro”, para atuar junto a outras pastorais. As ações são articuladas pela Comissão Nacional de Incidência Pública, Direitos Humanos e Combate ao Racismo, bem como pela Comissão Nacional de Relações Ecumênicas, para o trabalho conjunto com outras denominações.

No campo do Diálogo Inter-religioso, percebemos forte movimento de aproximação com as Religiões de Matriz Africana, por conta do crescimento dos casos de Intolerância Religiosa no Brasil. Desde o início do século XX, tais religiões ficaram marcadas pelas tentativas – tanto por parte do Governo Federal, quanto por Igrejas – de vincular suas crenças ao atraso, à marginalidade e à falta de cultura, em um cenário nacional em que o desenvolvimento e o progresso eram postos como objetivos a serem alcançados.

Atualmente, tal discurso ganhou as atenções da mídia, pelo seu caráter racista, de modo que o Racismo Religioso (termo preferencialmente utilizado para se referir a tais práticas) é uma das questões combatidas publicamente pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, como parte de sua denúncia dos problemas sociais do país. Como consequência, esta postura também visa a reafirmar a defesa de direitos fundamentais que encontram apoio no artigo 5º, VI, da Constituição de 1988, o qual garante a liberdade de crença e consciência, bem como a proteção dos cultos e suas diversas expressões, além dos espaços para seu exercício. De modo especial, no Dia da Consciência Negra, em algumas paróquias são realizados cultos ecumênicos com a presença de sacerdotes de religiões afros.

Já o Diálogo com as Religiões Orientais não se dá por meio da aproximação entre lideranças anglicanas e budistas, a exemplo da amizade existente entre o arcebispo sul-africano Desmond Tutu e o Dalai Lama. No caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a

presença da cultura e das tradições japonesas é algo que está presente desde a época das colônias de imigrantes, no começo do século XX. A partir de conversas com membros da Igreja é possível perceber uma natural aproximação do Anglicanismo brasileiro com a cultura oriental, através de algumas paróquias no Estado de São Paulo. Até os dias atuais, são celebrados ofícios na língua japonesa, conduzidos por membros do clero que têm ascendência nipônica.

Em algumas delas, como a Paróquia de Todos os Santos, na cidade de Registro, ainda são realizados ritos de passagem em memória aos antepassados, como parte do legado da cultura japonesa que, por meio de um processo de inculturação, se encontra em conformidade com a Tradição Cristã, cuja prática de honrar aos fiéis falecidos se mantém como uma das celebrações do calendário litúrgico – o “Memorial de Todas as Almas” – também chamado de “Dia de Finados”.

Os avanços em questões sociais exigem compromisso institucional e transparência por parte da Igreja. Na medida em que novos desafios surgem, as Províncias precisam oferecer respostas concretas a antigos problemas. E aqui entra um tema bastante debatido, nos últimos anos, dentro da Comunhão Anglicana: Igreja Segura. A palavra “segurança” vem do termo em latim *securus*, que significa “sem temor, garantido”. Assim, esse conceito pode ser traduzido a partir da ideia da Igreja como um espaço em que as pessoas não temem e que garante as suas integridade, dignidade e proteção. Parte da missão da Igreja é cuidar das pessoas que chegam e daquelas que já são membros. Assim, entende-se a Igreja como um santuário, um local de abrigo.

O Movimento das Igrejas de Portas Vermelhas teve início na década de 1960, entre paróquias da Igreja Episcopal dos Estados Unidos e da Igreja Evangélica Luterana na América, que passaram a pintar as suas portas na cor vermelha. Esse simbolismo possui várias interpretações teológicas³⁶, o que remete aos tempos da Igreja Primitiva, em que a comunidade cristã era um refúgio para pessoas perseguidas. Durante a Idade Média, as igrejas eram solo sagrado, o que significava que um soldado não poderia perseguir um inimigo que houvesse

³⁶ Dentre as várias explicações, as portas vermelhas aludem à passagem do Livro do Êxodo, capítulo 12, quando os israelitas aspergiram sangue do cordeiro sacrificado nos umbrais de suas portas e ficaram seguros diante da última praga do Egito. Também é um símbolo de redenção, ao remeter ao sacrifício de Jesus, como o Cordeiro Pascal, em 1 Coríntios 5:7.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

cruzado as portas do santuário. Assim, as Igrejas tornavam-se local de abrigo, protegendo as pessoas que ali se encontrassem. Todavia, nem sempre o ambiente eclesial foi um lugar seguro para as pessoas.

No início do século XXI muitas denúncias de abuso sexual de menores por clérigos vieram à tona, e ganharam as manchetes do mundo inteiro. Os casos mais notórios aconteceram na Igreja Católica nos Estados Unidos, seguidos por outros em diferentes locais, como Reino Unido, Canadá, Portugal e Brasil. Na mesma época, acusações de abuso sexual também começaram a surgir nas Igrejas da Comunhão Anglicana. Ocorridos principalmente na Austrália, tais casos eram reconhecidos nas esferas da Igreja. Entretanto, os processos eram encaminhados apenas no âmbito judicial, e não no institucional. Alguns setores da Igreja Anglicana da Austrália eram resistentes a assumir o problema publicamente, sob o argumento de que a instituição poderia passar por uma crise de confiança, semelhante à vivenciada pela Igreja Católica em casos recentes.

Entretanto, a cúpula da Igreja australiana tomou um caminho diferente e levou o problema para as demais Províncias, que decidiram realizar uma inquirição através do Conselho Consultivo. A partir dos primeiros debates, foi criada a Rede de Igreja Segura da Comunhão Anglicana (*Anglican Communion Safe Church Network*). As reuniões do ACC 15, ACC 16 e ACC 17 foram responsáveis pela aprovação do estatuto e da comissão para trabalhar o tema; na última reunião foi ampliada a participação de lideranças de outras partes do mundo. Diante do grande interesse nos encontros, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil decidiu aplicar, de imediato, as diretrizes, e foi uma das primeiras Províncias a trabalhar o tema.

Uma vez que na IEAB ainda não ocorreram casos de abuso sexual de menores, como em outros países, ela passou a trabalhar a questão de maneira mais ampla, buscando entender em que situações a Igreja passa a ser um espaço de abuso, para transformá-la em espaço seguro. Por meio da *Safe Church Network* busca-se construir uma Igreja que seja um ambiente que combata o racismo, o machismo, a homofobia e as diversas formas manipulação e de abusos contra as pessoas e os direitos de indivíduos ou coletividades dentro da instituição (abuso espiritual, financeiro, moral, sexual etc.). O conceito de abuso, conforme entendido pelo ACC é de “um comportamento de um terceiro que causa dano a outra pessoa, que tem a intenção de causar, ou que a coloca em uma situação que levará às consequências”.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

É preciso entender que o abuso não está restrito apenas à relação vertical entre o clero e o laicato, mas que membros do clero podem também ser vítimas, por parte de seus colegas, ao passo que leigos podem cometer tais abusos contra seus párocos e párocas, ou contra outros membros da Igreja. Da mesma forma, é parte da missão da Igreja garantir o respeito à individualidade de cada membro ou liderança, o que inclui a pluralidade de correntes teológicas e, inclusive, a pluralidade de posições políticas e religiosas assumidas por tais pessoas.

Em situações de abuso, é essencial que haja apoio pastoral às vítimas, às suas famílias e às paróquias. Em nível institucional, a Igreja deve pensar uma estrutura com pessoas designadas para oferecer apoio adequado a vítimas, comunidades e acusados. Também deve ser promovida uma cultura de segurança a partir da formação e educação das comunidades eclesiais sobre a natureza e efeitos nocivos das diversas formas de abuso; igualmente deve ser ensinado como acolher e encaminhar as pessoas que necessitam de cuidado e como proceder com as denúncias para que o problema seja resolvido. Para isso, é preciso ir além dos GTs e ciclos de palestras, criando uma previsão canônica na Constituição e nos Cânones Gerais, para lidar de modo concreto com situações que venham a acontecer.

Em alguns momentos específicos de sua história, membros da IEAB foram vítimas de abusos dentro da Igreja – geralmente cometidos por parte do clero, inclusive contra colegas de ministério ordenado –, os quais sofreram de diferentes maneiras os efeitos de tais práticas. Tais casos abriram caminho para mudanças e avanços nas Teologia, Doutrina, Liturgia e práticas da Província que, nas últimas décadas, aprofundou o debate sobre alguns dos temas mais controversos até hoje, nas esferas oficiais e extraoficiais da Comunhão Anglicana.

Acerca da defesa dos Direitos Civis e dos Direitos Humanos, desde a década de 1960, as Conferências de Lambeth têm abordado tais temas em suas resoluções e denunciado diversas situações de injustiça e opressão que violam os direitos de pessoas ou grupos marginalizados. Na Comunhão Anglicana, inúmeras campanhas foram organizadas nos últimos anos: desde a questão da pobreza, passando pela falta de acesso a serviços básicos, até a denúncia das várias formas de violências. Durante a Convenção Geral da Igreja Episcopal, de 2015, bispos e bispas se organizaram em uma marcha contra a violência armada nos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Estados Unidos, e assinaram um documento intitulado “Episcopalians Against Gun Violence”, denunciando que o racismo, aliado à pobreza e à violência no país, aumentavam cada vez mais o número de vítimas, que em sua maioria, são pessoas negras.

Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, um grupo de clérigos e leigos organizou, na Diocese do Rio de Janeiro, uma pastoral de Direitos Humanos chamada “Episcopaz”. Este movimento busca divulgar iniciativas em defesa da paz, da justiça social e da dignidade de todas as pessoas; ele apresenta iniciativas e publicações de outras Igrejas na promoção de uma sociedade mais fraterna. Em nível institucional, a Câmara Episcopal regularmente publica Cartas Pastorais, ou textos, posicionando-se em defesa dos Direitos Humanos e de grupos minoritários no país. Nos últimos anos, a Câmara tem sido mais incisiva nessas questões.

A questão ambiental também tem sido uma das mais recorrentes na pauta do Anglicanismo mundial. Diante disso, a Rede Ambiental da Comunhão Anglicana (*Anglican Communion Environmental Network* – ACEN) vem desenvolvendo uma série de campanhas ambientais em parceria com outras ONGs e entidades ecumênicas, encorajando os fiéis anglicanos a reduzirem o uso de plástico durante o período da Quaresma. A prática é chamada de “Jejum pela Terra”.

Durante os quarenta dias do período litúrgico as igrejas, comunidades e membros se abstêm ou diminuem o uso do plástico com o intuito de proteger o Meio Ambiente. Indo além, diante dessa campanha, a Diocese Anglicana de Brasília adotou uma política de “plástico zero” em suas comunidades, visando a substituir todos os materiais descartáveis pelo uso de utensílios reutilizáveis, como canecas individuais para o uso de seus membros, bem como a diminuir o desperdício de água nas dependências de seus templos.

Outra campanha importante se chama *Tempo da Criação*. Trata-se de uma celebração global que teve início em 1989, com o reconhecimento do Dia de Oração pela Criação, instituído em 1º de setembro. Neste dia, as Igrejas são convidadas a celebrar os dons da criação e biodiversidade da Terra como um presente de Deus à humanidade. Da mesma forma, a comunidade cristã é chamada a refletir sobre como habitar o planeta de forma mais sustentável e fazer ouvir sua voz na esfera pública. Entre as organizações envolvidas, encontram-se o Movimento Católico Global Pelo Clima, A Rocha

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Internacional, Christian Aid, a Rede Ambiental da Comunhão Anglicana, ActAlliance e o Conselho Mundial de Igrejas.

Em nível global, em junho de 2020, bispos anglicanos de todo mundo assinaram a declaração *Juneteenth*, na qual reafirmam o compromisso das Igrejas Anglicanas com a questão ambiental e as questões sobre o racismo, levantadas após o assassinato de George Floyd, nos EUA, e a onda de protestos por todo o mundo. Essa luta contra o “racismo ambiental” se fundamenta, por exemplo, no fato de que o lixo tóxico industrial é, frequentemente, despejado em zonas urbanas periféricas ou em comunidades mais pobres.

Desse modo, a Comunhão Anglicana vem assumindo compromissos com pautas que considera de extrema importância para o mundo atual, não apenas pensando em novas formas de atuação e envolvimento das Províncias e suas comunidades, mas, também, apontando que elas são parte da própria vivência da Fé Cristã. Dentre os bispos signatários da Declaração, encontrava-se o Primaz do Brasil, Naudal Alves Gomes.

O Arcebispo de Canterbury e 13 outros bispos da Igreja da Inglaterra estão na lista dos 11 arcebispos anglicanos e 60 bispos de todo o mundo que assinaram a declaração. No marco da última sexta-feira, 19-06, conhecida como Juneteenth nos Estados Unidos, pelo aniversário do fim oficial da escravidão no país, assinada em 1865. [...] “Predominantemente vidas negras estão sendo impactadas pelas secas, inundações, tempestades e aumento do nível do mar”, atestam os signatários (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 25 jun. 2020).

No início de 2020, as Igrejas da Comunhão Anglicana viram-se diante de um doloroso desafio. A Pandemia da COVID-19 chegou junto com as notícias de que, para enfrentá-la, seria necessário implementar uma rígida política de distanciamento social, de uso de máscara por toda a população e a adoção de protocolos sanitários para garantir a segurança de todos. Isso também significava que os templos teriam que ser fechados para as celebrações presenciais. Somente transmissões online poderiam ser realizadas, o que tirava a experiência sensorial das celebrações dos sacramentos em comunidade. Aos poucos, as Províncias viram-se forçadas a fechar as portas de suas paróquias como única maneira de enfrentar os tempos de crise.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Como consequência desse “retiro forçado”, a Pandemia também trouxe um impacto na produção teológica ao redor da Comunhão Anglicana. Durante os cem primeiros dias de isolamento, o bispo Nicolas Thomas Wright escreveu e publicou o livro *Deus e a Pandemia: Uma resposta cristã sobre o Coronavírus e suas consequências* (2020). Nessa pequena obra, Wright buscou responder aos anseios das pessoas e a algumas das perguntas mais frequentes quanto ao COVID-19: seria uma punição divina? Um sinal? Um aviso escatológico? Ou foi uma criação da China ou dos Estados Unidos? O bispo começa o seu texto apontando que as pessoas, os grupos sociais e até mesmo as Igrejas, sempre buscaram uma resposta para todas as questões. E esse era o principal problema. A pergunta que a Igreja deveria levantar no momento era: “o que é possível fazer nesta Pandemia?”.

Para o bispo Wright, era mais um momento em que as Igrejas experimentavam o seu papel fundamental de cuidar das pessoas em situações de calamidade, como em alguns casos o fez (e em outros deixou de fazer), ao longo da história. Mais uma vez elas estavam diante do desafio de mostrar suas relevância e compromisso com o Evangelho no local em que estão inseridas. Apesar de os templos estarem fechados, isso não significava que “a Igreja” estava fechada.

A mensagem principal do livro é a de que os templos é que permanecem fechados, mas a Igreja permanece consciente de que, nos tempos difíceis, sua missão deve ser o auxílio às pessoas necessitadas, independente de quem elas são. Da mesma forma, os cristãos são chamados a colocar de lado as suas diferenças para agirem em conjunto. Outrossim, a obra denuncia os problemas políticos e sociais decorrentes da Pandemia, ao passo que conclama os cristãos de todo mundo a se unirem na luta para conter a disseminação do vírus e contra fatores que atrapalham os esforços, como é o caso das *Fake News*.

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil foi uma das instituições religiosas brasileiras que mais se posicionou de modo enfático contra as práticas de disseminação de *Fake News* no país, seja por parte da população e das informações compartilhadas nas diversas redes sociais, seja por parte do Governo Federal e das falas que partiram do presidente Jair Bolsonaro. Como parte do discurso oficial da Igreja, diversos posicionamentos e Cartas Pastorais foram publicados, no ano de 2020, em que a Câmara Episcopal se posicionou de maneira crítica,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

externando sua preocupação em relação às políticas e posturas adotadas pelo Governo Bolsonaro e seus apoiadores.

O que isso significa, então, em um mundo onde alguns de nós pensamos que o lockdown não passa de um inconveniente mínimo, enquanto outros continuam aglomerados em campos de refugiados ou em cidades de países emergentes, nas quais "distanciamento social" é tão fácil quanto ir à lua? Devemos pensar globalmente e agir localmente, mas também trabalhar com líderes da Igreja do mundo todo a fim de encontrar políticas que impeçam uma corrida maluca de volta aos lucros à custa dos interesses da população mais vulnerável. É claro que, em meio a tudo isso, devemos fortalecer a Organização Mundial da Saúde e insistir que as nações adotem suas políticas e protocolos. Sem dúvida, há grandes perguntas a serem feitas a algumas das superpotências do mundo, que usam a crise atual como ocasião para manobras políticas. Boatos veiculados pela internet e canais de "fake news" também têm feito hora extra. Em meio a tudo isso, retorno ao tema do Lamento. Talvez não seja por acaso que Salmos 72, estabelecendo o plano de ação messiânico – colocando pobres e necessitados no topo da lista – seja seguido imediatamente por Salmos 73, no qual a reclamação é que ricos e poderosos fazem o que bem entendem, como de costume. Talvez seja assim que devemos viver: vislumbrando o que deveria ser e, depois, lutando contra o modo como as coisas realmente são. Entretanto, só enfrentaremos situações difíceis se orarmos, retendo o ideal ao lado do real enquanto gememos com toda a criação e o Espírito geme em nós para que a nova criação venha à luz (WRIGHT, 2020, p. 135-136).

De igual modo, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil se viu diante desse desafio, e precisou responder à pergunta do bispo N. T. Wright. As notícias da Pandemia de COVID-19 chegaram rapidamente ao país, junto com os primeiros casos, muitas mortes, uma crise econômica anunciada e grande instabilidade política do Governo Federal, o que trouxe medo, pânico e confusão nas primeiras semanas de quarentena. Em meio a essas incertezas, algumas perguntas surgiram: o que a Igreja deveria fazer? Como as comunidades irão sobreviver em caso de isolamento social? Como serão celebradas as principais festas

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

anuais do calendário litúrgico? Como os clérigos irão realizar os ofícios funerais de fiéis que venham a falecer em decorrência do coronavírus?

Diante do quadro de instabilidade, em pouco tempo a Igreja precisou adaptar-se à nova realidade. Durante a Pandemia, as comunidades começaram a realizar suas celebrações online, em plataformas digitais, com vidas no Facebook e Instagram, e com a presença de clérigos de outras Dioceses. A experiência de liturgias e encontros online, nos primeiros meses, foi essencial para o desenvolvimento das atividades que aconteceram durante o ano. Na Quaresma, Páscoa e Pentecostes, as Igrejas local e Nacional vivenciaram a experiência de celebrar juntas e desenvolver seminários de cuidados sanitários e de políticas de enfrentamento à Pandemia e ao isolamento.

Para lidar com a situação foi criado o GT da Crise da Pandemia. Como parte de suas ações de diaconia e serviço, a Igreja elaborou um Plano Emergencial de Combate à COVID-19. Foram criados canais de comunicação para auxiliar a população a se proteger. Diversos membros da Igreja das áreas de saúde foram colocados em regime de plantão para atender as pessoas que necessitassem de orientações ou consultas gratuitas nas áreas da Medicina, Enfermagem, Psicologia e Ortodontia. Também foram disponibilizados os contatos de reverendos e reverendas para atendimento pastoral a quem precisasse. Outras ações, como a criação da Rádio Anglicana, conduzida pelo reverendo Cláudio Linhares, foram essenciais para garantir a comunicação e a troca de experiências entre as comunidades e dioceses.

Por causa da Pandemia, a Diocese Anglicana decidiu realizar o Concílio de forma virtual. Previsto para ocorrer de 17 a 19 de julho de 2020, o “evento presencial” foi transferido para acontecer na Plataforma Zoom, tendo a cidade de Recife como sua sede administrativa e tecnológica. Dada a situação atípica, que mudou todas as agendas das Igrejas em nível local e global, registramos neste trabalho que este Concílio Diocesano foi o primeiro a acontecer virtualmente, entre as Províncias da Comunhão Anglicana. Por meio desse Concílio, foi possível perceber que era possível ser Igreja em período de crise e anunciar mensagens de vida em tempos de morte.

No contexto do Brasil, os efeitos da Pandemia foram sentidos em todo o país. As disputas políticas e retóricas entre o Presidente Jair Bolsonaro e seus opositores, somadas a atrasos na distribuição e na aplicação das vacinas, bem como políticas de negacionismo e de

descrédito da ciência, através da disseminação de *fake news* – em discursos e ações promovidos pelo Governo Federal durante o seu mandato –, foram responsáveis por aumentar a propagação do vírus e o aumento no número de óbitos, retardando o controle das crises sanitária, social e econômica. Desde o início de 2020, a IEAB apoiou as diretrizes adotadas pela Organização Mundial da Saúde e secretarias estaduais e municipais, para o melhor combate ao vírus. A Câmara Episcopal emitiu duas Cartas Pastorais sobre a Pandemia, nas quais recomenda ações pastorais e litúrgicas, e dá orientações de prevenção, com base nas medidas sanitárias adotadas. Ao mesmo tempo, os textos não poupam críticas à condução da gestão da Pandemia pelo chefe do Poder Executivo; assim, o discurso da IEAB alinhou-se ao de outras entidades ecumênicas e de movimentos sociais, apoiando, inclusive, o *impeachment* do Presidente Bolsonaro (CONIC, 21 jan. 2021).

A partir do monitoramento da curva de contágio oriunda dos dados fornecidos pelos órgãos públicos, e da gradual diminuição dos números, em 24 de julho de 2020, a Província elaborou um Protocolo de Reabertura dos Templos, que foi estritamente seguido, adaptando-o às condições das comunidades, para garantir a integridade de seus membros. Esse protocolo não significou um convite a uma liberação irresponsável para os ofícios, aglomerações, ou quaisquer atividades que exponham as pessoas a risco, mas tornou-se um teste para situações semelhantes.

No mês de agosto foi realizada uma Vigília em Memória das 117.000 vítimas da COVID-19 no Brasil, prática esta que vem sendo repetida nos últimos meses, com a progressão do número de vítimas. O aumento da curva de contágio no final do ano, requereu novo fechamento dos templos e que as celebrações fossem realizadas online, incluindo as do período do Natal. A única exceção foram algumas ordenações realizadas em dezembro, nas Dioceses do Recife e de São Paulo. Com o início do ano de 2021, e com mais de 350.000 vítimas (três vezes mais que no semestre anterior), a Igreja celebrou a Semana Santa de modo semelhante à 2020 (utilizando-se das redes sociais para as transmissões dos ofícios).

Devido ao contínuo aumento do número de infectados e mortos, os templos permaneceram fechados para cultos público, somente funcionando em alguns casos, para transmissões feitas por suas lideranças. Essas medidas possibilitaram que fiéis fossem contaminados nas dependências dos templos, o que colocava em risco

membros do laicato e do clero³⁷. Por outro lado, os desafios impostos pela Pandemia têm repercutido em toda a Igreja. Financeiramente, o fechamento das comunidades tem sido um problema para a sobrevivência das comunidades, sobretudo as em que os clérigos dependem de contribuições regulares dos paroquianos.

Podemos dizer que, apesar da distância imposta, as pessoas e comunidades diocesanas nunca estiveram tão unidas em torno de uma mesma causa, não apenas celebrando juntas, mas, ao mesmo tempo, conhecendo as diferentes realidades da Igreja pelo país. Se existe algo positivo que a IEAB experimentou desde o início da Pandemia, foi o fortalecimento do senso de Província da Comunhão Anglicana. Por outro lado, apesar da grande incidência da IEAB em questões sociais na contemporaneidade, percebemos que a igreja precisa trabalhar melhor outros campos da Inclusividade, como, por exemplo, a questão carcerária – atuar nos presídios. Atualmente, poucos clérigos fazem esse trabalho, de modo que é preciso repensar a presença da Igreja em tais ambientes como desdobramento do discurso, veiculado pela instituição, em defesa dos Direitos Humanos e da dignidade da pessoa humana.

Também percebemos que a Província Brasileira precisa ter mais incidência no acolhimento de imigrantes no Brasil (especialmente venezuelanos, bolivianos e outros grupos nacionais da América Latina). Na Comunhão Anglicana essa questão é um dos principais focos de atuação social das Províncias, especialmente na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, que possui programas de proteção e apoio aos refugiados. Como alguns exemplos, existem o Ministério para Latinos e Hispânicos (*Latino/Hispanic Ministries*) e paróquias como *All Saints*³⁸

³⁷ É digno de nota, que alguns clérigos faleceram em decorrência do Coronavírus. No dia 11 de abril, o reverendo Lauri José Wollmann foi a óbito. E no dia 31 de maio de 2021, o reverendo Leandro Antunes Campos, da Paróquia de Todos os Santos (cidade de Santos), também foi a óbito, sendo eles os primeiros clérigos da Igreja vítimas da Pandemia, ambos da Diocese Anglicana de São Paulo.

³⁸ A história da Paróquia de Todos os Santos, localizada na cidade de Smyrna, no Tennessee, foi contada no filme "A Colheita da Fé" (2017). Baseada em fatos reais, a história da pequena paróquia é recontada a partir da chegada de um grupo de refugiados da etnia *karen* – vindos da região oeste de Mianmar –, que desembarcam nos Estados Unidos e buscam auxílio numa Igreja Episcopal da região. Entretanto, ela era composta por poucos fiéis, de tendência conservadora e estava fadada a fechar pela falta de novos membros. A partir do trabalho do novo pároco, o Rev. Michael Spurlock, a gradual mudança de mentalidade dos fiéis sobre a presença dos imigrantes e com os esforços de todos, a Igreja acabou tornando-se um modelo de missão e de

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

(Todos os Santos), no Tennessee, e *St. Paul's Within the Walls* (São Paulo Dentro dos Muros), em Roma. Diante do atual quadro geopolítico mundial, o Anglicanismo tem-se tornando cada vez mais multicultural; nessa perspectiva tem criado comunidades interativas e inclusivas que acolhem diferentes grupos sociais, absorve suas particularidades e mantém diálogo com as culturas locais.

Desde o início do século XXI, o Anglicanismo não se mostra mais como um fenômeno religioso essencialmente anglófono, mas ganhou espaço em diferentes culturas, unindo distintos países e suas tradições em torno de uma só tradição religiosa. A situação do continente americano é um bom exemplo. A Igreja Episcopal (antes chamada Igreja Protestante Episcopal nos Estados Unidos da América - PECUSA) realizou uma última mudança em seu nome em 1979³⁹, e passou a chamar-se apenas *The Episcopal Church*. O uso da expressão, sem a referência aos “Estados Unidos da América”, também reflete uma característica da postura em busca da Inclusividade, adotada pela denominação.

Desde o início do século XXI, a Igreja Episcopal vem focando sua atuação também no público de imigrantes e refugiados de língua espanhola. A Igreja se tornou bilíngue. Muitas paróquias e catedrais, a exemplo da Catedral Nacional de Washington, mudaram suas celebrações, oficiando em inglês e espanhol. A Igreja vem mudando os seus rostos e jeito para acolher não apenas imigrantes latinos, mas também para criar espaços reais para lideranças femininas, pessoas negras, público LGBT+ e outros grupos sociais.

acolhimento para toda a Província norte-americana, com programas para refugiados e outros grupos minoritários no país.

³⁹ A 66ª Convenção Geral votou em 1979 para usar o nome "A Igreja Episcopal" no Juramento de Conformidade da Declaração para Ordenação e na edição do seu Livro de Oração Comum daquele ano. O termo “Igreja Episcopal nos Estados Unidos da América” (com sua sigla em inglês, ECUSA) nunca foi um nome oficial da Igreja, mas é uma alternativa comumente utilizada na língua inglesa. Visto que outras igrejas na Comunhão Anglicana também usam o nome "Episcopal", incluindo o Brasil, a Escócia e as Filipinas, com o uso da Internet, os anglicanos adicionam a frase "nos Estados Unidos da América" para se referir à denominação. *The Episcopal Church* é o termo utilizado na Constituição da Igreja. Em outras línguas, também é traduzido da mesma forma. Por exemplo, em espanhol, ela se chama *Iglesia Episcopal de los Estados Unidos de América* ou *La Iglesia Episcopal*. E em francês, *Église Épiscopale des États-Unis d'Amérique* ou *L'Église Épiscopale*.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Diante de mudanças tão grandes na Igreja norte-americana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil também precisa repensar tais questões diante de uma maior integração latino-americana em nosso continente. A construção de uma Igreja multicultural, bilíngüe – que além do português também fale espanhol ou guarani – e que atenda não apenas às demandas do público brasileiro, é uma necessidade para as próximas décadas, como desdobramento de uma Igreja inserida nas questões sociais e políticas do país e também da América Latina.

1.3.2 O novo Livro de Oração Comum e a inclusividade litúrgica

O Livro de Oração Comum é uma obra fundamental no Anglicanismo e também em algumas Igrejas reformadas; é considerado, entre os protestantes, como um manual litúrgico que melhor traduz a forma que a Igreja deveria celebrar. Mais que isso, ele é parte inerente da identidade do Anglicanismo.

Diferente da Igreja Católica, não existe um rito padronizado a ser seguido por todas as Igrejas da Comunhão Anglicana. Para os católicos, as formas ordinárias e extraordinárias dos ritos latinos (ou ocidentais), encontram-se determinadas pelas normas do Concílio Vaticano II (a exemplo da Missa de Paulo VI e da Missa Tridentina). Já entre os católicos orientais e os ortodoxos existe, por exemplo, a Divina Liturgia, que pode ser celebrada de quatro formas⁴⁰.

Cada Província da Comunhão Anglicana é responsável por elaborar a sua versão do Livro de Oração Comum, tendo por base a influência que outras Igrejas tiveram no seu processo de elaboração. Por exemplo, algumas Províncias usam, como padrão, a versão inglesa do LOC. Outras usam a versão norte-americana (como foi o caso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) ou da escocesa (que influenciou a versão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos).

Em alguns casos, devido ao processo de estabelecimento das Províncias em um determinado país, os manuais litúrgicos recebem outro nome, como é o caso do “Livro de Culto Comum” (*Book of Common Worship*), da Igreja do Sul da Índia. Da mesma forma, algumas Igrejas possuem livros com ritos que não são utilizados com frequência,

⁴⁰ A Divina Liturgia de São João Crisóstomo, a Divina Liturgia de São Basílio, a Divina Liturgia de São Gregório Nazianzeno dos Dons Pré-Santificados e a Divina Liturgia de São Tiago.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

mas que fazem parte da Liturgia oficial, a exemplo do “Livro de Culto Comum – Ofícios e Orações da Igreja da Inglaterra” (*Common Worship – Services and Prayers for the Church of England*) e o “Livro de Ofícios Alternativos”, da Igreja Anglicana do Canadá (*The Book of Alternative Services*). Todas essas obras fazem parte da Tradição estabelecida por cada Igreja; tornaram-se, portanto, o padrão litúrgico e doutrinário a ser seguido pelos membros (*Lex orandi; Lex credendi*). A importância da Tradição é tanta, que os anglicanos costumam dizer que todo fiel deve carregar consigo três livros: a Bíblia, o Hinário e o Livro de Oração Comum.

A edição de 1950, do LOC, da Igreja Brasileira, trazia gravada em suas últimas folhas os *39 Artigos de Religião*, nos quais em seu art. 34 reza o seguinte:

Não é necessário que as Tradições e Cerimônias sejam em toda parte as mesmas, ou totalmente semelhantes; porque em todos os tempos têm sido diversas e podem ser alteradas segundo a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contanto que nada se estabeleça contrário à Palavra de Deus [...] Toda a Igreja particular ou nacional tem autoridade, para ordenar, mudar e abolir as Cerimônias ou Ritos da Igreja instituídos unicamente pela autoridade humana, contanto que tudo se faça para edificação (IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA, 1950, p. 610).

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é uma Igreja “credal” e não “confessional” ou “doutrinal”. No campo da Liturgia, toda e qualquer Igreja Anglicana é uma Igreja litúrgica e sacramental, ou seja, a celebração dos sacramentos constitui-se em um dos pontos centrais da vida da comunidade, e também é o elemento central no qual orbita a sua Teologia.

A noção de sacramento é central para o anglicanismo. Segundo o Catecismo da IEAB, os sacramentos são “sinais externos e visíveis de uma graça interna e espiritual, dados por Cristo como meios seguros pelos quais havemos de receber essa graça”. Nesse ponto, acompanha os 39 artigos: “os sacramentos instituídos por Cristo não são unicamente designações ou indícios da profissão dos cristãos, mas antes testemunhos certos e firmes e sinais eficazes da graça, e da boa vontade de

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Deus para conosco”. A tentativa de acomodar tendências católicas e protestantes levou o anglicanismo a afirmar a existência de dois sacramentos (batismo e eucaristia) e cinco ritos sacramentais (CALVANI, 2010, p. 171).

A ideia do sacramento, como parte da doutrina da Igreja, desde os primeiros séculos, continuou dentro da Tradição Anglicana a partir a Teologia Sacramental desenvolvida pelos teólogos carolinos do século XVII. Há uma vasta literatura sobre o assunto que pode ser encontrada em muitas obras e documentos históricos do Anglicanismo⁴¹. Durante toda a Reforma Protestante os teólogos e pensadores disputaram e divergiram acerca do conceito e da importância da celebração dos sacramentos na Igreja, o que impediu uma unidade doutrinária dos grupos religiosos que se opuseram a Roma.

A questão “natureza-sacramento” coloca-se, sobretudo, a partir da Reforma Protestante. Lutero, segundo Tillich, não conseguiu elaborar “uma teoria clara e consistente” dos sacramentos, mas “o elemento místico” continuou presente. As divergências sobre o sacramento da Ceia do Senhor entre Lutero e Zúínglio impediram a unificação da Reforma, em sua origem. A teologia reformada [5] representa de modo pleno a aplicação do “princípio protestante”, um exemplo é a resposta do Catecismo de Heidelberg na questão da missa, considerando-a “maldita idolatria” (KLEIN, 2003, p. 40).

O teólogo Paul Tillich, em sua obra *A Era Protestante*, aponta o fundamento do conceito de sacramento dentro da Igreja Católica, considerado um “veículo da Graça de Deus”, para que a humanidade possa aproximar-se da realidade divina.

O catolicismo pretende oferecer uma forma segura de superar a separação entre o ser humano e seu fundamento divino por meio de graças sacramentais e de exercícios ascéticos, cuja eficácia é garantida pela hierarquia e pelos poderes sacramentais (TILLICH, 1992, p. 188).

⁴¹ Aqui destacamos a obra organizada por Paul Elmer More e Frank Leslie Cross (1962): *Anglicanism: The thought and practice of the Church of England, illustrated from the religious literature of the seventeenth century*.

O reverendo Jaci Maraschin, em um ensaio sobre o Anglicanismo latino-americano, escreveu acerca da importância da dinamização e renovação da Tradição para os tempos atuais.

Queremos conservar do nosso passado o que nos parece fundamental, porém esse apego ao passado não pode ser cego. A própria tradição, se está viva, nos empurra em direção do futuro, pelo impulso deste mesmo passado. A tradição nos diz de um tempo em que ela não era tradição, mas inovação. A consciência da tradição como movimento dinâmico tira a tradição do mero conceito de arqueologia e traz à vida (*Ir*: KATER, 1987, p. 26-27).

Aqui devemos entender que a Tradição nunca se tornou engessada no Anglicanismo, nem mesmo por conta do uso constante e minucioso do Livro de Oração Comum. Como exemplo disso, temos as figuras dos reverendos Charles e John Wesley. Os principais líderes do Movimento Metodista e do reavivamento evangélico na Inglaterra, eram seguidores das práticas e rubricas do LOC, ao ponto de ele servir de base para o futuro livro do *Ofício de Domingo dos Metodistas na América do Norte*⁴². Quando estavam em Oxford, John e Charles foram acusados de serem “sacramentalistas”, devido ao costume e à insistência de tomarem a comunhão regularmente⁴³. A visibilidade dessas práticas rendeu-lhes vários apelidos: “Sacramentários”, “Entusiastas”, “Mariposas da Bíblia” e “Metodistas”. Esse último foi o único a ficar e tornou-se o codinome do movimento que passaram a liderar.

Séculos depois, o Livro de Oração Comum tornou-se novamente foco de disputas teológicas dentro do Anglicanismo. Uma

⁴² Como o próprio Wesley disse certa vez: “Eu acredito que não há Liturgia no mundo, seja na linguagem antiga ou moderna, que respire mais de uma piedade sólida, escriturística e racional do que a Oração Comum da Igreja da Inglaterra”.

⁴³ Convencidos do fundamento evangélico e da importância da prática, a Ceia do Senhor era vista, pelos irmãos Wesley, tanto como uma ordenança de conversão quanto de santificação. Eles costumavam comungar pelo menos uma vez a cada quatro ou cinco dias e, em seus sermões e publicações, incentivavam os paroquianos e metodistas a celebrarem a Ceia do Senhor semanalmente (diferente de outras Igrejas, inclusive a própria Igreja da Inglaterra que, em alguns lugares, celebrava mensalmente). Esta visão de “Igreja Alta” de John Wesley sobre a Eucaristia pode ser vista em seu sermão “O Dever da Comunhão Constante” e na obra *Hinos sobre a Ceia do Senhor*, de 1745.

das razões que motivaram as primeiras convocações da Conferência de Lambeth foi a chamada “Questão Cerimonialista”, que surgiu com a chegada das ideias e práticas do Movimento de Oxford, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, no século XIX. A rápida ascensão dos grupos anglo-católicos e sua disseminação entre as paróquias e dioceses episcopais despertou desconfiança, receios e disputas dos evangélicos quanto ao cerimonialismo mais rebuscado e até então desconhecido, o que fez com que os clérigos e bispos que seguiam a cultura *Low Church* acusassem não apenas os partidários e seguidores da cultura *High Church* de desvirtuar a Liturgia da Igreja ou até mesmo de fazerem parte de uma conspiração em que o papado pretendia tomar conta da Igreja e de seus membros.

Os conflitos, naquele período, foram inúmeros em várias Igrejas, não apenas na Inglaterra e nos Estados Unidos: bispos a favor e contrários se debruçaram sobre temas que antes sequer existiam na Liturgia e na Teologia das Igrejas. Inicialmente, os líderes do Movimento de Oxford haviam buscado restaurar o conhecimento sobre a fé católica dentro do Anglicanismo. Assim, buscavam convencer seus companheiros de ministério ordenado de que os ensinamentos dos primeiros padres da Igreja – a Patrística –, junto com os teólogos carolinos da Igreja Alta, do século XVII, contribuíram, cada um a seu tempo, para manter viva a fé que a Igreja professava desde os tempos apostólicos.

Porém, com o avanço do Romantismo e a busca pelo Reavivalismo Gótico, rapidamente foram introduzidos elementos que incidiam sobre o cerimonial, com um estudo sobre os rituais da Igreja Pré-Reformada, resgatando o uso de vestes clericais, inspiradas nos modelos medievais (casulas e batinas), que haviam caído em desuso durante o período Puritano. Ao mesmo tempo, a estética medieval passou a ditar a regra, junto com a construção de templos cada vez maiores e mais elaborados, em estilo neogótico. Isso de certa forma assustou os clérigos e bispos que estavam acostumados com a simplicidade evangélica dos séculos XVII e XVIII (as igrejas mais antigas dos Estados Unidos são em madeira, em estilo colonial).

Poderíamos citar inúmeros conflitos acerca da disciplina litúrgica entre os anglo-católicos e evangélicos, mas cairíamos em uma dicotomia que hoje não é mais relevante (ou não deveria ser). Ao invés de falarmos dos conflitos, vamos trazer os consensos, que, na história da questão cerimonialista, tem como um dos seus apaziguadores o

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

clérigo William Augustus Muhlenberg. Ele não considerava a si mesmo como um anglo-católico e era contrário aos rituais elaborados a partir do “modelo romano”. Entretanto, defendia que a Liturgia necessitava enfatizar a “Beleza da Santidade”. Assim, foi o responsável por introduzir o uso de velas e flores no altar, bem como a disposição de imagens da Virgem Maria e São João diante do Cristo Crucificado, que ficavam penduradas, acima, na nave, abaixo do santuário do templo.

As inovações litúrgicas introduzidas por Mulenberg foram importantíssimas para a elaboração de uma Teologia que se tornasse mais acessível aos cidadãos americanos comuns, por meio da contemplação. Até hoje, é possível visitar templos do período que preservam e influenciaram alguns dos elementos mais comuns nas Igrejas Episcopais em solo americano. Ao mesmo tempo essas ideias foram sintetizadas e difundidas por todo o país em um documento, escrito em 1853, que ficou conhecido como “O Memorial de Muhlenberg”.

Nele Muhlenberg combatia o predomínio de um grupo em detrimento de outros e dizia que a Igreja não podia estar condicionada à atitude de um bispo. Na verdade, Muhlenberg não era nem anglo-católico nem evangelical, mas sim liberal do partido amplo. Sua catolicidade incluía o protestantismo, ao qual admirava profundamente. Achava expressão no ritual estético, de tipo ardente, vívido, não convencional. Poderíamos dizer dele que era um legítimo homem da via média. Foi ele quem introduziu na Igreja Americana o uso da oração diária, a comunhão semanal, os coros de homens e rapazes, as comemorações festivas. Além disso, fundou a primeira ordem feminina, e criou a “Enfermaria da Igreja”, que foi o germe do hospital São Lucas, o primeiro do mundo fundado por uma igreja cristã (OLIVEIRA, 2017b, 87).

A Convenção Geral de 1856 deveria ter apresentado uma resposta ao memorial, uma vez que na reunião anterior, o mesmo havia sido entregue a uma Comissão responsável pelo seu estudo. Porém, os delegados decidiram adiar a análise do seu texto: encaminharam, então, uma proposta que orientava as dioceses a fazerem concessões ou mudanças nas práticas litúrgicas, e que cada Convenção fosse organizada uma comissão especial para cuidar da questão da unidade da

Igreja (visto que as inovações dos anos anteriores custaram a unidade, dando razão a algumas divisões internas e à saída de algumas paróquias que fundaram outras denominações). No berço do Anglicanismo a situação não era diferente. Charges da época, publicadas na Inglaterra, mostravam um clérigo de cultura *High Church* e outro *Low Church*, disputando para si a posse do Livro de Oração Comum⁴⁴.

Diante do impasse da questão cerimonialista, em razão das teses do “Memorial de Muhlenberg”, e diante do novo quadro em que as mudanças não seriam mais revertidas, a Igreja Episcopal organizou uma equipe para revisar o seu Livro de Oração Comum. Como resultado de tal revisão, foi elaborada a declaração de unidade da Igreja, que passou a ser adotada pela Conferência de Lambeth de 1988, e ficou conhecida como o Quadrilátero Chicago-Lambeth.

Podemos apontar que, pela primeira vez, as Igrejas da Comunhão Anglicana tomavam consciência do papel que a Liturgia exercia na unidade (ou na divisão) das Igrejas. Os resultados positivos dessa experiência de abertura e de escuta, de dissenso e de diálogo com o diferente, fez com que as Províncias de alguma forma se fortalecessem em torno da noção de que comungavam de elementos comuns, apesar das inúmeras diferenças e divergências entre seus partidos, correntes ou culturas eclesiais locais. A essa tendência de convergências teológica e eclesiológica através da Liturgia, presente em várias Igrejas Cristãs históricas – não apenas aquelas do Anglicanismo – damos o nome de Inclusividade Litúrgica.

A ideia de uma Inclusividade Litúrgica seria a capacidade de incluir e conciliar nas suas diferentes expressões – ritos, orações e vida devocional como um todo –, a rica tradição da Igreja com uma abertura e diálogo com as “coisas novas” que são reveladas na história, mediante um processo de ressignificação que brota de sua atividade no mundo (BERGER, 1985). A própria Conferência de Lambeth, de 1978, tratou em sua Resolução 23 – sobre Informações Litúrgicas – da necessidade de padronizar a estrutura da Eucaristia, como parte da identidade e da coesão da Comunhão Anglicana, e que se refletia, de maneira positiva, nas relações ecumênicas e nos esforços pela unidade cristã.

⁴⁴ Publicada na *Punch, or The London Charivari*, revista britânica de humor e sátira, uma charge de 21 de fevereiro de 1856 mostrava a disputa entre clérigos “altos” e “baixos” da Igreja da Inglaterra, enquanto exibia o Arcebispo de Cantuária, ao fundo dizendo: “Meus amigos! Meus amigos! Vocês irão destruir este bom e velho Livro de Oração entre vocês”. Esta imagem resume bem tal contexto.

A Conferência acolhe e elogia a adoção de uma estrutura comum para a Eucaristia como um importante fator unificador em nossa Comunhão e ecumenicamente. Pedimos aos comitês litúrgicos provinciais que continuem mantendo contato uns com os outros, circulando o trabalho em andamento aos presidentes dos outros comitês litúrgicos por meio dos bons ofícios do Secretário Geral do Conselho Consultivo Anglicano (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 47).

Diante do crescente processo de inculturação e das novas edições do Livro de Oração Comum que estavam surgindo, a Conferência de Lambeth, de 1988, tratou em sua Resolução 47 – sobre a Liberdade Litúrgica – da autonomia de cada Província da Comunhão Anglicana para elaborar os seus manuais de culto.

Esta Conferência resolve que cada província deve ser livre, sujeita às normas anglicanas universais essenciais de culto, e à valorização dos materiais litúrgicos tradicionais, para buscar aquela expressão de culto que seja apropriada ao seu povo cristão em seu contexto cultural (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1988, p. 232).

A Conferência de Lambeth, de 1998, seguiu no mesmo sentido de apoiar as revisões litúrgicas de cada Província.

Esta Conferência: [...] (c) apela a todas as províncias para que mantenham o Conselho Consultivo Anglicano totalmente informado sobre todas as revisões litúrgicas oficiais por meio do Coordenador de Liturgia ou de outros membros da equipe do Conselho, conforme necessário (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1999, p. 401).

Revisitar a história da Liturgia – juntamente com seus percalços e avanços, suas construções e desconstruções –, é um exercício necessário e parte de uma arqueologia do Anglicanismo. O Livro de

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Oração Comum, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, está em sua quinta edição; a primeira foi publicada em 1898; a segunda, em 1930; a terceira, em 1950, a quarta, em 1988; a atual, em 2015. Até então, a única versão do LOC disponível em língua portuguesa, era a tradução rudimentar, feita em 1856, pelo reverendo Richard Holden⁴⁵.

Quando a Igreja foi implantada no Brasil, em 1890, havia apenas a tradução do LOC americano, feita por Richard Holden. Usou-se, no começo, um livrete com os ofícios diários, Lítania e porções dos Salmos. Em 1893, através do trabalho de dois pioneiros, Rev. Brown e Rev. Cabral realizou-se uma tradução mais completa do LOC americano, impressa nos Estados Unidos. O primeiro livro completo brasileiro surgiu em 1930, contendo todos os ofícios e criando pela primeira vez um padrão litúrgico para toda a Igreja (SILVA, 1999, p. 5).

O primeiro Livro de Oração Comum, publicado no Brasil, data de 1898⁴⁶; é uma tradução do LOC, de 1892, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, feita pelos reverendo William Brown e arcebispo Américo Vespúcio Cabral. Em sua estrutura não havia alteração, visto que tanto o seu certificado quanto o prefácio são da edição norte-americana. Diante da necessidade de uma edição mais atualizada, em 1925 foi publicado um livreto chamado *Offícios Divinos* que contém em sua folha de rosto um subtítulo autoexplicativo: *Formulas Provisórias de Oração para uso da Igreja Episcopal Brasileira autorizadas pelo Bispo da mesma, Revmo. Lucien Lee Kinsolving até a revisão do Livro de Oração Comum*.

Em 1930, a nova edição foi elaborada pela Comissão no Concílio da então Igreja Episcopal Brasileira, quando, seu Custódio era o reverendo Américo Vespúcio Cabral, que trabalhara na tradução de 1898. Por essa razão, muitos se referem à edição de 1930 como sendo a primeira edição brasileira do LOC, o que historicamente não é correto. Este *Livro de Oração Commum* era completo. Publicado em capa dura, possuía provisão para todos os ritos da Igreja. Assim, pela primeira vez, além de seus Ofícios diários, Saltério e Ritos Eucarísticos e Batismais, o LOC também possuía o Rito de Confirmação e Ordinal, e os ofícios para Casamento e Funeral.

⁴⁵ Esta edição encontra-se até hoje preservada no Arquivo Provincial da Igreja, em Porto Alegre.

⁴⁶ A primeira edição, revisada algumas vezes, foi reimpressa em 1899, 1900 e 1903.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A edição seguinte foi publicada em 1950. Ela passou por uma atualização linguística e teve todos os ritos publicados na íntegra. À época, o seu custódio era o reverendo John Wallace Suter, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Esta edição foi publicada em duas versões, uma com capa de couro semelhante à Bíblia, outra em capa dura, com relevo mais elaborado. A partir de 1967, passaram a circular na Igreja duas fórmulas experimentais da Santa Comunhão. Como os exemplares da edição vigente rapidamente se esgotaram, este livreto foi publicado contendo duas fórmulas experimentais da Santa Comunhão, juntamente com o Rito do Santo Batismo e o Rito da Santa Comunhão sob Circunstâncias Especiais.

As razões desses experimentos litúrgicos se justificavam devido ao uso de um vocabulário antigo e arcaico que permanecia nas celebrações, mas não na linguagem do povo brasileiro. Aliada às ideias de um Anglicanismo autóctone, desenvolvidas no 1º Congresso Episcopal, uma nova edição do Livro de Oração Comum foi requisitada, elaborada e aprovada em Sínodo, no ano de 1984, que teve por base a estrutura do Livro de Oração de 1979 da Igreja norte americana, adaptada às necessidades da Província Brasileira. Os princípios que nortearam a nova edição foram: “a) Fidelidade às Escrituras; b) Flexibilidade Pastoral; c) Inculturação; d) Inclusividade e Ecumenicidade” (ASSIS, 1999, p. 2).

Curiosamente, a nova edição do Livro de Oração Comum era abreviada e, ao contrário dos anteriores, não incluía, dentre as suas liturgias, o Ordinal, com os ritos de ordenação diaconal, presbiteral e episcopal. Por outro lado, representou um avanço em relação à atualização da linguagem e da praticidade para seu uso nas celebrações e nas comunidades, o que foi bem aceito pelo público. Este LOC, que passou a circular a partir de 1988, foi confeccionado em capa mole e acabamento mais simples, talvez por ser uma versão “provisória”, feita para durar no máximo cinco anos e, depois, substituída por uma versão completa.

O Livro de Oração utilizado na Igreja até o início dos anos 80, embora completo, era antigo na linguagem e no vocabulário. Em 1984 o Sínodo aprovou um novo Livro em edição abreviada e bastante influenciado pelo Livro de Oração Comum da ECUSA, aprovado naquele país em 1979. Os elementos mais significativos desse novo LOC foram a adoção do lecionário trienal contemplando

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

a restauração das leituras do Antigo Testamento e dos Salmos e a diminuição das extensas leituras do antigo LOC que soavam monótonas nos lábios de alguns clérigos. O novo LOC mostrou-se mais leve e dinâmico que o anterior, conforme a linha seguida pela Comissão de Liturgia (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 214).

Naquela fase, a Igreja Brasileira passou por profundas mudanças em sua compreensão da Teologia Sacramental e na sua Liturgia, e posicionou-se cada vez mais, pela inclusão de diferentes grupos que existiam na Igreja há décadas, embora de alguma forma fossem excluídos da vida celebrativa e dos próprios sacramentos. Dentre elas, se encontra a inserção da Igreja no debate acerca dos problemas políticos e sociais do país, a maior participação das mulheres na vida celebrativa da Igreja, com a possibilidade de ordenação e de liderança, inclusive como bispas, e o acolhimento pleno das pessoas LGBT+ com a ordenação (na década de 1980 ainda não se falava em casamento entre pessoas do mesmo sexo). Assim, podemos dizer que a Província do Brasil foi vanguardista no debate dessas questões na Liturgia.

Dentro de uma concepção mais teológica, tais mudanças, ocorridas na IEAB nos últimos anos, seriam fruto da ação do Espírito Santo na Igreja, que a dirige à renovação dos caminhos diante dos novos desafios, e conduziram a uma identidade “construída e remodelada na vivência prática do Evangelho e na fidelidade a Jesus Cristo” (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, 219). E essas novas ênfases somente podem ser vivenciadas através de uma liturgia que dialogue com as pessoas que delas participam e as celebram.

Na década de 1980, por exemplo, a Igreja repensou a participação das crianças na vida sacramental da Igreja. Até então, a Santa Comunhão era oferecida apenas às pessoas confirmadas. Uma vez que a Confirmação era feita somente na adolescência ou em idade adulta, as crianças, embora presentes na celebração, eram de certa forma “excluídas” do ato mais importante na vida das comunidades. Foi então que o bispo Sumio Takatsu desenvolveu uma série de reflexões e levou à Câmara Episcopal uma proposta de inclusão das crianças no momento da Eucaristia, recuperando uma prática da própria Igreja Primitiva, em que, junto com a administração do Batismo, a criança recebia os sacramentos da Confirmação e da Comunhão (costume ainda seguido pelas Igrejas Ortodoxas).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Alguns bispos se posicionaram contrários à “inovação”; argumentaram que isso acabaria por esvaziar o sentido do Rito de Confirmação (o qual era realizado pelo próprio epíscopo). Porém, aos poucos as dioceses foram aderindo, de modo que, hoje, as crianças participam plenamente da vida sacramental da Igreja, vivendo o seu Batismo junto com a participação no Corpo de Cristo, através da Comunhão (como afirma o apóstolo Paulo em 1 Coríntios 10:16-17). Tais mudanças nas práticas litúrgicas da Igreja foram explicadas no folheto *Santa Eucaristia Para Crianças*, publicado pelo antigo Departamento de Educação Cristã da Igreja.

Outro elemento essencial na experiência da Inclusividade Litúrgica diz respeito à capacidade de se adequar o rito a uma nova linguagem, de modo a transmitir a mensagem evangelística através da própria cultura e do tempo em que esta cultura e seus grupos estão inseridos. Aqui entra uma questão que, para muitos, é uma verdadeira controvérsia e, para outros, é um dos fatores de renovação da liturgia da Igreja no Brasil: o uso de novas músicas e compositores no lugar de hinos e composições clássicas da música sacra, especialmente, em relação ao uso da Música Popular Brasileira (MPB) nos ofícios religiosos⁴⁷.

Com a chegada cada vez maior de um público jovem nas comunidades da Diocese Anglicana de São Paulo, o reverendo Estevam Shigueru Yuba começou a realizar cultos, nas tardes de domingo, na Paróquia de São João, os quais eram dirigidos pelo reverendo Jaci Maraschin. Como professor do IAET, buscou realizar experimentos litúrgicos, através do uso de músicas de novos compositores, introduzindo, pela primeira vez, a música popular brasileira. A busca por criar uma nova linguagem e um ofício com mais espaço para a espontaneidade, sem fugir das orientações do LOC, fez com que a juventude encontrasse espaço na Igreja.

Tal experiência, iniciada no dia 08 de março de 1992, foi recebida com entusiasmo em toda a Igreja, sobretudo em comunidades que buscavam uma renovação na forma de celebrar. Desde então, esta paróquia continua a realizar seus ofícios com uma linguagem mais moderna, mais voltada para os jovens, ao mesmo tempo em que,

⁴⁷ Estudos mais aprofundados sobre o uso da Música Popular Brasileira na Liturgia podem ser encontrados nas obras *Teologia e Mpb* (1998) e *Teologia da Arte* (2010), de Carlos Calvani.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

celebra de uma maneira mais formal, tanto em português quanto em japonês, e mantém as raízes históricas contempladas desde os tempos do reverendo João Yasoji Ito, na busca por um diálogo com a contemporaneidade.

Após 1990, a influência do reverendo Jaci Maraschin na Liturgia e na Música da Igreja, pode ser considerada como um divisor de águas. Suas palestras e aulas nos seminários, bem como sua forma de celebrar “com os pés no chão”, direcionaram as lideranças a repensarem a função da Liturgia na vida das comunidades. Não apenas havia uma mudança na composição dos seus membros, mas a linguagem havia mudado, não comportava mais a rigidez que existia na edição do LOC de 1988.

Com a chegada de uma nova geração de clérigos e clérigas, renovadas ideias e práticas⁴⁸ no campo litúrgico foram difundidas, a partir do contato com a realidade de outras Províncias e da disseminação de experiências feitas em diferentes Igrejas. O maior uso das redes sociais também facilita o conhecimento e a promoção de novas técnicas litúrgicas. Note-se que, na história da IEAB, sempre que membros do clero realizaram intercâmbios para outros países ou se aprofundaram nos estudos, aconteceram reformas consistentes, que marcaram toda a Província.

Nos anos 50 e início dos anos 60 clérigos como Jaci Maraschin, Sumio Takatsu, Gênio Vergara, Clauco Soares de Lima e outros, passaram longos períodos de estudo em Seminários nos Estados Unidos e Japão. Outros foram para a Inglaterra conhecer o berço do Anglicanismo. Tais intercâmbios foram significativos porque não eram viagens de turismo. Essas pessoas viajavam em nome da Igreja e por ela apoiados, a fim de estudar e conhecer a realidade da Comunhão Anglicana em outras regiões e também divulgar a Igreja. Essas viagens não resultaram apenas em benefícios pessoais.

⁴⁸ Especialmente no uso de ícones e outros elementos estéticos dentro dos templos. Dentre eles, temos a busca por criar novas disposições do espaço litúrgico a fim de aproximar mais os fiéis do clero. Ao invés de bancos em formato de auditório, em algumas paróquias como a Santíssima Trindade (Rio de Janeiro), resgatou-se a disposição em coro, colocando-os nas laterais. Em outras comunidades menores, as pessoas se colocam em círculo, com a mesa ao centro. Também se percebe um maior uso da MPB nas celebrações, influenciada pelos experimentos do reverendo Jaci Maraschin.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Todos os clérigos que passaram algum tempo no exterior voltavam ao Brasil dispostos a alargar a visão estreita que ainda predominava em algumas regiões de nosso país. A convivência com outras expressões litúrgicas e outras experiências missionárias os ajudou a perceber que nossa igreja precisava amadurecer mais e resgatar tesouros litúrgicos que eram seus, mas que ela mesma desconhecia (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 202).

Diante desse contexto de renovação que se processava desde as antigas gerações, as lideranças contemporâneas perceberam que era necessário elaborar uma edição do Livro de Oração Comum que contemplasse as novas ênfases teológicas que se haviam estabelecido junto com as mudanças pelas quais a Igreja passara em mais de duas décadas.

Para a nova edição do LOC, a Província organizou uma comissão especial, com pessoas de diferentes Dioceses⁴⁹. Dessa vez, foram estabelecidos cinco eixos.

A Comissão incumbida de preparar a nova edição do LOC estabeleceu cinco eixos norteadores de seu trabalho de revisão (renovação), a saber: a) Ênfase na tradição viva da Igreja; b) Enculturação / liturgias autóctones; c) Teologia popular (ampliação do Ano Eclesiástico com datas, festas, solenidades, próprios e santos/as); d) Aproximação ecumênica com as igrejas irmãs (adoção do Pai nosso na versão ecumênica e do *Lecionário Comum Revisado* e retirada da *Cláusula Filioque*); e) Inclusividade. Estes eixos norteadores foram fruto das reflexões internas da Comissão, que os compartilhou com a Câmara Episcopal, o Conselho Executivo e o Sínodo Geral da IEAB de 2013, o qual autorizou à Comissão a realização da nova edição do LOC brasileiro. Como se pode ver, o espírito que animou os trabalhos da Comissão foi indiretamente pertinente a uma maior ênfase étnico-racial no LOC 2015, ao menos e sobretudo em decorrência dos eixos norteadores “b” e “c”, que

⁴⁹ A Comissão foi composta pelo bispo Maurício Andrade (presidente); a Deã da Catedral Nacional de Porto Alegre e Custódia do Livro Padrão, reverenda Marínez Rosa dos Santos Bassotto; a reverenda Dilce Regina Paiva de Oliveira; a Sra. Noemi KazukoBuyo; o reverendo Luiz Carlos Teixeira Coelho Filho; e a reverenda Rosemary Ferreira da Cunha.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

impulsionam o aproveitamento da realidade em que a Igreja está estabelecida (SANTOS, 2020, p. 11-12).

Para familiarizar as comunidades e seus membros com as novas liturgias, ao mesmo tempo em que supria algumas necessidades específicas para as celebrações de algumas quadras do Ano Cristão, como, por exemplo, o Advento, a Comissão Nacional de Liturgia criou um site que disponibilizava alguns ritos e traduções que estariam incluídos na futura edição. Em agosto de 2015, a Custódia do Livro Padrão, cônica Marinez Bassotto, emitiu o certificado de que a edição foi recomendada pela Câmara Episcopal e pelo Conselho Executivo. Em junho de 2016, as delegações do Sínodo aprovaram o novo LOC da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Uma das grandes novidades trazidas pelo novo LOC da IEAB foi a elaboração do Santoral, a lista de santos e santas considerados importantes pela Igreja. Diferente do Catolicismo, não existe canonização no Anglicanismo⁵⁰, de modo que as pessoas consideradas santas, e dignas de serem lembradas e suas memórias celebradas durante o Ano Cristão, são incluídas em um rol aprovado pelo Sínodo, com base no exemplo de vida, e na importância para a história da Igreja ou do país.

Em sua análise acerca do Santoral, o reverendo Adriano Portela dos Santos traz um quadro das mudanças que revelam o reconhecimento e a preservação da memória de algumas lideranças cristãs consideradas fundamentais pela IEAB em suas lutas pela Inclusividade, em temas como a igualdade étnico-racial, a ordenação feminina e a defesa dos direitos humanos, agrários e indígenas.

No que concerne ao Calendário, como esperado, o LOC de 2015 resgata a memória de algumas mulheres emblemáticas, como a de Florence Li 'Tim Oi (26/02), primeira sacerdotisa da Comunhão Anglicana, e a de Alice Kinsolving (10/11), esposa do primeiro bispo da IEAB, Lucien Lee Kinsolving – só para citar alguns exemplos. Mas o Calendário do mesmo LOC também

⁵⁰ O Rei Carlos Stuart, foi o último santo a ser canonizado pela Igreja da Inglaterra com um Rito. Tal fato ocorreu em resposta à sua deposição, condenação e execução durante o governo de Oliver Cromwell. Desse modo, em 19 de maio de 1660, durante as Convocações de Cantuária e York, ele foi canonizado pela Igreja, sendo conhecido e venerado entre os círculos monarquistas e anglo-católicos como São Carlos, Mártir.

demonstra claramente uma maior atenção às demandas étnico-raciais. [...] Foi inserido no Calendário a memória de algumas pessoas emblemáticas para a Comunhão Anglicana pertencentes a grupos étnico-raciais subalternizados (Absolom Jones, Janini Luwum, Mártires de Uganda, Enmegahbowh), e outras diretamente relacionadas à luta antirracista (Sepé Tiaraju, Martin Luther King, Zumbi dos Palmares e o próprio Absolom Jones, já mencionado). Impressiona que a rubrica do LOC de 2015, no caso de Absolom Jones e Enmegahbowh, especifique se tratem dos primeiros sacerdotes respectivamente afrodescendente e indígena da Comunhão Anglicana. Observemos, no que diz respeito à comunidade nipônica, que houve a retirada da memória de Samuel Isaac José Schereschewsky, Bispo de Xangai (15/10). No entanto, foi inserida a memória de duas pessoas emblemáticas para a IEAB, quais Sumio Takatsu, Bispo da IEAB, e João Yasoji Ito, sacerdote da IEAB – ambos membros da comunidade nipônica. Embora a inclusão dessas memórias aparentemente não se dê diretamente por questões étnico-raciais, revela a valorização e o apreço da IEAB às pessoas anglicanas dessa comunidade. Em relação às memórias afins à África originadas no LOC da África do Sul de 1954 e não incluídas no LOC brasileiro de 1988, tivemos novas inclusões no LOC de 2015, com modificações às modificações já realizadas pelo LOC dos EUA (1979). [...] Observemos que quatro comemorações permaneceram não incluídas no LOC brasileiro de 2015. Entre as comemorações não incluídas, destacamos a memória de George Augustus Selwyn (1809-1878), primeiro bispo anglicano da Nova Zelândia, responsável pela evangelização das tribos maoris; Robert Gray (1809-1872), primeiro bispo da Cidade do Cabo, África do Sul. Atentemos ainda à inclusão da memória de pessoas brancas com lutas afins às comunidades negra e indígena, como é o caso do seminarista anglicano Jonathan Myrick Daniels, assassinado em 1965 no contexto da luta pelos direitos civis dos negros norte-americanos; do Arcebispo católico Dom Helder Câmara, defensor dos direitos humanos e organizador da Missa dos Quilombos, em 20 de agosto de 1981, evento que denunciou o racismo no país e conclamou a igreja a se engajar na luta antirracista; da freira norte-americana Dorothy Mae Stang, assassinada em 2005 por causa de sua defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais da região do Xingu (Pará); e de Chico Mendes,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

assassinado em 1988 por causa de sua defesa dos povos da floresta (seringueiros, indígenas, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco e populações ribeirinhas) do Acre (SANTOS, 2020, p. 12-14).

Em relação aos Ritos, o LOC de 2015 trouxe novas Orações Eucarísticas, contextualizadas na busca pelo desenvolvimento de liturgias autóctones, enraizadas nas realidades e cultura brasileiras. Algumas fórmulas foram atualizadas em sua linguagem, visto que são traduções do Livro de Oração norte-americano, outras foram elaboradas a partir da nova realidade da Igreja.

A *Oração A* do *Rito 2* era a oração eucarística do *Rito 1* do antigo LOC. As *Orações B* e *C* que eram, respectivamente, a *Oração A* e a *Oração B* do *Rito 2* do LOC anterior, foram reorganizadas na nova edição. As *Orações D* e *E* foram criadas pela então cônica Marinez Bassotto, atualmente bispa diocesana da Amazônia. A *Oração F* foi criada pelos clérigos da Paróquia do Bom Pastor, de Salvador (Diocese Anglicana do Recife). E a *Oração G* foi criada pelo reverendo Luiz Coelho (Diocese Anglicana do Rio de Janeiro), que é o atual Custódio do Livro de Oração Comum⁵¹.

O atual LOC da IEAB foi publicado no contexto celebrativo dos 125 anos da Igreja e dos 30 anos de Ordenação Feminina⁵². A Comissão Nacional de Liturgia focou seus esforços na adoção de linguagem inclusiva, a partir do uso do gênero neutro como parte da própria identidade eclesial, que se encontrava em um momento decisivo de sua construção. Assim, vemos, no prefácio da edição de 2015, a preocupação acerca da Inclusividade na linguagem.

Sabendo do valor das formas e dos ritos contidos neste livro, os quais apontam para a identidade da nossa fé e para o fortalecimento da nossa espiritualidade, buscou-se oferecer uma maneira mais contemporânea de se relacionar com essa fé a partir da atualização e da

⁵¹ Custódio é o membro do clero, eleito pelo Sínodo, que tem sob sua responsabilidade autorizar a tradução, edição, publicação e cópias de partes ou de todo o LOC, garantindo que sejam fiéis ao Livro Padrão.

⁵² Em 2015 foram lançadas duas edições em capa dura, uma padrão e outra com folhas mais grossas, em celebração aos 125 anos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e dos 30 anos da Ordenação Feminina na Província. Em 2021 foi feita uma reimpressão, em brochura e papel-bíblia.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

utilização da linguagem inclusiva, que nos envolve no contexto da adoração, transformando homens e mulheres em partes integrantes do ato de celebrar a vida e a vida em abundância (IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL, 2015, p. 19).

A mesma questão da linguagem neutra pode ser aplicada quando se trata da questão do rito de casamento entre pessoas do mesmo sexo. À época, o LOC foi construído antes da aprovação do casamento igualitário na IEAB; porém, a Comissão Nacional de Liturgia optou pelo uso da linguagem neutra no rito, antevendo a decisão que poderia vir em futuro Sínodo.

É importante ressaltar que a IEAB levou em consideração os paradigmas teológicos e a estruturação litúrgica expostos nesse documento, ao revisar seus ritos matrimoniais para o LOC 2015. Trata-se do primeiro livro de oração comum em português a seguir tais diretrizes. Entretanto, a Comissão Nacional de Liturgia da IEAB optou em usar linguagem neutra no rito, já antevendo a decisão de extensão do conceito de Santo Matrimônio a casais do mesmo sexo (COELHO FILHO, 2020a, p. 100).

A Inclusividade Litúrgica também passa pela valorização dos patrimônios teológico, ritualístico, musical e cultural da Igreja. Hoje, na IEAB, temos paróquias que celebram de forma mais elaborada, até outras em que a liturgia é bastante despojada. Aqui não se trata das clássicas correntes *High Church* ou *Low Church*, mas de perceber o potencial que a Igreja possui em termos de variedade litúrgica, uma vez que esta acaba convertendo-se em um dos cartões de visita para as pessoas que chegam às comunidades. Da mesma forma, em sentido contrário, a falta de zelo nas práticas litúrgicas pode afastar os membros novos e antigos.

A troca de experiências entre as Províncias vem garantindo uma aplicação do conceito da Inclusividade na Liturgia. O novo LOC da IEAB está sendo bem recebido por outras Províncias da Comunhão Anglicana que, por exemplo, já requisitaram o uso de trechos e orações dessa edição brasileira para incrementar os seus Livros. A próxima edição do Livro de Oração Comum da Igreja Episcopal dos Estados

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Unidos, que está em elaboração, terá trechos traduzidos para o inglês do LOC, de 2015.

Vale salientar que existe um projeto de criação de um Livro de Ritos Alternativos, ainda em andamento. A Igreja possui liturgias alternativas, em nível diocesano, a exemplo do Livro de Ritos Ocasionais, organizado pelo reverendo Jorge Aquino e autorizado pelo bispo Robinson Cavalcanti⁵³, quando este era diocesano do Recife. Parte das liturgias alternativas ao uso do LOC eram traduções dos livros de oração de outras Igrejas da Comunhão Anglicana, a exemplo das do Quênia, Canadá e Portugal. Outras, porém, foram criadas especialmente para este livro, a exemplo do “Rito Eucarístico de Caaporã” – uma liturgia anglicana na linguagem de cordel – composta por Israel Cardoso, então reverendo da Diocese Anglicana do Recife.

Em consonância com a publicação do novo LOC, está em andamento um projeto de atualização do Hinário Episcopal. Ainda não finalizado, é conduzido pela Comissão Nacional de Liturgia a partir de pesquisa realizada pelo reverendo Luiz Coelho, durante o seu doutorado na Sewanee: The University of the South⁵⁴. Ainda não há previsão para a publicação do novo hinário. A edição atual data de 1962; em sua última edição, publicada em 2002, conserva a ortografia daquela década.

Algumas pessoas da Igreja, sobretudo no Sul e Sudeste, pedem uma atualização da linguagem, bem como dos hinos cantados, uma vez que outras Igrejas – a exemplo da Presbiteriana e da Luterana – atualizaram seus hinários recentemente. Por outro lado, as comunidades da IEAB no Norte e Nordeste ainda necessitam de uma maior apropriação e conhecimento dos hinos por parte do povo, que usa, ora o cancioneiro religioso popular – inspirado nas músicas católicas e da Teologia da Libertação – ora corinhos evangélicos ou músicas contemporâneas em estilo *Worship*, estas últimas, absorvidas por algumas comunidades de identidade evangelical no Anglicanismo brasileiro.

Existe, igualmente, um problema sobre a questão das vestes sacras. A Igreja possui grande variedade de paramentos – tanto laicos

⁵³ Considerando que o Bispo Diocesano possui o *mínus litúrgico*, todas as liturgias criadas devem ser autorizadas pelo mesmo para uso da Diocese.

⁵⁴ Finalizado em 2020, o título da tese do seu doutoramento em Liturgia foi: *Singing a common song: hymnal revision in a liturgical, contemporary, and ecumenical context*.

quanto clericais –, que podem ser utilizados da melhor forma e contextualizados com o local, cerimônia e comunidade, porém, ainda são pouco aproveitados. O principal problema, nos dias atuais, são os extremos, por usos e costumes sem observar ou conhecer as rubricas, ou achar que o simples uso deles configura uma atitude de clericalismo.

Por outro lado, a história, a tradição e até o *status* de algumas comunidades, requerem o uso de determinados paramentos e, inclusive, em decorrência da localidade em que encontram, demandam determinada postura celebrativa. Em catedrais, por exemplo, costuma-se usar casulas e capas, posto que a celebração tende a seguir a corrente *High Church* – uma vez que a catedral é, literalmente, a “Igreja Alta” da Diocese⁵⁵. Na IEAB, as catedrais geralmente se encontram em bairros de classe média ou média-alta e, em consonância com a lógica das comunidades periféricas, não faz sentido pautar a eclesiologia, a condução pastoral e a liturgia a partir da Teologia da Libertação, como acontece em algumas delas.

É preciso que os membros do clero e do laicato redescubram a estética da liturgia e a sua beleza, inserindo-as em seu aspecto visual no cerimonial dos ofícios. A identidade litúrgica no Anglicanismo também passa pelas suas vestes, tanto clericais quanto laicas. Diante da diversidade nos usos e costumes observados na Comunhão Anglicana, é possível combinar uma variedade de paramentos, em diferentes contextos celebrativos.

Ao longo dos últimos anos, por conta da praticidade, optou-se pelo uso de paramentos mais leves – a alva e uma estola – no lugar dos trajes completos. Porém, nada impede um clérigo ou clériga de utilizar uma batina com a sobrepeliz e o típete – e até mesmo outros adereços como o chapéu de Cantuária ou a birreta, junto o colarinho duplo (também chamado colarinho do pregador), usado por parte do clero da Igreja da Inglaterra. Ministros leigos e acólitos podem usar vestes de coro – quando em catedrais e paróquias mais tradicionais –, ao passo que também podem usar uma simples alva em regiões quentes ou em comunidades que prezem pela simplicidade. Da mesma forma, bispos e bispas podem retomar o uso da chamarra preta – vestida em conjunto

⁵⁵ O fato da Cultura *High Church* ter esse nome também deriva do fato de que ela surgiu entre os principais bispos e teólogos e nas principais Catedrais da Inglaterra. Por sua vez, estas eram as maiores construções da cidade, com as suas altas torres, sendo também a maior igreja da Diocese.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

com a roquete e o típete – em tempos litúrgicos de penitência, como a Quaresma e a Semana Santa, em sinal de humildade e despojamento.

Um dos problemas que percebemos, ao longo dos últimos anos, é a falta de valorização de tal herança litúrgica, herdada pela IEAB. Nos Estados Unidos e no Canadá é cada vez mais comum ver o design de vestes litúrgicas inspirados nas suas culturas. Bispos e sacerdotes indígenas desses países se vestem com paramentos inspirados na cultura dos povos locais. Desse modo, o que impede, por exemplo, que um bispo ou bispa no Nordeste, em determinadas cerimônias, use mitras ou capas de asperge no estilo das vestes feitas em couro trajadas pelos vaqueiros nordestinos? Tais símbolos e motivos estéticos inspiraram Luiz Gonzaga a usar tais vestes como forma de identificá-lo como um artista desta região.

A própria Conferência de Lambeth de 1998, em sua Sessão III, Resolução 14, tratou da Inculturação do Culto: incentivando que cada Província busque, a seu modo, meios de tornar a liturgia mais próxima do povo, da cultura e dos costumes da região.

Esta Conferência, regozijando-se com sua própria experiência de culto multicultural, reafirma as Resoluções 22 e 47 da Conferência de Lambeth de 1988, encorajando a inculturação do culto e exorta cada província a buscar as melhores maneiras de inculturar suas formas e práticas de culto (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1999, p. 401).

Em termos de inculturação, o melhor exemplo vem da Diocese da Amazônia, cujos motivos estéticos marajoaras – oriundos da cultura da sociedade indígena que floresceu na Ilha de Marajó e ao redor do Rio Amazonas na Era pré-colombiana – inspiram as vestes, os vasos sagrados e a arte sacra utilizados pela Igreja⁵⁶.

Tudo isso é possível, uma vez que não existe certo ou errado na liturgia anglicana. O que não está correto é criar uma devoção pessoal e alegar que ela tem alguma justificativa histórica, ou que esta dever ser de determinada maneira, a partir de uma visão individual. Durante décadas,

⁵⁶ Recentemente, um ícone intitulado de “Nossa Senhora da Amazônia”, foi escrito pelo reverendo Luiz Coelho, o qual apresenta a Virgem Maria como uma índia desnuda, sentada em uma planta de Vitória Régia, segurando o menino Jesus, representado como uma criança indígena.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

a baixa-ritualística da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil era um problema causador de tensões. Desde as inovações litúrgicas – muitas vezes radicais, como as inseridas por Salomão Ferraz, no início do século XX –, até novas idéias advindas do Movimento Litúrgico mundial e do contato de clérigos brasileiros com práticas comuns em outros locais da Comunhão Anglicana, a Liturgia na Igreja Brasileira sempre foi uma questão delicada.

Dentre as razões, se encontrava a educação teológica no Brasil que era – e ainda é – bastante precária. Mesmo com a existência do Seminário Nacional, a IEAB era bastante fechada em termos litúrgicos, e não mantinha relações com outras correntes e expressões ritualísticas de diversificados lugares da Comunhão Anglicana. Os seminaristas eram formados para serem bons pregadores, bons pastores, bons administradores de paróquias, mas toda e qualquer discussão que estivesse ocorrendo na Igreja norte-americana era desconhecida, inclusive, por clérigos renomados. Em decorrência, por muito tempo, a Igreja não desenvolveu o mínimo senso de respeito à diversidade de pensamento e práticas litúrgicas.

Desde o início, as polêmicas em torno de novas liturgias surgiram em comunidades hoje consideradas formais e modelos de uma ritualística mais elaborada. Na época do reverendo John Meem, a colocação de uma cruz no altar da Capela do Redentor, em Pelotas, gerou atrito entre os paroquianos. O reverendo Orlando Baptista, um pouco antes de sua morte, estava trabalhando em iluminuras para inseri-las numa próxima impressão do Livro de Oração Comum, algo inédito no Anglicanismo da América Latina. Décadas depois, conflitos similares continuaram a acontecer, embora, com o tempo, estas “novidades” fossem gradualmente adotadas e aceitas, quando os anglicanos percebiam que elas não eram contrárias à fé; pelo contrário, faziam parte dela desde o início e foram preservadas, em diferentes tempos e circunstâncias, como parte da tradição secular da Igreja.

Nos anos cinqüenta, novas discussões litúrgicas começaram a surgir no Brasil através da atuação do missionário Herman Afonso Di Brandi, capelão do Colégio Cruzeiro do Sul. Di Brandi chegou ao Brasil em 1952 e, dentre as primeiras “inovações” litúrgicas que promoveu, trocou a batina preta e sobrepeliz por vestes litúrgicas tradicionais, colocou velas no altar, um crucifixo na capela e passou a usar incenso em algumas

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

cerimônias. Na época, tais práticas soavam muito ofensivas à maioria do povo da Igreja. O bispo Pithan chegou a proibir o deão Jessé Krebs Appel de utilizar vestes eucarísticas na Catedral da Santíssima Trindade em Porto Alegre. O bispo Melcher escreveu a Di Brandi dizendo que “nós americanos temos que nos adaptar a muitas coisas de que não gostamos. Estamos aqui para ajudar e não para impor a nossa maneira de ser igreja. Introduzir inovações rápidas demais pode destruir a confiança que o povo deposita em nós”. Apesar dessa advertência, Di Brandi influenciou toda uma geração de seminaristas que, nos anos cinquenta estudavam em nosso Seminário de Porto Alegre. Um deles relata que, em seu primeiro trabalho paroquial, já depois de ordenado presbítero, encontrou muitas resistências por parte do povo que não desejava vela sobre o altar, até o dia em que faltou energia elétrica no Templo. O culto era à noite e ele não teve dúvidas: buscou na sacristia duas grandes velas e iluminou o altar. No domingo seguinte, inquirido por um membro da congregação sobre as velas que permaneciam no altar, ele disse que as manteria acesas para o imprevisto de faltar energia novamente. Assim os domingos foram se sucedendo e o povo foi se acostumando às velas (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 190-191).

A Liturgia Anglicana – como qualquer outra expressão litúrgica – é fruto de uma construção histórica e do consenso da comunidade eclesial através de suas práticas e tradições, nas quais há uma mistura de inculturação, adequação, bom senso e espiritualidade, entre outras coisas.

Claro que o Livro de Oração Comum (LOC), enquanto regra e prática, é um fator de união entre as diferentes dióceses e províncias episcopais e;/ou anglicanas. Afinal de contas, os LOCs são *Lex Orandi, Lex Credendi* (a lei de quem ora é a lei de quem crê): declarações do que cremos e de quem adoramos. Entretanto, ao longo do século XX, sobretudo após o movimento litúrgico, vieram a proliferar grandemente os textos alternativos (livros ou compêndios que não substituem LOCs mais antigos) e revisões de LOCs provinciais. Com novas discussões em torno de enculturação, simplificação da linguagem e renovação litúrgica, tanto a prática quanto os textos passaram a ter maior variação ao redor da Comunhão

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Anglicana. Nem o LOC inglês de 1622, tampouco os livros escoceses dos séculos XVIII e XIX, ou o livro norte-americano de 1928, são o padrão litúrgico da maior parte das pessoas que adoram a Deus na tradição anglicana (COELHO FILHO, 2020a, p. 100).

Manuais antigos, especialmente o LOC inglês, de 1662, não são mais utilizados pela maioria das Províncias da Comunhão Anglicana, sequer como livros-padrões para a formulação de novas liturgias⁵⁷. Por isso não faz sentido apegar-se a tais livros para argumentar a defesa de uma “ortodoxia litúrgica”, como algumas Igrejas Continuanes ou Independentes buscam fazer.

Um desses exemplos se encontra na Igreja Episcopal Reformada da Espanha. Ao invés de elaborar os seus ritos e práticas a partir de uma tradução do Livro de Oração Comum, a liturgia espanhola segue o Rito Hispânico (inspirado no antigo Rito Moçárabe). Uma das grandes diferenças em relação a outras Províncias da Comunhão Anglicana se encontra no próprio calendário litúrgico. Por exemplo, nas Igrejas Cristãs do Ocidente, o Tempo do Advento possui quatro domingos antes do Natal. Já no Rito Hispânico, o período possui seis domingos em que se celebra a Parusia, a Segunda Vinda de Cristo.

Em outras paróquias e dioceses, vemos o uso do chamado “Missal Inglês” (*English Missal*), uma tradução do Missal Romano usado por algumas Igrejas paroquiais Anglo-católicas. Após sua publicação, foi rapidamente endossado pelo crescente movimento cerimonialista liderado por clérigos da “Igreja Alta”, que viam as liturgias do LOC como expressões insuficientes de um culto “plenamente católico”. A tradução do Missal Romano do latim para o inglês moderno elizabetano, que influenciou a linguagem estilizada do Livro de Oração Comum, permitiu a manutenção do uso da língua vernácula e a adoção dos textos católicos romanos e suas rubricas. Outro exemplo semelhante é o “Missal Anglicano”. Ele é um livro litúrgico usado por alguns anglicanos de cultura *High Church*, como suplemento ao Livro de

⁵⁷ Em sentido contrário ao das demais Províncias da Comunhão Anglicana, a Conferência da GAFCON, reunida em Jerusalém, no dia 29 de junho de 2018, expressou o seguinte no artigo 6º de sua Declaração: “Nos alegamos em nossa herança sacramental e litúrgica anglicana, como expressão do Evangelho, e, defendemos o Livro de Oração Comum de 1662, como padrão verdadeiro de autoridade para adoração e oração, para ser traduzido e adaptado a cada cultura”.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Oração Comum. Foi publicado pela primeira vez, na Inglaterra, em 1921, pela *Society of SS. Peter and Paul*. O livro refletia uma maneira particular de celebrar a Eucaristia, fundamentada no rito romano tradicional, de acordo com o uso litúrgico anglicano.

Por outro lado, em toda a Comunhão Anglicana temos situações esdrúxulas em que a Liturgia pode ser deturpada em vários aspectos, como o caso da histórica Diocese de Sydney, em que os reverendos da Catedral de St. Andrew – por possuir uma identidade fortemente evangélica – passaram a abolir o uso das vestes clericais anglicanas básicas (batina, estola e sobrepeliz), trajando apenas ternos – à semelhança de pastores evangélicos –, enquanto que membros do coral e outros participantes da liturgia continuaram a usar as vestes talares, criando um estranho contraste visível em fotos que podem ser facilmente encontradas na Internet.

Da mesma forma, no outro extremo do Anglo-Catolicismo, existem clérigos de determinadas paróquias que acabaram desviando-se da Liturgia padrão, e criaram devoções a santos que sequer fazem parte do calendário da Igreja da Inglaterra ou de outras Igrejas, a exemplo de Padre Pio, Luís de Montfort e até Papas. Devido à falta de uma diretriz da Igreja Nacional para ser seguida por todo o clero e pelos ministros leigos, em alguns casos, as celebrações acabam tornando-se reféns das ênfases demasiadamente políticas ou das visões estritamente pessoais dessas lideranças, que as conduzem de uma maneira que se afasta, muitas vezes, do próprio foco da liturgia anglicana, através de sermões longos, ao abordarem temas que não estão ligados à própria Igreja ou com as leituras do dia, ou até mesmo ao presidirem celebrações eucarísticas feitas sem os devidos cuidados e orientações para os membros da comunidade, alguns dos quais são recém-chegados.

Isso pode ser considerado uma espécie de “abuso litúrgico” no Anglicanismo, resultante da postura unilateral de membros do clero que acabam por reproduzir suas crenças pessoais, sem vínculo algum com a história e tradição da Igreja. Na história da IEAB, isso ocorreu por várias vezes, tanto no Nordeste quanto no Sudeste, por parte de pessoas que vieram da Igreja Católica Romana ou de Igrejas Evangélicas, e continuaram a reproduzir *ipsis litteris* os ritos e práticas de suas denominações de origem, transformando a liturgia anglicana numa mera cópia ou em uma corrupção dessas tradições cristãs.

Devido ao fechamento dos dois Seminários Provinciais, a IEAB, até hoje, possui grande déficit quanto ao aprofundamento do

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

ensino da Liturgia e ao desenvolvimento e realização de novos experimentos, contextualizados em relação à realidade de suas comunidades. A dificuldade para renovar o quadro clerical também contribui para duas situações extremas: o engessamento da liturgia com lideranças que não conseguem atualizar-se, e uma reprodução de expressões litúrgicas estranhas ao Anglicanismo, a partir de clérigos que são acolhidos pela IEAB e de leigos que não conseguem absorver e compreender o *ethos anglicano*.

Os problemas, acima citados, continuam a se repetir, desde o fechamento do SETEK e do SAET. Atualmente, os novos clérigos chegam às paróquias sem terem passado por aprendizados, que só podem ser adquiridos em espaços apropriados, como os seminários. O fechamento de tais instituições pode ter duras consequências em longo prazo, devido à quantidade de clérigos e clérigas que têm sido ordenados, desde a última década, sem passarem pela experiência da vida seminarística, e sem se aprofundarem na Liturgia da Igreja e seu rico patrimônio.

Também existe outro problema que diz respeito ao próprio clero *sênior*. Muitos faleceram, se afastaram, ou até mesmo saíram definitivamente da Igreja por causa dos cismas do passado. Essas diferentes situações criaram lacunas entre as gerações, em que as novas safras de clérigos poderiam ter aprendido com a experiência dos mais antigos, uma vez que, muitos daqueles estudaram e viveram no exterior e, em consequência, contribuíram com a renovação litúrgica, a partir dos debates e produções de outros locais. Sem esse contato com as experiências passadas, o futuro das vocações ministeriais fica comprometido.

Os anos 70 e o início dos 80 não foram fáceis para a Igreja Episcopal do Brasil. O fechamento do Seminário em 1972 criou um hiato na formação ministerial cujos reflexos são sentidos até hoje. Em muitas dioceses, por exemplo, há clérigos com idade mais avançada e outros bastante jovens, faltando uma geração intermediária, justamente a que não foi formada no Seminário durante o tempo em que este permaneceu fechado. Os muitos esforços diocesanos de educação teológica, por mais bem intencionados, nem sempre conseguiram suprir aquilo que o modelo de um seminário pode proporcionar: a vivência comunitária, o fortalecimento da amizade e do companheirismo entre os estudantes e o

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

senso de pertença a uma Igreja realmente nacional, e não apenas a uma diocese. Se as dioceses já enfrentavam dificuldades para arcar com os salários do clero ativo, mais difícil ainda seria contrair novas despesas com o sustento e formação de estudantes. A Junta Nacional de Educação Teológica tentou várias alternativas para suprir essa carência, mas o idealismo das pessoas interessadas na formação teológica muitas vezes esbarrava na realidade prática e concreta da falta de recursos financeiros das dioceses. Tal situação, convenhamos, não foi resolvida adequadamente até o momento (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 208-209).

Diante da extensão territorial em que se encontra a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – como uma denominação presente em todo o território brasileiro, mas dispersa em cidades distantes das sés diocesanas –, é urgente que se tenha um plano de reabertura dos Seminários, pelo menos em cada Diocese, para ir além da proposta de formação baseada em cursos oferecidos pela Faculdade Anglicana. O modelo de formação EaD, apesar de pensado para as demandas educacionais do nosso tempo, não supre necessidades atuais da Igreja, que precisa reavaliar a questão da preservação das suas múltiplas identidades – em especial, a Litúrgica –, o que deve ser feito, também, a partir da formação do futuro clero.

De igual modo, o modelo de Seminário Provincial (com dois pólos, como era antigamente), não faz mais sentido, pois o SETEK e o SAET cobriam uma vasta extensão territorial, o que dificultava a formação de pessoas que morassem em outros centros urbanos. Mais importante do que a abertura de Seminários presenciais (o que é possível graças aos prédios das Dioceses), é a maneira como a Igreja repassará o seu patrimônio, Teológico e Litúrgico, para as futuras gerações, e apresentar as ênfases surgidas nas últimas décadas como parte do jeito de ser da IEAB, de modo a descobrir outras vocações para o ministério ordenado, como aconteceu em anos anteriores, com a admissão de mulheres às ordens ministeriais.

1.3.3 A Ordenação Feminina

O processo de discussão acerca da ordenação feminina na Comunhão Anglicana começou em 1862, quando o Bispo de Londres, Tait, resgatou, na Igreja da Inglaterra, a prática das “diaconisas”

(*deacons*), responsáveis por trabalhar com educação nas escolas anglicanas ou com enfermagem, que receberam imposição de mãos por parte de bispos ingleses para exercerem tais funções, embora, sem acesso aos ministérios ordenados, então reservados aos homens.

Tais atos sacramentais, inspirados na instituição semelhante de diaconisas nas Igrejas Luterana e Metodista, foram vistos pelos anglicanos como ordenações por causa da presença dos elementos necessários: um bispo, matéria, forma e intenção. Porém, em pouco tempo tais atos foram deixados de lado e perderam o reconhecimento oficial das instâncias eclesiais, pois não constituíam, propriamente, um rito estabelecido pela Igreja da Inglaterra, mas, sim, uma bênção para o serviço a ser realizado.

Em 1917, a Igreja autorizou mulheres a exercerem o papel de ministras leitoras (*layreaders*). Ainda que esta posição limitasse o papel das mulheres em sua atuação como leigas, ela significou um avanço que beneficiou a Igreja, uma vez que muitas não se ativeram apenas a conduzir ofícios; algumas delas também passaram a liderar pequenas congregações, porém, não ao ponto de serem reconhecidas em suas funções e ordenadas para tal. Em 1920, Ronald Owen Hall, então bispo de Hong Kong, enviou uma carta ao Arcebispo de Cantuária, William Temple, relatando a difícil situação vivida pela Igreja na região. Devido à guerra e a ocupação japonesa, não havia mais sacerdotes para realizar os trabalhos pastorais e conduzir as comunidades. Naquele mesmo ano, a Conferência de Lambeth foi inovadora ao considerar a validade dos Ordens Diaconais das mulheres. Todavia, dez anos depois, este consenso perdeu força entre os bispos.

Em 1931, Lucy Vincent foi ordenada na Catedral de São João, em Hong Kong, pelo bispo Robert Hall. Na homilia, o pregador chamava as mulheres a doarem suas vidas ao ministério na Igreja. Dentre as pessoas que estavam presentes na ordenação da nova diácona, se encontrava uma jovem chamada Florence Li Tim Oi. Após sentir-se chamada pelo sermão proferido, ela fez a sua formação no Canton Union Theological College e, posteriormente, trabalhou com refugiados durante a Guerra Sino-Japonesa.

Em 22 de maio de 1941, Florence foi ordenada ao diaconato pelo bispo Hall, na mesma Catedral em que assistiu à ordenação de Lucy Vincent anos antes. Por conta da ocupação japonesa, em Hong Kong e em partes da China, os padres anglicanos estavam impossibilitados de entrar na região de Macau, que permanecia neutra

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

no período da Guerra. Diante da situação, o bispo passou a permitir que a reverenda celebrasse a Eucaristia na capela anglicana localizada na Praça Camões, em Santo Antônio, Macau. Com a falta de ministros para administrar o sacramento nas pequenas vilas, em 25 de janeiro de 1944, após cruzar todo o território ocupado pelos japoneses, Florence Li Tim Oi foi ordenada pelo bispo Robert Hall, na Catedral de São João, como reconhecimento do seu trabalho pastoral entre o povo.

Embora a reverenda Florence tenha recebido das mãos do bispo as Sagradas Ordens que lhe permitiam celebrar os sacramentos que eram tidos como prerrogativa dos presbíteros, o Arcebispo de Cantuária não apoiou a decisão do Bispo Hall, devido às suas posições teológicas tradicionais.

Temple, embora não tivesse uma oposição teórica formal à ordenação de mulheres, condenou o ato do bispo de Hong Kong como “contrário às leis e precedências da Igreja”. Mesmo com a aprovação geral do seu sínodo diocesano, a presbítera Oi suspendeu, embora não resignasse, as suas ordens, após o término da Segunda Guerra Mundial. A Conferência de Lambeth de 1948 ratificou a posição conservadora da Igreja, em geral, proibindo a concessão de ordens às diaconisas anglicanas (OLIVEIRA, 2017a, p. 386).

Contudo, a ordenação de Li Tim-Oi abriu um precedente para que as Províncias ordenassem mulheres, isoladamente. Em dezembro de 1971, Jane Hwang e Joyce M. Bennett foram ordenadas ao presbiterato na Diocese de Hong Kong, o que tornou esta última, a primeira inglesa a alcançar o sacerdócio. As novas ordenações partiram do Bispo da Diocese de Hong Kong e Macau, John Gilbert Baker, que enviou uma carta ao Arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey, pedindo permissão para ordenar aquelas diáconas ao sacerdócio, uma vez que a Igreja, na região, havia realizado, no passado sua primeira ordenação feminina.

Embora as três ordenações em Hong Kong tenham aberto precedentes, a questão estava longe de ser pacificada na Comunhão Anglicana. Mas, devido às mudanças surgidas no Ocidente a partir da década de 1960, com a crescente busca pela participação das mulheres na sociedade e a intensificação da luta pelos seus direitos nos campos trabalhista, social e político, a Igreja foi progressivamente questionada

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

quanto ao seu papel nas esferas eclesiásticas. Em 1963, o Programa de Mútua Responsabilidade e Interdependência do Corpo de Cristo, elaborado pela Igreja Anglicana do Canadá, indicava a necessidade de um "Ministério Suplementar" ou "Auxiliar". Em outras palavras, o documento expressava a necessidade de que as mulheres participassem efetivamente da vida da Igreja como clérigas.

Na Comunhão Anglicana, a questão foi levada para a apreciação dos bispos pela primeira vez, na Conferência de Lambeth de 1968. Na edição anterior, a Resolução 93, sobre a *Contribuição das Mulheres*, apenas expressava o reconhecimento sobre “a contribuição particular das mulheres para a missão da Igreja”, recomendando somente “o aproveitamento de mulheres treinadas e qualificadas” em esferas de responsabilidade. Já havia um entendimento, na Comunhão Anglicana, no sentido de pensar a inclusão de mulheres na vida da Igreja. Na Conferência de Lambeth de 1968, pela primeira vez o tema foi discutido. Dentre as questões em pauta, encontrava-se a ordenação de Florence e a discussão, em cada Província, acerca do tema, para que, posteriormente, fossem relatados os resultados (na reunião do Conselho Consultivo Anglicano, em 1973).

A referida reunião do ACC definiu que, se algum bispo decidisse ordenar uma mulher com a aprovação integral de toda a sua província, “o Conselho Consultivo apelaria às demais províncias para que estas não suspendessem o seu relacionamento de comunhão com a província em questão” (OLIVEIRA, 2017a, p. 387). A decisão foi aceita como válida, uma vez que cada Província era autônoma em suas administração, jurisdição e disciplina eclesiásticas. Ainda na década de 1960, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos iniciou discussões sobre a Ordenação Feminina e acerca do desejo de que as mulheres integrassem o seu clero.

Esse trabalho viu o seu sucesso na convocação geral da Igreja Americana de 1970, a qual aprovou a ordenação de mulheres ao diaconato. Em consequência, três anos depois, havia 97 diáconas. No ano seguinte, em julho, onze mulheres foram ordenadas “irregularmente” na Filadélfia por dois bispos aposentados e um outro que havia se retirado da Igreja. Esta atitude foi denunciada pela Câmara dos Bispos da Igreja Americana e tentou retroceder ao obtido até aquele momento, a fim de prevenir que mulheres pudessem exercer o ministério

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

presbiteral, portanto, sem ordenação para tal (OLIVEIRA, 2017a, p. 387-388).

Este polêmico episódio ficou conhecido, na história da Igreja Episcopal, como as “Onze da Filadelfia” (*Philadelphia Eleven*). Em 29 de julho de 1974, os bispos Daniel Corrigan, Robert DeWitt e Edward Welles, junto com o bispo Antonio Ramos, da Costa Rica, ordenaram onze mulheres⁵⁸ ao presbiterato, sem a autorização da Comissão de Cânones, que é um dos requisitos para a realização do rito. Em razão da situação, tais ordenações foram consideradas “irregulares” pela Câmara dos Bispos. Vale ressaltar, que, boa parte das mulheres ordenadas na Filadelfia, era lésbica, o que, à época, junto com a questão do sacerdócio, trouxe à tona, o debate sobre o lugar das pessoas LGBT+ no clero, tema que, ganhou cada vez mais espaço no mundo anglicano, nas décadas seguintes. Em setembro de 1976, as onze ordenações foram reconhecidas pela Convenção Geral da Igreja Episcopal.

Um pároco de uma igreja em Washington convidou a uma presbítera para celebrar a Eucaristia em sua comunidade e, no mesmo ano, a Igreja Americana o condenou por ter violado a lei canônica. Atitudes similares de desafio, no entanto, continuaram a acontecer até que no ano de 1975, uma nova Convenção Geral votou que “ninguém teria o acesso negado à ordenação para o diaconato, o presbiterato ou o episcopado, tendo como causa o seu sexo”. A partir daí, aquelas presbíteras que tiveram a sua ordenação considerada irregular foram regularizadas e, ao final deste ano, já havia cerca de cem mulheres presbíteras. Mesmo assim, embora houvesse bispos que se recusassem a ordenar mulheres, já por volta de 2004, havia somente três dioceses americanas que não reconheciam a ordenação feminina (OLIVEIRA, 2017a, p. 388).

Diante do novo panorama, a Conferência de Lambeth de 1978 tratou de modo mais amplo a questão na Resolução 20 – *Mulheres no Diaconato*, Resolução 21 – *Mulheres no Sacerdócio*, Resolução 22 – *Mulheres no Episcopado*. Até aquela data, a Diocese de Hong Kong, a Igreja

⁵⁸ As onze presbíteras foram: Merrill Bittner, Alison Cheek, Alla Bozarth, Emily C. Hewitt, Carter Heywatd, Suzanne R. Hiatt, Marie Moorefield, Jeannette Piccard, Betty Bone Schiess, Katrina Welles Swanson e Nancy Hatch Wittg.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal nos Estados Unidos da América e a Igreja da Província da Nova Zelândia admitiram mulheres no presbitério, e oito outras Províncias da Comunhão Anglicana concordaram, aprovaram e declararam não ter objeções teológicas à ordenação de mulheres ao triplo ministério. Algumas Igrejas declararam suas objeções à ordenação de mulheres, ao passo que outras não assumiram nenhuma posição.

A Resolução 21 era a mais importante de todas, uma vez que mexia com a questão mais delicada, pois tratava não apenas do acesso das mulheres ao sacerdócio na Igreja; ela também abordava as relações ecumênicas com outras Igrejas, decorrentes da aprovação da Ordenação Feminina na Comunhão Anglicana, o que implicava não apenas a unidade interna da instituição, mas, outrossim, a unidade do próprio Cristianismo.

3. A Conferência também reconhece (a) a autonomia de cada uma de suas Igrejas membros, reconhecendo o direito legal de cada Igreja de tomar sua própria decisão sobre a conveniência de admitir mulheres nas Ordens Sagradas; (b) que tal ação provincial neste assunto tem conseqüências da maior importância para a Comunhão Anglicana como um todo. 4. A Conferência afirma seu compromisso com a preservação da unidade dentro e entre todas as Igrejas membros da Comunhão Anglicana. 5. A Conferência, portanto (a) encoraja todas as Igrejas membros da Comunhão Anglicana a continuarem em comunhão umas com as outras, não obstante a admissão de mulheres (seja no presente ou no futuro) ao ministério ordenado de algumas Igrejas membros; (b) em circunstâncias em que a questão da ordenação de mulheres tenha causado, ou possa causar, problemas de consciência, exorta a que todas as medidas possíveis sejam tomadas para garantir que todos os membros batizados da Igreja continuem em comunhão com seu bispo e que toda oportunidade seja dada a todos os membros de trabalharem juntos na missão da Igreja, independentemente de suas convicções a respeito deste assunto; (c) solicita ao Conselho Consultivo Anglicano (i) que use seus bons ofícios para promover o diálogo entre as Igrejas membros que ordenam mulheres e aquelas que não ordenam, com vistas a explorar maneiras pelas quais o uso mais completo possa ser feito dos dons femininos dentro o ministério total da Igreja em nossa Comunhão; e (ii) manter, e sempre que

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

possível estender, o presente diálogo com as Igrejas fora da família Anglicana. 6. Consistente com o que precede, esta Conferência (a) declara a sua aceitação das Igrejas membros que agora ordenam mulheres, e exorta a que respeitem as convicções das províncias e dioceses que não o fazem; (b) declara sua aceitação das Igrejas membros que não ordenam mulheres e insta a que respeitem as convicções das províncias e dioceses que o fazem. (c) No que diz respeito às mulheres que foram ordenadas na Comunhão Anglicana sendo autorizadas a exercer seu ministério em províncias que não ordenaram mulheres, recomendamos que, caso a autoridade sinodal seja dada para capacitá-las a exercê-la, ela seja exercida apenas (i) onde a necessidade pastoral justifica e (ii) onde tal ministério é agradável ao bispo, clero e pessoas no lugar em que o ministério deve ser exercido e onde é aprovado pelo órgão legalmente responsável da paróquia, área ou instituição aonde tal ministério deve ser exercido (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 45-46).

A Conferência reconheceu que o fenômeno da ordenação feminina era aceito por algumas Províncias, de modo que a decisão de cada uma deveria ser respeitada pelas demais. O problema que surgia, a partir de então, dizia respeito a como a Comunhão Anglicana lidaria com a questão frente a outras Comunhões eclesiais e Igrejas cristãs, uma vez que a prática não era aceita, sobretudo nas Igrejas de governo episcopal e com sucessão apostólica, como a Igreja Católica Romana, as Igrejas Ortodoxas e as Igrejas Vétero-Católicas. Em uma atitude inédita, a Conferência declarou o reconhecimento da pluralidade doutrinária presente no seio da Comunhão Anglicana, como parte da sua identidade, e também como uma prática benéfica ao diálogo ecumênico, através do exercício do sacerdócio feminino.

7. Reconhecemos que aceitar esta variedade de doutrina e prática na Comunhão Anglicana pode desapontar as Igrejas Católica Romana, Ortodoxa e Antiga Católica, mas desejamos deixar claro (a) que a união da diversidade dentro de uma unidade de fé e adoração são parte da herança anglicana; (b) que aqueles que participaram das ordenações de mulheres ao sacerdócio acreditam que essas ordenações foram para [sic.] o ministério histórico da Igreja conforme a Comunhão

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Anglicana o recebeu; e (c) que esperamos que o diálogo entre essas outras Igrejas e as Igrejas membros de nossa Comunhão continue, porque acreditamos que ainda temos compreensão da verdade de Deus e de sua vontade de aprender com elas, à medida que todos juntos caminhamos em direção a uma catolicidade e uma comunhão mais profunda no Espírito Santo (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 46).

Por fim, a Resolução 22, que versava sobre *Mulheres no Episcopado*, recomendava que, caso alguma Igreja membro desejasse consagrar uma mulher ao episcopado, os primazes da Comunhão Anglicana deveriam ser consultados, junto com o apoio público da maioria dos membros da Igreja em questão, de maneira a evitar que o episcopado feminino se tornasse razão de divisão no mundo anglicano e criasse ainda mais barreiras no diálogo ecumênico com outras Igrejas.

Embora reconhecendo que um membro da Igreja da Comunhão Anglicana pode desejar consagrar uma mulher ao episcopado, e aceitando que tal Igreja membro deve agir de acordo com sua própria constituição, a Conferência recomenda que nenhuma decisão de consagrar seja tomada sem consulta ao episcopado através dos primazes e do apoio esmagador em qualquer Igreja membro e na diocese em questão, para que o cargo de bispo não se torne uma causa de desunião em vez de um foco de unidade (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 46).

Ao final da década de 1990, cerca da metade das Províncias já estavam ordenando mulheres ao diaconato e ao presbiterato. Porém, na Inglaterra, a situação da Igreja era diferente. Havia forte resistência à ordenação de mulheres, algo que ainda possui certa oposição em alguns círculos. Em 1973, duas moções de apoio à Ordenação Feminina foram apresentadas ao Sínodo Geral e repassadas às dioceses para que fossem realizados debates. Em 1975, a Igreja retornou moções nas quais considerava que “não havia objeções à ordenação de mulheres ao sacerdócio”. Em 1984, uma nova moção, pedindo que fosse elaborada uma legislação sobre o tema, foi levada ao Sínodo por meio das assembleias diocesanas: “que este Sínodo convoque o Comitê

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Permanente para apresentar uma legislação que permita a ordenação de mulheres ao sacerdócio nas Províncias de Cantuária e York” (GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND, 1988, p. 4).

Por causa das mudanças ocorridas na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, entre os anos de 1987 e 1988 o Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra publicou dois relatórios da Câmara dos Bispos sobre a Ordenação de Mulheres ao Sacerdócio, nos quais convidava toda a Igreja a se aprofundar em uma hermenêutica não apenas da Bíblia, mas também da Tradição sustentada durante séculos.

Quando a questão da ordenação de mulheres ao sacerdócio é colocada no contexto da tradição da Igreja, não é surpreendente que muitas pessoas fiquem impressionadas com o fato de que por quase dois mil anos a Igreja manteve um sacerdócio totalmente masculino. Mas, assim como deve haver uma hermenêutica da Escritura, também deve haver uma da Tradição. Precisamos perguntar o que a tradição de um sacerdócio totalmente masculino estava proclamando nos vários contextos culturais da história da Igreja. Só então, como no caso das Escrituras, podemos nos voltar para nossos dias, com suas suposições e padrões de vida muito diferentes e perguntar: essa prática ou doutrina ainda nos diz agora o que pretendia dizer à Igreja então? Ajuda a Igreja a anunciar o Evangelho ou impede de fato que se ouça a mensagem da reconciliação? (GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND, 1988, p. 90).

Como o Diaconato é a primeira Ordem Sagrada na hierarquia Anglicana e existem textos do Novo Testamento e na Tradição Cristã que, afirmam a existência de mulheres que exerceram o diaconato desde a Igreja Primitiva, a aceitação tornou-se mais fácil, inclusive entre os clérigos tradicionalistas anglo-católicos e os teólogos evangélicos. As polêmicas tiveram início com o acesso das mulheres ao Presbiterato.

No âmbito da Conferência de Lambeth, a reunião de 1978 reconheceu que desde a última Conferência (1968), a Ordenação Feminina já era uma realidade na Diocese de Hong Kong e Macau, na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, na Igreja Anglicana do Canadá, e na Província da Nova Zelândia. A mesma assembleia reconheceu que tanto a prática de ordenar mulheres ao sacerdócio, quanto o

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

desconforto causado entre bispos e suas dioceses, eram um entrave a ser superado por ambos os lados. Foi feito um apelo para que as Províncias que não aceitavam a prática, pudessem se abrir ao exercício do ministério feminino.

Após décadas de debate na Comunhão Anglicana, a Conferência Lambeth de 1988, na primeira Resolução – sobre a *Ordenação ou Consagração de Mulheres para o Episcopado* –, aprovou formalmente o acesso, ordenação e reconhecimento do tríplice ministério (diaconato, presbiterato e episcopado).

Esta Conferência resolve: 1 Que cada província respeite a decisão e as atitudes das outras províncias na ordenação ou consagração das mulheres ao episcopado, sem que tal respeito indique necessariamente a aceitação dos princípios envolvidos, mantendo o mais alto grau possível de comunhão com as diferentes províncias. 2 Que os bispos exerçam cortesia e mantenham comunicação com os bispos que podem divergir, e com qualquer mulher bispa, garantindo um diálogo aberto na Igreja em qualquer medida que a comunhão seja prejudicada. 3 Que o Arcebispo de Cantuária, em consulta com os primazes, nomeie uma comissão: a) Para providenciar um exame das relações entre as províncias da Comunhão Anglicana e assegurar que o processo de recepção inclua consultas contínuas com outras Igrejas também; b) Para monitorar e encorajar o processo de consulta dentro da Comunhão e oferecer outras orientações pastorais. 4 Que em qualquer província onde a reconciliação sobre estas questões seja necessária, qualquer bispo diocesano que enfrente este problema seja encorajado a buscar um diálogo contínuo e tomar providências pastorais para aqueles clérigos e congregações cujas opiniões diferem das do bispo, a fim de manter a unidade da diocese. 5 Reconhece a grave dor que resultaria do questionamento por parte de alguns sobre a validade dos atos episcopais de uma mulher bispo, e também a dor experimentada por aqueles cuja consciência seria ofendida pela ordenação de uma mulher ao episcopado. A Igreja deve exercer sensibilidade, paciência e atenção pastoral para com todos os interessados (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1988, p. 201).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A decisão ensejou a manifestação de fortes oposições da parte de vários bispos contrários à questão, o que dividiu as lideranças da Comunhão Anglicana, como já era esperado. A argumentação levada aos debates entre os bispos que defendiam a proposta era a de que as Escrituras eram flexíveis ao tema, devido à sua própria possibilidade de exegese, de modo que era inegável a presença de diáconas desde a Igreja Primitiva, inclusive mencionadas nos textos pós-apostólicos.

Já a presença de presbíteras e bispas era algo que demandava de maiores estudos no campo acadêmico; porém, no aspecto eclesiológico, era claro o chamado à vocação de mulheres ao ministério ordenado, com inúmeras passagens nos Evangelhos, na vida de Jesus, nas cartas de Paulo e nos primeiros escritos da Igreja. Os próprios relatórios do Sínodo da Igreja da Inglaterra instavam os membros à reflexão crítica sobre o assunto:

Temos que colocar lado a lado a longa história de um sacerdócio totalmente masculino com o fato de que houve mulheres que exerceram o ministério como confessoras, mestras, teólogas e, cada vez mais desde o século passado, como missionárias. Apesar do fato de que as mulheres não podiam ser ordenadas, há exemplos de mulheres abadessas que usaram mitra, receberam o báculo e anel, autorizadas a ouvir confissões, qualificada como sacerdotisas e lhes foram concedidas, por um período, autoridade eclesiástica e civil. E, desde meados do século passado, na Igreja da Inglaterra, as mulheres têm experimentado cada vez mais um chamado para ministrar em nome da Igreja, um ministério que tem sido reconhecido e credenciado (GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND, 1988, 91).

Quando a questão da Ordenação Feminina ao presbiterato e ao episcopado é discutida dentro do contexto da Tradição da Igreja, a situação é diferente, pois existem diferentes visões que se desenvolvem através dos anos.

Existem aqueles que acreditam que a Tradição da ordenação masculina não é absoluta. Já outros acreditam que ela é uma das maneiras de se preservar a fé e a revelação divina desde os tempos apostólicos, sobretudo em períodos de crise na Igreja. Para outros, ela é de tal modo importante, que deve estar em constante reflexão, o que inclui uma abertura para as mulheres em postos de serviço na Igreja,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

por exemplo, no diaconato. Também existem aqueles que apontam que a Tradição só pode ter sentido se a ordem diaconal das mulheres na Igreja for exercitada, em conjunto com os homens, no presbiterato e episcopado. E ainda os que, ao repensarem a teologia anglicana, argumentam que a Tradição não possui o mesmo peso que antes, sendo a Bíblia, ou até mesmo a Razão, os principais condutores da hermenêutica cristã para os nossos tempos.

Em meio a tantas posições presentes na Comunhão Anglicana, não existe uma que seja tomada como correta e, assim, deva ser seguida por todos, de modo que a Ordenação Feminina acaba sendo uma parte da Tradição da Igreja que se estabelece com o passar dos anos, sendo praticada e aceita pela maior parte dos membros da Igreja, o que inclui a ordenação de bispas.

Em 1986, na cidade de Toronto, aconteceu uma consulta acerca da sagração de mulheres ao episcopado, em que os Primazes discutiram o tema. Sobre isso, o bispo brasileiro Sumio Takatsu apresentou uma reflexão para Conferência de Lambeth que se seguiria.

Já é um fato a ordenação de mulheres ao diaconato e ao presbiterato é uma experiência reconhecida o seu ministério, em várias Províncias da Comunhão Anglicana. Então, é muito natural que as Províncias com experiência positiva das mulheres no presbiterado dêem o seu passo seguinte, isto é, elejam e sagrem mulheres para o episcopado. Com efeito, já houve consulta para a sagração da mulher, em nível dos Primazes reunidos em Toronto, em 1986 a pedido da Câmara dos Bispos da ECUSA, em 1985. E foi constituída uma comissão que ouvisse as Províncias e refletisse o que se ouviu e elaborasse um documento. Tal documento foi produzido e até enviado às Províncias para a devida apreciação. Por que consulta dessa natureza? Já não é implícita na ordenação das mulheres ao presbiterado a sua futura sagração? Há atrás dessa consulta cautelar uma história. Pois, na Conferência de Lambeth 1978, passou-se a moção de que houvesse reconhecimento de que três Províncias e uma Diocese já têm presbíteras, oito Províncias declaram não ter objeção teológica contra a Ordenação Feminina ao tríplice ministério histórico da Igreja, e que outras estão ainda em fase de deliberação. E que também houvesse a aceitação mútua das Províncias. Essa moção passou com 316 a favor, 37 contra e 17 abstenções. No que se refere à sagração da

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

mulher ao episcopado, a Conferência reconheceu que as Províncias devem agir de acordo com sua constituição, porém recomendou que nenhuma Província tomasse a resolução de proceder à sagração sem que tenha antes consultado as Províncias, em nível dos Primazes, e tenha a certeza do apoio da maioria da Província e da Diocese onde a mulher iria exercer o episcopado (*In*: KAWANO, 2019, p. 166).

Diante dos debates e da aceitação ampla da Ordenação Feminina na Igreja Episcopal dos Estados Unidos, em 24 de setembro de 1988, a Convenção Geral elegeu Barbara C. Harris como bispa sufragânea para a Diocese de Massachusetts. Apesar de alguns membros da Câmara dos Bispos, acharem inadequado elevar uma mulher ao episcopado, o resultado da votação na assembleia da Igreja norte-americana foi apoiado pela ampla maioria dos delegados e delegadas presentes.

Desse modo, em 11 de fevereiro de 1989, ela foi ordenada no Centro de Convenções de Boston, por sessenta bispos, na presença de mais de mil e duzentos clérigos da Igreja e representantes ecumênicos. O ofício de sagração durou três horas e foi noticiado em todo o mundo. Assim, Barbara Harris tornou-se a primeira mulher e a primeira negra a ser sagrada bispa na Comunhão Anglicana. É importante destacar que, desde a sua ordenação presbiteral, Barbara tinha forte atuação na defesa dos Direitos Civis: participava de marchas em prol da liberdade de expressão e pelo fim da política segregacionista do Sul dos Estados Unidos, incluindo as Marchas de Selma a Montgomery, lideradas por Martin Luther King Jr. Como parte de sua atuação na Igreja, assim que se tornou bispa passou a defender a maior inclusão das mulheres na Igreja e os direitos das pessoas LGBTQ+, inclusive a questão do acolhimento de gays e lésbicas na Igreja.

Anos mais tarde, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos elegeu a primeira mulher para ser Bispa Presidente da denominação. Em 18 de julho de 2006, a 75ª Convenção Geral escolheu Katharine Jefferts Schori, então bispa da Diocese de Nevada, como a primeira mulher a chegar ao posto de Primaz na Comunhão Anglicana; ela foi investida na Catedral Nacional de Washington, em 04 de novembro do mesmo ano. A eleição da bispa Katharine abriu precedentes para a Comunhão Anglicana, inclusive acerca da presença de mulheres no Primado de outras Províncias, bem como nas reuniões do Encontro de Primazes.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Em 1992, o Sínodo Geral aprovou a ordenação de mulheres ao presbiterato. Apesar da grande controvérsia entre os grupos conservadores, as primeiras ordenações aconteceram em 1994. Um grupo de trinta e duas mulheres⁵⁹ foram ordenadas na Catedral Bristol, pelo Bispo Barry Rogerson. Elas receberam o sacerdócio em ordem alfabética, de modo que Angela Berners-Wilson é considerada a primeira mulher ordenada ao presbiterato na Igreja da Inglaterra.

O bispo Rogerson acreditava que levaria dez anos para que a Igreja elegeisse sua primeira bispa. Somente vinte anos depois, em julho de 2014, o Sínodo Geral aprovou a ordenação de mulheres ao episcopado. E Libby Lane foi a primeira bispa da Igreja da Inglaterra, eleita, em 17 de dezembro de 2014, e consagrada em 26 de janeiro de 2015, na Catedral de York, pelo Arcebispo John Sentamu, tornando-se *Bispa de Stockport* (título para o bispado sufragâneo da Diocese de Chester). Em fevereiro de 2019 ela assumiu a Diocese de Derby.

Depois da sagração de Libby Lane, outra bispa ganhou notoriedade na Inglaterra e em toda a Comunhão Anglicana. Em dezembro de 2017, a Diocese de Londres ganhou os holofotes de toda a Comunhão Anglicana com a eleição de Sarah Mullally, que substituiu o Bispo Richard Chartres (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 20 dez. 2017).

Antes de assumir o episcopado na capital do Reino Unido, ela havia sido *Bispa de Crediton* (título para o bispado sufragâneo da Diocese de Exeter). Sarah Mullally foi instalada na Catedral de São Paulo, em 08 de março de 2018, pelo Arcebispo de Cantuária, Justin Welby, em solenidade que contou com a presença de muitos bispos e bispas da Igreja da Inglaterra e da Comunhão Anglicana.

Em 15 de julho de 2020, Sarah Mullally realizou a sagração episcopal de Hugh Nelson (*Bispo de St. Germans*, sufragâneo da Diocese de Truro) e Ruth Bushyager (*Bispa de Horsham*, sufragânea da Diocese

⁵⁹ Em ordem de ordenação, as mulheres ordenadas foram: (1) Angela Berners-Wilson; (2) Waveney Bishop; (3) Christine Clarke; (4) Judith Creighton; (5) Faith Cully; (6) Brenda Dowie; (7) Carol Edwards; (8) Annis Fessey; (9) Jan Fortune-Wood; (10) Susan Giles; (11) Jane Hayward; (12) Jean Kings; (13) Karen MacKinnon; (14) Audrey Maddock; (15) Charmion Mann; (16) Helen Marshall; (17) Glenys Mills; (18) Jillianne Norman; (19) Clare Pipe-Wolferstan; (20) June Plummer; (21) Susan Restall; (22) Susan Rose; (23) Susan Shipp; (24) Margery Simpson; (25) Sylvia Stevens; (26) Judith Thompson; (27) Anita Thorne; (28) Sheila Tyler; (29) Pauline Wall; (30) Rosemary Dawn Watling; (31) Valerie Woods; (32) Ailsa Newby.

de Chichester). Esta cerimônia foi uma quebra na tradição, uma vez que o Arcebispo de Cantuária age como o principal bispo sagrante; assim, pela primeira vez, uma bispa assumiu este papel na liturgia da Igreja da Inglaterra. A própria Mullally descreve a si mesma como uma feminista que assumira, desde o início, o compromisso de ordenar tanto homens quanto mulheres ao sacerdócio. Por conta de suas posições, é vista no meio anglicano como “teologicamente liberal”. Porém, ela própria defende a inclusão, na Igreja da Inglaterra, daqueles que são contrários à Ordenação Feminina.

Também vale destacar que a cátedra da Diocese de Londres está abaixo apenas dos Arcebispados de Cantuária e de York, na hierarquia eclesiástica inglesa, de modo que, com a sagração de Sarah Mullally, abriu-se precedente para que, no futuro, sejam eleitas Arcebispas para o Primado da Igreja da Inglaterra e da liderança espiritual da Comunhão Anglicana, como já aconteceu em outras Províncias, quando mulheres assumiram o maior posto de suas respectivas Igrejas.

Diferente do que aconteceu na Igreja Episcopal dos Estados Unidos e na Igreja Anglicana do Canadá, a aceitação de mulheres ordenadas na Inglaterra foi mais difícil, tanto por parte do povo quanto por parte de outros clérigos. Em meio às controvérsias foi necessário criar uma estrutura eclesial estranha à jurisdição da bispa diocesana. Com o estabelecimento de uma “supervisão episcopal” especial (em inglês, *provincial episcopal visitor*, popularmente chamados de *flying bishops*, ou “*bispos supervisores*”), as comunidades que não se sentiram a vontade sob a jurisdição de uma bispa ou que não concordavam e/ou não aceitavam o ministério ordenado feminino, tinham a possibilidade de requerer um “bispo supervisor” para realizar ofícios que necessitassem de sua presença.

Em algumas paróquias foram tomadas providências para que não se aceitasse como pároca uma mulher, e num arranjo teologicamente bizarro, uma estranha lei permitia que essas paróquias que não aceitassem o ministério da mulher pudessem sair do atendimento pastoral do seu próprio bispo diocesano e solicitar a supervisão episcopal de um outro bispo que não ordenasse mulheres. Este princípio da “supervisão episcopal ampliada” abriu um precedente perigoso que tem relação com as disputas sobre a ordenação de praticantes homossexuais (OLIVEIRA, 2017a, p. 388).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A situação parece ter sido prevista pela Conferência de Lambeth de 1988, quando esta, em sua primeira resolução, alertava sobre “a grave dor que resultaria do questionamento por parte de alguns sobre a validade dos atos episcopais de uma mulher bispa e, igualmente, a dor experimentada por aqueles cuja consciência seria ofendida pela ordenação de uma mulher ao episcopado”. Diferente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, onde o sacerdócio e o episcopado feminino são amplamente aceitos, movimentos de oposição à sagração de mulheres surgiram na Inglaterra.

Um deles é o *Forward in Faith* (em português, *Adiante na Fé*). Como parte de sua missão, é um movimento que promove “a ordem e a doutrina católica dos sacramentos, e em particular o tríplice ministério em sucessão apostólica, presente na Igreja da Inglaterra”. A partir dele surgiu “A Sociedade” (*The Society*), uma associação de clérigos e leigos da Igreja da Inglaterra liderada por um Conselho de Bispos⁶⁰ que não apoiam nem promovem a ordenação feminina ao sacerdócio e ao episcopado (alguns aceitam a ordenação ao diaconato).

A situação da “supervisão episcopal” criava um sério problema relativo à autoridade, pois nesses casos, paróquias inteiras que não aceitavam a ordenação feminina pediam a supervisão de um bispo. Um exemplo disso aconteceu na Diocese de Londres, quando, em 2018, Sarah Mullally substituiu o bispo Richard Chartres. Esta é uma das maiores e mais tradicionais dioceses da Igreja da Inglaterra. Por causa da ordenação da nova bispa, esta Diocese também passou a figurar como uma das que se utilizam dos “bispos supervisores”. Por outro lado, isso não significa que o diálogo e o trabalho mútuo por meio da “supervisão episcopal” no território londrino se torne um problema institucional, como atesta a declaração do Bispo de Fulham, Jonathan Baker, que faz parte do movimento *Forward in Faith*.

Os tradicionalistas de Londres foram instados a confiar na próxima bispa diocesana, a Reverendíssima Sarah

⁶⁰ O Conselho de Bispos da Sociedade é liderado por Jonathan Baker, Bispo de Fulham (Presidente); Stephen Race, Bispo de Beverley; Philip North, Bispo de Blackburn; Martin Warner, Bispo de Chichester; Will Hazlewood, Bispo de Lewes; e Paul Thomas, Bispo de Oswestry. Jonathan Goodall, ex-bispo de Ebbsfleet, ingressou na Igreja Católica Romana em 2021. Mark Sowerby, ex-bispo de Horsham, foi membro da Sociedade e de seu Conselho. Em junho de 2015, anunciou que havia mudado de opinião sobre a ordenação de mulheres e renunciou ao Conselho.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Mullally, pelo Bispo que os supervisiona, o Bispo de Fulham, o Reverendíssimo Jonathan Baker. [...] “Eu acho que será notável e um privilégio fazer parte de uma parceria que acho que terá um significado enorme para a vida de toda a Igreja, especialmente em Londres e além dela também. A Bispa Sarah e eu já entramos em contato várias vezes, e estou inteiramente confiante, e convidamos você a compartilhar essa confiança, que ela está totalmente comprometida com a continuação do ministério do Bispo de Fulham e com os sacerdotes e pessoas comprometidas com minha supervisão, de acordo com os princípios do Plano de Londres” (CHURCH TIMES, 27 dez. 2017).

Esse *Plano de Londres*, citado pelo Bispo de Fulham, foi um projeto criado pelo Bispo de Londres, David Hope. Este bispo, que era contrário à ordenação de mulheres ao sacerdócio, elaborou um plano de gerência de tensões institucionais na Diocese, diante da nova situação da Igreja da Inglaterra e da ressalva de algumas paróquias que não aceitavam a liderança de mulheres no pastoreio das comunidades e na condução dos ofícios litúrgicos.

Outra questão a ser resolvida envolve a presença dos membros do episcopado da Igreja da Inglaterra no Governo do Reino Unido. O Parlamento Britânico é formado pela Câmara dos Lordes (ou *Senhores*, aqueles que possuem títulos de nobreza no Reino Unido) e a Câmara dos Comuns (de representantes eleitos pelo povo). Pela tradição estabelecida, a Câmara dos Lordes possui 26 bispos que participam das atividades do Parlamento, na condição de representantes da Igreja Nacional. Porém, com a eleição de Bispas, agora esta casa legislativa que antes só possuía *Lords*, agora também tem *Ladies* e necessitará rever tal nomenclatura em futuro próximo.

Além dessas situações estranhas na Igreja da Inglaterra, existe ainda outra questão delicada; o sacerdócio feminino, na Comunhão Anglicana, quando ele envolve mais de uma Província. O caso da Irmã Veronica Vasethe é um desses. Ela é uma freira da *Community of Sisters of the Church*, ligada à Igreja Anglicana da Melanésia. A religiosa desejava ser ordenada ao sacerdócio. Porém, como aquela Igreja não ordena mulheres, durante seus estudos no Reino Unido, ela foi ordenada por um bispo inglês, em setembro de 2012, o que gerou uma situação atípica. Quando encontra-se em sua Província, ela não pode exercer o ministério sacerdotal. Mas, uma vez que não se encontre em sua

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Província, é livre para celebrar em qualquer Diocese que permita a ordenação de mulheres.

Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a discussão acerca do lugar da mulher na instituição é anterior aos debates sobre a Ordenação Feminina, e data da primeira metade do século XX, portanto, antes da conquista do direito ao voto feminino e a outras garantias legais no país. De acordo com os registros da Igreja, durante a mudança dos Cânones, no Concílio de 1933, foi aprovado que um terço dos cargos das Juntas Paroquiais fosse ocupado por mulheres (até então eles eram exclusivamente masculinos). Antes disso, elas participavam da vida da Igreja como meras expectadoras, acompanhando seus maridos – fossem eles clérigos ou leigos –, ou organizando-se em sodalícios exclusivamente femininos.

Com a divisão do Distrito Missionário em três dioceses, em 1950, as mulheres voltaram a ter seu papel apagado na Igreja, uma vez que os novos cânones ignoraram a decisão daquele Concílio e não criaram novas instâncias de liderança da Igreja. Em 1965, o Concílio da Diocese Sul-Occidental, na cidade de Bagé, teve pela primeira vez mulheres como delegadas, porém, ainda não se discutia a possibilidade da Ordenação Feminina. Em consequência do processo de autonomia e estabelecimento da Província do Brasil, a Igreja tinha outras prioridades, especialmente nos aspectos missionário e financeiro.

Por ocasião do 24º Concílio da Diocese Sul Occidental, realizado entre 04 e 07 de janeiro de 1973, na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, a leiga Maria Elvira Zimmermann Noble proferiu a primeira declaração em defesa da Ordenação Feminina.

O assunto “Ordenação de Mulheres”, embora venha sendo tratado há mais de três décadas no seio do Anglicanismo, por nós no Brasil é apenas comentado quase de particular para particular. Mas, hoje, vamos falar oficialmente (e é bom que todos tenham consciência disso) repito, vamos falar oficialmente sobre a possibilidade de serem ordenadas mulheres (senhoras ou moças) ao ministério pleno da Igreja. Sei que perguntas virão de todas as formas e sei também que muitas ficarão sem respostas, ou, ao menos, com respostas que não vão satisfazer a todos. Uma pergunta que iremos responder antes mesmo de ser formulada por alguém do plenário, pois, sabemos que ela deve estar tomando conta da mente de todos: Por que mulher no

Ministério Sagrado? Responderemos inicialmente com esta outra pergunta: Por que não? Irmãos, nós estamos no século XX, na era em que as viagens à lua não são mais tão incomuns - na era em que a moda é unissex, na era em que não existe mais uma profissão só para homens. Por que a Igreja deve ser a exceção? Uma vez que é inegável a existência de mais mulheres do que homens (as estatísticas podem provar) e, além disso, é comprovada a grande dedicação da mulher no trabalho religioso. Alguns poderão dizer “é... mas eu estou acostumado a ter um Reverendo como meu guia espiritual e não vou gostar de ter uma mulher na liderança da minha Paróquia”. Mas por quê? Se Deus não faz acepção de pessoas, o sexo não pode impedir as vocações. Se assim fosse, o mundo teria perdido muito em exemplo de dedicação e desprendimento com o não-surgimento de uma Maria Quitéria, Anita Garibaldi, Joana D’arc, e inclusive, Valentina Tereshkova, astronauta russa, entre muitas outras que poderiam ser citadas. É importante dizer aqui, a título de informação que: a Câmara dos Bispos da Igreja Episcopal já aprovou a ordenação de mulheres. E embora isso não seja tudo, já é um começo. Trago hoje esse assunto porque as Dioceses podem levá-lo ao Sínodo, que é quem pode e deve aprovar. Senhoras e moças, atualmente, não podem ser admitidas como postulantes, mas temos a certeza de assim que puderem surgirão muitas diáconas e presbíteras (SILVA; ROSA; RIBEIRO (orgs.), 2021, p. 131-132).

Note-se que a fala de Maria Elvira não cita o surgimento de bispas, mas apenas diáconas e presbíteras, pois havia, na Comunhão Anglicana, intenso debate acerca do acesso de mulheres ao episcopado – e, como consequência, sobre a validade destas ordens – ou até mesmo se seria possível uma mulher pastorear as dioceses.

A partir de então, essa manifestação da assembleia diocesana direcionou a elaboração de um documento para o Sínodo, que estudou o assunto no ano seguinte. Porém, a comissão⁶¹ que a Igreja nomeou para avaliar a matéria era totalmente formada por pessoas que se posicionavam contrárias ao ingresso das mulheres no ministério

⁶¹ A comissão era formada pelo bispo Arthur Rodolpho Kratz, pelos reverendos Henrique Todt Júnior, Laudelino Correia Gusmão e Almir dos Santos e pelas senhoras Clódia Portugal Gomes e Sônia Hanssen.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

ordenado, e fundamentavam suas posições a partir da norma bíblica e da tradição eclesial, chegando à conclusão de que o assunto era “novo, polêmico e complexo”. Uma segunda reunião aconteceu, dando origem a um novo relatório que continha cinco conclusões:

A igreja americana havia rejeitado a ordenação feminina na Convenção Geral de 1973; a igreja canadense havia aprovado o ingresso de mulheres ao ministério ordenado no mesmo ano; o Conselho Consultivo Anglicano havia opinado em 1973 que a decisão de ordenar mulheres ficasse com as províncias, que os estudos prosseguissem e que fossem consideradas as implicações ecumênicas; a igreja brasileira devia continuar estudando a matéria, sendo prematuro adotar qualquer decisão; a igreja brasileira deveria incentivar o ministério feminino como leitoras leigas nos termos do cânon 23 (KICKHÖFEL, 1995, p. 316).

O Sínodo de 1975 recomendou a realização de estudos e debates amplos sobre a questão nas paróquias e missões, e que os resultados fossem encaminhados à Câmara Episcopal. Em 1978, o bispo Edmund Sherrill, então recentemente instalado na Diocese do Recife, enviou nova proposta de análise sobre a Ordenação de Mulheres; porém, a Igreja havia mudado o sistema tradicional da votação nos Sínodos: de maioria simples (metade mais um), para maioria absoluta (dois terços mais um), visando a garantir resultados mais concisos. Em decorrência, a proposta não foi aprovada. Nos Sínodos seguintes, 1980 e 1982, a Ordenação Feminina foi novamente rejeitada e, no de 1983, ela sequer constou na ordem de propostas.

Até mesmo a aceitação de mulheres no Seminário para estudar Teologia era mais uma barreira a ser superada. Após buscarem apoio pastoral, um grupo de três mulheres se juntou aos demais seminaristas, em Porto Alegre: Maria José Euriques, Carmen Suzana Gonçalves Bayon e Carmen Etel Gomes ingressaram na turma de 1981. À época, alguns bispos se posicionavam abertamente contra, não somente à ordenação de mulheres, mas também ao seu ingresso no Seminário.

O bispo Kratz, da Diocese Meridional, que acumulava também a função de primaz, alegava razões bíblicas, teológicas, históricas, ecumênicas e práticas que, no seu entender, desaconselhavam a adoção do ministério feminino ordenado. Não era ainda uma prática comum

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

na Comunhão Anglicana, nem havia consenso entre os teólogos. Das 27 províncias da Comunhão Anglicana, apenas cinco ordenavam mulheres. Nos Estados Unidos, onde o assunto vinha sendo debatido há mais de três décadas, havia certa impaciência pelo fato de os homens continuarem retardando esta decisão, apesar do voto favorável do bispo presidente John Hines. Hines achava que a igreja deveria ordenar mulheres não porque não existiam objeções teológicas, mas quando existissem fortes razões teológicas para isso. No Brasil, o bispo Plínio Lauer Simões, então na direção da Diocese Sul-Occidental, onde as discussões sobre a matéria começaram primeiro, não temia nenhum movimento de impaciência por parte das mulheres brasileiras. Ao contrário, estava convencido de que tinha chegado a hora de enfrentar o assunto (KICKHÖFEL, 1995, p. 316-317).

Em 04 de março de 1984, o bispo Kratz faleceu, quando faltavam quatro meses para a reunião do Sínodo seguinte. A proposta, novamente apresentada à assembleia pelos bispos Sumio Takatsu e Olavo Ventura Luiz, tinha largo apoio da Igreja⁶². No escrutínio, foi aprovado o acesso das mulheres às Sagradas Ordens do Diaconato, Presbiterato e Episcopado, após longa caminhada que mobilizara toda a Província. As Atas do Sínodo Geral de 1984 registraram a histórica decisão:

Dando andamento à ordem de negócios, passa-se à questão da ordenação feminina. O plenário resolve que o assunto seja votado por maioria de dois terços dos votantes, em votação por ordens. Aprova-se. O revmo. Dom Sumio Takatsu apresenta a proposta com o devido arrazoado. Colocada em votação, por ordens, a ordenação feminina é aprovada com o seguinte resultado: Câmara dos Bispos, 5 votos favoráveis, isto é, unanimidade; delegados clericais, 12 votos favoráveis e 1 contrário; delegados leigos, 12 votos favoráveis e 1 contrário. Dos 31 votantes apenas dois (um clérigo e um leigo) votam contra. O resultado é recebido pelo

⁶² Uma verdadeira campanha em apoio à Ordenação Feminina foi organizada pelos episcopais brasileiros que, a cada Sínodo, levavam suas delegações com camisas, bandeiras, faixas, panfletos e outros meios de manifestação para expressar o amplo apoio à aprovação da matéria.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

plenário com forte salva de palmas”. A aprovação nas três ordens (diácono, presbítero e bispo) foi um auspicioso acontecimento que permitiu às mulheres participarem do ministério ordenado em igualdade de condições com os homens (IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL, 1984, p. 21).

No ano seguinte, em 05 de maio, a Igreja realizou a primeira ordenação de uma mulher, quando a reverenda Carmen Etel Alves Gomes foi elevada ao diaconato na Matriz do Nazareno, na cidade de Livramento. O rito foi presidido pelo Bispo Primaz, Olavo Ventura Luiz, e contou com a participação dos bispos Cláudio Vinícius de Senna Gastal e Plínio Lauer Simões (o primeiro bispo da Igreja a defender abertamente a Ordenação Feminina). No ano seguinte Carmen Etel foi ordenada ao presbiterato. Isto fez com que, no contexto da Comunhão Anglicana, a Província do Brasil figurasse como a terceira do continente americano a ordenar mulheres, logo após a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Anglicana do Canadá. Vale salientar que foi uma decisão inédita, uma vez que as Províncias que facultavam a Ordenação Feminina não incluíam a sagração ao episcopado.

No ano seguinte a reverenda Patrícia Ann Powers foi ordenada, na Diocese Anglicana de Brasília, sendo seguida por muitas outras mulheres⁶³. Entretanto, desde a aprovação da ordenação feminina, a Igreja brasileira não mostrava sinais de que elegeria a sua primeira bispã. A primeira eleição episcopal em que uma mulher concorreu foi na Diocese Anglicana de Brasília, em 1988, quando estava cotada a reverenda Patrícia Powers, junto com outros candidatos. O pleito foi vencido pelo reverendo Almir dos Santos, que se tornou o segundo bispo daquela Diocese.

A Diocese Meridional sempre foi um dos espaços mais propícios da Igreja para o desenvolvimento de ideias sobre a

⁶³ Além da ordenação das reverendas Carmen Etel (Diocese Sul-Occidental) e Patrícia Ann Powers (Diocese Anglicana de Brasília), outras mulheres foram pioneiras em suas respectivas Dioceses, como as reverendas Maria Nilde Amaral da Cunha (Diocese Anglicana de Pelotas), Evanilza Loureiro (Diocese Anglicana do Recife), Leane Rachel Kurtz de Almeida (Diocese Meridional), Marilene Lázaro (Diocese Anglicana de São Paulo), Arlinda Pereira (Diocese Anglicana do Rio de Janeiro), Maria das Graças Bernardino (Diocese Anglicana do Paraná), Elineide Ferreira Oliveira (Distrito Missionário do Oeste) e Marinez Rosa dos Santos Bassotto (Diocese Anglicana da Amazônia).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Inclusividade. Por meio do SETEK as novas ênfases teológicas passaram a ser difundidas e debatidas na Província. Após a eleição episcopal, na Diocese de Brasília, em 1988, o momento em que uma mulher chegou mais próximo de ser elevada ao episcopado ocorreu no 121º Concílio da Diocese Meridional, em 15 de setembro de 2012, reunido em Porto Alegre.

Depois de quatro escrutínios, não foi alcançada a metade mais um de votos nas duas câmaras (clérigos e leigos). Verificado sempre o mesmo resultado nos quatro escrutínios, o bispo e o clero decidiram suspender a reunião e convocar outro concílio para o dia 20 de outubro, com o mesmo objetivo e no mesmo local. Concorreram ao cargo de bispo o Rev. Humberto Eugênio Maiztegui Gonçalves e a deã Marinez Rosa dos Santos Bassotto. A Constituição e os Cânones são omissos no caso do presidente do concílio votar na eleição de bispo, como foi o caso, e a prática não faz parte dos usos e costumes da igreja. No concílio em tela, foi o voto do presidente que criou o impasse, pois faltava apenas um voto para alcançar a metade mais um na câmara do clero. Ao tomar partido, o bispo dividiu o clero, seus colaboradores imediatos, de quem o próprio sucesso do episcopado em parte depende. Os aposentados não votam, salvo se estiverem exercendo alguma atividade. No segundo concílio extraordinário, realizado em 20 de outubro, foi eleito Humberto Eugênio Maiztegui Gonçalves, no primeiro escrutínio (KICKHÖFEL, 2016, p. 81-82).

O resultado daquela eleição criou uma espécie de clamor por parte das mulheres da Igreja, incluindo membros do clero e do laicato, que percebiam encontrar-se o discurso oficial da instituição significativamente distanciado da sua prática. Apesar da Ordenação de Mulheres estar prevista nos Cânones Gerais desde 1984, passados quase trinta anos ainda não havia sido eleita uma única bispa na Igreja Brasileira. Independente da pessoa eleita, o contexto vivido pela Igreja requeria maior participação das mulheres nos espaços eclesiais, inclusive na Câmara Episcopal. Diante do impasse, a eleição de uma bispa era apenas uma questão de tempo. E ele finalmente chegou.

Após a resignação do bispo Saulo Barros, a Diocese Anglicana da Amazônia iniciou o processo de eleição episcopal. Foram indicados

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

dois nomes: a reverenda Marinez Rosa dos Santos Bassotto, deã da Catedral da Santíssima Trindade da Diocese Meridional, e o reverendo Sílvio Freitas, deão da Catedral da Diocese Sul Ocidental. O processo foi conduzido pelo bispo João Cândio Peixoto, da Diocese Anglicana do Recife. Em 20 de janeiro de 2018, a Reverenda Marinez Bassotto foi eleita a primeira bispa da história da América do Sul⁶⁴.

O fato ocorreu na Segunda Sessão do Concílio da Diocese Anglicana da Amazônia (DAA), o qual elegeu no primeiro escrutínio a Reverenda Cônego Marinez R. Santos Bassotto. O processo de eleição na Igreja Episcopal ocorre com participação de delegações paroquiais do laicato e também do clero residente, possibilitando a escolha de pessoas cujo perfil venha agradar às pessoas que serão pastoreadas pela bispa. O Bispo João Cândio Peixoto fez o pronunciamento após a confirmação dos votos entre as duas pessoas candidatas: Reverenda Cônego Marinez (Diocese Meridional) e o Reverendíssimo Deão Sílvio Freitas (Diocese Sul Ocidental) (CONIC, 21 jan. 2018).

No momento da eleição, o Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, se encontrava em viagem pela África. Em sua declaração, ele destacou a importância do papel das mulheres nos espaços de lideranças da Igreja.

Certamente vivemos um momento especial de nossa Província com a eleição de nossa primeira bispa. Uma brisa que vem soprar sobre a Igreja e que certamente representa novos tempos e novo jeito de exercício deste ministério tão especial. A Diocese da Amazônia e a IEAB dão um passo decisivo na direção da equidade de gênero e por isso estamos muito felizes. Desde Gana elevo minhas orações pela nossa Província e pela bispa eleita Marinez e sua família. Agradeço ao Bispo João Peixoto pela direção abençoada desta sessão conciliar histórica (DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA, 23 jan. 2018).

⁶⁴ Nerva Cot Aguilera foi a primeira bispa anglicana da América Latina e do Caribe. Ela foi ordenada ao sacerdócio em 1987, na Igreja Episcopal de Cuba. Em fevereiro de 2007 foi escolhida para se tornar bispa, sendo sagrada em 10 de junho do mesmo ano, na Catedral da Santíssima Trindade, em Havana. Especificamente, na América do Sul, Marinez Bassotto foi a primeira a ser sagrada bispa.

No dia 21 de abril de 2018, Marinez foi ordenada e sagrada na Catedral de Santa Maria, em Belém do Pará, em celebração transmitida para todo o país. O rito foi presidido pelo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, e a homilia realizada pela Bispa Linda Nicholls, da Diocese de Huron, da Igreja Anglicana do Canadá. A celebração também contou com a presença episcopal da Bispa Griselda Delgado del Carpio, da Diocese Episcopal de Cuba, e com outros sacerdotes e leigos da IEAB, em especial Carmen Etel Gomes, a primeira mulher ordenada na Província brasileira. Também estiveram presentes representantes das Igrejas Episcopal dos Estados Unidos, Episcopal Escocesa e outras. A cerimônia de instalação da nova bispa aconteceu na manhã do dia 22 de abril, na catedral diocesana.

Uma segunda eleição episcopal aconteceu durante o XVI Concílio da Diocese Anglicana de Pelotas. Pela primeira vez duas mulheres concorreram ao episcopado: a reverenda Magda Guedes Pereira – Secretária-geral da IEAB e clériga de Pelotas – e a reverenda Meriglei Borges Simin – então reitora da Paróquia de São João, na cidade de Nova Lima, Minas Gerais. Meriglei foi escolhida no primeiro escrutínio. A eleição da segunda bispa da IEAB foi um marco na história da Província, pois aconteceu em uma Diocese de perfil bastante tradicional.

A sagração da nova bispa aconteceu na cidade na cidade de Canguçu, Rio Grande do Sul, na manhã do dia 17 de novembro de 2019. Devido às proporções do acontecimento, a cerimônia ocorreu no Ginásio do Esporte Clube Cruzeiro. Meriglei foi sagrada pelo Bispo Primaz, Naudal Alves Gomes, com a presença de outros bispos e bispas, membros do clero e do laicato vindos de várias dioceses da Igreja e da Comunhão Anglicana. A homilia foi feita pela bispa da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Catherine Waynick. A posse da nova diocesana aconteceu em 14 de março de 2020, na Catedral do Redentor, em Pelotas, que ficou pequena para a quantidade de membros do clero e do laicato que acompanharam a cerimônia. Meriglei substituiu o bispo Renato da Cruz Raatz, que havia se aposentado.

A terceira eleição episcopal da Província Brasileira ocorreu logo em seguida. Em 24 de abril de 2021, a Diocese Anglicana do Paraná elegeu a reverenda Magda Guedes Pereira. A nova bispa foi sagrada no dia 17 de outubro de 2021, pelo bispo Naudal Alves Gomes Primaz,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Primaz da IEAB e Diocesano do Paraná. A cerimônia aconteceu na Catedral de São Tiago, em Curitiba, com restrições de público, devido à Pandemia do COVID-19.

Os episcopados das bispas têm sido marcados pela gestão do patrimônio e pela propaganda da Igreja local com vistas à sustentabilidade financeira e à expansão missionária das Dioceses. Apesar de pouco tempo de existência, as Dioceses de Pelotas e da Amazônia mostram-se como as que mais crescem na Igreja, graças ao empenho dos bispos diocesanos anteriores e, depois, das atuais bispas diocesanas. As primeiras eleições episcopais de mulheres têm grande relevância eclesiológica, pois evidenciam um amadurecimento teológico sobre a questão, junto com o reconhecimento da plenitude do ministério feminino na Igreja.

Aos poucos os processos de luta por espaços e a concretização da igualdade de gênero alcança vários setores da sociedade – é esperado que chegue a todos –, incluindo as religiões e as Igrejas. Quando analisamos a atual conjuntura, em relação à Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, ao que tudo indica não existe preconceito ou ressalvas à ordenação de mulheres. É possível que ainda existam dificuldades em comunidades localizadas em cidades do interior, de perfil mais tradicional –, de modo que pequenos problemas quanto à regência e liderança femininas venham a surgir. No entanto, os eventuais percalços poderão ser resolvidos diante da estrutura de “Igreja Segura”, trabalhada, nos últimos tempos, em toda a Província brasileira.

É interessante perceber que, até hoje, boa parte das províncias não aceitaram a ordenação de mulheres ao episcopado. Contudo, não deixa de ser contraditório, já que se aceita ao diaconato e ao presbiterado. A argumentação de que não tem base bíblica e na Tradição da Igreja também valeria para o presbiterado e dessa forma estas Províncias só poderiam aceitar mulheres no diaconato. Outro aspecto relevante é que as províncias que aceitam mulheres em todas as ordens são as que também aceitam a ordenação e matrimônio dos homossexuais, já que argumentam que assim como a Bíblia está condicionada culturalmente em relação às mulheres também não pode ser o guia para questões de sexualidade (SOUZA, 2020, p. 73-74).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Atualmente, a Ordenação Feminina é praticada e aceita em boa parte da Comunhão Anglicana. Porém, o seu alcance e limites se dão de diversas maneiras, sendo preciso analisar a situação de cada Igreja⁶⁵. O debate acerca da ordenação de mulheres e de pessoas homoafetivas permanece em aberto entre as Províncias, de modo que ainda existem divergências no que tange as normas canônicas, às condições e requisitos, e aos processos de postulância, candidatura e ordenação.

Ao que parece, a questão da ordenação de mulheres ao sacerdócio e ao episcopado é mais polêmica do que a ordenação de pessoas gays e lésbicas, pois, a primeira questão incide diretamente sobre a Teologia Sacramental e a natureza da procedência das Ordens Sagradas que, desde o início da história do Cristianismo, eram conferidas por bispos.

Por outro lado, o ato de ordenar pessoas homoafetivas está relacionado a uma questão de disciplina eclesial, uma vez que cabe à Igreja decidir se os membros do seu clero devem ou não ser celibatários. Todavia, a flexibilização da disciplina do celibato e a posterior permissão da ordenação de clérigos e bispos homossexuais, no início do século XXI, foi o estopim de uma disputa teológica e política ainda maior entre as Províncias da Comunhão Anglicana, envolvendo o desafio e as dificuldades para a inclusão de seus membros, de forma plena na vida sacramental da Igreja, através do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

1.3.4 A Ordenação e o Casamento de Pessoas LGBT+

A questão da Sexualidade Humana tem sido um dos temas mais debatidos, nos últimos tempos, na Comunhão Anglicana e também um dos assuntos mais caros à sua unidade. O debate acerca da ordenação de gays e lésbicas não-celibatários (ou que se encontram em uniões com seus respectivos parceiros), a bênção de casais e o casamento entre pessoas do mesmo sexo (também chamado por alguns de “casamento homoafetivo” ou “casamento igualitário”), ainda se encontra em discussão nas Províncias. Embora haja abertura por parte de algumas Igrejas, a maioria continua fechada à questão – inclusive à possibilidade do próprio debate institucional público. Desde a Conferência de

⁶⁵ Vide Anexo A, com o quadro da Ordenação de Mulheres na Comunhão Anglicana.

Lambeth, de 1998, o tema gerou inúmeras controvérsias nas instâncias oficiais do Anglicanismo mundial.

Para este trabalho optamos por utilizar a expressão “casamento” ao invés de “matrimônio”, uma vez que a primeira expressão aborda o tema relacionando-o com as implicações que possui na sociedade e no âmbito da Religião – o que configura, portanto, uma linguagem jurídica e da legislação civil –, enquanto a última expressão diz respeito ao seu sentido dentro da Teologia – o que caracteriza uma linguagem eclesial – e foge do escopo desta pesquisa, que não se propôs a efetuar análises bíblicas ou teológicas. Dessa forma, utilizamos, sempre que possível, os termos “casamento igualitário” (empregado por algumas lideranças da Igreja) e “casamento entre pessoas do mesmo sexo” (expressão mais adequada, diante do seu próprio sentido na Igreja e na sociedade).

Embora ao longo da sua história, a Igreja Cristã tenha ordenado inúmeros clérigos homossexuais, estes se encontravam sob a disciplina eclesiástica do celibato. Uma vez ordenado, acreditava-se que o clérigo não quebraria os votos feitos diante do bispo, da comunidade e, sobretudo, de Deus. Em relação ao Anglicanismo, por meio de uma análise biográfica mais crítica, é possível deduzir que diáconos, presbíteros, e até bispos, cujas contribuições para a Igreja foram inúmeras, passaram a vida inteira, como se diz na expressão contemporânea, “dentro do armário”, sem possuírem liberdade para expressar a sua afetividade e sexualidade – especialmente em períodos marcados ferrenhamente pela repressão moral e sexual, como a Era Vitoriana na Inglaterra.

Na metade do século XX, os movimentos de contracultura, e em defesa dos direitos civis e das minorias sociais garantiram não apenas uma maior liberdade de expressão, mas, também, conquistas que marcaram a sociedade da época, como por exemplo, o da emancipação feminina. No âmbito da Comunhão Anglicana, temas diversos como, as questões políticas e sociais internacionais, do acesso das mulheres às Sagradas Ordens e da presença de fiéis e clérigos homoafetivos na Igreja, ganharam progressivo espaço nos debates institucionais; chegaram aos Concílios, aos Sínodos e às Conferências de Lambeth, e dividiram não apenas as opiniões dos bispos e as posições teológicas, mas até mesmo Províncias inteiras foram divididas.

Na Comunhão Anglicana, a questão da sexualidade humana – aqui entendida em sentido amplo –, começou a ser discutida, pela

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

primeira vez, em 1978, quando os bispos buscaram estabelecer uma doutrina anglicana firmada nas Escrituras e na Tradição, tanto sobre o laicato quanto acerca da disciplina que envolvia clérigos homossexuais. As Resoluções da Conferência abordaram a questão da sexualidade humana, enfatizando o matrimônio e a vida conjugal ao invés de uma orientação específica sobre as pessoas homossexuais. Entretanto, no que tange à orientação sexual, as relações heteroafetivas e monogâmicas eram reafirmadas como a norma bíblica, a ser seguida tanto pelos fiéis, quanto pelo clero, como afirmava a Resolução 10.3, sobre *Relacionamentos Humanos e Sexualidade*:

Enquanto reafirmamos a heterossexualidade como norma escriturística, reconhecemos a necessidade de um estudo profundo e imparcial da questão da homossexualidade, que levaria a sério tanto o ensino das Escrituras quanto os resultados da pesquisa científica e médica. A Igreja, reconhecendo a necessidade de cuidado pastoral para com os homossexuais, encoraja o diálogo com eles. (Notamos com satisfação que tais estudos estão agora em andamento em algumas Igrejas da Comunhão Anglicana). (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1978, p. 41).

Além da abertura à Ciência, o documento encoraja o diálogo com os homossexuais, e destaca que algumas Igrejas da Comunhão Anglicana já refletiam sobre o assunto. Por causa do teor desta resolução, muitos bispos ficaram incomodados com a possibilidade da próxima Conferência abordar a questão da homossexualidade de maneira mais aberta. Na Conferência de Lambeth, de 1988, a questão foi discutida na Resolução 64 – sobre os *Direitos Humanos para Pessoas de Orientação Homossexual*.

Esta Conferência: 1. Reafirma a declaração da Conferência de Lambeth de 1978 sobre homossexualidade, reconhecendo a necessidade contínua na próxima década de um “estudo profundo e imparcial da questão da homossexualidade, que levaria a sério tanto o ensino das Escrituras quanto os resultados da pesquisa científica e médica”. 2. Insta a tal estudo e reflexão que levem em consideração as pesquisas biológicas, genéticas e psicológicas realizadas por outras

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

agências e os fatores socioculturais que conduzem às diferentes atitudes nas províncias de nossa Comunhão. 3. Convida cada província a reavaliar, à luz desse estudo e por causa da nossa preocupação com os direitos humanos, seu cuidado e atitude para com as pessoas de orientação homossexual (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 1988, p. 237).

Junto ao tema, os bispos também deram destaque à castidade dentro e fora do matrimônio, ao acolhimento aos divorciados e a propostas de proteção à vida humana em relação ao aborto clínico e às implicações da engenharia genética que estavam surgindo. Porém, reconhecia a necessidade de que, na década seguinte, a Igreja realizasse um “estudo profundo e imparcial” sobre a questão da homossexualidade a partir de uma releitura das Escrituras, em consonância com as novas pesquisas nos campos da Biologia, da Genética e da psicologia. O avanço obtido na Conferência de 1988 incentivou alguns bispos a irem além do discurso.

Em 1989, o bispo John Shelby Spong, da Diocese de New Jersey, ordenou a Robert Williams, um diácono gay que vivia com o seu companheiro, ao presbiterato. No ano seguinte, o bispo Walter Righter ordenou outro diácono homoafetivo em situação semelhante. Diante das novas ordenações, a Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos convocou seus membros e Dioceses a estudarem mais profundamente o assunto. Em 1994, o bispo Spong escreveu uma declaração denominada *Koinonia*, endereçada à Câmara dos Bispos, assinada por 90 bispos e 140 delegados, na qual afirma que “tanto a homossexualidade como a heterossexualidade são moralmente neutras”, ao mesmo tempo em que condena a promiscuidade e os relacionamentos abusivos.

Desde 1976, a Convenção Geral da Igreja Episcopal debatia a questão da sexualidade humana, em conformidade com o diálogo estabelecido em toda a Comunhão Anglicana, sem constituir uma ação isolada desta Província. Os estudos realizados naquele tempo partiam da reafirmação do ensino tradicional da Igreja sobre a natureza do matrimônio cristão – leia-se entre um homem e uma mulher – ao passo em que não via obstáculos em levar adiante a ordenação de homossexuais cuja vida fosse “exemplar”. Aos poucos, diante da política da Igreja e da aprovação de medidas que pediam “a retirada de

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

mitos e preconceitos contra os homossexuais” (Resolução D-081 da Convenção Geral de 1985), os episcopais estadunidenses passaram a “flexibilizar” a rígida disciplina do clero, para garantir maior inclusão dos homoafetivos.

A ordenação dos clérigos homossexuais gerou não apenas inúmeras controvérsias, mas, também, tentativas de processos canônicos disciplinares contra os bispos Spong e Righter. Porém, em 1996, este último foi absolvido pelo Tribunal Eclesiástico da Igreja Episcopal. É importante frisar que a questão da ordenação de homossexuais não era exclusividade da Província norte-americana, uma vez que tensões similares eram compartilhadas por outras Igrejas dos Estados Unidos.

A controvérsia de ordenação de homossexuais continuou com a ordenação de outros. Com o desenvolvimento dos fatos, a Igreja Episcopal chegou à conclusão de que não há nenhum ensino doutrinal que inequivocadamente proíba a ordenação de homossexuais; mesmo que essa decisão tenha sido duramente condenada pelos círculos conservadores da Igreja, ela garantiu a independência de bispos e dioceses, individualmente, sobre decidir quem seria ordenado ou não na respectiva jurisdição. Outras igrejas americanas também enfrentavam essa realidade, tais como a Presbiteriana, a Igreja Evangélica Luterana na América, a Igreja Metodista Unida, a Igreja Unida de Cristo, a Associação Unitária Universalista também discutiram o assunto, umas proibindo, outras liberando a ordenação de pessoas homoafetivas (OLIVEIRA, 2017b, 126-127).

Em resposta à Declaração do bispo Spong e à absolvição do bispo Righter, em agosto de 1995, o bispo Halden, da Diocese de Pittsburg, fundou o Conselho Americano Anglicano sob a alegação de que a cúpula da igreja estava se afastando das suas raízes ortodoxas, fundamentadas nas Escrituras.

No mesmo ano, o reverendo Bill Atwood fundou a “Sociedade Ekklesia”, que aglutina anglicanos do “Sul Global”, de orientação evangélica e ortodoxa. Em fevereiro de 1997, aconteceu o Encontro das Províncias do Hemisfério Sul, em Kuala Lumpur, para discutir a unidade da igreja juntamente com a questão das ordenações de clérigos homossexuais. Dessa forma, pela primeira vez, os conservadores das

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

regiões Norte e Sul da Comunhão Anglicana, se uniram para levar um posicionamento formal à Conferência de Lambeth de 1998.

Esta Conferência contou com a presença de 750 bispos, de 37 Províncias. Devidamente preparados pelas reuniões dos anos anteriores, os participantes do bloco conservador conseguiram que as Resoluções daquela Lambeth reafirmassem a postura tradicional da Igreja de se colocar contrária às relações. A Resolução 1.10 – *Sobre a Sexualidade Humana*, declarava o seguinte:

Esta Conferência: a. Recomenda à Igreja o relatório da subseção sobre a sexualidade humana; b. tendo em vista que o ensino da Escritura, defende a fidelidade no casamento entre um homem e uma mulher em união vitalícia e acredita que a abstinência é o correto para aqueles que não são chamados ao casamento; c. reconhece que existem entre nós pessoas que sentem que tem uma orientação homossexual. Muitas delas são membros da igreja e estão buscando o cuidado pastoral, a direção moral da Igreja e o poder transformador de Deus para viver suas vidas e a orientação dos relacionamentos. Comprometemo-nos a ouvir a experiência das pessoas homossexuais e queremos assegurar-lhes que são amadas por Deus e que todos os batizados, crentes e fiéis, independentemente da orientação sexual, são membros plenos do Corpo de Cristo; d. embora rejeitando a prática homossexual como incompatível com as Escrituras, apela a todo o nosso povo para ministrar pastoralmente e com sensibilidade a todos, independentemente da orientação sexual e a condenar o medo irracional aos homossexuais, a violência no casamento e toda banalização e comercialização do sexo; e. não pode aconselhar a legitimação ou bênção de uniões do mesmo sexo, nem ordenar os envolvidos em uniões do mesmo sexo; f. solicita aos Primazes e ao ACC que estabeleçam um meio de monitorar o trabalho feito sobre o tema da sexualidade humana na Comunhão e compartilhem declarações e recursos entre nós; g. observa o significado da Declaração de Kuala Lumpur sobre Sexualidade Humana e as preocupações expressas nas resoluções IV.26, V.1, V.10, V.23 e V.35 sobre a autoridade das Escrituras em questões de casamento e sexualidade e pede aos Primazes e ao ACC para incluí-los em seu processo de monitoramento (THE SECRETARY

Em seu *item d*, a Resolução 1.10 sustenta o argumento de que a homoafetividade é “incompatível com as Escrituras”. Ao mesmo tempo, o documento reconhece que existem pessoas de orientação homossexual na Igreja e que elas buscam uma sincera experiência de fé. Desse modo, a Igreja tem o dever de garantir o “cuidado pastoral” e de ouvir suas experiências. A Resolução também expressa que estas pessoas são “membros plenos do ‘Corpo de Cristo’”, independentemente de sua orientação sexual.

Na Comunhão Anglicana, as tensões surgidas em relação à questão da posição doutrinária sobre o *status* e a inclusão de pessoas LGBTQ+ na vida comunitária e sacramental nas Igrejas, rapidamente ganhou proporções dramáticas, quando o debate viu-se voltado não mais para responder a demandas relativas ao laicato, mas para o modo como a Igreja lidaria com uma nova configuração dos espaços das Igrejas pelas suas principais lideranças: os bispos.

Em maio, o bispo Michael Ingham, da Diocese de New Westminster, na Igreja Anglicana do Canadá, aprovou a benção das uniões do mesmo sexo⁶⁶ em seu território diocesano. Em junho de 2003, os delegados da Convenção Geral da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, reunidos em Minneapolis, Minnesota, elegeram o cônego Vicky Gene Robinson para ser o bispo coadjutor da Diocese de New Hampshire. O episódio foi um divisor de águas, uma vez que ele foi o primeiro sacerdote gay não celibatário eleito bispo na Comunhão Anglicana.

Na época, Gene Robinson tinha 56 anos de idade e era divorciado de sua esposa havia treze anos, com quem teve dois filhos e mantinha boa convivência. Após a separação, ele estava vivendo uma relação matrimonial com outro homem. Independente de sua vida pessoal, Gene era uma liderança respeitada na Diocese de New Hampshire, o que o levou a ser apontado pelos seus membros para concorrer à eleição episcopal. O novo bispo foi eleito com grande número de votos, e um dos seus apoiadores foi o próprio Bispo Presidente, Frank Griswold.

⁶⁶ Na Igreja Anglicana do Canadá, o bispo Michael Ingham, da Diocese de New Westminster, foi pioneiro em introduzir uma norma canônica que autorizava a bênção para casais LGBTQ+, sendo uma decisão pioneira sobre a questão.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Logo em seguida à polêmica eleição norte-americana, em julho de 2003, o sacerdote Jeffrey John – um homossexual celibatário –, foi nomeado para ser bispo da Diocese de Reading, na Igreja da Inglaterra. Porém, ele acabou renunciando devido às inúmeras pressões surgidas. Estes acontecimentos dividiram as opiniões dos bispos e clérigos das Províncias, além de ter repercutido negativamente o Caso Jeffrey John. Porém, ao contrário da recusa do sacerdote, a sagração de Vicky Gene Robinson foi levada adiante, ocorrendo em 02 de novembro de 2003, pelas mãos do Bispo Presidente da Igreja Episcopal, Frank Griswold, junto com mais seis bispos co-sagrantes. A tradicional cerimônia aconteceu no campo do Whittemore Centre, da Universidade de New Hampshire, e foi marcada pela grande quantidade de membros do clero, convidados e jornalistas presentes, bem como pelas ameaças que o novo bispo vinha sofrendo desde a sua eleição, ao ponto de precisar usar um colete à prova de balas por debaixo de suas vestes.

Até o ano de 2004, Províncias como a Igreja Episcopal dos Estados Unidos, a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Igreja Anglicana do México, a Igreja Episcopal da Escócia e a Igreja Anglicana da África Austral permitiam a ordenação de clérigos homossexuais não-celibatários e a bênção de uniões do mesmo sexo. Diante destes episódios e da nova conjuntura mundial, o Arcebispo Robin Eames foi nomeado pelo então recém-empossado Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams, como presidente da Comissão de Comunhão de Lambeth, formada por vários Primazes. Esta comissão avaliou os impactos que as ações das Igrejas estadunidense e canadense tiveram sobre a unidade no mundo anglicano. Como fruto desse estudo de caso, em 18 de outubro de 2004, foi publicado o polêmico *Relatório de Windsor (The Windsor Report)*.

Ao contrário do que muitos pensam o Relatório de Windsor não é uma avaliação dos Primazes da Comunhão Anglicana sobre a questão da ordenação de clérigos homossexuais e do *status* do seu ministério na Igreja. Antes de tudo, ele busca responder como as Províncias poderiam legislar e ensinar sobre uma mesma questão, apresentando diferentes posicionamentos e, ao mesmo tempo, manter a unidade, com base nos ensinamentos do próprio Cristo. Organizado em quatro partes, ele apresenta quatro questões e tenta respondê-las. Nas sessões A e B, trata da Comunhão Anglicana e sua relevância para a história do Cristianismo. Na sessão C, analisa os Instrumentos de Comunhão e os princípios que mantêm a unidade entre as Igrejas. A

sessão D, dedicada aos acontecimentos na América do Norte, busca solucionar as questões. O contexto político-eclesiástico do Relatório é bastante claro: Estava configurada a necessidade de buscar soluções práticas para evitar uma grande fragmentação institucional. Porém, as saídas encontradas não foram as melhores e o resultado do parecer foi um aprofundamento das controvérsias e da própria crise ao redor do mundo.

O Relatório recomendava o restabelecimento das relações entre as Províncias, fazendo com que cada Igreja ratificasse um “Pacto Anglicano” (em inglês, *Anglican Covenant*). Também exortou a todos que contribuíram para o abalo das relações interprovinciais e que estiveram envolvidos na consagração de Gene Robinson, que “manifestassem publicamente seu arrependimento” e “considerassem em suas consciências se deveriam retirar-se de funções representativas na Comunhão Anglicana”. Em fevereiro de 2005, a crise institucional da Comunhão Anglicana foi discutida em uma reunião dos Primazes em Dromantine, na Irlanda do Norte. Eles emitiram uma declaração que reiterava a maioria das posições do Relatório Windsor, com o acréscimo de que as Igrejas Episcopal dos Estados Unidos e Anglicana do Canadá deveriam ser convidadas a se retirar, “voluntariamente”, do Conselho Consultivo Anglicano e de outros órgãos representativos, até a Conferência de Lambeth seguinte, que aconteceria em 2008.

O Relatório de Windsor foi fortemente criticado por vários teólogos considerados liberais, a exemplo do texto *The Windsor Report: A Liberal Response*. Embora o Relatório de 2004 exigisse que conservadores e liberais buscassem urgentemente a reconciliação, por outro lado reconhecia que aqueles acabaram agindo por um “senso de dever” na defesa da fé. No entanto, o Relatório não reconhecia, de modo semelhante, um “dever pastoral” na postura inclusiva das Dioceses de New Hampshire e New Westminster, discorrendo que suas ações estavam equivocadas diante de toda a comunidade anglicana.

Em 2005 também foi publicado um documento sobre a questão da Sexualidade, no *Relatório Oficial do 13º Encontro do Conselho Consultivo Anglicano*, reunido na cidade de Nottingham, Inglaterra. Este foi o primeiro documento oficial de um órgão da Comunhão Anglicana após a sagração do bispo Gene Robinson. Por causa das controvérsias surgidas e por terem protagonizado os eventos que levaram a uma crise ao redor do mundo anglicano, o relatório especial foi elaborado pelas Igrejas Episcopal dos Estados Unidos e Anglicana do Canadá.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Os textos foram elaborados pelo Primaz da Igreja Anglicana do Canadá, bispo Andrew S. Hutchinson, pelos bispos J. Neil Alexander, da Diocese de Atlanta; e Charles E. Jenkins, da Diocese de Lousiana, pelo reverendo Michael Battle, vice-presidente do Seminário Teológico de Virgínia; pela reverenda Susan Russell, da Igreja de Todos os Santos, de Pasadena, Califórnia, e por Jane Tully, representando as famílias de clérigos e leigos gays e lésbicas da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. Os textos objetivam explicar a necessidade de acolhimento do público LGBT+, que busca as Igrejas como espaços de fé e de segurança. Em tom de conciliação, as declarações enfatizam a unidade como parte do testemunho cristão, e a diversidade, presente em toda a Comunhão Anglicana (THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL, 2006).

Em 12 de fevereiro de 2008, o Arcebispo Rowan Williams anunciou a formação do Grupo de Continuidade de Windsor (*The Windsor Continuation Group*). O WCG foi organizado e presidido pelo bispo Clive Handford para tratar das questões remanescentes em torno do Relatório de Windsor e das respostas elaboradas pelas Províncias e demais órgãos da Comunhão Anglicana. O ambiente de tensão era evidente, e as especulações em torno de um esvaziamento da próxima reunião dos bispos anglicanos tornaram-se realidade.

A Conferência de Lambeth, de 2008, aconteceu de 16 de julho a 04 de agosto daquele ano. Entretanto, 200 bispos – dentre os 800 convocados –, se negaram a participar do encontro. Entre eles, estavam os Primazes das Igrejas da Nigéria, Uganda, Quênia e Ruanda, e o Arcebispo da Diocese de Sydney, Peter Jensen. Paralelo ao encontro de Lambeth, mais de 1.100 bispos e clérigos anglicanos conservadores se reuniram na primeira Conferência Global sobre o Futuro do Anglicanismo (GAFCON), em Jerusalém.

Na pauta da reunião realizada em Jerusalém, figuravam os dois grandes temas que haviam dividido as opiniões e Províncias no mundo anglicano: a Ordenação Feminina e a Questão da Homossexualidade. O Arcebispo da Nigéria, Peter Akinola, acreditava que o encontro seria uma espécie de “Reforma” na Comunhão Anglicana. Todavia, os impactos reais da reunião, além da formação do bloco conservador, foram os inúmeros questionamentos sobre a autoridade do Arcebispo de Cantuária, Rowan Williams, que não havia convidado o bispo Gene Robinson para a Conferência de Lambeth de 2008, visando a evitar uma maior fragmentação entre as Igrejas e suas lideranças. Atualmente,

tanto o Relatório quanto o “Pacto Anglicano” proposto por teólogos e bispos está sem uma aplicação concreta, dado que os instrumentos de diálogo institucional se concentram no Conselho Consultivo Anglicano e na própria Conferência de Lambeth, que são espaços próprios para o debate.

Desde a Conferência de Lambeth de 2008, os bispos ligados à GAFCON, assumiram um tom belicoso, que se avizinha da ideia de uma “batalha espiritual” dentro do mundo anglicano, entre conservadores e progressistas, como se o alvo da disputa, não fossem mais as relações de poder, mas, sim, uma luta constante por uma “ordem apostólica” e uma “verdade evangélica”. O próprio bispo Robinson Cavalcanti sempre se referia às disputas institucionais e aos jogos de poder ligados à Comunhão Anglicana como um verdadeiro “campo de xadrez”, no qual as peças principais, não seriam os “reis”, mas, literalmente, os “bispos”.

Em 1º de junho de 2015, durante a sua Convenção Geral, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A decisão foi tomada dias após a Suprema Corte legalizar as uniões homoafetivas em todo o país. Desse modo, a Igreja norte-americana foi a primeira Província da Comunhão Anglicana a realizar a celebração deste rito matrimonial.

“Como a lei permite, os cânones permitirão de agora em diante o casamento dentro da igreja de TODOS os casais”, anunciou a Igreja Episcopal em sua conta no Twitter, no momento em que celebra uma convenção geral em Utah. No entanto, a Igreja Episcopal não obrigará os clérigos com objeções a officiar as cerimônias (PRESSE, 02 jul. 2015).

Depois deste evento, o Encontro de Primazes tomou uma de suas decisões mais polêmicas. Após a reunião ocorrida em janeiro de 2016, os bispos anunciaram uma sanção à Igreja Episcopal dos Estados Unidos. A notícia, espalhada pela grande mídia ao redor do mundo, sugeria que a Província norte-americana havia sido suspensa ou até mesmo expulsa da Comunhão Anglicana. Na prática, o que houve foi a suspensão da Igreja em órgãos representativos da Comunhão pelo período de três anos, até a realização da Conferência de Lambeth programada para 2018. Logo após a reunião dos Primazes em que a sanção foi aplicada à TEC, a Igreja Anglicana na América do Norte

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

(ACNA) – fundada em 2009, após o encontro da GAFCON – solicitou seu ingresso na Comunhão Anglicana como uma Província formalmente reconhecida para os Estados Unidos da América e o Canadá; este pleito, entanto, foi rejeitado. Ainda assim, algumas questões devem ser avaliadas.

O ato de suspensão de uma Província não possuía precedentes na história, uma vez que o Encontro de Primazes não tem competência para aplicar tal sanção; tampouco existe uma instância punitiva de exclusão ou expulsão das Igrejas da Comunhão Anglicana. Por sua vez, a Igreja Episcopal acatou a decisão unilateral do Encontro de Primazes. Durante todo o primado do bispo Michael Curry, houve um tácito silenciamento institucional sobre a questão, talvez como alternativa na busca de apaziguamento dos ânimos, para deixar que o tempo resolvesse internamente a questão. Por outro lado, isto abriu a possibilidade de legitimação do discurso veiculado pelas Igrejas filiadas à GAFCON que, constantemente, direcionam seus ataques à Igreja norte-americana e às Províncias que mantêm relações com ela.

Ao mesmo tempo, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo pela Igreja Episcopal dos Estados Unidos abriu caminho para que outras Províncias seguissem o mesmo itinerário, a exemplo da Igreja Episcopal Escocesa e, posteriormente, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. Na IEAB, a Câmara Episcopal começou a se posicionar publicamente sobre a questão da homossexualidade a partir da década de 1990, embora existam relatos e memórias de que, desde a década de 1970 a Igreja exercia o acolhimento de pessoas da comunidade LGBT+ em seu meio. No episcopado do bispo Glauco Soares, por exemplo, havia a autorização para que fosse ministrada a “bênção de casais homoafetivos”⁶⁷, de modo que, na Diocese Anglicana de São Paulo, já existia uma prática pastoral nesse sentido.

O início da discussão institucional sobre a questão, tem o seu marco no ano de 1997, quando a Câmara Episcopal expediu a “Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana”⁶⁸, como resposta à Declaração do encontro das Províncias do Hemisfério Sul, na Malásia. O documento

⁶⁷ À época, o bispo tinha autorizado o reverendo César Fernandes (atual diocesano de São Paulo) e o reverendo Aldo Quintão a realizar tais cerimônias, que, embora não conferissem o *status* de um matrimônio, eram reconhecidos pela autoridade diocesana como um ofício religioso igualmente válido como as bênçãos destinadas a casais heteroafetivos.

⁶⁸ Vide Anexo B, com o texto da Carta de 1997 na íntegra.

da IEAB destaca que "toda forma e expressão de amor entre as pessoas era válida". Pela primeira vez, a Igreja reconheceu ser necessário enxergar a realidade das pessoas LGBT+ na Igreja e que, por muitas vezes e de diferentes maneiras, elas eram excluídas tanto na sociedade quanto nos ambientes eclesiais.

Em seu prólogo, a "Carta de 1997", como passaremos a chamá-la, traz o seguinte: "a sexualidade é um dom de Deus. As relações sexuais exercidas no contexto do amor e do respeito mútuos são consideradas como as coisas boas que Deus criou. Como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade". O documento foi bastante avançado para época, embora ainda utilize a expressão "homossexualismo" – hoje em desuso, por causa do preconceito que carrega.

Como exposto no ponto 3 da Carta, percebe-se que a Igreja buscou, sobretudo, "o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade", livre de ideias pré-concebidas e a partir da visão de uma sexualidade cristã sadia, para que pudessem debater e analisar a questão "levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controversa questão".

O debate nas comunidades da Província brasileira teve início a partir de grupos de trabalhos e estudos promovidos pelo Centro de Estudos Anglicanos (CEA), que realizou em cada uma das dioceses, discussões de cunho bíblico e teológico. De tempos em tempos, artigos escritos por pesquisadores e teólogos da Igreja eram publicados na revista "Inclusividade", dedicada aos estudos teológicos dentro da instituição. Da mesma forma, o "Estandarte Cristão", periódico oficial da IEAB, trazia notícias sobre os debates e eventos ocorridos em torno do tema.

Em 2002 e 2004 foram realizadas duas Consultas Nacionais sobre Sexualidade Humana. A primeira foi organizada através de iniciativa do reverendo Mário Ribas, em parceria com a psicóloga Christina Winnischofer (ambos da Diocese Anglicana de São Paulo), e em conjunto com o então Secretário-geral, reverendo Maurício Andrade. A I Consulta Nacional de Sexualidade, realizada em 16 de fevereiro de 2002, tornou-se uma espécie de resposta da IEAB à Resolução 1.10, da Conferência Lambeth 1998.

Bom que se registre que nessa Consulta tiveram representações diversas da IEAB, independentemente da orientação sexual. Não era um encontro GLS (*sic*), tal como propagado propositadamente por pessoas e pelo próprio bispo da DAR. O discurso na DAR não era tão diferente do que era falado em determinadas províncias da Comunhão acerca de que ali não havia gays e lésbicas, nem pessoas simpatizantes com a causa. É bom destacar a presença, na I Consulta, de LouiCrew (1936-2019), líder e fundador do grupo *Integrity* da *The Episcopal Church*. Crew era um leigo atuante na igreja americana, tendo participado por seis vezes seguidas nas Convenções Gerais, de 1996 a 2009. Não havia dúvidas de que sua presença no Brasil significaria uma maneira de fortalecer esse grupo de pessoas que estava se formando ao lado do Rev. Mário Ribas. Foi a partir desse contexto que surgiu o Grupo Integridade, para articular gays e lésbicas e pensar as próximas ações (CAVALCANTE, 2021, p. 6).

No primeiro texto, todas as lideranças da Igreja eram convidadas a promover debates e conhecer a realidade das pessoas LGBTQ+ que, em geral, eram excluídas na sociedade brasileira – e nos ambientes eclesiais. Já a II Consulta Nacional Sexualidade Humana, ocorrida em 08 de agosto de 2004, evidencia avanços no trato com o tema. Em sua Declaração, reafirma-se a necessidade da Igreja respeitar a vida privada, tanto de membros do clero quanto do laicato, no que diz respeito às suas relações afetivo-sexuais.

"Convidamos as lideranças leigas e clericais a promover debates que ajudem as comunidades a compreenderem melhor a complexidade e a beleza das relações sexuais humanas. É preciso conhecer e compartilhar as angústias daqueles e daquelas que a sociedade exclui". Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana - 2002. "Entendemos que a sexualidade humana é dom de Deus e que deve ser vivenciada em paz, liberdade, amor e respeito ao próximo. Que a Igreja deve respeitar a privacidade das relações afetivo-sexuais de seus membros, sejam eles do clero ou do laicato". II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana da IEAB, 2004 (ESTANDARTE CRISTÃO, dez. 2018, p. 20).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Dez anos após a Carta de 1997, foi lançada uma segunda carta pastoral da Câmara Episcopal, em 2007. Emitida três anos após os episódios que dividiram a Diocese Anglicana do Recife, ela foi assinada pelos bispos diocesanos e também pelos eméritos dessa diocese – Edmund Sherrill e Clovis Rodrigues. Um dos pontos importantes da Carta de 2007 foi a declaração: “reafirmamos que cremos na inclusão”. Além do mais, o documento reconhece problemas e divergências ainda existentes e recomenda a realização de mais debates para que o clero se aprofunde na questão⁶⁹.

Faz parte da tradição em nossa Comunhão o respeito às diferenças de opinião em relação a questões que não são essenciais ao princípio da Revelação divina. Este princípio diz que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo.” Tudo que a Bíblia diz que não se refira à essência desta Revelação é secundário, ou seja, faz parte da cultura e dos costumes daqueles que foram instrumentos de Deus para a redação dos textos escriturísticos. Para nós, a Bíblia é a Palavra de Deus no sentido de mensagem de Deus e não ditado de Deus. [...] Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que “todos sejam um”.⁷⁰

Para superar as lacunas existentes, foram articuladas várias discussões sobre a temática. Em 2014, a Igreja, através do CEA, deu início a encontros para reflexão, chamados “Indabas: Famílias e Diversidade Sexual”, as quais buscavam incluir, no debate,

⁶⁹ No trecho final da Carta, lê-se: “nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressadas as conclusões de nossos I e II Congressos sobre Sexualidade Humana. Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos ao clero que se aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenha instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações”.

⁷⁰ Vide Anexo C, com o texto da Carta de 2007 na íntegra.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

representantes de diferentes comunidades das nove Dioceses e do Distrito Missionário do Oeste.

Os estudos realizados pela Igreja não se baseavam apenas na pesquisa teológica e bíblica; recorreu-se, também, à contribuição de outras áreas das Ciências, no atendimento das orientações contidas na Resolução 64, da Conferência de Lambeth de 1988: “que levem em consideração as pesquisas biológicas, genéticas e psicológicas realizadas por outras agências e os fatores socioculturais que conduzem às diferentes atitudes nas províncias de nossa Comunhão”.

Nos campos acadêmico, pastoral e litúrgico, destacamos o trabalho desenvolvido pelos reverendos Mário Ribas, Carlos Calvani, Arthur Cavalcante, Gustavo Oliveira e Luiz Coelho, e pelos bispos Sumio Takatsu e Maurício Andrade e pela bispa Marinez Bassotto. No campo da educação teológica, instituições da Igreja como o Centro de Estudos Anglicanos (CEA), bem como as fomentadoras de ações sociais, como o Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD), também foram essenciais no processo do diálogo intraeclesial, tanto em nível diocesano quanto provincial, com destaque para Anna Luiza Oliveira e Ilcéia Alves Soares, da Diocese Anglicana do Recife, e Sandra Andrade, da Diocese Anglicana de Brasília.

Da mesma forma como a Ordenação Feminina foi um importante passo para garantir a igualdade de tratamento e espaços de liderança, na Província, para as mulheres leigas e clérigas, foi preciso travar uma luta retórica para garantir espaços seguros para pessoas LGBT+ que são membros do clero nacional. As novas diretrizes aprovadas pelo Sínodo Geral, em 2018, permitiram que tal inclusão alcançasse a Câmara Episcopal, com a eleição do primeiro bispo homoafetivo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Em julho de 2019, por ocasião do Concílio Extraordinário que elegeu o reverendo Francisco César Fernandes Alves como novo bispo coadjutor da Diocese Anglicana de São Paulo, ele pediu a palavra e, de forma serena, fez um comunicado sobre sua orientação sexual a toda a assembleia – o que, na verdade, já era de conhecimento público –, e isso não teve impacto negativo ou influenciou no resultado da eleição. A DASP, juntamente com outras pessoas homoafetivas da IEAB, pensando na segurança do bispo eleito, diante das ameaças e violências que lideranças e pessoas da comunidade LGBT+ com frequência recebem – e receberam ao longo da história recente –, decidiu não

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

oferecer publicidade à questão, além do rito de sagração, que foi noticiado nos meios de comunicação.

Em sua sagração episcopal, realizada na Paróquia da Santíssima Trindade, o que se viu foi um sinal de unidade em meio à diversidade da Igreja, com o templo lotado, como não se via desde a última visita do Arcebispo de Cantuária ao Brasil. Estavam sob o mesmo teto pessoas jovens e idosas, homens e mulheres do clero e do laicato da Igreja, representantes de outras denominações cristãs e religiões, pessoas de várias origens, cores e orientações sexuais, para presenciar uma das cerimônias mais importantes do Anglicanismo e o início do ministério do novo bispo.

A sagração do bispo César como primeiro homoafetivo a alcançar o episcopado na IEAB é tão importante quanto a sagração da bispa Marinez como primeira mulher a se tornar bispa na Igreja. A partir dessa evidente ocupação dos diferentes espaços eclesiais, a diversidade torna-se realidade na vida da Província, que sai do mero discurso retórico para acrescentar mais uma peça no mosaico que forma a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Ainda não existem reverendos ou reverendas trans na Província brasileira, embora os membros da Igreja acreditam que, quando estes começarem os seus processos de postulância e de ordenação, serão igualmente acolhidos, e contarão com o apoio não apenas dos membros do laicato, mas, também, do clero diocesano e nacional. Segundo o bispo Sebastião Gameleira, a questão da ordenação de pessoas LGBTQ+ no Anglicanismo não é um problema teológico, mas, sim, uma questão de hermenêutica bíblica, a qual está diretamente ligada à eclesiologia.

Na verdade, a ordenação de homossexuais não é um problema teológico. Pode ser um problema ético e será sempre, como a ordenação de qualquer pessoa, uma questão pastoral de discernimento de vocação e capacidade para o exercício do ministério. De fato, as Igrejas, ao longo da história, têm ordenado pessoas homossexuais. Quanto às mulheres, há a longa tradição bíblica e eclesial de só ordenar homens. De novo, trata-se de questão hermenêutica. É da natureza da revelação divina a exclusão de mulheres ou isso dependeu da multissecular cultura patriarcal? Uma comissão de biblistas e teólogos, nomeados por Paulo VI, respondeu a essa questão dizendo não haver nas Escrituras e na

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Tradição nenhum argumento decisivo para que se excluam as mulheres, como questão dogmaticamente fechada. Entendemos, segundo Gálatas 3, 28, que “somos uma só coisa em Jesus Cristo” (IHU ONLINE, 01 set. 2008).

Entre as Províncias da Comunhão Anglicana, a IEAB tornou-se vanguardista na inclusão de todas as pessoas na vida comunitária e sacramental da Igreja. O novo LOC, de 2015, tem como característica um elemento que une as novas ênfases teológicas da Igreja Nacional em torno do que chamamos de Inclusividade Litúrgica.

1.4 A Inclusividade como parte do *ethos* anglicano

O termo *comprehensiveness* (traduzido literalmente como *compreensividade*), foi apresentado, pela primeira vez, na Conferência de Lambeth de 1948. Em seu contexto, ele tratava da diversidade presente na Comunhão Anglicana, formada por uma mistura de povos, culturas e tradições oriundas dos diferentes continentes. Este quadro pluralístico tinha implicações na maneira como a autoridade das Igrejas era exercida, através da figura de seus bispos e lideranças, e na forma de a própria Igreja lidar com a questão da diversidade, frente a uma tradição que vem de séculos.

O *Arcebispo Michael Ramsey*, que ocupou este cargo na década de 1960, afirmou, em oposição aos que criticavam a *compreensividade*, durante várias Conferências, que a teologia anglicana não era confessionalista, mas que continha em si, o “método católico”, ou seja conforme o todo (significado básico da palavra católico). O método da *compreensividade* sugere que os grupos, ao menos quando estão abertos uns para os outros, dão-se conta que cada um deles busca a verdade, mas nenhum deles a possui na totalidade (OLIVEIRA, 2017a, p 381).

Na Conferência de Lambeth, de 1968, uma das resoluções tratou do tema abordando a sua importância como parte do próprio *ethos* da Comunhão Anglicana.

A *compreensividade* implica que a apreensão da verdade é um processo crescente: nós somente temos sucesso no

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

“conhecimento da verdade” ao crescer gradualmente...
“*Compreensividade* implica no desejo de permitir uma liberdade de interpretação, com uma certa lentidão em apreender ou resistir ao pensamento exploratório” (CHAPMAN, 2006, p. 131).

No Brasil, este termo foi traduzido por Jaci Maraschin como *inclusividade*, que o contextualizou no momento histórico então vivido pelo Anglicanismo no país, que se aprofundava em várias questões doutrinárias e teológicas.

Na língua inglesa de onde vem o conceito de que estamos falando, se diz *comprehensiveness* que não tem muito a ver com a tradução literal dessa raiz que seria “compreensão”. Aliás, convém anotar que nossos melhores dicionários não registram a palavra *compreensividade* que, se insistíssemos, não passaria de deselegante anglicismo. Afirmar, pois, que uma das características da Comunhão Anglicana seria a *compreensividade* nos levaria a fazer uma afirmação incompreensível. Os melhores dicionários da língua inglesa nos ajudam a entender *comprehensiveness* como *inclusividade* ou *abrangência*. Sempre foi essa a intenção dos teólogos anglicanos quando empregaram a palavra. *Inclusividade* significa a disposição para incluirmos na nossa experiência cristã a longa e rica tradição católica da igreja Universal, ao mesmo tempo em que nos abrimos para as redescobertas da Reforma Protestante e para as “coisas novas” que o Espírito está constantemente ensinando à igreja. Haverá, certamente, outras formas de *inclusividade*, mas entre nós essa forma tem sido enriquecedora e geradora de valores e forças espirituais (MARASCHIN, 1995, p. 24).

A própria revista do Centro de Estudos Teológicos da IEAB levou o nome de *Inclusividade*. A Revista *Inclusividade* tornou-se o principal espaço de publicações de pesquisas acadêmicas sobre o Anglicanismo no Brasil e seus temas correlatos, durante o século XXI.

Quando o Grupo Consultivo do CEA decidiu criar uma revista teológica em novembro de 2001, escolhemos o nome “*Inclusividade*” por imaginar que essa expressão refletiria bem o propósito da teologia anglicana: ser um espaço amplo e abrangente o suficiente para incluir

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

pesquisas sérias e honestas, ainda que críticas. Com o passar do tempo, o conceito ‘inclusividade’ passou a ser invocado em discursos e textos diversos (CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS, 2006a, p. 123).

O seu primeiro número, lançado em março de 2002, trata do episcopado na perspectiva anglicana. Já o segundo, publicado em julho de 2002⁷¹, aborda abertamente do tema da sexualidade na perspectiva cristã. Como esperado, as publicações de tais artigos alcançaram toda a Igreja e promoveram consensos e discórdias em várias Dioceses – acentuando-se estas últimas, especialmente, na capital pernambucana, a exemplo do que aconteceu no primeiro cismado Recife, em 2002.

Em 2004, um evento provincial marcou os estudos na IEAB sobre o tema da Inclusividade. O Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana⁷², ocorrido na cidade de Londrina, no Paraná, contou com a presença de mais de setenta pessoas, dentre bispos, clérigos e clérigas, leigos e leigas, e representantes de outras Igrejas, órgãos ecumênicos e pesquisadores da área de Ciências da Religião e Teologia. O evento buscou abordar a operacionalidade do conceito da Inclusividade na hermenêutica bíblica, na discussão teológica, na ética e na pastoral.

1. Nós, anglicanas e anglicanos de todas as regiões do Brasil, reunidos em Londrina/PR entre os dias 13 a 16 de julho de 2004, com o acolhimento amável e fraterno da Diocese Anglicana de Curitiba, conjuntamente com representantes de algumas Igrejas irmãs, órgãos ecumênicos e muitos visitantes, realizamos o 1º Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana no Brasil. 2. Éramos mais de setenta pessoas convocadas pelo Centro Anglicano de Teologia - CEA, em aprofundar o tema

⁷¹ O sumário desta edição apresenta os seguintes artigos: *Sexualidade - o Prazer que Liberta* (Robinson Cavalcanti); *Um Olhar Indiscreto e Desconstrutivo sobre as Interpretações do Cântico dos Cânticos* (Humberto Maiztégui Gonçalves); *Cântico dos Cânticos - Notas Erótico-Exegéticas* (Carlos Eduardo Calvani); *O Debate sobre a Homossexualidade na Comunhão Anglicana e a “Nova Moralidade” de John Robinson* (Mário F. Ribas); *Gemidos da Criação e Arrepios da Teologia - Sussurros Éticos nos Ouvidos da Igreja* (Carlos Eduardo Calvani); *Reflexões sobre o Divórcio - Mateus 19:3-9* (Jorge Aquino); *Rito do Divórcio* (Jorge Aquino); *Jesus e a Questão do Divórcio – Homilia* (Carlos Eduardo Calvani); e o texto contendo as *Declarações anglicanas sobre Sexualidade*.

⁷² Este Simpósio supriu uma antiga necessidade da Igreja. O Congresso de 1960 e a Conferência Nacional do Clero, de 1967, não eram espaços de debate acadêmico, mas de diretrizes institucionais.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

"inclusividade", apontando limites e desafios a partir da ótica bíblica, teológica, moral, pastoral e missionária (REVISTA INCLUSIVIDADE, 2004, p. 87).

A obra também foi uma homenagem ao jubileu de 50 anos de ordenação sacerdotal do reverendo Jaci Maraschin, figura ímpar no pensamento teológico da Igreja Episcopal durante o século XX e início do século XXI, responsável por influenciar inúmeras pessoas que ingressaram no ministério ordenado⁷³.

12. Com gratidão a Deus pelos cinquenta anos de ordenação sacerdotal do Rev. Dr. Jaci Corrêa Maraschin, as dioceses e seminários da IEAB prestaram-lhe uma singela homenagem lembrando alguns fatos de sua vida e do seu ministério pastoral, teológico e musical, entregando-lhe algumas lembranças e recordando fatos pitorescos e marcantes da vida do homenageado. Na oportunidade o CEA lançou o oitavo número da revista Inclusividade, intitulada: Jaci Maraschin: 50 anos de Ministério Ordenado. 13. O Revmo. Bispo Dom Sumio Takatsu foi igualmente lembrado. O coordenador do CEA informou que quando foi construído o programa do I Simpósio de Teologia Anglicana, Dom Sumio seria homenageado ao lado do Rev. Maraschin, porém Deus desejou chamá-lo antes. Dom Sumio foi sem dúvida um homem vocacionado para o ensino e para o saber. Vários de seus escritos e traduções continuarão sem dúvida a servir a Igreja em seu processo formativo (REVISTA INCLUSIVIDADE, 2004, p. 89).

Outra liderança importante na história da Igreja, homenageada no evento, foi o bispo Sumio Takatsu, que contribuiu bastante para a Teologia da Igreja, construída e encarnada durante as décadas de 1970 a 1990⁷⁴.

⁷³ O reverendo e professor Jaci Correia Maraschin, faleceu em São Paulo, em 30 de junho de 2009. Em seu legado, encontram-se inúmeros livros, hinos, liturgias e formas de pensar e celebrar. Como parte do reconhecimento de seu serviço nas décadas em que esteve à frente da Província e da Diocese Anglicana de São Paulo, seu nome se encontra junto de outros bispos e clérigos da Igreja, no Calendário de Santos e Santas na nova edição do Livro de Oração Comum. Dentre os reverendos que foram influenciados pelo seu legado, encontram-se Carlos Calvani e o autor desta tese.

⁷⁴ O bispo Sumio Takatsu faleceu em 23 de janeiro daquele ano, sem poder participar do Simpósio de Teologia. De certa forma, o evento foi uma homenagem póstuma a

Cuidar desse encontro humano, encontro de pessoas, de vidas é cuidarmos da “convivência”, do “viver-com”, enfim é tentarmos recriar o como viver com o outro, o diferente e às vezes o divergente, se quisermos superar as relações superficiais influenciadas e controladas por modelos de vida apresentados pela mídia (PEREIRA, 2006, p. 81).

É importante destacar que o Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana foi realizado em meio à crise instaurada pelo bispo da Diocese Anglicana do Recife, em meio à disputa retórica e à troca de cartas e textos entre os membros da Província, episódios que culminaram com a fragmentação do Anglicanismo no Nordeste. Ao mesmo tempo, o evento serviu como uma espécie de retomada da ideia de pertença a uma Igreja Nacional. De acordo com Calvani,

entendemos que ainda é possível falar em inclusividade no anglicanismo e, particularmente, na IEAB. O Simpósio foi preparado para ser um momento de teste das capacidades criativas e reflexivas da Igreja e representantes de diversos segmentos teológicos foram convidados, bem como todos os bispos e as principais lideranças que exercitam o dom do ensino e da pesquisa teológica na Igreja. Infelizmente, algumas pessoas convidadas, e para as quais estavam reservadas passagens e hospedagens, se recusaram a participar. Nesse caso, a experiência da exclusão foi uma opção preferencial daqueles/as que, já convencidos de suas verdades, evitam qualquer diálogo ou só aceitam participar de eventos se lhes for conferido um lugar de honra. Essa experiência por si só já nos mostra que, de fato, a inclusividade tem limites. Não é possível incluir quem não se deixa incluir. Se isso acontecesse, a inclusividade seria prisão e lavagem-cerebral, e não a rica experiência de viver a fé com todas as ambigüidades a ela inerentes e com a provisoriedade que nos impede de construir castelos ou muralhas, mas que nos impele a buscar continuamente as coisas novas que o Espírito de Deus

toda a vida e obra do bispo que passou todo o seu ministério dedicado exclusivamente à Igreja (uma vez que nunca se casou nem teve filhos). Assim como o reverendo Jaci Maraschin e outros colegas de episcopado, o bispo Sumio também é lembrado no calendário do novo Livro de Oração Comum.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

nos quer revelar (*In*: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS, 2006a, p. 129).

Vale ressaltar que, ao contrário do que algumas pessoas acabam pensando, ao se depararem com uma abordagem ampla e aprofundada acerca da diversidade sexual humana, a IEAB não é uma “Igreja Inclusiva”, uma vez que elas, no Brasil e no mundo, são voltadas para o acolhimento e pastoreio de pessoas LGBT+⁷⁵.

Ao tocar no tema da “inclusividade”, gostaria de ressaltar que a IEAB não faz parte das chamadas “igrejas inclusivas”, ou seja, não surgiu ou foi pensada para atender pastoralmente determinado perfil de pessoa fiel. A IEAB vai se tornando inclusiva para LBTQIA+ através de processos orgânicos que levaram aproximadamente duas décadas (1997-2018) para concluírem, desde a Carta Pastoral sobre Sexualidade Humana da Câmara Episcopal até a aprovação do cânon sobre o Casamento Igualitário no 34º Sínodo Geral. Creio que foi, e continua sendo, um processo de conversão de corações e mentes, de pessoas clérigas e leigas, no compromisso de acolhida. Lembro-me de que, inúmeras vezes, no diálogo com fiéis e lideranças de algumas igrejas inclusivas, fui questionado se a IEAB realizava casamento entre pessoas do mesmo sexo, e, por muitas vezes, tive que dizer não, e presenciar aquele ar de lamento nas faces de meus interlocutores. Não bastava a IEAB batizar, oferecer a santa comunhão e até ordenar gays e lésbicas, a grande prova de confiança na igreja era se havia casamento ou não (CAVALCANTE, 2021, p. 8).

Logo, tomando o conceito de inclusividade anteriormente apresentado a partir das idéias de Jaci Maraschin, seria necessário praticar também a Inclusividade Litúrgica, aqui traduzida como a capacidade de o Anglicanismo incluir e conciliar nas suas expressões litúrgicas – ritos, orações e a vida devocional como um todo –, a rica

⁷⁵ Entre as mais conhecidas no mundo estão as Igrejas da Comunidade Metropolitana, uma comunhão internacional de Igrejas inclusivas. No Brasil, a pioneira foi a *Igreja Acalanto – Ministério Outras Ovelhas*, surgida em 2003, através do pastor Victor Orellana, na cidade de São Paulo.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

tradição da Igreja com uma abertura às “coisas novas”, mediante um processo de ressignificação que brote de sua atividade no mundo.

Se no campo da Teologia, as questões relativas à gênero e sexualidade foram cruciais para as disputas *intra e extra-ecclesiam*, que definiram o atual estado em que se encontra o Anglicanismo no Brasil, no campo da Liturgia elas podem ter implicações sacramentais e pastorais na vida dos e das fiéis. Na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é nas celebrações dominicais que a comunidade expressa a sua fé. Desse modo, a Liturgia tem um papel fundamental na identidade eclesial da IEAB, e é por meio dela que muitas pessoas chegam à Igreja (e nela permanecem). Nesse sentido, algumas ações podem fazer a diferença na inserção de grupos antes excluídos da Igreja, a exemplo do público LGBT+.

Uma dessas ações foi a bênção do ícone de São Sérgio e São Baco – considerados os padroeiros dos homossexuais⁷⁶. A iniciativa partiu do reverendo Carlos Calvani, quando ele era pároco da Capela da Inclusão, em Campo Grande (MS). A cerimônia, realizada em 2011, foi noticiada por vários veículos de comunicação, repercutindo, na época, tanto dentro quanto fora dos muros da IEAB.

Com um cartaz com o versículo bíblico “Deus não discrimina ninguém”, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil fez a primeira missa com as imagens dos santos São Sérgio e São Baco, considerados padroeiros dos homossexuais. A celebração foi neste domingo (9), na Capela da Inclusão, no bairro Tiradentes, em Campo Grande. O líder da igreja, o reverendo Carlos Eduardo Calvani, disse ao G1, antes da missa, que toda a diversidade será bem vinda ao templo. “A igreja precisa difundir o direito de rezar sem ser discriminado. Não somos só uma igreja de gays, mas uma família. Não julgamos ninguém e acolhemos a todos”. O oratório é um pequeno quadro que foi feito por um artista plástico do Rio de Janeiro e encomendado por uma pessoa dos Estados Unidos. Quando os norte-americanos souberam do trabalho de inclusão de homoafetivos, realizado em

⁷⁶ Segundo algumas interpretações hagiográficas, Sérgio e Baco eram um casal de militares romanos e quando se converteram ao Cristianismo, permaneceram vivendo em união estável, o que justifica sua retratação, juntos, na iconografia. Quando foram descobertos em sua fé, acabaram sendo torturados e mortos sob as ordens do Imperador Maximiano, no século III.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Campo Grande, eles resolveram doar o oratório (G1 MATO GROSSO DO SUL, 10 out. 2011).

Não podemos falar de uma inclusividade pela metade, ou que seja seletiva, permitindo o acesso de determinados grupos aos sacramentos e à vida comunitária da Igreja, ao passo que outros grupos são parcial ou totalmente excluídos. Uma vez que a Igreja decide acolher e viver com o outro, com o diferente, e até com o divergente, inicia-se um processo que não pode ser estancado no meio do caminho. Por isso, Igrejas que decidem trilhar o caminho da inclusividade acabam por enfrentar uma série de problemas estruturais e barreiras doutrinárias e litúrgicas anteriormente vistas como imutáveis ou inalteráveis.

A atuação social da Igreja antes fôra vista como danosa à pregação do Evangelho, o que se coaduna com a visão que prega dever a religião preocupar-se apenas com os aspectos espirituais de cada indivíduo e da comunidade, sem envolver-se na transformação das estruturas injustas da sociedade. Da mesma forma, a Liturgia foi e ainda é vista como um conjunto de fórmulas rígidas que detêm seus ritos e interditos, sendo perigoso criar padrões divergentes que renovem ou criem novas estruturas celebrativas. Tal rejeição às mudanças litúrgicas é até hoje perceptível em grupos tradicionalistas, oriundos, especialmente, do Catolicismo Romano. Por fim, temos a questão que ainda gera mais controvérsias – a ordenação feminina – em especial, a aceitação de que as mulheres sejam ordenadas ao sacerdócio e ocupem cargos de liderança na Igreja, atuando como bispas.

Todas estas questões levantadas foram – e ainda são – alvo de críticas internas e externas, por parte de setores conservadores das diversas Igrejas e até de lideranças do seu alto escalão. Atualmente, o discurso das Províncias da Comunhão Anglicana, em geral, enfatiza a renovação e evita engessar suas práticas e as estruturas eclesiais. No entanto, o que se tem visto são diversas atitudes – ou discursos muitas vezes velados – que acabam impedindo mudanças, por menores que elas sejam. E aqui não importa se estamos falando da incidência pública da Igreja na sociedade, da questão da reforma litúrgica, da ordenação feminina ou da ordenação e do casamento de pessoas homoafetivas.

Ser um “cristão inclusivo”, hoje, perpassa pela inclusão total e pelo pleno acesso das pessoas LGBT+ aos sacramentos e à vida comunitária da Igreja. O que também inclui postos de lideranças. Não

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

faz sentido permitir o Batismo, mas negar a participação na Eucaristia a pessoas individualmente ou a um certo grupo por causa de determinado fator moral. Ou permitir que participem de postos de lideranças clericais e laicas, mas não possam casar-se. Percebemos que, quando as Igrejas decidem assumir a Inclusividade em suas identidades, elas acabam abrindo, gradualmente, estes espaços, até alcançar as pessoas LGBT+ – um dos grupos mais excluídos nas Igrejas Cristãs –, acolhendo-as de maneira integral nas comunidades e em sua vida sacramental da Igreja.

Por isso, nos últimos anos, diversas Igrejas históricas têm-se aberto à possibilidade de celebração do casamento entre pessoas do mesmo sexo⁷⁷. No Luteranismo, temos que, na Alemanha, tanto a Igreja Evangélica da Alemanha quanto a União das Igrejas Evangélicas permitem a bênção e o casamento. Dentre outras Igrejas Luteranas oriundas da Reforma, temos as Igrejas da Dinamarca, da Noruega, da Suécia, a Luterana Evangélica na América, e a Evangélica Luterana no Canadá.

No Presbiterianismo, as Igrejas dos Estados Unidos e da Escócia também aderiram à Inclusividade, em diferentes contextos. A PCUSA já celebra o casamento igualitário, enquanto que a *Kirk* escocesa, aguarda a votação dos ritos matrimoniais, a ocorrer em 2022 (após adiamento). No Metodismo, há maior liberdade, a depender do país. A Igreja Metodista Unida, por exemplo, celebra tais ritos. Todavia, em outros lugares, cada congregação tem autonomia para decidir realizar, ou não, tais uniões.

Da mesma forma, em Igrejas Batistas e Congregacionais, a exemplo das Igrejas Americanas Batistas, nos Estados Unidos, cada comunidade é livre para apoiar os casamentos, se assim escolher. Por fim, é digno de nota que as Igrejas Moraviana e Unida de Cristo, nos Estados Unidos, a Igreja Menonita, na Holanda e no Canadá, e a Comunidade de Cristo (Mórmon), nos Estados Unidos e em outros países, também aprovaram os ritos de casamento.

Na Comunhão Anglicana, as Igrejas da África do Sul, Sul da Índia, Nova Zelândia, País de Gales e Canadá aprovaram as bênçãos de uniões do mesmo sexo e criaram instâncias para acolher estes casais,

⁷⁷ Assim como no Anglicanismo, durante os debates acerca da Inclusividade, muitas dessas Igrejas também adotaram a linguagem neutra em suas respectivas Liturgias e manuais cerimoniais.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

mesmo em meio à forte resistência de outras Províncias e Igrejas cristãs locais. Indo além disso, as Igrejas Episcopal dos Estados Unidos, Episcopal Escocesa e, recentemente, a IEAB, aprovaram a realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Na Igreja Anglicana do Canadá, em 2002, a Diocese de New Westminster votou pela realização de bênçãos de uniões e casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2013, a matéria foi encaminhada aos Sínodos, contudo, ainda não alcançou o número mínimo, nos escrutínios, para a aprovação. Em seu discurso oficial, a Igreja canadense não veta nem pune dioceses, bispos ou clérigos que oficiem tais ritos. De modo similar, na Igreja da Austrália, as dioceses de Wangaratta e de Ballarat aprovaram as mesmas práticas, embora as normas diocesanas não se estendam a toda a Província. Naquele país questão da Inclusividade ainda é bastante polêmica, semelhante à aceitação do episcopado feminino, por algumas lideranças clericais.

A lista que apresentamos mostra que, apesar de serem Igrejas centenárias, a maioria com mais que um século de história, elas se mostram mais abertas ao acolhimento e aos aprofundamentos pastoral, litúrgico e teológico acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo, quando comparadas a outras denominações cristãs mais recentes. Aqui queremos evidenciar ser tal fenômeno uma tendência que vem sendo seguida por Igrejas Protestantes históricas que buscam atualizar seu discurso frente ao mundo contemporâneo e aos desafios ligados ao Cristianismo.

No ano de 2018 foi a vez de a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil dar um passo a mais na consolidação de suas múltiplas identidades que vinham sendo construídas há décadas. E este importante momento na história da 19ª Província da Comunhão Anglicana, aconteceu durante o XXXIV Sínodo Geral.

PARTE II

O SÍNODO GERAL DE 2018

Uma Igreja para o século XXI

A partir dos anos 2000, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou a aprofundar o debate público acerca da sexualidade humana e de como ela deveria ser abordada diante da realidade de cada comunidade e diocese. Considerando a estrutura do Centro de Estudos Anglicanos, teólogos e teólogas e lideranças leigas oriundas, sobretudo, das Dioceses de Brasília, do Recife, de São Paulo e Meridional, foram fundamentais para o avanço dos debates acerca da inclusão plena das pessoas LGBTQ+ na vida comunitária e sacramental da Igreja.

As consultas realizadas pelo Centro de Estudos Anglicanos e SADD, assim como as publicações na Revista Inclusividade, fomentaram o debate para além do campo acadêmico, o que alcançou os bancos da Igreja e suas comunidades. Por fim, após longo processo de construção das múltiplas identidades da Igreja, a questão foi aprofundada pela própria Diocese Anglicana do Recife e suas lideranças, que se utilizaram da experiência obtida nos episódios do passado para redigir a proposta de mudança canônica que seria votada na próxima reunião do Sínodo.

Nos dias 30 de maio a 03 de junho de 2018, a Igreja realizou, em conjunto, a Conferência Nacional de Lideranças – CONFELIDER –, e a XXXIV edição do seu Sínodo Geral. O tema escolhido foi “Muitas Faces, Muitos Jeitos: Um Só Cristo”. O texto bíblico, retirado de 1 Coríntios 12:27, diz: “ora vocês são o Corpo de Cristo e são membros dele cada qual à sua maneira”. Dessa vez, os dois eventos mais importantes da Província foram sediados em Brasília. A escolha da capital Federal foi definida no Sínodo anterior, ficando aquela Diocese responsável pelo planejamento, juntamente com o Conselho Executivo do Sínodo (CEEXEC).

Na CONFELIDER foram realizados debates acerca de três temas: Missão e Ação Pastoral, Missão, Gênero e Sexualidades e ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável). A apresentação dos assuntos, seguida da reflexão, tinha como foco principal a troca de experiências entre as diferentes realidades da Igreja – comunidades e dioceses – espalhadas por toda a Província brasileira.

Quanto ao evento do Sínodo, dentre as propostas de votação para atualização dos Cânones Gerais, a mais importante era a alteração do texto sobre o matrimônio, para a aprovação – ou não – do casamento entre pessoas do mesmo sexo na Província brasileira. Tinha-

se em mente que, após bom tempo de discussão, havia chegado o momento de tomar uma decisão final sobre este tema que esteve tão presente na vida comunitária e na caminhada da Igreja e que, nos últimos anos, progressivamente marcou a construção da identidade eclesial e do *ethos* anglicano da IEAB.

2.1 Os Sínodos que prepararam o caminho

Passados quase dez anos desde que a Carta de 1997 foi publicada, pouco tempo após a Diocese Anglicana do Recife passar pelo seu Grande Cisma, a proposta de alteração canônica para a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi, pela primeira vez, apresentada em um órgão deliberativo da IEAB, durante o Sínodo Geral de Curitiba, em 2006. Porém, ela não foi votada, por conta dos desgastes vivenciados anos antes no Nordeste.

Em 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu a favor do reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, o que era uma decisão inédita no Brasil. Através do julgamento conjunto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n.º 4277, o STF reconheceu a união estável de casais do mesmo sexo como uma entidade familiar e, como consequência, detentora dos mesmos direitos e deveres legais que casais héteroafetivos. Da mesma forma, de modo análogo, foi possível estender o instituto jurídico da conversão de união estável em casamento também para os casais homoafetivos.

Quebrando um silêncio institucional, desde a Carta de 2007, da Câmara Episcopal, o então Primaz, Mauricio Andrade, realizou um pronunciamento público, em 11 de maio do mesmo ano, através da nota “Comprometidos com a Dignidade Humana”. Esse texto representa um amadurecimento da Igreja, e também reflete o pensamento de seus colegas de episcopado, pois anuncia, não apenas a defesa dos Direitos Humanos e da cidadania para todas as pessoas, mas, também, do Estado Laico, em um período em que diversas Igrejas brasileiras e lideranças religiosas passaram a realizar, cada vez mais, pronunciamentos eivados de preconceito, que alimentavam os tensionamentos sobre a questão.

Nosso reconhecimento é feito com base em sólida tradição de defesa da separação entre igreja e estado (e entre religiões e estado), que não significa a sujeição de

um campo ao outro, nem a substituição de um pelo outro, mas a necessária junção da autonomia institucional e legal com a liberdade de expressão e o pluralismo. Ou seja, a IEAB sente-se perfeitamente à vontade para expressar sua posição porque sua prática a recomenda e porque entende que o estado deve ser continuamente acompanhado em suas decisões, em qualquer esfera de poder, aprovando-o ou questionando-o em suas ações; [...] A decisão do STF levanta sérios desafios a todos os cristãos de todas as igrejas, pois requer abertura para reconhecer que as relações homoafetivas são parte do jeito de ser da sociedade e do próprio ser humano. A partir de agora, os direitos desse grupo tornaram-se iguais aos de todas as outras pessoas. Reconhecemos que há ainda muito que fazer nesse campo, pastoral e socialmente, para afirmar a dignidade da pessoa humana e seus direitos. Sabemos que um profundo e longo debate deve acontecer na sociedade brasileira a este respeito, e a IEAB não está isenta de nele participar, com profunda seriedade e compromisso de entender as implicações do evangelho de Jesus Cristo em nosso tempo e lugar; [...] - Neste momento de mudança, reafirmamos nosso compromisso de ser uma Igreja que Acolhe e Serve, reconhecendo o *sensus fidelium* declarado na última CONFELIDER: defender os Direitos Humanos e o Direito à Cidadania plena. Entendemos que esse compromisso é decorrência dos votos que fazemos perante o altar em nossa confirmação: "Defenderás a justiça e a paz para todos, respeitando a dignidade de todo ser humano" (Livro de Oração Comum pg 179) (ANDRADE, 2011, s.p).

O primeiro casamento civil entre dois homens, no Brasil, foi realizado em 28 de junho de 2011, no município de Jacareí, estado de São Paulo. Concomitantemente, no mesmo dia, em Brasília, foi realizada uma conversão em casamento de uma união estável entre duas mulheres.

Para evitar os obstáculos administrativos e burocráticos que atrasavam esse processo do instituto da conversão, em 15 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nova resolução, que estabelecia estarem os cartórios de todo o país autorizados a celebrar o contrato de núpcias e a converter a união estável homoafetiva em casamento, sem a necessidade de uma ação judicial.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Isto foi essencial para que a IEAB desse o seu primeiro passo concreto para a aprovação da mudança canônica. O XXXII Sínodo Geral de 2013, ocorrido no Rio de Janeiro, foi o primeiro a receber formalmente a pauta a ser debatida e votada pela Igreja. Incluída na programação, a questão foi levada aos delegados e delegadas sinodais, porém, não obteve o mínimo de votos para ser aprovada nas Câmaras do Clero e do Laicato, bem como na Câmara Episcopal.

Neste Sínodo foi decidido que a Igreja deveria tomar uma decisão sobre o assunto nos próximos quatro anos. Para isso, era preciso intensificar a reflexão bíblico-teológica sobre o acolhimento de todas as pessoas. Ao final da reunião também foi eleito um novo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, que substituiu o bispo Maurício Andrade, após sete anos de exercício do cargo. Ambos foram importantes lideranças no processo de aprofundamento dos debates.

No Concílio de 2016, a Diocese Anglicana de São Paulo aprovou uma moção⁷⁸, encaminhada ao Sínodo Extraordinário que aconteceu no mesmo ano, propondo o que foi chamado de “Celebração do Casamento Igualitário, a partir da experiência local”. Em outras palavras, se a Província não se sentia preparada, naquela ocasião, para aprovar uma mudança canônica para toda a Igreja, que permitisse as dioceses tomarem essa decisão em seus Concílios.

Em 19 de junho de 2016, durante reunião do Sínodo Extraordinário – convocado para atualizar a Constituição e os Cânones Gerais da Igreja –, a questão foi outra vez levada à assembleia, propondo-se novo cânon para incluir a questão do “casamento igualitário”, considerando-se os estudos já realizados e, também, a adequação para a linguagem neutra e o novo Rito de Matrimônio, presentes na edição atualizada do LOC. Nas sessões, os debates não trouxeram novos argumentos além do risco da “unidade da IEAB”. Apesar da quantidade de votos ter quase levado a um empate, pela primeira vez era possível vislumbrar que a proposta seria aprovada.

Diante do impasse, o Bispo Primaz nomeou um Grupo de Trabalho (GT) de biblistas e teólogos⁷⁹ para a construção de novos

⁷⁸ A proposta foi aprovada por 32 votos favoráveis e 04 votos contrários.

⁷⁹ O GT foi formado pelo Bispo Humberto Maiztegui (Diocese Meridional); Dr. Paulo Ueti (Diocese Anglicana de São Paulo); Dra. Ana Claudia Figueroa (Assessora do SADD); Dra. Bianca Daebis (Diocese Anglicana do Recife); Reverendo Dr. Gustavo Gilson de Oliveira (Diocese Anglicana do Recife); Reverendo. Dr. Pedro Triana (Diocese Anglicana de São Paulo).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

subsídios a partir de publicações do CEA e do SADD, e a organização de mais seminários e rodadas de formação nas paróquias e dioceses. No ano de 2016 foi lançada a “Cartilha de Gênero, Sexualidade e Direitos”, organizada por Ilcéia Soares, Marinez Bassotto e Sandra Andrade. Além de servir como recurso didático para as comunidades, a revista marcou a última publicação da Igreja acerca do tema antes da realização do Sínodo.

O último evento de formação foi o “Encontro Nacional LGBT”, que ocorreu entre 25 e 27 de maio de 2018, em Brasília. Por ser um espaço organizado para que as pessoas homoafetivas pudessem compartilhar suas experiências, dores e dúvidas, relativas à vida secular e da Igreja, o evento foi restrito a membros do laicato e do clero da IEAB e da Comunhão Anglicana; nele houve, inclusive, a participação de uma pessoa de Portugal, da Igreja Lusitana.

O evento contou com a presença de 39 pessoas, inclusive um representante da Igreja Lusitana (Comunhão Anglicana em Portugal) e contou com os seguintes eixos temáticos: 1) Reconstrução histórica - Trata-se de uma tentativa histórica de traçar o relato de vidas e experiências das pessoas LGBT dentro da vida da Igreja. Foi feito um resumo de experiências pessoais, vividas pontualmente em comunidades e dioceses, de inclusão. E também foi traçado um histórico de documentos nacionais proferidos pelas antigas consultas de sexualidade e pela Câmara Episcopal, obtendo um resumo da caminhada da IEAB tanto oficialmente quanto extraoficialmente. 2) Pastoral - Através da fala do reverendo Jerry Andrei, o grupo vivenciou um momento de empatia e partilhou "a dor e a alegria de ser" LGBT tanto no contexto de Igreja quanto na família; lugares ainda atravessados por marcadores sociais normativos, abusivos e homofóbicos. A pastoral, foi espaço para que todas as pessoas pudessem falar e expor o que têm sofrido na igreja: os preconceitos, as lutas, as dificuldades, a invisibilização... Mas também relatar as bênçãos, os dons, as dádivas e as boas experiências que temos vivido. A intenção foi permitir que as pessoas presentes falassem, se apoiassem mutuamente, partilhassem suas experiências e se sentissem incluídas no amor de Deus. 3) Bíblia - A biblista Ana Cláudia Figuerôa, através da Teologia Queer, convidou o grupo a visitar textos bíblicos para além dos muros da tradição, da forma, do gênero literário e contextualizá-los na

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

possibilidade de interpretação e analogias que a vida das pessoas e da comunidade evoca quando lê os textos. Na discussão durante o encontro, partiu-se de textos usados como condenação, a partir dos quais cada grupo elaborou sua própria hermenêutica, mas também identificou outros textos bíblicos (não necessariamente relacionados a amor conjugal ou sexualidade) que traziam esperança e refúgio às pessoas, face às lutas do dia a dia. 4) Teologia - Foi feito um exercício de produção teológica coletiva, também dividido em grupos, com vistas a gerar uma declaração final de fé daquelas pessoas que estavam ali presentes. Tal documento foi encaminhado a outras pessoas LGBT para apreciação e análise e, posteriormente, divulgado à Confelider 2018 (ESTANDARTE CRISTÃO, dez. 2018, p. 21-22).

Ao longo dos anos a Igreja ouviu várias pessoas, com diferentes formações – não apenas na Teologia, mas profissionais da Educação, Sociologia e Psicologia. O maior feito do trabalho foi incluir as pessoas LGBT+ da Igreja como protagonistas, de modo que, os defensores de posições favoráveis ou contrárias ao tema, puderam apresentá-las durante os vários Concílios Diocesanos e encontros da Província, para levar aos Sínodos diferentes propostas de mudança canônica que permitissem a realização do então chamado “casamento igualitário”.

Por várias vezes, o argumento empregado – e aceito pela assembleia – foi o de que era necessário esperar mais tempo para que a questão estivesse pacificada entre as comunidades e o amadurecimento delas fosse visível em nível diocesano. A proposta foi novamente levada ao Sínodo Geral de 2018, realizado em Brasília. E foi nesta reunião que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil proferiu o seu “sim”.

2.2 O XXXIV Sínodo Geral da IEAB

No dia 14 de março de 2017, o Conselho Executivo do Sínodo (CEXEC) divulgou o local onde ocorreriam a CONFELIDER e o Sínodo Geral: o Centro de Convenções Israel Pinheiro, localizado à beira do Lago Paranoá, em Brasília. Dentre as razões, encontravam-se a localização, próxima ao centro da capital federal e do aeroporto. O ambiente era amplo, com grande área verde e espaços abertos, o que

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

garantia as condições necessárias para um acontecimento daquele porte e a devida acomodação das delegações nacionais e estrangeiras.

Com a proximidade do evento, entre 04 e 07 de abril, a Câmara Episcopal e o Conselho Executivo se reuniram em um retiro conjunto na cidade do Rio de Janeiro, para tratar do planejamento final para o evento. Na oportunidade, aconteceu a sagração do bispo Eduardo Coelho Grillo, para ser coadjutor da DARJ, em cerimônia realizada na Catedral do Redentor, na manhã do domingo. As últimas reuniões de planejamento para o Sínodo ocorreram de 21 a 23 de fevereiro de 2018. Naqueles dias, o grupo coordenado pelo bispo Maurício Andrade conheceu as instalações do evento. O então Secretário-Geral, reverendo Arthur Cavalcante, e a Tesoureira da Província, Silvia Fernandes, também visitaram o local.

A programação dos dois eventos foi dividida para que eles funcionassem de forma integrada. A CONFELIDER ocorreu nos dias 30 e 31 de maio. Já as sessões plenárias do Sínodo ocorreram nos dias 1º e 02 de junho, com duas Celebrações Eucarísticas, uma de abertura e outra de encerramento. Cada diocese enviou seu bispo ou bispa junto com a delegação eleita pelos Concílios Diocesanos: três membros do clero e três do laicato. Além dessa representação, mais três pessoas formaram as comitivas diocesanas para a CONFELIDER. Também estiveram presentes representantes de outras Províncias e de órgãos ecumênicos.

Dentre as principais lideranças internacionais destacamos a presença do bispo Mark Strange – *Primus* da Igreja Episcopal Escocesa – e a bispa Linda Nicholls – da Diocese de Huron, da Igreja Anglicana do Canadá. Ambos compartilharam suas experiências relativas ao tema. Também participaram o reverendo Alan Perry e Andrea Mann, Diretora de Relações Globais da Igreja Anglicana do Canadá; o bispo Edward Konieczny, da Diocese de Oklahoma – representando o Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Michael Curry; a reverenda Glenda McQueen, do Departamento de Missão da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; o reverendo Mark Bozzuti-Jones, da Trinity Church Wall Street, de Nova York; o reverendo Duncan Dornor e Naomi Herbert, da USPG, Inglaterra; e o bispo Julio Murray, da Diocese Anglicana do Panamá e Primaz da Província Anglicana da América Central (IARCA). Todos os convidados foram incluídos nos debates das sessões plenárias através de tradução simultânea.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Na manhã da quarta-feira, 30 de maio, as delegações chegaram ao Centro de Convenções e, após o almoço, iniciaram-se as atividades. Durante toda a tarde/noite, após as apresentações dos painéis, seguiram-se debates em grupo – participação do clero e do laicato – que refletiam sobre os temas propostos. No dia seguinte, os painéis foram integrados e os relatórios e conclusões divulgados aos presentes.

Com esse formato – de apresentação das temáticas seguidas por debates –, criavam-se espaços de escuta e partilha entre os grupos, para que as comunidades e suas lideranças apresentassem os desafios e problemas existentes, os projetos já desenvolvidos ou propostas que pudessem servir para as dioceses trabalharem, no futuro, as questões. A dinâmica usada para o trabalho de grupo levou em consideração a realidade de cada comunidade, deu voz a bispos e bispas, clérigos e clérigas, leigos e leigas, e foi conduzido de forma inclusiva, de modo a aglutinar pessoas de diferentes idades, origens e opiniões.

No final da tarde, durante a apresentação do painel Missão, Gênero e Sexualidades, o reverendo Gustavo Oliveira, deão da Catedral do Bom Samaritano, apresentou a nova realidade vivenciada no Recife através do engajamento da comunidade na inclusão de pessoas LGBTQ+. Em sua fala, destacou eventos como o “Abraço”, promovido em todo o país pela Associação Brasileira de Famílias Homoparentais (ABRAFH), que a Catedral acolheu no final de 2017.

A comunidade do Bom Samaritano acabou servindo como um espaço de refúgio para acolher gente que, estava há muito tempo, sem exercer o ministério, ou sem participar da vida da Igreja. Outras sequer frequentavam a Igreja e chegaram, pela primeira vez, no “Abraço”. Essa experiência foi muito importante para a nossa retomada como comunidade. O templo do Bom Samaritano tinha ficado fechado por vários anos. Depois de ser tomado por pessoas do grupo cismático, elas não conseguiram sustentar a comunidade e a igreja fechou. O local estava sendo gradualmente deteriorado, por conta do abandono e do lixo acumulado. Quando recuperamos o templo na Justiça, fizemos um mutirão para restaurar o espaço, que acabou servindo de abrigo para muita gente. Foi um momento que marcou a construção de uma nova identidade para a Paróquia, que se tornou Catedral. [...] Ou seja, foi um movimento em que a Igreja mostrou que ela tem uma perspectiva de acolher as pessoas, independente de orientação sexual, de identidade de

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

gênero, de forma de constituição familiar. Essa demonstração de sua abertura, de que ela pode e deve ser um espaço de acolhimento e de refúgio, foi fundamental para que retomássemos a caminhada. Assim, aquele lugar passou a ser visto como um espaço de segurança (XXXIV SÍNODO GERAL DA IEAB, 2018).

O reverendo Luiz Coelho também trouxe um resumo sobre o Encontro Nacional LGBT, ocorrido no mês anterior. Foi apresentado um breve histórico sobre a busca pela Inclusividade na vida comunitária e sacramental da Igreja, junto com os desafios enfrentados ao longo dos anos na Província.

Esse é um assunto que oficialmente, em documentos oficiais da Igreja, está presente desde 1997. Mas extra-oficialmente, temos relatos desde 1970. De algum clérigo, bispo, comunidade, alguém que acolhia um casal, um filho, um parente, um irmão de bispo, e várias histórias do gênero. A gente foi escutando e entendendo as falas oficiais da Igreja, emitidas diversas vezes por determinados bispos, pela Câmara Episcopal, às vezes pelo Primaz, e em muitos momentos da vida da Igreja. Até situações mais recentes, de pessoas que chegaram à Igreja em outro estágio (XXXIV SÍNODO GERAL DA IEAB, 2018).

Dentre as várias moções e falas de encerramento da CONFELIDER, foi lido o documento redigido durante o Encontro LGBT⁺⁸⁰, que foi acolhido pelos presentes.

A abertura do XXXIV Sínodo Geral ocorreu na noite da quinta-feira – Dia de *Corpus Christi* –, com cerimônia na capela do Centro de Convenções Israel Pinheiro⁸¹. A Celebração Eucarística foi presidida pelo Bispo Primaz, Francisco de Assis da Silva, e o sermão feito pelo bispo Mark Strange, da Igreja Episcopal Escocesa, que em sua mensagem, destacou o momento histórico vivido pela IEAB.

⁸⁰ Vide Anexo D, com a transcrição do texto do Encontro Nacional LGBT.

⁸¹ Vale ressaltar que a autorização para o uso do templo – de propriedade dos Salesianos –, foi dada pelo Arcebispo de Brasília, dom Sérgio da Rocha, sendo tal ato fruto das boas relações ecumênicas entre o prelado católico e o bispo Maurício Andrade.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A assembleia sinodal iniciou seus trabalhos na manhã da sexta-feira. Dentre as pautas – além da votação para estender o matrimônio cristão a casais do mesmo sexo – também estava a escolha da Primazia da Igreja e da Secretaria-geral. Na 1ª Sessão, as delegações tomaram suas mesas (divididas pelas Dioceses e Distrito Missionário), enquanto as pessoas que não eram delegadas assentaram-se nas laterais do auditório para acompanhar as plenárias. Pela manhã, foram feitas as nomeações para as Comissões, GTs e Secretaria.

No início da tarde, a Câmara Episcopal e a Câmara do Clero e do Laicato se reuniram para deliberações próprias. Em seguida, iniciou-se a 2ª Sessão, dedicada às propostas de alteração no texto dos Cânones Gerais. Dentre as várias mudanças, o Sínodo realizou a votação sobre a questão do casamento, tendo esta transcorrido sem debates acalorados.

No sábado pela manhã foi realizada a 3ª Sessão, com uma dinâmica de apreciação dos Relatórios dos Cargos, Comissões e GTs. À tarde, a 4ª Sessão tratou da eleição da Primazia da Igreja, quando foi escolhido o oitavo Bispo Primaz da IEAB, Naudal Alves Gomes. Como parte de suas atribuições, ele indicou, para ocupar a Secretaria-geral, a reverenda Magda Guedes Pereira. Em seguida, os nomes escolhidos foram apresentados ao público e, após os agradecimentos, os trabalhos da última sessão do Sínodo foram encerrados.

2.3 A votação e a mudança canônica

A votação do Cânon acerca do “Matrimônio Cristão” ocorreu na tarde de 1º de junho, data em que a Igreja celebrava o 128º aniversário de sua fundação. Na pauta, o tema foi chamado de “Adequação Estatutária da IEAB ao Novo Código Civil Brasileiro”, pois, no âmbito jurídico, era isto o que a atualização dos Cânones Gerais representava. Duas propostas para a mudança canônica foram levadas ao Sínodo, uma criada pela Diocese Anglicana do Recife e outra pela Diocese Meridional. Ambas foram lidas para toda a assembleia, que ouviu os artigos que seriam votados. Após a leitura dos textos das emendas canônicas, foram levantadas algumas questões quanto à redação e os condicionantes para a aprovação e realização dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo nas Dioceses.

Dentre os pontos debatidos estava o Art. 191, que condicionava a aprovação da matéria ao nível provincial, mas as dioceses eram livres para ratificarem, ou não, as diretrizes do Sínodo, nos seus respectivos

Concílios. Da mesma forma, durante as falas foi enfatizado que a extensão territorial do Brasil e a diversidade também engloba os jeitos e tradições presentes no país, além das diferenças entre as comunidades localizadas em áreas urbanas e rurais, de modo que garantir a liberdade de ratificação pelas Dioceses também é uma maneira de respeitar o “jeito de ser”, pensar e agir das comunidades mais tradicionais.

Ouvidos os argumentos de vários clérigos e esclarecidas questões de ordem, a mesa encaminhou a votação do Art. 185, que continha a matéria do “casamento entre pessoas do mesmo sexo”. Após a leitura da proposta levada ao Sínodo, os delegados e as delegadas levantaram seus cartões de votação, manifestando suas escolhas. De um total de 62 pessoas, constaram 57 votos a favor, 3 contrários e 2 abstenções. A matéria foi aprovada.

Os aplausos irromperam junto com as comemorações dos delegados e delegadas das Dioceses em gratidão e louvor a Deus pelo fim de uma questão que dividiu a Igreja, que deixou marcas em dioceses, comunidades e pessoas, mas que foi decidida pela assembleia em uma atmosfera de cordialidade e consenso. O Primaz, Francisco de Assis da Silva, presidente da mesa, tomou a palavra: “este Sínodo tomou a sua decisão, ouviu todas as vozes e é um momento de profundo respeito e silêncio... [neste momento ele foi tomado pela emoção] porque o Espírito de Deus falou. Isso não quer dizer que as pessoas, que por ventura não concordam com essa decisão, não sejam propriedade do Espírito de Deus”.

Após o término da votação do resto do Cânon sobre o Casamento, os presentes se juntaram em um clima de festa, e ao mesmo tempo, de emoção, com vários delegados e delegadas se abraçando e chorando, sobretudo pessoas da comunidade LGBT+. Desse modo, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil tornou-se a terceira Província da Comunhão Anglicana a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o seu território. Quanto à redação do novo Cânon sobre o Matrimônio, das duas propostas votadas⁸², foi aprovado o seguinte texto:

⁸² A segunda proposta, dizia o seguinte: “o matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida”. Durante o debate, foi decidido que esse texto, construído pela Diocese Meridional, fosse retirado da votação.

CÂNON 38 Do Matrimônio Cristão Art. 185 - O matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual, na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida (CÂNONES GERAIS DA IEAB, dez. 2018).⁸³

Um dos aspectos mais interessantes desse texto é que ele foi elaborado pela Diocese Anglicana do Recife – a mesma que sofreu com diversas divisões por causa do tema. Por isso, buscou-se dar ênfase em relação à “união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual”, como afirmação da postura inclusiva da Igreja. Outro aspecto importante foi a proteção do direito de escusa, deixando bem claro que, seguindo o direito canônico consolidado, nenhum clérigo ou clériga pode ser obrigado a celebrar casamentos de pessoas divorciadas, ou de casais do mesmo sexo, ou que se encontrem em qualquer outra situação, necessitando justificar a sua negativa diante da autoridade eclesiástica diocesana a que estejam submetidos.

Art. 191 - Qualquer clérigo(a) desta igreja pode, por motivos de consciência, recusar-se a officiar qualquer cerimônia matrimonial e tais razões não lhe são exigíveis pela Autoridade Eclesiástica. Parágrafo único: A ninguém é permitido officiar o matrimônio cristão entre pessoas do mesmo sexo sem que tenha sido expressamente autorizado nos Cânones Diocesanos, conforme as exigências ali estabelecidas e com autorização por escrito do(a) bispo(a) diocesano(a) (CÂNONES GERAIS DA IEAB, dez. 2018).

Em seguida, o Art. 192 destaca que “a inobservância, em parte ou no todo, dos preceitos estatuídos neste Cânon é razão suficiente para o procedimento disciplinar contra o clérigo responsável, de acordo com os cânones respectivos”. Dessa forma, as alterações canônicas garantiram a isonomia de tratamento para qualquer pessoa que deseje se casar na IEAB, “independente do gênero ou orientação sexual”, ao mesmo tempo em que garante que os membros do clero que não se sintam confortáveis para realizar as uniões matrimoniais entre casais

⁸³ Vide Anexo E, com o texto do Cânon na íntegra.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

homoafetivos – por razões pessoais, convicções teológicas ou de fé – não sejam constrangidos ou punidos disciplinarmente. Por outro lado, exige-se que o bispo dê a autorização para a realização de tal cerimônia.

Com a aprovação do casamento, várias lideranças clericais manifestaram suas impressões acerca dos acontecimentos no Sínodo. O reverendo Arthur Cavalcante deu testemunho acerca da questão, rememorando sua trajetória na Igreja e como ele, enquanto membro da comunidade LGBT+, lidou com o tema ao longo dos anos.

Como membro da comunidade LGBT, acompanhei esse debate desde seu início, primeiramente como leigo e depois como clérigo ordenado. Senti na pele a discriminação e a perseguição quando me assumi na Diocese do Recife, e vi colegas terem lutas similares. Algumas pessoas deixaram a Igreja, outras perderam fé nas suas estruturas. Quando fui escolhido Secretário-Geral em 2011, a Igreja estava ciente de minha orientação sexual e do fato de que estava em união estável com meu companheiro, Dr. David Morales. Isso não foi impedimento a tal função crucial. Em 2016, tivemos um sínodo extraordinário de modo a discutir nossos cânones como um todo. A discussão acerca do Santo Matrimônio foi muito desafiadora porque convidou a Igreja a falar sobre o tema mais abertamente. Permitiu às dioceses participar de discussões aprofundadas num tópico que não tinha sido plenamente debatido em todas as partes da Igreja até então. Sinto-me orgulhoso em testemunhar esse dia histórico para a Igreja brasileira, que é também o dia em que celebramos o 128º aniversário de sua fundação pelos nossos pioneiros e pioneiras. Nos posicionamos como um farol num momento em que este país (e o mundo) encontram tamanhas dificuldades, como o fundamentalismo religioso e as intolerâncias. Terminei meu mandato como Secretário-Geral plenamente realizado (CONIC, 01 jun. 2018).

Já o bispo Mauricio Andrade destacou o sentido teológico que esta diretriz do Sínodo teve para a vida comunitária e sacramental da Igreja.

Aprovamos o que já vínhamos refletindo há mais de 20 anos, ou seja, a compreensão de que o Evangelho nos chama a viver o maior mandamento: o amor. É o amor

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

que lança fora todo medo e acolhe todas as pessoas, permitindo o acesso a todos os sacramentos e ritos sacramentais da Igreja. Agora cada diocese deverá encaminhar e normatizar em seus Concílios Diocesanos o Cânon que permitirá a realização do casamento de pessoas do mesmo sexo. Que possamos nos manter unidos para servir e viver a missão que é de Deus (DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA, 10 jun. 2018).

A partir de então, os Cânones Gerais permitiam a realização do rito, mas para que a decisão do Sínodo passasse a vigorar, era preciso que a nova regra também fosse ratificada por cada uma das nove dioceses da Igreja, uma vez que estas se organizam e funcionam como unidades autônomas umas das outras, sendo reunidas sob um mesmo território enquanto Província. Do ponto de vista da Liturgia, o rito matrimonial do Livro de Oração Comum, de 2015, elaborado utilizando a neutralidade de gênero em sua linguagem, não ensejou a necessidade de atualização na liturgia, uma vez que já contempla a fórmula a ser utilizada nas celebrações do casamento entre duas pessoas de quaisquer gêneros.

Na manhã do domingo, dia 03 de junho, a Celebração Eucarística de encerramento foi realizada na Catedral da Ressurreição, com a presença de todos os participantes, membros do clero da IEAB e também de representantes de outras Igrejas e órgãos ecumênicos. Durante a cerimônia o novo Primaz e a Secretária-geral foram investidos nos respectivos cargos. No altar, estavam presentes os dois primazes anteriores, bispos Maurício e Francisco. Ao final da celebração, o bispo Naudal encerrou os trabalhos do XXXIV Sínodo Geral da IEAB, batendo com a cruz primacial três vezes no chão, seguido de uma salva de palmas.

Existe um detalhe peculiar quanto a esta Celebração. Antes do encerramento da cerimônia, em agradecimento pela Diocese Anglicana de Brasília ter acolhido o encontro, o bispo Maurício recebeu um ícone pintado pelo reverendo Luiz Coelho, representando Cristo Ressuscitado, segurando um girassol branco (em alusão à sede da Diocese, a Catedral da Ressurreição, e ao cartaz do 34º Sínodo Geral e da CONFELIDER, que apresentava um girassol). Na imagem do cartaz, a flor se encontrava incompleta, sem uma fatia do círculo formado pelas pétalas. Porém, nas mãos do Cristo, o girassol estava

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números completo, simbolizando que, a partir de então, a Igreja passava a acolher todas as pessoas, sem distinção, assim como Jesus.

2.4 A recepção das diretrizes do Sínodo nas Dioceses

Uma das diretrizes aprovadas pelo Sínodo⁸⁴ orientava que cada diocese teria a possibilidade de se manifestar quanto à mudança canônica, levando o tempo que fosse necessário para debater, votar e decidir pela realização – ou não – de tais celebrações em seus territórios. Nesse caso, os Concílios⁸⁵ seguintes seriam responsáveis por regulamentar canonicamente a questão em nível diocesano, escolher quais metodologia e procedimentos seriam adotados para conduzir a questão, sempre em conformidade com os novos Cânones Gerais da Igreja, aprovados na assembleia sinodal. Agora cabia às dioceses, se aprofundarem nos conhecimentos, discussões e diálogos sobre Gênero, Sexualidade Humana e Direitos, à luz da Bíblia, da Fé cristã, da Ciência e da realidade de cada Diocese.

A Diocese Meridional foi a primeira do país a autorizar o casamento homoafetivo. Em seu 126º Concílio Diocesano, realizado de 08 a 10 de junho – um final de semana após o Sínodo –, o colegiado aprovou a proposta de alteração canônica, por 46 votos a favor, 06 contrários e 06 abstenções, resultado que permitiu a realização do rito. Entre 12 e 15 de julho, ocorreu o 33º Concílio da Diocese Anglicana do Recife. A votação, realizada no dia 14 de julho, teve o seguinte resultado: 37 votos favoráveis, nenhum contra e 03 abstenções. Dessa forma, a proposta também foi aprovada com ampla maioria.

Já a Diocese Anglicana de São Paulo realizou o seu Concílio Extraordinário em 11 de agosto de 2018, e foi a terceira a aprovar a mudança canônica junto com o seu novo estatuto. Vale ressaltar que a

⁸⁴ Diferente do conceito católico romano, no Anglicanismo o Sínodo é a instância máxima de decisão de uma Província sendo composto por representantes do episcopado, do clero e do laicato, os quais se organizam internamente em suas Câmaras. Geralmente é chamado de Sínodo Geral para evidenciar abrangência da Igreja Nacional (a exemplo do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra ou o Sínodo Geral da IEAB). Outras Províncias adotam o termo Convenção Geral (*General Convention*), por conta do processo de formação histórica, como é o caso da Igreja Episcopal dos Estados Unidos.

⁸⁵ Concílio é o termo utilizado no Anglicanismo para designar a reunião da Igreja local. Diferente do Sínodo Geral, em que toda a Igreja se reúne, o Concílio é a instância de decisão máxima da Diocese.

proposta de “Celebração do Casamento Igualitário, a partir da experiência local” havia sido proposta pelo Concílio de 2016, de modo que a ratificação passou por ampla maioria de votos⁸⁶. Depois da DASP, seguiu-se a Diocese Anglicana de Brasília, na qual, em seu 35º Concílio, nos dias 1º e 02 de setembro de 2018, a delegação conciliar aprovou a mudança canônica que autorizou o casamento: foram contabilizados 14 votos a favor e 06 contrários.

O 13º Concílio da Diocese Anglicana da Amazônia também encaminhou a discussão e votação sobre o casamento. A maioria dos votos foi a favor da mudança canônica, porém, alguns conciliares – clericais e leigos – se abstiveram e, assim, a matéria não foi aprovada. A votação ocorreu novamente no 14º Concílio, realizado em abril de 2019, que aprovou a proposta, por ampla maioria, com 02 abstenções e nenhum voto contrário. A última a realizar a mudança canônica foi a Diocese Sul-Occidental que, entre os dias 1º e 03 de novembro de 2019, realizou o seu 67º Concílio, em Bagé, na Paróquia do Crucificado. A ratificação diocesana das diretrizes do Sínodo se deu com 64 votos favoráveis, 07 contrários e 02 abstenções.

No Paraná a situação foi diferente do resto da IEAB. Durante Concílio realizado em Londrina, em 2016, foi feita uma moção de apoio para levar o novo cânon para o Sínodo; a proposta foi aprovada apenas com dois votos contrários e uma abstenção. Uma vez que o Sínodo deu o seu “sim” em Brasília, a DAPAR somente homologou a decisão no Concílio ocorrido em abril de 2019. Por outro lado, até o momento, as Dioceses de Pelotas e do Rio de Janeiro não homologaram as diretrizes. Na primeira, a matéria não foi aprovada no 41º Concílio Diocesano, realizado de 25 a 26 de maio de 2019, em Canguçu. Na segunda, a matéria ainda não passou na assembleia diocesana, sendo necessários novos debates locais.

⁸⁶ De acordo com o bispo César, no âmbito da DASP, durante o processo de votação, infelizmente as pessoas que estavam na mesa secretariando não contabilizaram os votos favoráveis e contrários. A ratificação se deu no contexto da aprovação dos novos estatutos diocesanos, praticamente por consenso e, segundo ele, por uma maioria bem expressiva de votos, talvez com três ou quatro votos contrários. O novo Cânon que trata sobre o Matrimônio se encontra no Capítulo XI, art. 27. Porém, cabe salientar que a prática pastoral de plena inclusão já era, por assim dizer, antiga, como parte da Tradição da Diocese. Assim, o tema já estava pacificado em São Paulo antes do próprio Sínodo.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Em 22 de julho de 2018, foi realizado o primeiro rito de casamento de pessoas do mesmo sexo na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil após a mudança canônica. A cerimônia, oficiada pelo reverendo Eduardo Henrique Ribeiro, selou o matrimônio de Roberto Oliveira e Ivanildo dos Anjos, ambos anglicanos confirmados e que estavam juntos há 29 anos (COELHO FILHO, 2020b, p. 18). O reverendo também foi convidado para officiar o primeiro matrimônio de um casal formado por uma mulher trans e um homem cis – Genilde e Thiago –, realizado na cidade de Petrolina, no semiárido pernambucano, no dia 08 de dezembro de 2018.

Devido ao caráter intimista, estas não foram registradas em matérias jornalísticas, diferindo de outras que se seguiram. Em entrevista concedida ao canal do Youtube “Paz e Bem”, do jornalista Mauro Lopes, o clérigo falou um pouco sobre estas cerimônias, que foram as primeiras do gênero realizadas por uma Igreja histórica no Brasil, e acerca dos desafios institucionais para superar a exclusão de pessoas LGBTQ+ nas comunidades cristãs.

Nós entendemos com muita naturalidade. E naturalidade entenda aqui, é um casamento entre pessoas. Porque são pessoas. São pessoas que por serem gays, lésbicas, trans, às vezes as portas físicas das nossas Igrejas estão abertas, mas essas Igrejas estão fechadas para eles. Porque aceitam de forma condicionada. [...] Historicamente tem sido assim. Gays, lésbicas, trans, enfim... sempre estiveram nas Igrejas Cristãs. Sempre, desde sempre. Mas não foram reconhecidos nas suas identidades. Identidades de gênero. Não foram reconhecidas como são. Por conta dessa, não puderam participar de forma plena dessa Igreja. A gente entende até que essa Igreja possa dar um banco para essas pessoas se sentarem, para que elas escutem a Palavra de Deus, mas estas pessoas, Paulo, não participam da Igreja, literalmente. Elas, historicamente, estão mutiladas, excluídas, deixadas de lado. (RIBEIRO, 07 jan. 2019).

O primeiro casamento entre duas mulheres ocorreu no dia 24 de novembro de 2018, na Diocese Anglicana de São Paulo, com o reverendo Arthur Cavalcante como oficiante (REIS, 24 nov. 2018). Na Diocese Meridional, o primeiro casamento aconteceu em 26 de janeiro de 2019, na Catedral Nacional da Santíssima Trindade, oficiado pelo deão, Jerry Andrei, e pela reverenda Elaine Nascimento

(FOGLIATTO, 28 jan. 2019). Na Diocese Anglicana de Brasília, o primeiro casamento ocorreu em 27 de abril de 2019, na sua catedral, e foi oficiado pelo bispo Maurício Andrade, e pela deã, Tatiana Ribeiro (CAIXETA, 28 abr. 2019).

Acredito que a experiência da IEAB é um modelo para as Igrejas Cristãs, e também para a Sociedade, não no sentido da perfeição na implementação da pastoral, mas por ter sido extremamente humana e honesta ao lidar com o assunto da diversidade sexual. O I Congresso Igrejas & Comunidade LGBTQ+, organizado pela Paróquia da Santíssima Trindade e Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, em 2019, foi uma das respostas práticas que a Igreja pôde oferecer à onda de reacionarismos políticos e fundamentalismos religiosos que atravessamos no Brasil e coloca em ameaça as conquistas que obtivemos até o momento. A Carta de São Paulo, documento final, foi construída de forma ecumênica conjuntamente com os movimentos sociais, seguindo a linha profética inclusiva iniciada pelo Rev. Mário Ribas. Foi perceptível como Ribas foi lembrado durante o Congresso, principalmente por nós, pessoas anglicanas (CAVALCANTE, 2021, p. 8).

O perfil dos casais que procuram a Igreja para realizar este casamento é de jovens, geralmente vindos da Igreja Católica Romana ou que desejaram realizar a cerimônia religiosa, porém, não encontraram quem a oficiasse, ou pela recusa do clérigo ou por desconhecimento de outros meios. Embora a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil seja a primeira denominação histórica, no Brasil, a celebrar oficialmente esta modalidade do rito, sabe-se que, no passado (e no presente), outros reverendos que deixaram a Igreja por conta do avanço da pauta do casamento LGBTQ+ também realizaram (e continuam a realizar) estes casamentos – embora de modo bastante discreto para não escandalizar suas congregações –, especialmente para membros das classes média e alta das grandes capitais do país.

O avanço da IEAB no campo da Inclusividade foi resultado das teologias e hermenêuticas construídas e debatidas ao longo dos anos, mas, sobretudo, é resultante de movimentos e iniciativas – ora individuais, ora comunitárias –, que pressionaram a instituição para que implementasse ações concretas em momentos decisivos. Antes da mudança canônica, houve bênçãos sendo feitas na IEAB. Em 11 de

maio 2011, o reverendo Elias Mayer Vergara realizou uma bênção de alianças, cinco dias após o STF equiparar as uniões estáveis homoafetivas às dos casais heterossexuais. Também foram realizadas bênções de alianças e de casais homoafetivos em Porto Alegre, Curitiba e Vitória. Todavia, foi dado mais um passo além de uma simples bênção.

No dia 27 de setembro de 2011 foi realizado um casamento entre um casal de duas mulheres que eram fiéis da Paróquia da Inclusão, localizada na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Este rito, celebrado sete anos antes da aprovação da matéria no Sínodo Geral de 2018, foi oficiado pelo reverendo Carlos Calvani, seguindo a liturgia do Livro de Oração Comum da época (a edição de 1988, uma vez que o novo LOC só foi aprovado em 2015).

A cerimônia não havia sido autorizada pelo bispo Maurício Andrade⁸⁷ – responsável pelo Distrito Missionário e então Primaz da Igreja –, nem pelo Sínodo ou outra instância decisória, de modo que a sua publicidade causou polêmica entre os próprios membros da Província e da Câmara Episcopal. Porém, o clérigo não foi disciplinado por tal transgressão aos Cânones Gerais, nem era possível anular a bênção dada ao casal. No ano seguinte, o mesmo bispo instituiu uma das noivas como ministra leiga da comunidade e a caminhada dela seguiu, até se consolidar como uma paróquia ativa nos dias atuais, hoje liderada por novos clérigos.

É importante destacar que esta cerimônia não foi apenas uma bênção de uma união homoafetiva – cuja questão tornou-se o estopim das tensões e divisões então existentes na Comunhão Anglicana e na própria IEAB –, mas foi um rito de casamento, revestido de toda a solenidade, seguindo a Liturgia oficial da Igreja, e, portanto, aos olhos da doutrina da IEAB, continha todos os elementos necessários à validade sacramental. Assim, podemos dizer que, mesmo sem ter tido um caráter oficial, o primeiro casamento público entre pessoas do mesmo sexo na Igreja, foi realizado antes da reforma dos Cânones Gerais, para que casais homoafetivos pudessem ter acesso de modo igualitário aos mesmos sacramentos e ritos.

⁸⁷ Embora tenha sido um dos primeiros bispos a apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, ele temia que a publicidade dos ritos, naquele momento, pudesse expor de modo negativo e colocar em risco a própria comunidade.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

De modo semelhante, hoje vemos uma série de atos de transgressão canônica que acontecem na Igreja Católica na Alemanha, na Áustria e na Bélgica, onde bispos estão apoiando a realização de bênçãos de uniões homoafetivas, mesmo após o *responsum* da Congregação para a Doutrina da Fé, que proíbe que sacerdotes abençoem casais homossexuais. Um dos bispos que está desafiando tal norma do Vaticano é dom Franz-Josef Overbeck⁸⁸, bispo da Diocese de Essen, na Alemanha, que assegurou que não irá suspender nenhum padre de sua diocese que celebre tal rito (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 15 abr. 2021).

Embora estes atos de resistência ao discurso oficial do Vaticano e do próprio Papa Francisco não tenham sido organizados como uma campanha, a questão rapidamente ganhou as redes sociais, com o uso da *hashtag* em alemão #liebegewinnt (“o amor vence”), que gera inúmeras polêmicas entre católicos conservadores e tradicionalistas.

Diante dos três elementos que constituíram esta importante mudança na eclesiologia da IEAB, o Sínodo enquanto evento, o novo texto dos Cânones Gerais e a recepção de suas diretrizes pelas Dioceses e suas comunidades, percebemos que pouca coisa, de fato, mudou após a aprovação do casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo na IEAB.

Durante décadas a Igreja vinha debatendo e amadurecendo a questão, de modo que a aprovação sinodal não causou problemas internos. A decisão tomada no Sínodo apenas ratificou uma prática pastoral que vinha sendo consolidada há décadas.

Apesar da repercussão na mídia, as notícias sobre o resultado do Sínodo Geral de 2018 não geraram tanto impacto para o público LGBT+, além da busca, por parte de algumas pessoas, de conhecer a IEAB. Mas, para outras Igrejas do Brasil, a questão repercutiu e foi compartilhada em sites e redes sociais e, em alguns casos, vem sendo utilizada por certas denominações como parte de suas crenças e posições contrárias às novas ênfases teológicas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

⁸⁸ Franz-Josef Overbeck faz parte do movimento de resistência à proibição do Vaticano protagonizada por uma série de bispos alemães, austríacos e belgas, dentre os quais se encontram o Cardeal Christoph Schonborn, Dom Franz Josef Bode, Dom Georg Bätzing, Dom Peter Kohlgraf, Dom Helmut Dieser e Dom Heinrich Timmerevers.

2.5 A recepção das diretrizes do Sínodo em outras Igrejas

Após a votação histórica ocorrida no Sínodo, diferentes veículos de comunicação, entre sites e blogs da Internet, reproduziram a notícia como o portal G1, Sul21, Gaucha ZH, Observatório G da Uol, Revista Forum, Guiame e outros.

Manchetes como “Igreja Anglicana aprova casamento gay” logo atraíram comentários, em parte a favor – apoiando a postura inclusiva da Igreja – e em parte contrários, com comentários de cristãos de perfil evangélico – seguidos da citação de trechos específicos das Escrituras que se opõem às relações homoeróticas. Sites de notícias cristãs, como Gospel Mais, Folha Gospel, Portal do Trono e outros blogs evangélicos também replicaram a notícia, com a presença de comentários semelhantes que rotulam a decisão da IEAB como “blasfêmia”, “apostasia” e que a Igreja “nunca fez parte do corpo santo de Cristo” ou que “são meros instrumentos dos caprichos e aberrações humanas”, e chamam seus membros de “infieis”.

Da mesma forma, outros comentários dividiam os ataques, apoiando a decisão como “super correta”. Também encontramos afirmações dizendo que “precisamos de outras igrejas assim”, e parabenizando a Igreja “por ser sinal do amor de Deus e seguir o chamado a cuidar da vida em toda sua formação”. Após o Sínodo e a aprovação nas Dioceses, em notícias veiculadas em sites da Internet, como o G1 da Globo, houve comentários com alto teor condenatório, possivelmente pelo próprio público conservador e de mais idade que costuma acompanhar as notícias do portal.

Percebemos que sites do universo *gospel* compartilharam a informação inverídica de que a Igreja sofreu sanções da Comunhão Anglicana e afastamento de sua participação em órgãos da entidade internacional. As matérias mesclavam as notícias do resultado do Sínodo, junto com as posições emitidas pelo Arcebispo Miguel Uchôa, da Igreja Anglicana no Brasil – talvez pela similaridade dos nomes das duas Igrejas e o desconhecimento das crises que ocasionaram o surgimento da outra denominação. Diante disso, a primeira manifestação de uma Igreja sobre a questão veio justamente da Igreja Anglicana no Brasil, instalada como Província da GAFCON uma semana antes da realização do Sínodo de Brasília. A escolha desta data para o estabelecimento do novo status da denominação perante o

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

mundo anglicano, não aconteceu por acaso, ela foi pensada como parte do discurso oficial da instituição.

No Comunicado Oficial, intitulado “Quem somos, com quem comungamos, no que cremos”, o Arcebispo Miguel Uchôa enfatiza que a Igreja Anglicana no Brasil e a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, são denominações diferentes, ressaltando que o motivo da divisão, ocorrida em 2005, foi a discordância “no que diz respeito à normalidade da prática homossexual e à ordenação de pessoas dela praticantes ao sagrado ministério”. O tom pesado no início do discurso se destaca na declaração.

Ontem foi um dia infame para a história do cristianismo bíblico e histórico no Brasil. E justamente no dia em que celebramos a chegada e estabelecimento do anglicanismo no nosso país, que aqui chegou na bagagem de dois jovens missionários norte-americanos, Lucien Lee Kinsolving e James Watson Morris, em 1º de junho de 1890. Jovens cheios de sonhos e fiéis ao evangelismo anglicano, de visão missionária e confessional. Nesta mesma data, 128 anos depois, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil mudou a sua forma litúrgica e canônica para afirmar que o casamento, nessa denominação, não se faz apenas entre um homem e uma mulher, mas entre quaisquer duas pessoas, independentemente do gênero de cada uma delas. Em poucas palavras, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil declarou sua aprovação ao casamento homoafetivo. Como Bispo Primaz da Província da Igreja Anglicana no Brasil e diante deste fato lamentável, pesa sobre mim, e sobre os demais bispos de nossa igreja, para evitar qualquer mal-entendido, a responsabilidade e a necessidade de deixar claro nosso posicionamento contrário a tal decisão, bem como de esclarecer quem somos, com quem comungamos e no que cremos (MIGUEL UCHÔA, 02 jun. 2018).

Este texto foi publicado, na íntegra, em 02 de junho de 2018, no blog pessoal de Miguel Uchôa e, posteriormente na página da denominação, sem conter esta introdução, mas somente o texto que a segue. O discurso, veiculado um dia após a votação do Sínodo Geral da IEAB, apresenta a militância do então bispo diocesano, Robinson Cavalcanti, e sua resoluta obediência à Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998. O texto aprovado desta Resolução, parece ter-se

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

tornado o principal fundamento do discurso para justificar a divisão ocorrida na Diocese Anglicana do Recife e a consequente organização da nova denominação; ele funciona, ao mesmo tempo, como base retórica e mito de fundação do grupo. Este discurso oficial, sustentado até hoje, é constantemente reproduzido em diferentes falas, por outros bispos da denominação, como Márcio Meira, de João Pessoa.

Após o Sínodo de 2018, também percebemos uma maior aproximação entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. A presença da pastora Romi Bencke, então secretaria-executiva do Conselho Nacional de Igrejas Cristas, na condição de observadora ecumênica, traduz muito sobre os avanços que a Igreja tem alcançado no campo da inclusividade. Diferente da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), mais conservadora no campo teológico, a IECLB tem assumido uma postura bastante semelhante à da IEAB em questões sociais, porém, ainda não avançou no campo da Inclusividade. Entretanto, a abertura ao diálogo, bem como a presença cada vez mais crescente de mulheres e de pessoas LGBTQ+ em cargos de liderança, aponta para a possibilidade de, em um futuro próximo, a denominação abrir-se a tais questões, e aprovar a realização de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Denominações cristãs relevantes no campo ecumênico brasileiro, como a Igreja Católica Romana, não se manifestaram sobre a aprovação da mudança canônica na IEAB, embora a notícia tenha saído no site do CONIC. Esta postura é condizente com as ações de não intromissão nas decisões internas de outras Igrejas, como prática necessária para o convívio nas diferenças. Da mesma forma, a decisão do Sínodo em nada alterou as relações entre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em dezembro de 2020, a Igreja da Inglaterra deu início ao debate formal sobre a doutrina e práticas acerca do casamento e da sexualidade humana. A proposta vem sendo debatida, em solo britânico, desde 1987 e implicaria uma mudança radical na doutrina e práticas pastorais e litúrgicas sobre as condutas homossexuais. Os estudos se estenderão até o Sínodo de 2022, prazo limite estabelecido pelos líderes da Igreja para se chegar à conclusão da questão.

A iniciativa é liderada pela Bispa de Londres, Sarah Mullaly, e pelo Bispo de Coventry, Christopher Cocksworth, que “organizou um

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

grupo de mais de quarenta pessoas para trabalhar por três anos em uma série de discussões sobre temas relacionados, ouvir histórias e compreender a opinião dos outros. O anúncio fez parte do lançamento dos recursos “Vivendo em Amor e Fé”.

Depois de três anos de debates a portas fechadas, a Igreja da Inglaterra debaterá de forma oficial a possibilidade de casamentos entre duas pessoas do mesmo sexo no próximo Sínodo Geral, que deve ser celebrado em 2022. Uma aceitação que mudaria a doutrina do pecado sobre as condutas sexuais gays. Isso foi anunciado pelos bispos que pediram perdão pelo “dano e prejuízo” que podem ter causado à comunidade LGBT. Estes prelados admitiram que “o discurso da verdade, a santidade e o discipulado foram assumidos rigidamente” e por isso anunciaram a decisão da incorporação desta questão no sínodo (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 12 nov. 2020).

Um livro de 480 páginas, a ser lançado, será o maior trabalho do gênero feito até então na Comunhão Anglicana. Em seu prefácio, o Arcebispo de Cantuária, Justin Welby, e o Arcebispo de York, Stephen Cottrell, reconhecem os problemas e danos causados à comunidade LGBT+. Esta iniciativa é inédita na Igreja da Inglaterra; em primeiro lugar, por ela ser a Igreja-Mãe da Comunhão Anglicana e, em segundo, por partir da sua cúpula, e ter o apoio dos dois principais líderes religiosos.

Caso os debates avancem, é possível que, junto com a opinião pública da sociedade britânica – que hoje vive uma maior abertura para questões da inclusão de pessoas homoafetivas nas vidas civil, política e religiosa do país –, a Igreja venha a aprovar o casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo.

O biblista Paulo Ueti, assessor teológico da Anglican Alliance e Diretor de Educação Teológica das regiões de línguas lusófona, francófona e espanhola da Comunhão Anglicana, pontua que o diálogo acerca da questão da homossexualidade na perspectiva cristã não é privilégio do Anglicanismo, uma vez que a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo também foi debatido e aprovado por outras Igrejas, o que gerou problemas similares aos registrados nas Províncias anglicanas.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

No que diz respeito à conversa que tem se estabelecido em muitas Igrejas sobre matrimônio (termo que necessita de debate e desconstrução) entre pessoas do mesmo sexo, está em plena fase de conflitos, tensões e criatividade. Duas grandes igrejas nos últimos anos aprovaram este procedimento: a Igreja Luterana e a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos e a Igreja Luterana da Suécia. Depois de mais de 10 anos de diálogo difícil e tenso, porém criativo e espiritual, chegaram à decisão de aprovar o casamento de pessoas do mesmo sexo. Esta decisão quase gerou uma quebra da comunhão entre igrejas luteranas do norte do mundo e do sul do mundo, especialmente as igrejas africanas. Os motivos são conhecidos por nós. Leituras fundamentalistas e completo desconhecimento do assunto e do processo levaram a comportamentos violentos e nada cristãos. Este assunto e essa realidade das homossexualidades, não somente do casamento de pessoas do mesmo sexo, ainda urge, em nossa parte do mundo, de escuta e de diálogo. Os documentos e as conversas (não sei se eu classificaria como diálogos) ainda não atingem as congregações locais das Igrejas. A discussão teológica e ética ainda é privilégio de um pequeno grupo (ESTANDARTE CRISTÃO, jan. 2017, p. 19).

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que este assunto está longe de um aprofundamento, pois, no complexo processo de “diálogo, escuta e tomada de decisões”, as Igrejas ainda carecem de linguagem para incluir não apenas as suas próprias congregações e membros, mas, também, para estabelecer e transmitir este mesmo diálogo para outras denominações cristãs e religiões, grupos sociais mais vulneráveis e, em um sentido mais amplo, todo o povo, a quem se destina a Missão.

Não creio que seja uma questão de ser a favor ou contra. Esse é o equívoco da discussão do aborto ou da interrupção da gravidez indesejada. Essa provocação de ser contra ou a favor impede (ou mascara) o debate, a tomada de posição, o pronunciamento de palavras que podem transformar e o desafio de dialogar (produzir argumento e enfrentar a normatização e os fundamentalismos políticos religiosos). A maioria das pessoas ainda não tem sequer vocabulário para essa conversa das homossexualidades, do matrimônio e do matrimônio de pessoas do mesmo sexo. Não há

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

vocabulário suficiente ainda para a conversa sobre a família (outro debate árduo e normalmente esquivado nas igrejas) e a identidade cristã. Se não há vocabulário suficientemente democratizado, imagino que não haja uma gramática organizada para um diálogo que seja processo de intercâmbio e não simplesmente catarse verbal. A igreja é o espaço de dizer a palavra e evitar que palavras "mal/ditas" ou não ditas apareçam e tenham seu lugar. É parte do processo terapêutico de cura e salvação (ESTANDARTE CRISTÃO, jan. 2017, p. 20).

A questão da Inclusividade também envolve a comunicação e as diferentes linguagens que podem ser utilizadas para envolver os diferentes segmentos sociais e grupos cristãos na busca por construir pontes e não muros. Nesse sentido, somente com o passar do tempo será possível amadurecer o diálogo sobre a questão e evitar desgastes como os vividos atualmente. Nessa perspectiva, não são as Igrejas as que mais sofrem com a falta de escuta e compreensão, mas as próprias pessoas homoafetivas, que continuam sendo maculadas por uma série de adjetivos e visões distorcidos, seja por sua própria condição, seja por estarem em ambientes inóspitos, nos quais, muitas vezes, são apontadas como “responsáveis” pela divisão das instituições religiosas, apenas pelo fato de elas terem decidido incluí-las como parte de seu discurso teológico.

O diálogo aqui travado, diz respeito muito mais a um método de condução do tema, do que a dar publicidade à questão (inclusive tomando ares de propaganda eclesiástica). A Igreja não pode esquecer-se de que a inclusão de tais pessoas deve passar, em primeiro lugar, pelos âmbitos religioso e espiritual. A inclusão das pessoas homoafetivas deve passar não apenas pelo filtro das relações institucionais e do discurso oficial, mas, sobretudo, pela dimensão do amor e do cuidado, que visa a incluir a todos(as), uma vez que o Anglicanismo constitui um verdadeiro mosaico.

A Igreja tem uma temática que é sobre a Inclusividade. A Igreja Anglicana não é uma Igreja para um determinado público. Pelo contrário, ela abre um público bastante diverso: homens, mulheres, jovens, crianças, velhos, casais, não casais, casais que já vem de outro casamento, gays, lésbicas... que se encontram neste espaço (IGREJA ANGLICANA – CONVÍVIO DE DIFERENÇAS, 2016).

O principal desafio da Igreja para o século XXI é saber como sustentar este diálogo, tanto interna quanto externamente e, sobretudo, aprender a enfrentar as diversas violências que perpassam o amplo debate acerca do tema da Inclusividade como um todo (não apenas a questão da sexualidade humana). Para tanto, as instituições, a sociedade civil e seus membros, ainda precisam aprender a dialogar. Apesar da longa trajetória dos debates, a reflexão está longe de ser pacificada.

Já existem muitos argumentos utilizados, teses construídas e posições e decisões tomadas. Porém, nada disso será capaz de gerar um consenso mínimo entre os envolvidos, pois nunca será “o bastante”, como a própria história eclesial já evidenciou. Entretanto, o Cristianismo, com a sua mensagem de paz e de reconciliação, traz em si mesmo meios e métodos, a partir de seu próprio *ethos*, para promover uma cultura de diálogo mútuo e de respeito às diferenças.

PARTE III

A CONFERÊNCIA DE LAMBETH DE 2022

A Igreja de Deus para o Mundo de Deus

As Conferências de Lambeth são reuniões do episcopado mundial da Comunhão Anglicana, convocadas pelo Arcebispo de Cantuária. Elas ocorrem, geralmente, a cada dez anos desde 1867. Apesar de acontecerem em Cantuária, o nome *Lambeth* remete ao Palácio de Lambeth, residência oficial do Arcebispo de Cantuária, em Londres. A primeira Conferência de Lambeth foi realizada por iniciativa do Arcebispo Charles Longley, como resposta a desafios doutrinários e missionários que surgiam no século XIX.

A reunião de 1867 buscava promover a unidade doutrinária diante da crescente expansão missionária anglicana pelo mundo, especialmente nas colônias britânicas. Desde então, Lambeth passou a tratar de temas teológicos, sociais e pastorais que afetam a vida da Igreja e do mundo contemporâneo. Temas como a ordenação de mulheres, o ecumenismo, o racismo, a pobreza, a sexualidade humana e as relações inter-religiosas têm sido objeto de discussões intensas entre os bispos. A conferência de 1998, por exemplo, ficou notoriamente marcada por debates acalorados sobre a homossexualidade, revelando tensões profundas entre diferentes províncias da Comunhão Anglicana.

Um dos aspectos notáveis das Conferências de Lambeth é a diversidade cultural, teológica e eclesiológica entre os participantes. Essa diversidade, embora enriquecedora, também é fonte de tensões internas, sobretudo quando há desacordos sobre doutrina e prática moral. Ao mesmo tempo, revelam os desafios de manter coesão em uma comunidade global profundamente plural. Mesmo sem autoridade canônica, essas conferências continuam sendo um dos principais instrumentos de comunhão e discernimento no Anglicanismo contemporâneo.

Nos últimos anos, a mídia secular tem mostrado particular interesse nas controvérsias internas da Comunhão Anglicana, os quais são frequentemente noticiados com destaque e, muitas vezes, com uma narrativa que enfatiza os conflitos e divisões dentro da Igreja. Isso nem sempre reflete com precisão a complexidade teológica ou pastoral dos debates, mas influencia profundamente a percepção pública da Conferência. As redes sociais, mais recentemente, intensificaram ainda mais esse fenômeno. Bispos, teólogos e fiéis de diversas partes do mundo comentam em tempo real os acontecimentos da conferência, seja para apoiar, criticar ou esclarecer posições.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A cobertura midiática tem contribuído no aumento da pressão externa entre os bispos anglicanos e os temas em debate. O episcopado anglicanismo, geralmente, adota posturas mais reservadas. Outras vezes – como o próprio Arcebispo de Cantuária –, é pressionado a responder publicamente a questões que ganham cada vez mais, grande repercussão. Essa visibilidade gera tanto especulações sobre o futuro da Comunhão Anglicana, como também oportunidades de evangelização, de transparência e de testemunho público do papel das Igrejas, como na Conferência de 2022.

3.1. Um breve histórico

Os bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sempre estiveram presentes nas Conferências de Lambeth; desde a época do episcopado de Lucien Lee Kinsolving⁸⁹, representaram a Província do Brasil em suas reuniões, junto a outros membros do clero e do laicato que atuaram como consultores e assistentes.

Nas várias edições do encontro mundial do episcopado da Comunhão Anglicana, os bispos sempre buscaram a comunhão com toda a Igreja, mesmo que, em alguns casos, tenham expressado votos isolados ou discordantes. Sempre existiram diferentes posições sobre qualquer tema dentro do Cristianismo. As Províncias da Comunhão Anglicana já estiveram divididas quanto à escravidão, aos casamentos

⁸⁹ Os bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil presentes em cada edição das Conferências de Lambeth são os seguintes: 1908 – Lucien Lee Kinsolving; 1920 – Lucien Lee Kinsolving; 1930 – William Matthew Merrick Thomas; 1948 – Athalício Theodoro Pithan; 1958 – Egmont Machado Krischke, Plínio Lauer Simões; 1968 – Egmont Machado Krischke (Primaz), Plínio Lauer Simões, Edmund Knox Sherrill; 1978 – Arthur Rodolpho Kratz (Primaz); Agostinho Guillon Sória; Edmund Knox Sherrill; e Sumio Takatsu. 1988 – Olavo Ventura Luiz (Primaz); Agostinho Guillon Sória; Sydney Alcoba Ruiz; Clovis Erly Rodrigues; Sumio Takatsu; e Cláudio Gastral. 1998 – Glauco Soares de Lima (Primaz); Almir dos Santos; Luiz Osódio Pires Prado; Edward Robinson de Barros Cavalcanti; Almir dos Santos; Orlando Santos de Oliveira; Jubal Pereira Neves; Sumio Takatsu. 2008 – Maurício José Araújo de Andrade (Primaz); Saulo Maurício de Barros; Roger Douglas Bird; Renato da Cruz Raatz; Orlando Santos de Oliveira; Almir dos Santos; Jubal Pereira Neves; Sebastião Armando Gameleira Soares; Celso Franco de Oliveira; Naudal Alves Gomes; Filadelfo Oliveira Neto. 2022 – Naudal Alves Gomes (Primaz); Francisco de Assis da Silva; Humberto Maiztegui Gonçalves; João Cândia Peixoto Filho; Eduardo Coelho Grillo; Marinez Rosa dos Santos Bassotto; Meriglei Borges Silva Simin; Francisco César Fernandes Alves; Magda Guedes Pereira.

inter-raciais, à questão cerimonialista, à ordenação feminina, à ordenação de clérigos homossexuais, ao casamento e à inclusividade de pessoas LGBT+ nas Igrejas. Sem falar sobre missiologia, hermenêutica bíblica, e acerca de qual deve ser o papel da Igreja no mundo.

Durante décadas, a Comunhão Anglicana se debruçou sobre o debate da aprovação ou não da ordenação sacerdotal de mulheres. Somente na década de 1970 as ordens de Li Tim Oi foram reconhecidas. E, até hoje, a Ordenação Feminina é praticada em diferentes Províncias, e o Episcopado Feminino não dividiu a Igreja. Durante o processo de discernimento sobre a questão da Ordenação Feminina na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, também ocorreram as mesmas conversas, controvérsias e disputas retóricas. Todavia, após a sua aprovação a Igreja sobreviveu. Sempre existiram “conservadores” e “progressistas” no Anglicanismo e na Comunhão Anglicana. Ao que tudo indica, isso nunca deixará de ser um dado da realidade.

Após a conturbada Conferência de Lambeth de 1998, os episódios que marcaram o início da crise da Comunhão Anglicana, em 2003 – junto com as divisões sofridas em Províncias como o Brasil, Canadá e Estados Unidos –, os fiéis anglicanos e os jornalistas do mundo inteiro esperavam que a Conferência de Lambeth de 2008 fosse uma continuação dos debates da edição anterior. Porém, o que aconteceu foi o contrário. Tendo como tema e texto base o Evangelho de João - expressas nas palavras de Jesus "Eu Sou" –, desde o início, aquele encontro do episcopado começou com orações e reflexões conduzidas pelo Arcebispo de Cantuária. Os bispos e bispas foram divididos em grupos de 40 membros, que compartilharam experiências de suas respectivas Igrejas. Ao contrário da Conferência anterior, não houve a preocupação de criar normas, resoluções ou decisões formais.

As celebrações eucarísticas de abertura e de encerramento, na histórica Catedral de Cantuária, foram marcadas pela diversidade da língua e da hinologia. A participação da comitiva brasileira foi importante como uma reafirmação da importância da Província enquanto membro da Comunhão Anglicana. Os bispos da IEAB foram responsáveis por conduzir uma das orações diárias. A comitiva foi bem recebida e incluída na programação. Tanto os bispos, esposas, membros da imprensa eclesiástica e os consultores foram recepcionados pelo bispo Marc Andrus, da Califórnia, e pelo deão de Londres, Colin Slee, intercalando os momentos de reunião, estudo e celebração, com passeios e descanso.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

No relato do bispo Roger Bird, a Conferência de Lambeth criava um senso de unidade em torno da pertença ao Anglicanismo para todos os participantes.

No Domingo, dia 20 de julho, tivemos a emocionante Eucaristia de Abertura na Catedral, com quase duas mil pessoas presentes. Só a procissão de entrada contou em torno de 750 pessoas, incluindo os 650 bispos anglicanos presentes na conferência, bem como representantes de outras igrejas cristãs e membros clericais da Catedral. Um dos pontos altos foi quando o Evangelho foi colocado em um barco e carregado a mais de 100 metros para o lugar onde foi lido e sempre escoltado e protegido por guerreiros da Melanésia. Na segunda-feira, iniciamos a conferência propriamente dita. Cada dia seguia a mesma rotina. As 07h15min da manhã tivemos a Santa Eucaristia dirigida por uma das províncias com músicas típicas da região. Algumas das leituras ou orações foram feitas na língua nativa. Havia sempre tradução simultânea em oito línguas, inclusive Português. O "Pai Nosso" era dito na língua da preferência do participante, mas o que foi incrível foi que a oração sempre começou e terminou ao mesmo tempo. O que me impressionou foi o fato de que, independentemente da língua, senti que estávamos numa celebração anglicana (ESTANDARTE CRISTÃO, jul./ago. 2008, p. 24).

Por outro lado, a Conferência de Lambeth de 2008 marcou o seu maior esvaziamento, diante das polêmicas surgidas desde o início do milênio, juntamente com a realização da Conferência da GAFCON, em Jerusalém, no mesmo ano.

A maior crise anglicana da história, o que podemos afirmar pela ausência de 250 dos 900 bispos(as) na Conferência de Lambeth 2008 começou a ocorrer quando da ordenação feminina ao sacerdócio e chegou ao clímax quando da ordenação de homossexuais declarados e a realização de bênçãos matrimoniais para pessoas do mesmo sexo (SOUZA, 2020, p. 69-70).

Sobre a presença dos bispos na Conferência de Lambeth de 2008, alguns fatos merecem destaque. A participação do episcopado anglicano se dá mediante convite do Arcebispo de Cantuária. Rapidamente notaram-se a ausência, na lista de convidados, dos bispos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Gene Robinson e Martyn Minns. A ausência de um convite a Gene Robinson foi justificada pelo fato de ele estar envolvido nas polêmicas que ocorreram após a sua sagração, em 2003, de modo que sua presença poderia gerar conflitos com outros bispos durante as sessões.

Já a ausência de Martyn Minns, se deu por causa de seu status como chefe da Convocação dos Anglicanos na América do Norte (organização de parceria missionária entre a Igreja da Nigéria e a Igreja Anglicana na América do Norte). Como ex-reitor da Paróquia Episcopal de Truro, em Fairfax, Virgínia, e então atuando como chefe de um grupo dissidente, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos protestou contra a sua presença na Conferência. Da mesma forma, em 2008 estiveram ausentes quatro Primazes, que anunciaram a pretensão de boicotar a conferência de Lambeth por conta de sua oposição às decisões da Igreja Episcopal nos Estados Unidos em favor do clero homossexual e da realização de uniões do mesmo sexo. Eles representavam as Províncias da Nigéria, Uganda, Quênia e Ruanda. Além disso, Peter Jensen, Arcebispo de Sydney, e Michael Nazir-Ali, Bispo de Rochester, entre outros, anunciaram suas intenções de não comparecer ao encontro do episcopado, como parte da política adotada pelas Igrejas alinhada em torno da GAFCON.

Essa dispersão ou realinhamento das Igrejas e lideranças foi ainda mais notada nos dez anos seguintes, uma vez que a Conferência de Lambeth, prevista para acontecer em 2018, foi adiada, pelo próprio Arcebispo de Cantuária, sob o argumento de que era necessário dar mais tempo para que os ânimos se acalmassem e os enfrentamentos diminuíssem. No mesmo ano ocorreu a terceira Conferência da GAFCON, na cidade de Jerusalém. Naquela ocasião, o Arcebispo da Igreja de Uganda, Stanley Ntagali, que era, então, é uma das principais lideranças da GAFCON, anunciou que a Igreja africana cortou relações com as Igrejas Episcopal dos Estados Unidos e Anglicana do Canadá, dizendo que "a menos que a Igreja Anglicana na América do Norte e a nova Província do Brasil sejam convidadas para a Conferência de Lambeth, a Igreja de Uganda não irá comparecer a quaisquer encontros promovidos por Cantuária" (GAFCON OFFICIAL, 19 jun. 2018).

No início de maio de 2019, o Arcebispo de Cantuária se envolveu em uma polêmica entre as Igrejas da Comunhão Anglicana e as Igrejas ligadas à GAFCON. Dentre os convites para observadores ecumênicos participarem da Conferência de Lambeth, também foram enviados aos representantes das Igrejas Anglicana da América do

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Norte, Anglicana no Brasil e Anglicana Evangélica Reformada da África do Sul, atendendo à solicitação do Arcebispo Ntagali.

Além de líderes de igrejas em Comunhão e parceiros ecumênicos, representantes de Igrejas formadas por pessoas que deixaram a Comunhão Anglicana também estão sendo convidadas a enviar observadores. Essas igrejas – a Igreja Anglicana da América do Norte (ACNA), a Igreja Anglicana do Brasil e a Igreja Anglicana Evangélica Reformada da África do Sul (REACH-SA) – não são formalmente parte da Comunhão Anglicana, mas são reconhecidas em diferentes níveis por algumas das províncias da Comunhão (ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, 03 mai. 2019).

Essa notícia foi recebida de diferentes maneiras no mundo anglicano: o Arcebispo de Cantuária foi elogiado por Províncias alinhadas ao “Sul Global”, e criticado por aquelas ligadas ao “Norte Global”. Sua atitude também foi interpretada por estudiosos do Anglicanismo como uma jogada diplomática para evitar um esvaziamento ou até mesmo um boicote da próxima Conferência de Lambeth.

3.2. A organização da Conferência de 2022

Por causa da pandemia do COVID-19 e pela necessidade de garantir a segurança dos participantes, no início de 2020, o Arcebispo de Cantuária anunciou a adiamento da Conferência de Lambeth que estava para acontecer em julho de 2020, e foi remarcada para acontecer entre 27 de julho e 8 de agosto de 2022. Apesar do novo adiamento, Welby teve o apoio integral dos primazes e das suas Províncias, que prontamente aderiram às políticas sanitárias da Organização Mundial da Saúde.

Como acontece na maioria dos eventos de larga escala e encontros internacionais dessa natureza, é difícil planejar e preparar eventos em um clima tão instável. Desde o meu anúncio em março de que remarcaríamos a conferência para 2021, a Lambeth Conference Company e as equipes organizadoras continuaram monitorando a crise da pandemia e considerando as prováveis

implicações para a conferência. Juntos, consultamos uma série de Primazes e bispos/as da Comunhão Anglicana sobre o impacto da COVID-19 em seus países e seguimos as orientações relevantes das autoridades de saúde pública conforme disponibilizadas. Falei pessoalmente com todos os/as Primazes em serviço durante as últimas três semanas. A orientação dos/as Primazes das Províncias que planejavam participar da conferência se tivesse ocorrido em 2020 foi unânime: Primeiro, 2021 é muito arriscado. É provável que a pandemia ainda seja generalizada. As economias do mundo estarão sofrendo. As restrições e quarentenas de viagem provavelmente ainda estarão em vigor. Não esperamos que uma vacina esteja amplamente disponível. Em segundo lugar, devemos nos reunir para orar juntos e buscar a orientação do Espírito e um entendimento comum, através do estudo das escrituras, para que sejamos A Igreja de Deus para o Mundo de Deus. Devemos nos encontrar em algum momento. Terceiro, toda a família Anglicana, na medida em que deseje e seja possível, deve estar envolvida. Assim, depois de muita oração e extensos conselhos, tomei as seguintes decisões: • Primeiro, adiar a reunião presencial de bispos/as e cônjuges para 2022, por um período de cerca de aproximadamente 12 dias em julho e/ou agosto. As datas serão confirmadas em breve. • Em segundo lugar, desenvolver e realizar, nos próximos dois anos, uma série de reuniões virtuais, precedidas de ações de assistência à capacitação em áreas onde as comunicações são difíceis na medida do possível. Essas reuniões serão inter-regionais e baseadas em assuntos intra-regionais, e incluirão bispos/as, cônjuges, padres e leigos/as de diferentes maneiras e em diferentes combinações. Ao assim fazer, refletimos nossa catolicidade com o episcopado histórico localmente adaptado e nossa tradição reformada, afirmando o sacerdócio de todos/as os/as crentes e o chamado para servir uns aos outros. • Os assuntos abordados serão aqueles planejados para a conferência este ano e outros mais. Também haverá discussões sobre os assuntos que nos dividem. O objetivo deste período é que bispos/as e cônjuges cheguem em 2022 muito bem preparados/as e com muito trabalho realizado. • Após a conferência de 2022, dedicaremos tempo a acompanhar nosso senso do chamado de Deus por mais dois anos, seguindo um padrão semelhante ao da reunião pré-conferência (LAMBETH CONFERENCE, 08 jul. 2020).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A Lambeth 2022 teve doze dias de duração e ocorreu na Universidade de Kent. O tema desta edição foi escolhido da Primeira Carta de Pedro: “Igreja de Deus para o Mundo de Deus” (*God's Church for God's world*). Diferente do que as notícias e os arranjos políticos entre os diferentes grupos apontavam, esta edição da Conferência de Lambeth não foi esvaziada. Inclusive, ela contou com o maior número de bispos e bispas inscritos desde as últimas reuniões. Ela também contou com a presença de 54 bispas, que foram acompanhadas pelos seus respectivos cônjuges.

A grande diferença em 2022 foi a organização em três fases: uma virtual, uma presencial e outra de *feedback*. As três fases da Conferência de Lambeth 2022 foram intituladas “Escutando Juntos” (*Listening Together*) – a pré-Conferência, com encontros virtuais entre os bispos e bispas –, “Caminhando Juntos” (*Walking Together*) – onde ocorreram os encontros presenciais na Universidade de Kent e as celebrações na Catedral de Cantuária –, e “Testemunhando Juntos” (*Witnessing Together*) – quando os bispos e bispas levaram para as suas respectivas Dioceses os temas e compromissos assumidos durante os encontros. Para facilitar o debate dos temas e inteirar os participantes acerca da conjuntura atual das Províncias, foram lançados três livros⁹⁰, escritos conjuntamente por bispos, clérigos e leigos de todo o mundo.

A partir de 2021, o foco da primeira fase será a introdução de alguns dos principais temas e pilares estratégicos do programa da conferência. A comunidade de bispos/as e cônjuges da conferência – e o público Anglicano mais amplo – serão convidados a participar do Diálogo de Lambeth de diferentes maneiras. Isso será facilitado por meio de uma combinação de reuniões online, regionais e intrarregionais e recursos de apoio. Com bispos/as e cônjuges convidados/as de 165 países da Comunhão Anglicana, a comunidade da conferência representa uma diversidade de culturas e tradições Cristãs. A fase virtual da conferência dará mais tempo para as pessoas se encontrarem, começarem a discutir os tópicos da conferência e terem mais oportunidade de compartilhar ideias e experiências de suas províncias e comunidades religiosas. A modalidade também garante o

⁹⁰ Os três livros são *Walking Together: Global Anglican Perspectives on Reconciliation* (2019); *Witnessing Together Global Anglican Perspectives on Evangelism and Witness* (2019); e *Listening Together: Global Anglican Perspectives on Renewal of Prayer and the Religious Life* (2020).

3.3. A participação dos bispos e bispas da IEAB

Em 2022, em um mundo marcado pelas transformações no campo da comunicação, com maior dinamismo das redes sociais, uma das marcas dessa edição, foi a postagem de fotos e notícias através das redes sociais oficiais da Igreja, assim como a partir dos próprios bispos e bispas que enviaram suas fotos, atualizações e mensagens às comunidades do Brasil.

Em relação à comitiva brasileira, uma das maiores mudanças na composição da Câmara Episcopal da IEAB para a Conferência de 2022 é a presença de bispas. Se antes, a Câmara era composta exclusivamente por bispos homens, atualmente ela possui três bispas mulheres – Marinez Bassotto, Meriglei Simin e Magda Guedes –, as primeiras bispas anglicanas brasileiras a participarem de Lambeth.

A Conferência de Lambeth não é um passeio para os Bispos e Bispas. É um momento de partilha do que é ser Igreja Anglicana, no contexto do Brasil, num país com altos índices de violência, com problemas sociais e políticos, que atualmente tem 33 milhões de pessoas passando fome, e que está no contexto da América do Sul e da América Latina (ANDRADE, 21 jul. 2022).

O Bispo Maurício Andrade e sua esposa Sandra Andrade, por questão de saúde, não puderam embarcar para a Inglaterra. O Bispo Maurício – que na última edição da Conferência, em 2008, participou como Primaz –, participará virtualmente junto com os demais colegas de episcopado. Pelas mesmas razões, a esposa do Bispo Francisco Silva, Talita Olders, não seguiu viagem.

Na terça-feira, dia 26 de julho, os Bispos e Bispas chegaram em Londres. Os primeiros bispos a chegarem foram o Bispo Francisco de Assis da Silva; o Bispo João Cândio Peixoto e sua esposa Flávia de Vasconcelos; assim como o Bispo Primaz, Naudal Alves Gomes e sua esposa Carmen Regina. Em seguida, chegaram ao Aeroporto de Heathrow, em Londres, o Bispo Humberto Maiztegui e sua esposa, a Reverenda Taís Feldens; a Bispa Meriglei Borges Simin e seu esposo Lázaro Eustaquio Simim; a Bispa Marinez Bassotto e seu esposo Paulo Bassotto; e o Bispo César Fernandes e a Bispa Magda Guedes. Após seguirem viagem, para Kent, chegaram pela noite, onde se estabeleceram no *campus* da Universidade.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

A manhã de quarta-feira, dia 27 de julho, marcou o primeiro dia da Conferência de Lambeth de 2022. Ao meio-dia, os bispos e bispas receberam as boas-vindas do Arcebispo de Cantuária e de sua esposa. Depois do almoço, os grupos de trabalho foram divididos para os trabalhos do dia seguinte. No segundo dia, teve início o retiro dos bispos e bispas na histórica Catedral e Igreja Metropolitana de Cristo, em Cantuária. Após a oração matutina foram feitos os primeiros estudos sobre a Primeira Carta de Pedro, que tomaram todo o dia. Neste dia, os bispos e bispas junto com os seus cônjuges, tiveram uma visita guiada ao centro histórico da cidade.

No terceiro dia, sexta-feira, 29 de julho, ocorreu o encerramento do retiro dos bispos e bispas e do retiro dos cônjuges (esposos e esposas dos bispos e bispas). Ocorreu uma visita guiada à Catedral de Cantuária, onde foram realizados novos estudos bíblicos sobre o texto da Primeira Carta de Pedro, partilhas, oração matutina e celebração eucarística. Neste dia foi tirada a foto oficial da Conferência de 2022. Durante a noite, após a oração vespertina aconteceu a abertura oficial, com uma palestra do Arcebispo Justin Welby, que abordou temas como a justiça ambiental, crise humanitária e pobreza, guerras e como as Igrejas estão respondendo a isso.

No quarto dia, sábado, 30 de julho, a primeira palestra foi sobre tema Missão e Evangelismo, com o Arcebispo de York, Stephen Cottrell, e o Bispo Tito Zavala Muñoz, Primaz do Chile. Pela tarde, ocorreu o seminário de maior destaque foi o que abordava a construção de parcerias entre as Dioceses. Pela noite, os bispos e bispas de países de língua portuguesa se reuniram como parte da Rede Lusófona da Comunhão Anglicana, composta pelas Igrejas Episcopal Anglicana do Brasil, Lusitana e de Moçambique e Angola. As Províncias trocaram experiências e projetos que estão acontecendo nestes países.

No sexto dia de conferência, na segunda 1º de agosto, o dia iniciou com uma plenária para estudo bíblico com o tema “Um Povo Santo Seguindo a Cristo” e a partilha feita em grupos. As palestras do dia giraram em torno de temas como “Vida em Comunhão” e “Identidade Anglicana”. À noite, a Diocese Anglicana do Texas fez uma apresentação sobre a História do Anglicanismo. Já os cônjuges estiveram reunidos para tratarem sobre A Dinâmica do Papel do Cônjuge e Chamados a Esperança é Santidade em Cristo

O nono dia Conferência foi marcado pelo London Day da Conferência de Lambeth, que contou com um programa especial com a

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

participação de ativistas do Meio Ambiente, incluindo uma fala do Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres. Representando o Brasil, a bispa Marinez Bassotto, da Diocese Anglicana da Amazônia.

No décimo dia, foi feito o último estudo bíblico e exposição da Conferência, guiado pelo Arcebispo de Cantuária e pela Bispa Eleanor Sanderson da Igreja Anglicana de Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia, que abordou o tema de discipulado e eclesiologia.

Embora a Conferência já estivesse acontecendo desde o dia 27 de julho, foi no quinto dia, no domingo, dia 1º de agosto de 2022, que aconteceu a missa de abertura oficial da Conferência, com a presença dos bispos e bispas, trajados com as vestes corais, junto a muitos representantes ecumênicos, que se reuniram na cripta da Catedral de Cantuária e depois subiram em procissão e reuniram na nave principal, em torno da cátedra de Santo Agostinho, de onde o Arcebispo Justin Welby conduziu a celebração eucarística cantada, marcada por hinos antigos e modernos. A homilia foi feita pela Bispa Vicentia Kgabe, da Diocese de Lesoto, da Igreja da África do Sul. Essa homilia foi histórica, uma vez que, pela primeira vez, uma mulher fez uma pregação na Conferência de Lambeth, do púlpito da Catedral.

E um momento marcante aconteceu após a profissão do Credo Niceno, quando Justin Welby convidou o Bispo Primaz da Província Episcopal/Anglicana de Alexandria, Samy Fawzyda, e o Papa da Igreja Ortodoxa Copta, Tawadros II, quando nesta oportunidade, foi entregue ao Primaz a cruz primacial da Província, como um símbolo de unidade e do trabalho ecumênico desenvolvido pelas duas Igrejas, em meio às perseguições e dificuldades enfrentadas na região. Uma novidade na liturgia eucarística, foi a presidência da Oração Eucarística pelo Arcebispo Welby, feita em francês e a bênção final foi dada em swahili. Representando as suas respectivas Igrejas, como convidados ecumênicos, estiveram presentes bispos católicos romanos, ortodoxos, coptas, vetero-católicos, metodistas, luteranos, presbiterianos e batistas. Todos foram recebidos e acompanhados pelo Arcebispo Ian Ernest, diretor do Centro Anglicano em Roma.

A Celebração Eucarística de encerramento aconteceu na manhã do domingo, 07 de agosto, o 12º e último dia da Conferência. Diferente da abertura, que foi celebrada na nave norte, onde se encontra a cátedra de Santo Agostinho, o encerramento ocorreu na nave sul. Desta vez, os bispos e bispas não estavam vestidos com a roquete, chamarra e típete, mas com suas batinas violáceas. Assim como a abertura, o ofício foi

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

enriquecido com hinos tradicionais e cânticos contemporâneos, em inglês, suahili e em árabe. O sermão foi feito pelo Arcebispo Justin Welby, que falou da Comunhão Anglicana como um “pequeno rebanho” e da importância de impulsionar a missão da Igreja e do respeito às diferenças, em alusão à leitura do Evangelho de Lucas 12:32-46. A Eucaristia foi presidida pelo Arcebispo de Cape Town, Thabo Makgoba, Primaz da Igreja Anglicana da África do Sul, em conjunto com a Arcebispa Linda Nicholls, Primaz da Igreja Anglicana do Canadá. Ambos oficiaram a Oração Eucarística ao mesmo tempo, com Makgoba recitando em zulu e Nicholls recitando em inglês. E em sua própria língua, cada pessoa recitou a sentença da consagração: “Cristo morreu. Cristo ressuscitou. Cristo voltará novamente” e a oração do “Pai Nosso”. Mais uma vez, a diversidade da Comunhão Anglicana esteve representada dentro da liturgia, em seus cânticos, orações e na presença de pessoas de várias partes do mundo.

Todos os dias, os trabalhos se iniciaram com uma Oração Matutina (*Matins*) e com uma Celebração Eucarística. Apesar do clima fraterno, foi em torno da questão da “comunhão” entre as Províncias e suas diferenças teológicas que, uma das maiores controvérsias que permearam as últimas duas edições da Conferência de Lambeth, voltou aos debates ao redor do mundo anglicano. Durante as plenárias da sexta-feira, 29 de julho, a questão da sexualidade humana voltou a circular entre os bispos conservadores e progressistas, trazendo de volta as memórias das divisões que haviam surgido no início dos anos 2000.

3.4. Debates, documentos e registros de Cantuária

Desde a Conferência de 1998, que votou e aprovou a Resolução 1.10 sobre a Sexualidade Humana, uma verdadeira batalha campal tem se arrastado nos últimos anos. Alguns grupos mais conservadores desejam que ela se torne um “discurso oficial” no campo da doutrina sobre este tema. Outros grupos, mais progressistas, reafirmam o caráter consultivo e não legislativo da Conferência, de modo que, esta Resolução não pode se tornar uma espécie de cânon.

O tema da Dignidade Humana (que inclui a questão da sexualidade), embora não estivesse presente na pauta da 15ª reunião em Cantuária, retornou através dos Chamados de Lambeth (*Lambeth Calls*), que foram espaços criados na Conferência para debater temas transversais. Os bispos e bispas receberam um guia de estudos que

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

incluía dez temas e o processo pelo qual poderiam abordá-los na conferência. O Bispo Tim Thornton, Presidente do Subgrupo dos Chamados de Lambeth, esclarece como se dará o processo.

Nos últimos dias temos ouvido atentamente as respostas dos bispos aos Chamados de Lambeth: Documentos de Orientação e Estudo que foram divulgados na semana passada – e especialmente em relação ao projecto do Chamado à Dignidade Humana. O grupo de redacção do Apelo à Dignidade Humana irá fazer algumas revisões ao Chamado. Será publicado como parte do Chamado de Lambeth – que serão os textos que serão discutidos pelos bispos na conferência. Será publicado assim que estiver disponível. Também poderá ser anunciado que os bispos terão agora uma terceira opção para responder aos Chamados de Lambeth quando estes forem abordados durante a conferência – os bispos poderão agora afirmar claramente a sua oposição a um determinado Chamado. As opções serão: “Este Chamado fala por mim. Acrescento-lhe a minha voz e comprometo-me a tomar as medidas que puder para a implementar”. ‘Este Chamado requer um maior discernimento. Comprometo a minha voz ao processo em curso’. Este Chamado não fala por mim. Não junto a minha voz a este Chamado’. Por favor, continuem a orar por todos os bispos participantes na Lambeth Conference – para que possamos continuar a ouvir, caminhar e testemunhar juntos o amor de Jesus Cristo (LAMBETH CONFERENCE, 26 jul. 2022).

Diante de um possível retorno do tema e novas animosidades em torno tema da sexualidade, como aconteceu durante a Conferência de 1998, muitos membros da Igreja Episcopal dos Estados Unidos expressaram sua preocupação com este recurso para a Conferência. Diante dos questionamentos, o Bispo Presidente da Igreja Episcopal dos Estados Unidos, Michael Bruce Curry, emitiu uma carta orientando os bispos e bispas estadunidenses como trabalhar com os Chamados de Lambeth, frisando que não se tratavam de uma votação para aprovar Resoluções.

Embora o documento “Lambeth Calls” não use a palavra “voto”, cada bispo será convidado a “indicar sua visão” eletronicamente durante a Conferência, selecionando uma das duas opções. Embora possa não

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

ser necessário dizer, permita-me sublinhar o que é provavelmente auto-evidente. Cada um de nós deve se sentir livre para exercer sua seu próprio arbítrio como bispo ao “indicar seu ponto de vista” e ao compartilhar suas perspectivas sobre qualquer questão vinda antes de nós. Seu voto e sua voz importam. Nós, como comunidade, respeitaremos a decisão de cada um sobre este assim como temos sobre quem decidiu participar ou não da Conferência. (THE EPISCOPAL CHURCH, 22 jul. 2022).

Ainda sobre o tema da sexualidade humana, embora não estivesse na pauta, no dia 29 de julho, durante a Conferência, alguns bispos anglicanos de identidade ortodoxo, ofereceram sua própria “Resolução” reafirmando a Resolução 1.10, declarando que durante as duas celebrações eucarísticas de Lambeth, não receberiam a comunhão ao lado de outros bispos que tenham parceiros gays ou que apoiassem as uniões de mesmo sexo. O documento foi assinado por bispos representantes da *Global South Fellowship of Anglican Churches* (GSFA)⁹¹.

Eles convidarão outros bispos, incluindo o Arcebispo de Canterbury, a reafirmar a Resolução 1.10 de Lambeth como o 'ensino oficial' da Comunhão Anglicana sobre casamento e sexualidade. Os bispos também querem que a Comunhão imponha sanções às Províncias que ordenam bispos em relações do mesmo sexo e realizam casamentos do mesmo sexo – algo que levou ao cisma na Igreja. Eles também revelaram que nas duas Eucaristias da Conferência na Catedral de Canterbury, os bispos ortodoxos não receberão a Sagrada Comunhão ao lado de bispos gays e aqueles que endossam uniões do

⁹¹ A *Global South Fellowship of Anglican Churches* (GSFA) é uma irmandade mundial de Províncias e Dioceses Anglicanas Ortodoxas dentro da Comunhão Anglicana. Atualmente, 25 Províncias e Dioceses pertencem à Irmandade: Província da Igreja Episcopal Anglicana de Alexandria; Igreja de Bangladesh; Igreja Anglicana no Brasil (GAFCON); Igreja da África Central; Igreja Anglicana do Chile; Igreja Anglicana do Congo; Diocese de Sydney; Igreja Anglicana do Quênia; Igreja Anglicana da Melanésia; Igreja de Mianmar; Igreja da Nigéria; Igreja Anglicana na América do Norte (ACNA); Igreja do Paquistão; Igreja Anglicana de Papua de Nova Guiné; Igreja Anglicana de Ruanda; Igreja Anglicana da América do Sul; Igreja do Sul da Ásia Oriental; Igreja Episcopal do Sudão do Sul; Igreja Anglicana da África do Sul; Igreja Episcopal do Sudão; Igreja Anglicana da Tanzânia; Igreja de Uganda; Igreja da África Ocidental.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

mesmo sexo na fé e na ordem da Igreja. Eles devem permanecer sentados (ANGLICAN INK, 29 jul. 2022).

Em resposta à articulação dos bispos conservadores ou ligados à GAFCON, no dia 02 de agosto, um grupo de cinco primazes e 158 bispos e bispas assinou a “Declaração de Bispos e Primazes anglicanos que desejam profundamente afirmar e celebrar as pessoas LGBT+”. Entre eles, estavam os primazes Michael Curry, da Igreja Episcopal dos Estados Unidos; Mark Strange, da Igreja Episcopal Escocesa; Naudal Alves Gomes, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Linda Nicholls, da Igreja Anglicana do Canadá; Andy Johns, da Igreja do País de Gales e mais 158 bispos e bispas do Brasil, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Escócia, Irlanda, País de Gales, México, África do Sul, Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia.

Essa resposta apresentou um alinhamento dessas Províncias quanto ao tema em questão, mas acima de tudo, serviu como um documento histórico, assinado por um grupo considerável de prelados em uma Conferência de Lambeth.

Deus é amor! Este amor revelado por Jesus, descrito nas Escrituras e proclamado pela Igreja, é Boa Nova para todos – sem exceção. É por isso que acreditamos que as pessoas LGBT+ são uma parte preciosa da criação de Deus - porque cada um de nós é "feito maravilhosamente e maravilhosamente" (Salmo 139:14), e todos são igualmente amados. Reconhecemos que muitas pessoas LGBT+ foram historicamente prejudicadas pela Igreja e particularmente prejudicadas pelos eventos das últimas semanas. Desejamos afirmar a santidade do seu amor onde quer que você se encontre em relacionamentos comprometidos. Portanto, nos comprometemos a trabalhar com nossos irmãos de toda a Comunhão para ouvir suas histórias e entender seus contextos, que variam muito. No entanto, nunca teremos vergonha de enfrentar a discriminação e o preconceito contra pessoas de diferentes sexualidades e identidades de gênero. Juntos, vamos falar de cura e esperança para nosso mundo quebrado e esperamos o dia em que todos possam se sentir verdadeiramente bem-vindos, valorizados e afirmados.

No começo dos anos 2000, a Comunhão Anglicana enfrentou diversas tensões entre grupos taxados de maneira dicotômica como

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

“conservadores” e “liberais”, algumas das quais, resultaram em crises institucionais e cismas – a exemplo do que aconteceu na Diocese Anglicana do Recife (da IEAB), entre 2002 e 2005, devido ao tema do avanço de posturas mais liberais quanto à sexualidade humana. Diante dos acontecimentos, em junho de 2006, o bispo Graham Kings, à época responsável pelo setor de Educação Teológica da Comunhão Anglicana, desenvolveu um estudo sobre as posições de lideranças e Províncias acerca de tal tema, e nomeou os quatro quadrantes como (I) Conservadores Federais, (II) Conservadores da Comunhão, (III) Liberais da Comunhão e (IV) Liberais Federais.

Em seu artigo *The Anglican Communion – Mapping the Terrain* (A Comunhão Anglicana – Mapeando o Terreno, em tradução para o português), o reverendo Andrew Goddard, afirma que

Esta é a visão ampla de que cada província determina suas próprias ações dentro de sua própria jurisdição de acordo com seus próprios cânones e constituição e a visão anglicana de diversidade, abrangência e inclusão é tal que outras províncias anglicanas devem honrar e respeitar essas decisões e continuar a incluir uns aos outros e manter laços de comunhão mesmo onde há divergências significativas em questões de teologia, ética ou prática entre eles. Essa compreensão da identidade anglicana encontra expressão em grande parte da Igreja Episcopal na América (TEC) e também em algumas das redes mais amplas de 'igrejas inclusivas' (GODDARD, 2007).

Tempos depois, Ian Paul retomou as análises do bispo Kings e do reverendo Goddard com um texto sobre *Os Chamados de Lambeth*, fazendo uma análise crítica da evolução das Conferências de Lambeth, focalizando particularmente a Resolução 1.10 de 1998, como ponto de partida para as novas formas de partilha, discussão e ação, argumentando que as posições de 1998, representaram um consenso claro entre os bispos anglicanos na época. Ele expressa preocupação com a abordagem mais recente dos Chamados de Lambeth, que, segundo ele, evitam resoluções formais e adotam uma linguagem ambígua, refletindo uma tentativa de manter a unidade da Comunhão Anglicana em meio a divergências significativas sobre questões doutrinárias e pastorais sobre a sexualidade e outros temas.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Desde 2016, porém, pouco ou nada foi dito ou feito para dar continuidade ao consenso dos Primazes ou para relacioná-lo a essas duas áreas controversas da sexualidade e da eclesiologia. Em vez disso, uma série de desenvolvimentos do Arcebispo parecem miná-lo (conforme exposto em minha visão geral aqui). Como resultado, tem sido muito difícil entender qual visão eclesial, se é que existe alguma, está moldando a Comunhão (PAUL, 28 jul. 2022).

Com a influência crescente de contextos culturais e políticos nas decisões teológicas da Comunhão Anglicana, Paul também aponta que a tentativa de acomodar diversas perspectivas culturais pode levar a compromissos teológicos que diluem a clareza doutrinária e a fidelidade às Escrituras. É necessário manter a integridade teológica e a clareza doutrinária como fundamentos para a unidade da Comunhão, em que, a busca por um consenso não deveria comprometer os princípios fundamentais da fé anglicana. Em sua posição, mais conservadora, frente à abertura ao relativismo de alguns bispos, a Comunhão deve enfrentar diretamente as divergências teológicas, em vez de evitá-las por meio de linguagem ambígua ou estruturas consultivas ineficazes.

Para tentar discutir melhor os temas que giram em torno da identidade anglicana – tão debatida e disputada nas últimas duas décadas –, foi proposto durante a Conferência de Lambeth de 2022, a organização de um Congresso Anglicano mundial, que não acontece desde 1963.

Os bispos da Conferência de Lambeth concordaram em explorar a possibilidade de realizar um 'Congresso Anglicano' mundial – pela primeira vez em mais de 60 anos. Tal reunião, que incluiria as vozes não apenas de bispos, mas também de leigos e clérigos, provavelmente ocorreria no Sul Global. O Congresso seria uma oportunidade para os anglicanos se encontrarem para “discernir novamente a missão de Deus em meio a uma celebração da diversidade e arte de nossas muitas culturas”. Houve apenas dois congressos anglicanos anteriores na história. O primeiro viu cerca de 17.000 anglicanos reunidos em Londres em 1908 e em 1963 cerca de 16.000 pessoas participaram do segundo Congresso Anglicano em Toronto, Canadá. A decisão veio em meio a uma discussão sobre um Chamado sobre 'Identidade Anglicana' em que os bispos ouviram sobre a

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

necessidade de priorizar as vozes mais marginalizadas das pessoas na Comunhão Anglicana - especialmente as de povos indígenas, mulheres, crianças e jovens (LAMBETH CONFERENCE, 01 ago. 2022).

Talvez este espaço seja mais adequado para se ouvir as vozes convergentes e divergentes das dioceses e províncias, de modo a não tornar a Conferência de Lambeth uma espécie de Concílio onde temas que têm caráter pastoral e teológico, acabam sendo colocados sobre a mesa em um encontro que tem como finalidade principal a partilha e a troca de experiências entre os bispos ao redor do mundo, e que, como já foi frisado tantas vezes, não tem um caráter legislativo de estabelecer dogmas, doutrinas ou discursos oficiais.

A Conferência de Lambeth de 2022 se mostrou muito mais diversa do que as anteriores. Na 15ª edição foi possível perceber uma participação muito mais enfática dos bispos do Sul Global, assim como a presença em maior número de bispas, cuja presença chegou ao número próximo de cem (incluindo algumas que não puderam estar presentes por razões diversas), de modo que, não apenas a presença, mas as vozes de mulheres bispas foi ouvida nesta Conferência, a exemplo do sermão da Bispa Vicentia Kgabe na Eucaristia de abertura.

Em termos de diversidade cultural, foi possível perceber a presença das esposas dos bispos indianos e paquistaneses, trajadas com seus sâris, ou as esposas de bispos africanos trajadas com as vestimentas típicas da região. Apesar das fortes temperaturas, os bispos e bispas conseguiram manter as agendas e os debates foram realizados conforme o esperado, de modo que, ao visualizarmos como observadores externos, percebemos uma Conferência de Lambeth muito mais conectada, não apenas com o resto do mundo, mas também apresentando a diversidade étnica, cultural, geográfica e religiosa presente na própria Comunhão Anglicana.

A participação do episcopado brasileiro em Lambeth foi marcado pela presença de lideranças femininas, a exemplo da participação da bispa Marinez, sendo um reflexo da ordenação de mulheres na igreja brasileira, refletindo igualmente pautas ambientais, que vêm ganhando espaço na Teologia Pública da IEAB. Isso deu ainda mais visibilidade ao Brasil na construção do atual quadro de uma Comunhão Anglicana mais diversa e representativa.

3.5. Para onde caminha o Anglicanismo no Brasil?

Em 2020 a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil completou 130 anos⁹², desde que os primeiros missionários episcopais norte-americanos chegaram à região Sul. Durante sua história, a contribuição dos pioneiros e daqueles que deram continuidade à consolidação de um Anglicanismo brasileiro, também ajudou a moldar o *ethos* da Igreja. De modo especial, os bispos tiveram um papel fundamental na construção dessa identidade eclesiástica que, a partir da segunda metade do século XX, foi marcada por uma série de reflexões teológicas e eclesiológicas sobre como a Igreja Nacional poderia tornar-se uma Província autônoma dentro da Comunhão Anglicana.

O processo de abertura, ou de um *aggiornamento no Anglicanismo*, – para utilizar termo cunhado pelo Concílio Vaticano II – pode ser aplicado ao contexto da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil para as demandas do século XXI. O aprofundamento e a aplicabilidade da ideia da Inclusividade anglicana, provocou, em diferentes momentos, crises institucionais e até divisões, ao mesmo tempo em que também atraiu novas pessoas – algumas das quais não tinham a pertença cristã –, que passaram a identificar-se profundamente com o perfil aberto e progressista da Igreja, ou que, estando em busca de aceitação e acolhimento, encontraram na IEAB um espaço seguro para viverem suas experiências de fé sem nenhum tipo de constrangimento quanto à sua sexualidade ou seus relacionamentos.

Desde que os primeiros missionários episcopais chegaram ao Brasil, em 1890, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil passou por diversas mudanças que abrangem as questões cerimoniais, a atuação pública e até a sua teologia. A Fé Anglicana continua a mesma nos pontos considerados “essenciais”. Juntamente com os pontos estabelecidos pelo Quadrilátero de Lambeth, a Igreja continua suas história e trajetória como instituição religiosa, pautada no conceito da *Via-Média*. Em sua Teologia, ela mantém a doutrina embasada nos Dogmas Cristológicos surgidos nos primeiros séculos. Na Liturgia, as

⁹² Em 2020, por conta da Pandemia do COVID-19, a IEAB não realizou celebrações presenciais em comemoração aos 130 anos de sua fundação. Porém, seus bispos e bispas gravaram uma série de vídeos contando a trajetória da Igreja a partir da história de cada uma das nove Dioceses e do Distrito Missionário. Tais vídeos, disponíveis no Youtube, constituem-se em um valioso registro que apresenta o passado, o presente e o projeto de Igreja que se encontra em construção.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

cerimônias e a dinâmica espiritual permanecem regidas pelo Livro de Oração Comum. O regime hierárquico e o governo episcopal continuam a coexistir ao lado dos princípios democráticos que regem a administração da Província, com suas instâncias de decisão sinodal e conciliar. Então, o que mudou?

Como tantas outras Províncias da Comunhão Anglicana, ao longo de sua história ela também repensou seu projeto de missão e o lugar de seus membros no corpo eclesial, dialogando e redimensionando questões consideradas “não essenciais” e que, por muitas vezes, acabam sendo “atualizadas” ou ganham abertura com o passar do tempo. Para alguns, isto significa que a Igreja afastou-se de suas missão, doutrina, crenças e/ou práticas. Para outros, isto significa que ela continua a caminhar junto com a história e a sociedade do seu tempo, e que estas mudanças são fruto dos desafios contemporâneos aos quais a “Igreja-instituição” é chamada a responder. Da mesma forma, é preciso entender que, em qualquer instituição, a identidade continua a ser construída e remodelada com o passar dos anos, de modo que isso é um processo no qual não é possível apontar qual será o futuro da Comunhão Anglicana ou do Anglicanismo no Brasil.

A identidade de um grupo nunca é estática. A identidade é um processo dinâmico que se estrutura a partir de fortes experiências do passado, novas demandas do presente e esperanças em relação ao futuro. Jamais nos arriscaríamos a dizer qual deveria ser a identidade eclesiológica da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil nas próximas décadas (CALVANI; OLIVEIRA, 2012, p. 219).

O discurso da “heterodoxia” *versus* “ortodoxia”, veiculado (muitas vezes de modo automático) pelas próprias lideranças anglicanas – e por outras pessoas externas à Igreja –, acaba caindo no lugar-comum de que estas mudanças trouxeram uma crise sem solução, um ponto sem retorno, que é o atestado de falência múltipla da Igreja, e que o Anglicanismo está fadado a se desintegrar: “Por ser tão moderna, arrebanhou milhões de fiéis pelos 5 continentes. Por ser tão moderna, está se desintegrando” (SUPER INTERESSANTE, 31 jul. 2008). As inúmeras críticas tecidas, muitas vezes pelos próprios bispos, ao longo do “Período de Crise”, foram mais perguntas do que respostas, sendo

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

que, muitas delas, só puderam – e só poderão – ser respondidas com o passar do tempo.

Será que Kinsolving sonhou e trabalhou em vão? Será que Sherrill sonhou e trabalhou em vão? Será que tenho sonhado e trabalhado em vão? Será um dia a Diocese do Recife uma verdadeira diocese anglicana? Haverá um reavivamento na IEAB? Haverá um futuro para o anglicanismo evangélico e/ou carismático entre nós? Pelo muito que já vi, o que posso antever? “De boas intenções está pavimentada a estrada que conduz ao inferno.” Equívocos, inexperiência e ingenuidade constroem o acostamento dessa estrada e a ambição é sua sinalização. Por mais de meio século, vi e continuo vendo. Vejo aproximar-se a poeira do tropel do cavalo de Tróia (CAVALCANTI, 2007, p. 83)

Aqui, reiteramos nossa posição de que é preciso um diálogo com o passado para a IEAB tornar-se novamente a “Igreja Episcopal no País do Futuro”, o que um dia foi sonhado e planejado pelas teses do Congresso Episcopal de 1960: não apenas uma “Igreja Nacional”, mas também de relevância nacional. Isso vai além de uma simples mudança na nomenclatura da instituição, mas se encontra, sobretudo, na desconstrução de um projeto que quase minou uma diocese, apontando uma das possíveis saídas para a crise que se instalou na Igreja e no Anglicanismo brasileiro.

Respondendo à provocação – em todos os sentidos do termo – do bispo Robinson Cavalcanti, atualmente a Província brasileira da Comunhão Anglicana se encontra em um processo de continuidade em relação ao projeto iniciado pelo bispo Kinsolving, superando as dialéticas do rompimento pelas quais passou tantas vezes ao longo de sua história. Essa “hermenêutica da continuidade” deve estar em constante diálogo com o passado, sempre tomando como referência as dificuldades e desafios encontrados pelos primeiros missionários que, com muito esforço, construíram uma Igreja de proporções nacionais e internacionais. A partir de um diálogo sadio com as suas origens, é possível encontrar diferentes possibilidades e respostas para um “reavivamento” da IEAB em pleno século XXI.

Considerando o atual realinhamento anglicano mundial e a aderência de muitas denominações em torno da GAFCON – a exemplo da Igreja Anglicana no Brasil, a Província da GAFCON em nosso país

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

–, é preciso que a IEAB também faça o seu realinhamento com Províncias da Comunhão Anglicana e Igrejas Cristãs em nosso país que possuem perfis semelhantes, teologias inclusivas e discursos de reconciliação. Mas a autocritica também deve ser uma constante, para a pluralidade não se tornar particularismo e a unidade não ser uniformidade.

Mas, para isso, é preciso fazer as pazes com o passado, resolver questões que continuam em aberto, senão o discurso institucional nunca conseguirá sair do papel. Joanildo Burity aponta a necessidade urgente de a Igreja se debruçar sobre as reais causas dessa crise na IEAB, que nasce, em suma, por posturas reveladoras, em sua maioria, da má compreensão da identidade da própria Igreja.

Creio que não basta pedirmos um desarmamento dos espíritos ou reclamarmos da fraca identidade anglicana dos grupos que têm repetidamente nos deixado. Tantas defecções, no clero e de comunidades inteiras, ao longo de tanto tempo, expressa duas coisas: (a) não estamos agindo sobre as causas dessa crise; (b) não estamos enfrentando a questão do quanto nossa eclesiologia e nossa identidade realmente existentes estão comprometidas por incoerências e por uma grave confusão entre abertura ao mundo e submissão ao mundo. Entre "conservadores" e "liberais". (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 17).

Percebemos em ações recentes que, as parcerias firmadas com a Trinity Wall Street, que está sendo a paróquia da Igreja dos Estados Unidos responsável por agregar as Igrejas Episcopais Anglicanas na América Latina, também estão indo muito além do que uma simples parceria de projetos para dioceses das Igrejas do Caribe e da América do Sul. Esse processo de aproximação institucional e da formação de laços de companheirismo com as Igrejas irmãs que fazem parte da Comunhão Anglicana – em especial a Igreja Anglicana do Canadá, a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e a Igreja Lusitana de Portugal, junto com outras que fazem parte da Rede Lusófona – evidencia um maior amadurecimento da IEAB frente ao seu papel dentro da Comunhão Anglicana.

O Anglicanismo no continente africano está, atualmente, em plena expansão, inclusive em Angola e Moçambique, integrando a Igreja Anglicana da África Austral. Essa Província engloba diversos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

países da região do Sul da África. Porém, sendo a língua um fator identitário, isto acaba por separar estes dois povos lusófonos, uma vez que o sul da África tem o inglês como língua oficial. Por isso, após vários estudos foi apresentado o projeto de criação da Igreja Anglicana de Moçambique e Angola (IAMA), a 42ª Província da Comunhão Anglicana.

Moçambique e Angola têm o português como língua oficial. As igrejas anglicanas nos dois países atualmente fazem parte da Igreja Anglicana da África Austral. A proposta de uma nova Província de língua portuguesa tem o apoio do Primaz da África Austral, Arcebispo da Cidade do Cabo, Rev.mo Thabo Makgoba. As propostas veriam as atuais quatro dioceses anglicanas nos dois países aumentadas para 12. A única diocese servindo toda a Angola, que se tornou uma diocese de pleno direito no dia de Santo André (30 de novembro) 2019, após 16 anos como uma Diocese Missionária, se tornará quatro dioceses: Luanda Norte, Luanda Sul, Uíge e Central e Sul de Angola. Em Moçambique, as três dioceses existentes serão reorganizadas para criar cinco novas Dioceses Missionárias de Maciene, Inhambane, Pungue, Zambézia e Tete; além de dioceses menores com os atuais nomes de Libombos, Niassa e Nampula (ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE, 15 mar. 2021).

Em 24 de setembro de 2021, a nova Província foi instalada pelo Arcebispo de Cantuária e Dom Carlos Matshinhe foi investido como Primaz em exercício. A criação da nova Província africana aponta para o fortalecimento da Rede Lusófona da Comunhão Anglicana e o aprofundamento das relações entre as suas Igrejas.

Para alcançar esse escopo será preciso não apenas a boa vontade das partes envolvidas e projetos bem elaborados em reuniões que já presenciamos, mas, sobretudo, compromisso e seriedade na hora de executá-los. Mesmo que estejam sendo conduzidos pelas diretrizes da Província norte-americana, a sua implementação virá por mãos brasileiras. Será preciso uma “visão profética” para os tempos futuros em sua concepção, um “profissionalismo administrativo” em sua execução e um “zelo pastoral” na sua condução, para que a Igreja possa novamente crescer de maneira efetiva nas suas várias áreas de atuação.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Sobre o crescimento e o futuro da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, vislumbramos três possibilidades: a) nova expansão, a partir de uma frente de atuação específica, que busque um público mais jovem e ao mesmo tempo familiar, identificado com uma Igreja aberta ao diálogo e às questões do nosso tempo; b) declínio, risco que, frequentemente, é alertado pelas próprias lideranças clericais e leigas da Igreja; c) estagnação por um longo período, uma vez que as consequências dos processos das crises e os problemas acerca da identidade ainda são sentidos em toda a Província, em especial na Diocese Anglicana do Recife.

Entendemos que a reflexão em cima dos Eixos elencados no Plano Estratégico Provincial – Missão, Pastoris e Diaconia; Formação Teológica; e Gestão, Comunicação e Sustentabilidade –, estão intimamente ligados ao desafio de construir uma Igreja enraizada na cultura brasileira, dotada de valores democráticos e que seja capaz de comunicar a sua mensagem de inclusão em uma sociedade tão dividida como a em que vivemos nos tempos atuais. Para isso, será preciso que a própria Igreja encare a realidade a ser enfrentada, sem se esquecer do seu passado.

No entanto, o desenvolvimento das novas ênfases teológicas, a partir da década de 1980, às quais levaram à construção das múltiplas identidades da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, trouxe consigo novos desafios e demandas que devem ser respondidas de maneira objetiva pela Província. Os episódios cismáticos de um passado recente não podem ser esquecidos, e o diálogo crítico, feito de forma sincera e sadia, é a melhor saída para dar continuidade ao processo de consolidação dessas múltiplas identidades.

Daí a importância da continuidade das pesquisas acadêmicas feitas por membros da Igreja, iniciadas no início deste século. Aqui, mais uma vez cabe a reflexão feita por Joanildo Burity, que abarca os três eixos do Plano Estratégico Provincial, acima citados.

(a) Precisamos enfrentar as fragilidades administrativas, doutrinárias e éticas de nosso modelo eclesial real. Falta-nos adesão e observância séria a estatutos e cânones (de leigos a bispos!); falta-nos seriedade na gestão dos bens e no planejamento da missão; falta-nos liderança visionária para enfrentar o descompasso entre unidade e diversidade que hoje vivemos. Precisamos de nada menos que uma repactuação geral, e precisamos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

intensamente de gente "diplomata", pacificadora, reconciliadora, não de mais divisões teológicas, de classe ou identitárias. Aí está um tema indeclinável para o próximo sínodo! (b) Num mundo de fragmentação e polarização, precisamos desenvolver um programa de formação teológica anglicana sério, com boa pedagogia e forte ênfase pastoral e ética, tanto para o clero (embutido em sua preparação ministerial e formação continuada), quanto para os leigos. Algo está muito mal nessa área. Estamos claramente perdendo a batalha neste campo e sendo minados pela cultura da intolerância, da polarização e da competição socioeconômica agressiva, que acirram a rejeição dos pobres e das minorias e banalizam a violência; (c) Precisamos desafiar o clero a integrar em sua pregação e pastoral as Cinco Marcas da Missão na vida de todas as paróquias e missões, desafiando a igreja toda a assumir proativamente a inseparabilidade da pregação, do testemunho profético, do cuidado com a natureza e da prática da reconciliação e da paz. Missão é da igreja toda. Sem isso, nossa pequenez e nossas divisões nos levarão aos poucos ao declínio, num cenário de profundas mudanças religiosas e sociais no país e no próprio mundo anglicano (ESTANDARTE CRISTÃO, abr. 2017, p. 17).

Após a “Grande Crise do Recife”, em 2005, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil desenvolveu um maior amadurecimento e transparência quanto às suas posições, principalmente pela regularidade de campanhas voltadas para os Direitos Humanos, e de combate às várias formas de expressão do machismo, do racismo, da homofobia e da intolerância religiosa. A sua presença em instâncias de cunho ecumênico, como o Conselho Mundial de Igrejas e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, também reforçou o perfil que a Igreja tenta construir desde então. Essa promoção, por parte da IEAB, de um modelo de Igreja e sua atuação no mundo a partir de uma relação global e ao mesmo tempo contextualizada com os problemas locais, está bem próxima da concepção da “cidadania cosmopolita” de Boaventura de Sousa Santos, a qual se baseia no “reconhecimento da diferença. [...] Essa nova cidadania requer invenção de processos dialógicos de construção de novos modos de intervenção política” (SANTOS, 2003, p. 24).

As novas gerações de anglicanos, no clero e no laicato, em especial, os jovens que fazem parte da UJAB, têm consciência de que

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

esses trabalhos de reestruturação e nova expansão da IEAB pelas próximas décadas serão encabeçados por eles, com a missão de consolidar as novas ênfases teológicas construídas nos últimos anos. Com a renovação do clero e da Câmara Episcopal – via eleição de bispos e bispas que não estiveram envolvidos diretamente nos episódios cismáticos –, também é possível vislumbrar uma nova política eclesial de superação do passado por intermédio do diálogo, da busca por reconciliação, e da promoção da Igreja na sociedade brasileira através do uso das novas mídias sociais e da ocupação de ambientes e espaços geográficos que antes não eram possíveis.

Embora não tenha sido um processo exclusivo do Brasil, diante de outros casos de crises e divisões, como os da Igreja Episcopal dos Estados Unidos (que culminou com a criação da ACNA), e da Igreja Anglicana da Austrália – com disputas internas entre os bispos e respectivas dioceses –, a “Grande Crise do Recife” configura-se como um dos principais fenômenos na história contemporânea para se compreender melhor o realinhamento anglicano ao redor do mundo, e como ele repercute em nosso país, onde o Anglicanismo possui duas grandes frentes institucionais: a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – como Província da Comunhão Anglicana alinhada teologicamente com as Igrejas do “Norte Global” – e a Igreja Anglicana no Brasil – como Província da GAFCON alinhada teologicamente com o “Sul Global”.

Atualmente a GAFCON/FCA ganhou força através de algumas de suas principais lideranças, a saber, Laurent Mbanda, arcebispo da Igreja Anglicana de Ruanda, atual presidente do Conselho de Primazes da GAFCON⁹³; desde 2023, o qual sucedeu o arcebispo Foley Beach, que foi primaz da Igreja Anglicana na América do Norte (sucedido pelo

⁹³ O Conselho de Primazes da GAFCON é formado por bispos das Igrejas que participaram e formalizaram seu alinhamento com as Conferências da GAFCON. É, atualmente, composto por Laurent Mbanda, Arcebispo da Igreja Anglicana de Ruanda, Presidente; Miguel Uchôa Calvacanti, Arcebispo da Igreja Anglicana no Brasil, Vice-Presidente; Georges Titre Ande, Primaz da Igreja Anglicana do Congo; Justin Badi Arama, Arcebispo da Igreja Episcopal do Sudão do Sul; Samuel Stephen Kaziimba Mugalu, Primaz da Igreja de Uganda; Henry Chukwudum Ndokuba, Primaz da Igreja da Nigéria; Siegfried John Ngubane, Bispo Presidente da Igreja Evangélica Anglicana Reformada da África do Sul; Stephen Than Myint Oo, Arcebispo da Igreja da Província de Mianmar; Jackson Ole Sapit, Arcebispo da Igreja Anglicana do Quênia; Samy Fawzy Shehata, Arcebispo e Primaz de Alexandria; Steve Wood, Arcebispo da Igreja Anglicana na América do Norte; Enrique Lago Zugadi, Arcebispo da Igreja Anglicana do Chile; e Paul Donison, Bispo desde 2024 e Secretário Geral.

Steve Wood); e o arcebispo Miguel Uchôa, primaz da Igreja Anglicana no Brasil, sucessor de Robinson Cavalcanti, que atualmente tornou-se vice-presidente. Essa presença de primazes oriundos de três continentes centrais no plano geopolítico do Anglicanismo mundial (África, América do Norte e América do Sul) é bastante significativo, pois os dois últimos foram palcos de grandes crises nas Províncias norte-americana e brasileira da Comunhão Anglicana, o que acabou por fragilizar a atuação destas Igrejas em seus países. Ao mesmo tempo, facilitou o crescimento e a influência do grupo conservador perante outras denominações, inclusive algumas que fazem parte da Comunhão Anglicana.

Para além das análises da política eclesiástica, é preciso compreender as razões históricas que levaram ao realinhamento anglicano, e porque existe um peso tão grande que vem das Províncias da África, enquanto que, por outro lado, a autoridade espiritual e a liderança do Arcebispo de Cantuária (e como consequência, as instâncias de poder da Comunhão Anglicana), são contestadas e postas de lado. E a resposta para isso se encontra no processo de descolonização africana.

A descolonização (ou processo de emancipação das antigas colônias Britânicas na África e na Oceania) teve repercussões religiosas, já que as antigas igrejas anglicanas criadas nessas regiões passaram a contestar certas diretrizes teológicas e litúrgicas oriundas da Europa e depois dos EUA. Eles buscaram sua autodeterminação, assimilando elementos culturais próprios como a poligamia e uma liturgia dançante dentro da espacialidade circular tão cara: as origens tribais. A influência do Islamismo e a aceitação de uma ortodoxia teológica levam as Igrejas do chamado Sul Global a rejeitarem a ordenação de homossexuais não castos e a bênção matrimonial de pessoas do mesmo sexo. Outro aspecto por demais controvertido é a questão da emancipação religiosa das mulheres, já que ocupam postos de comando na vida civil, militar e religiosa na América e na Europa, o que é incomum na África (SOUZA, 2020, p. 142).

Sobre a Igreja Anglicana de Uganda, notamos um alinhamento cada vez maior com a GAFCON, o qual influencia nas relações com outras Igrejas, uma vez que ela é uma das maiores Províncias da

Comunhão Anglicana e apresenta um vertiginoso aumento do números de fiéis. Durante o período em que exerceu a primazia, o bispo ugandês Stanley Ntagali manteve uma relação próxima com o Arcebispo Justin Welby.

Em 03 de março 2020, Ntagali passou a cruz primacial para Stephen Kaziimba, que se tornou o 9º Arcebispo e Primaz de Uganda. Mas o perfil do novo líder só poderá ser avaliado com o passar do seu mandato. Em relação à GAFCON, o Primaz de Uganda não tem assento no Conselho de Primazes, mas é provável que, com o realinhamento visto durante a última Conferência do grupo, realizada em 2018, em breve seja oficializado o seu ingresso naquele órgão.

Da mesma forma, percebemos que a criação da Província Brasileira da GAFCON, ocorrida um mês antes do Sínodo Geral da IEAB que aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, foi um ato político e de reafirmação de posições teológicas desta denominação, como foi atestado pelo próprio sermão proferido pelo Arcebispo Miguel Uchôa, no dia da sua instalação. Hoje, a Igreja Anglicana no Brasil ocupa um lugar de destaque na Fraternidade de Anglicanos Confessantes junto com as Igrejas de Uganda, da Nigéria e Anglicana na América do Norte, embora não seja reconhecida oficialmente pelos órgãos da Comunhão Anglicana como representante do Anglicanismo no Brasil.

O projeto das Igrejas que fazem parte da GAFCON é bastante claro: dar continuidade ao crescimento e expansão das suas Províncias para que, em algum momento passem a integrar a Comunhão Anglicana, mesmo que dividam seu território com outra Província já estabelecida em um determinado país. Isto ficou bastante nítido durante a 17ª reunião do Conselho Consultivo Anglicano, cuja proposta da existência de duas Igrejas dentro de uma mesma região foi rejeitada.

Embora tenha sido adiada duas vezes (a primeira, por razões de ordem política e, a segunda, em decorrência da Pandemia do COVID-19), ela se tornou o centro de diálogo e dissenso na comunidade anglicana mundial, sendo aguardada como uma espécie de fórum, de proporções ainda maiores que a anterior, no sentido de que temas e problemas sociais que abrangem, inclusive, esferas além da Comunhão, serão o centro dos debates oficiais e dos bastidores.

É preciso que as Províncias respeitem-se mutuamente, e considerem que a Conferência de Lambeth é consultiva, não legislativa. As Igrejas são autônomas e independentes, fazem parte de uma família,

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

em que, semelhante às famílias humanas, seus membros não pensam, agem ou são iguais, muito menos concordam sobre os mesmos temas. A diversidade anglicana talvez seja expressa da melhor maneira pela própria estrutura da Comunhão Anglicana, na qual as Conferências devem ser momentos especiais, pois nelas, além da refeição partilhada nos momentos celebrativos, deve haver espaços de diálogo mútuo e troca de experiências, não de farpas e imposição de políticas que não dialogam, nem respeitam os contextos particulares de cada Igreja.

Além da existência da Província da Comunhão Anglicana e da Província da GAFCON no Brasil, nas últimas décadas notamos o surgimento de Igrejas Anglicanas Independentes. A sua existência e realidade em meio ao Anglicanismo histórico não pode ser negada, nem a Igreja pode afirmar que estas “ovelhas de outro aprisco” não podem ser consideradas como tais, pois tal postura em nada condiz com a posição de diálogo e abertura da IEAB com outras questões. Dessa forma, o melhor tipo de relacionamento que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil pode ter para com outras denominações é buscar ao máximo o sentido da *Ecclesia* como *koinonia*, uma “comunhão de pessoas”.

Isto também se reflete no conceito da “Comunhão Anglicana” e nos problemas que giram em torno do seu “mito” e da sua “operacionalidade” entre as Províncias. De acordo com Calvani: “instituições não são capazes de manter comunhão. Instituições mantêm, no máximo, acordos bilaterais enquanto for conveniente para ambas as partes. Quem mantém comunhão são pessoas” (*In: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS*, 2006b, p. 16).

O futuro do Anglicanismo – e da própria Comunhão Anglicana –, exige uma habilidade dialógica por parte das lideranças laicas e clericais, assim como de seus representantes oficiais e dos representantes das Províncias que se encontram sob os laços históricos e de afeição mútua. Nunca foi tão necessário a construção de pontes e caminhos para além daquilo que Carlos Calvani chama de “mito fundante”. Para o Anglicanismo, as origens do conceito da “Comunhão” remontam à primeira Conferência de Lambeth, em 1867.

No século XX, devido às novas hermenêuticas eclesiais, os anglicanos encontraram na expressão “laços de afeição”, a melhor forma de traduzir a *koinonia* que existia entre eles. Segundo o discurso oficial, reproduzido até hoje, não são as doutrinas, dogmas ou as

formas de interpretação bíblica que os unem, mas a partilha das experiências em suas comunidades, dioceses e Províncias.

Assim, existem dois sentidos distintos para uma mesma palavra, que, segundo Calvani, são constantemente confundidos pelos anglicanos espalhados pelo mundo. O uso teológico da expressão “comunhão” frequentemente é interpretado como uma espécie de “unidade institucional”; uma suposta unidade entre as Províncias que estão sob a liderança espiritual do Arcebispo de Cantuária. Mais importante do que a “Comunhão Anglicana” – de cunho institucional – é a “comunhão anglicana” – baseada no respeito às diferenças e na liberdade que cada grupo ou Província possui para construir e consolidar as suas múltiplas identidades.

Por esses e outros motivos o que chamamos “Comunhão Anglicana” é um mito que, em seu potencial libertador, convida-nos à inclusividade a considerar a liberdade de cada grupo que se abriga sob o guarda-chuva da “comunhão anglicana” de viver sua fé em Cristo de modo diferente. Os interesses particulares afloram sempre que alguns grupos tomam decisões mais ousadas em relação a tradições do passado. Houve época em que os bispos reunidos em Lambeth se preocuparam muito com a prática da poligamia em contextos africanos. Na época da polêmica sobre a ordenação feminina houve várias reclamações de grupos conservadores exigindo que antes de se tomar tal decisão, as igrejas deveriam consultar-se mutuamente e esperar que houvesse consenso. Porém, esperar pelo consenso de todos é impossível e se isso fosse praticado, nada de novo teria acontecido nas Igrejas. A ECUSA ou a IEAB não precisaram pedir autorização de Cantuária para ordenar mulheres ao sagrado ministério, assim como a Igreja Católica Romana a ninguém consultou quando promulgou os dogmas marianos. Exigir que todas as igrejas locais (províncias) esperem o aval de todas as outras no mundo inteiro para tomar certas decisões é hipocrisia, pois ninguém faz isso. A “Comunhão” não é sustentada pelo consenso de idéias, mas pela disposição de aceitar o/a outro/a com suas diferenças (In: CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS, 2006b, p. 17).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Talvez essa seja a melhor forma de construir pontes e caminhos em busca da unidade, não necessariamente militando por um retorno delas ao “aprisco”, mas buscando evitar, ao máximo, o sectarismo ou qualquer forma de exclusivismo que possa levar a novas divisões. Cabe às novas gerações de clérigos e leigos, a tarefa de estabelecer diálogos sérios – de bases teológicas, políticas e institucionais –, mas, sobretudo, de superar as feridas do passado, uma vez que, esta mesma geração tem conhecimento dos erros do passado e a oportunidade de não repeti-los.

O mundo tem passado por mudanças muito rápidas nas últimas décadas, assim como o Anglicanismo. A Comunhão Anglicana não é mais a mesma, nem as suas Províncias. No Brasil esta realidade não é diferente. A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil está aprendendo a se reinventar diante dos novos desafios do Cristianismo no Brasil. Assim como o diálogo ecumênico e inter-religioso é importante, hoje também é preciso fazer o diálogo *intra-religioso*, no âmbito das Igrejas Anglicanas. O discurso da “unidade na diversidade” agora chama a IEAB a um novo tipo de desafio – dialogar com os “irmãos separados” –, de modo que seja possível diminuir o atual estado de fragmentação do Anglicanismo no Brasil.

A diversidade tão defendida por alguns, também significa a existência de outras Igrejas de uma mesma tradição, que dividem espaços, práticas, discursos e até mesmo mesas. E esta diversidade também implica o direito de coexistir em meio às diferenças, para, quem sabe, um dia, do que era dividido fazer nova unidade.

CONCLUSÕES

Ao longo destas páginas, apresentamos a jornada do Anglicanismo brasileiro e mundial, uma “Anglicanodisseia”⁹⁴ em busca de manter a “unidade invisível”, em meio a uma “diversidade visível” que, muitas vezes, acabou cruzando a História em tendo em redor a “adversidade”, como uma ponte instável sobre as tormentas institucionais, muitas vezes necessárias, para que as mudanças ocorram, “mesmo do pior, para o melhor”, como diria o teólogo inglês setecentista Richard Hooker.

É possível fazer uma crítica aprofundada e, simultaneamente, uma análise razoável dos elementos que constituem a *Ecclesia Anglicana* enquanto instituição que possui suas particularidades, tanto em nível nacional (Províncias), quanto internacional (Comunhão Anglicana), ao mesmo tempo em que se abre à possibilidade de aprofundar as reformas eclesiais conduzidas ao longo da história e apontar as que são necessárias ao enfrentamento dos desafios do nosso século de modo menos agressivo, como ocorreu após o início dos anos 2000.

Na parte 1 desenvolvemos uma “radiografia” detalhada sobre a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, apresentando sua estrutura, dados estatísticos e sua administração atual, o Plano Estratégico Provincial para os próximos anos, apresentando a denominação como uma Igreja de proporções nacionais e internacionais. Também apresentamos uma análise detalhada das novas ênfases teológicas adotadas pela IEAB, que constituem a base de suas múltiplas identidades, a saber, sua inserção nas questões políticas e sociais, a publicação do novo Livro de Oração Comum, a aprovação Ordenação Feminina, e a Ordenação e o casamento de pessoas LGBT+. Com isso, foi possível compreender como uma Igreja histórica e tradicional pode, ao mesmo tempo, ser progressiva e adotar o discurso da Inclusividade como parte da sua teologia e doutrina.

Na parte 2, desenvolvemos uma análise sobre o Sínodo Geral de 2018, quando a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil aprovou em

⁹⁴ Este termo é inspirado em outro termo criado pelo historiador e professor da Vilanova University (EUA), Massimo Faggioli. A “Eclesiodiceia”, segundo ele, seria uma defesa razoável da existência da Igreja institucional e da possibilidade de reformá-la. Aplicando ao que foi apresentado sobre a trajetória recente do Anglicanismo mundial e brasileiro, compreendemos esse processo que levou à atual crise na Comunhão Anglicana como uma “Anglicanodisseia”.

assembleia e passou a realizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo em suas comunidades, com a repercussão das novas diretrizes da Província e em outras Igrejas cristãs do Brasil.

Na parte 3 tratamos da participação da IEAB na próxima Conferência de Lambeth, que foi adiada para 2022 por conta da Pandemia do COVID-19. Diante dos acontecimentos nas últimas edições, esta última reunião do episcopado anglicano mundial teve um tom mais conciliatório, sendo um desafio para o Arcebispo de Cantuária Justin Welby, diante das novas demandas que surgiram com a crise sanitária, política e econômica ao redor do mundo. Desse modo, o Anglicanismo, no Brasil e no mundo, passa por profundas transformações, que o levarão a novos patamares institucionais, os quais, só poderão ser analisados com o passar do tempo.

O caminho percorrido pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil seguiu os passos deixados pela sua Igreja-Mãe, colocando-se à vanguarda na promoção de novas ênfases teológicas entre as Igrejas históricas brasileiras. Da mesma forma que a Igreja Episcopal dos Estados Unidos incorporou a defesa de pautas sociais, a IEAB mergulhou cada vez mais nestas questões, desde a década de 1960, quando ela se tornou uma Província da Comunhão Anglicana. Se nos Estados Unidos a Igreja Episcopal realizou, em 1979, uma reforma nos seus ritos e manuais, que quebra a rigidez de suas celebrações e contextualiza a Liturgia com a nova realidade social, na Província brasileira, o novo Livro de Oração Comum de 2015 também representou renovação em uma Igreja centenária que busca estar mais próxima da realidade do povo, ao mesmo tempo em que preserva um patrimônio rico em sua diversidade e possibilidades de culto, através do conceito da Inclusividade Litúrgica.

Do mesmo modo que a Ordenação Feminina tornou-se um dos meios para promover a isonomia nos postos de liderança, com a eleição e sagração episcopal de Barbara Harris, nos Estados Unidos, a aprovação da Ordenação Feminina, no contexto brasileiro, também garantiu que as mulheres tivessem maior espaço na Província, e pudessem chegar até as instâncias de liderança mais altas, como aconteceu, com a sagração das primeiras bispas da IEAB. A questão da Inclusividade como parte do *ethos* anglicano passa, obrigatoriamente, pelo acolhimento e pela inserção das pessoas LGBTQ+ em todos os espaços da Igreja. Nos Estados Unidos, a eleição do bispo Gene Robinson tornou-se, ao mesmo tempo, um sinal de divisão e de novos

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

ventos na Província norte-americana. Junto com este ato de reconhecimento do valor das pessoas homoafetivas, a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2015, permitiu que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil trilhasse o mesmo caminho pela inclusão de todas as pessoas nas relações eclesiais.

Diante de tudo o que foi exposto ao longo deste trabalho, a tese que apresentamos é a seguinte: a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil iniciou a construção da sua identidade a partir da sua autonomia administrativa e instituição como 19ª Província da Comunhão Anglicana. Todavia, somente a partir da década de oitenta, as novas ênfases teológicas começaram a consolidar o projeto de uma Igreja “inclusiva, e em contínua reforma...”. Ao longo da pesquisa, apontamos a existência destas novas ênfases a partir de quatro pontos: a inserção da Igreja nas questões políticas e sociais, influenciada por correntes como o Evangelho Social e a Teologia da Libertação; a Inclusividade Litúrgica, com a publicação do novo Livro de Oração Comum, em 2015; a Ordenação Feminina, aprovada em 1985, e consolidada no Brasil com a eleição da primeira bispa, em 2018; e a inclusão plena das pessoas LGBTQ+ na vida sacramental da Igreja, com as ordenações ao sacerdócio e ao episcopado, em conjunto com a aprovação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, concretizada pelo Sínodo Geral, em 2018.

Atualmente apenas as Províncias do Brasil, da Escócia e dos Estados Unidos aprovaram o rito de casamento, e a da Nova Zelândia, a bênção de casais do mesmo sexo⁹⁵. Apesar dos percalços históricos e disputas retóricas em cima da realidade das múltiplas identidades do Anglicanismo, foi durante o Sínodo de 2018 que a Igreja amadureceu, ainda mais, a sua identidade eclesial, ao permitir que as pessoas LGBTQ+ pudessem participar da vida sacramental da Igreja, sem distinção, como “membros plenos do Corpo de Cristo”. Em 2020, a sagração do primeiro bispo homoafetivo reiterou suas posições no campo da Inclusividade, ao buscar construir uma Igreja pautada na promoção do diálogo e no respeito às diferenças.

⁹⁵ É importante frisar que, diante da Ecclesiologia do Anglicanismo, é possível que os processos decisórios sejam tomados apenas dentro de uma Diocese, se os Cânones de uma Província assim permitirem. Ou no caso de uma decisão semelhante da IEAB, o Sínodo Geral pode aprovar tais ritos.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Por sua vez, esta identidade eclesial não é monolítica, como alguns enxergam e, inclusive, algumas lideranças da Igreja a promoveram dessa maneira durante os períodos de crise. Ela se constitui no que chamamos de “múltiplas identidades”. Entretanto, o custo dessas mudanças foi a fragmentação do Anglicanismo brasileiro em diversas Igrejas presentes no país, especialmente após as duas principais crises ocorridas na Diocese Anglicana do Recife. Deste modo, o perfil da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil segue, não um modelo eclesial fechado – representado pelo projeto de Igreja do bispo Robinson Cavalcanti, traduzido pelas duas tabelas apresentadas e analisadas por Jorge Aquino –, mas um “modelo aberto”, traduzido pela existência de múltiplas identidades coexistentes na Igreja.

Por outro lado, não se pode falar da IEAB como uma “Igreja inclusiva” somente por conta do avanço e da aprovação de pautas consideradas “progressistas” – pelos seus defensores –, tampouco uma “Igreja liberal” – pelos opositores que a acusam de ser “heterodoxa” ou até mesmo “herética” –, sendo esta última uma adjetivação forjada pelos mesmos grupos que romperam com a Igreja ou acusam-na de se distanciar de um “Cristianismo puro” e “original”, que ignoram a real estrutura e organização da Igreja e as particularidades presentes em cada uma das Dioceses e comunidades. É mais adequado apontar que a IEAB segue uma eclesiologia ao mesmo tempo “democrática” e “plural”, traduzida pelas “múltiplas identidades” presentes na Igreja. Este perfil também é encontrado em outras Igrejas e Províncias da Comunhão Anglicana.

Do ponto de vista da identidade eclesial, a Igreja necessita reafirmar o conceito da *Ecclesia Anglicana*, apresentado pelo então Secretário-Geral da Comunhão Anglicana, o Bispo Kenneth Kearon, durante visita à Diocese Anglicana do Recife, após seu processo de reconstrução. Como outras Províncias da Comunhão Anglicana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil é uma Igreja de tradição “Católica Reformada”. E assim deve apresentar-se, por via institucional, através da forma e condução de seu governo episcopal; ao seu público, por meio de seus ritos e da apresentação de sua estética; mas, sobretudo, à sociedade, dando destaque à sua identidade de denominação centenária, cujo passado dialogou com a própria história do país. Para isso, é preciso que haja a união dos bispos e bispas, das lideranças clericais e leigas, além do envolvimento dos membros e de suas comunidades nesse “Pacto Episcopal”.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Nesse sentido, as múltiplas identidades da IEAB, construídas nas últimas décadas, devem estar presentes através de um diálogo constante com o passado. O desafio da Província, para o século XXI, é ser uma Igreja brasileira, sustentável, democrática e teologicamente mais enraizada. Até porque, mesmo após 130 anos de existência, a Igreja ainda é – fazendo uso de uma analogia bastante utilizada por seus membros –, um mosaico em construção que, como tal, ainda não está terminado.

Para realizarmos esta radiografia atualizada da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foi baseado em leituras e releituras do documento produzido pelo “GT Identidade”, elaborado durante as reuniões de Planejamento Estratégico Provincial 2020-23⁹⁶, entre os meses de agosto a outubro de 2019. Da mesma forma, além dos textos escritos utilizados ao longo dos anos de produção, a observação da oralidade, dos sermões, dos discursos institucionais veiculados em diferentes eventos, bem como os depoimentos informais colhidos pelo autor foram importantes para redigir este trabalho que, acima do esforço para produzir uma tese de doutoramento ou um documento acadêmico, deve ser tomado como um texto provocativo e de incentivo a novas produções acerca do tema.

Sobre o atual Estado da Arte, nos meses finais para a conclusão deste trabalho, realizamos uma minuciosa pesquisa em diferentes plataformas – desde a lista de publicações do Arquivo Geral da IEAB, passando por banco de Teses e Dissertações da CAPES, até uma busca por livros raros ou fora de catálogo sendo vendidos em sebos e em sites de compras da Internet. Desse modo, foi possível elaborar um panorama geral, englobando as pesquisas realizadas no Brasil em Programas de Pós-Graduação e obras sobre temas ligados ao Anglicanismo. Ao final deste trabalho disponibilizamos uma lista das pesquisas acadêmicas em Mestrado e Doutorado e de obras publicadas em português⁹⁷, apresentando tanto livros, quanto folhetos lançados pela Igreja desde a sua fundação, bem como outros materiais históricos preservados no Arquivo Geral da Igreja, em Porto Alegre.

Notamos que, nos últimos anos, a temática da Sexualidade e da Inclusividade na Igreja Anglicana tem sido uma das mais abordados em

⁹⁶ Vide Anexo F, com o texto do Planejamento Estratégico da Província.

⁹⁷ Vide Anexo G, para a lista de pesquisas acadêmicas realizadas e de obras publicadas no Brasil.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

pesquisas recentes, desenvolvidas em diferentes cursos de Mestrado e de Doutorado – tema este que começou a ganhar destaque na época das duas Crises do Recife. Também percebemos que pesquisas nas áreas de Ciências da Religião, História, Sociologia e Antropologia, são as mais recorrentes, de modo que ainda existem muitos assuntos a serem abordados sobre o Anglicanismo brasileiro e mundial.

Por outro lado, a lista de publicações da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil ainda é bastante “reduzida”, quando comparada a outras denominações cristãs, pois são, até o final do século XX, em sua maioria, traduções de textos vindos de outras Províncias da Comunhão Anglicana (sobretudo da Igreja dos Estados Unidos), ou materiais oriundos de cursos sobre história e teologia anglicanas. As publicações da Igreja passam a ganhar uma nova dinâmica a partir da elaboração do Projeto Memória e do livro *Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil*. Da mesma forma, a organização do Centro de Estudos Anglicanos, a publicação periódica da Revista Inclusividade e uma nova onda de obras escritas por clérigos e pesquisadores independentes, fizeram com que as pesquisas sobre o Anglicanismo no Brasil ganhassem um aspecto mais técnico e muito mais crítico, possibilitando, inclusive, que nos próximos anos novas obras sejam lançadas no mercado editorial.

Por meio desta análise da história, da estrutura e das relações existentes entre as múltiplas ênfases teológicas, doutrinárias e eclesiológicas que moldam a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, foi possível realizarmos um resgate do seu passado e, ao mesmo tempo, tecermos uma crítica acerca dos caminhos construídos até o presente – trazendo à tona o projeto que a Igreja pretendia desenvolver, a partir das ideias apresentadas durante o 1º Congresso Episcopal, em 1960. Esta vasta pesquisa não apenas buscou contribuir para os estudos, no Brasil, sobre o Anglicanismo, mas ela também objetiva abrir possibilidades no campo dos estudos de religião para uma análise da atual conjuntura do Anglicanismo, aproveitando-se da consolidação da área acadêmica em que está inserida: Ciências da Religião e Teologia.

Uma vez que as teses do 1º Congresso abriram caminho para a construção do projeto de uma Igreja Nacional, esperamos que, por meio do que foi apresentado, a leitura deste trabalho possa ser útil às futuras gerações de fiéis e clérigos, de modo que, a Província da Comunhão Anglicana no Brasil possa trilhar novos caminhos e reafirmar a sua identidade de Igreja Episcopal no País do Futuro.

REFERÊNCIAS

Livros

ALVES, Rubem *et al.* **Tendências da Teologia no Brasil.** São Paulo: ASTE, 1977.

BIZON, José; DRUBI, Rodrigo (Orgs.). **A Unidade na Diversidade:** coletânea de artigos em comemoração aos 40 anos do decreto *Unitatis redintegratio* sobre o ecumenismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. **Teologia da Arte:** Espiritualidade, Igreja e Cultura a partir de Paul Tillich. São Paulo: Fonte Editorial; Paulinas, 2010.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **Nossa identidade:** História e Teologia anglicanas. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

CAVALCANTI, Robinson. **Reforçando as trincheiras:** Análise da problemática do homossexualismo à luz do cristianismo histórico. Vida: São Paulo, 2007.

CHAPMAN, Mark. **Anglicanism:** a very short introduction. Oxford University Press, 2006.

COELHO FILHO, Luiz Carlos Teixeira. **Elementos de Liturgia Anglicana:** compilação e análise das declarações da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana. Porto Alegre: Editora e Livraria Anglicana, 2020a.

COLERIDGE, Samuel Taylor. On the Constitution of the Church and State. In: SHEDD, W. G. T. (Org.). **The Complete Works of Samuel Taylor Coleridge.** Vol. VI. New York: Harper & Brothers, 1884.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
DUSSEL, Enrique. **Caminos de la liberación latinoamericana I**.
Buenos Aires: Latinoamérica Libros, 1972.

GENERAL SYNOD OF THE CHURCH OF ENGLAND. **The Ordination of Women to the Priesthood**. London: Church House Publishing, 1988.

GODDARD, Andrew. **The Anglican Communion – Mapping the Terrain**. ANVIL, Volume 24, No 4, 2007.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Livro de Oração Comum**. Porto Alegre: Paulus, 2015.

IGREJA EPISCOPAL BRASILEIRA. **Livro de Oração Comum**. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1950.

JACOB, Cesar Romero [et. al.]. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

KAWANO, Carmen Akemi. **Sumio Takatsu – Vida e Teologia**. São Leopoldo: CEBI; Editora e Livraria Anglicana, 2019.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Porto Alegre: IEAB, 1995.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Paróquia da Ascensão 1916-2016**. Porto Alegre: ESTEF, 2016.

KRISCHKE, Egmont M. *et al.* **A Igreja Episcopal no País do Futuro**. Porto Alegre: Ecclesia, 1960.

MARASCHIN, Jaci Correia. La Liturgia y El Anglicanismo Latinoamericano. In: KATER, John L. (Org.). **Somos Anglicanos**. Ciudad de Panamá: Iglesia Episcopal – Diócesis de Panamá, 1987.

OLIVEIRA, Gustavo. Reconciliation, conflict and renewal: dilemmas and paths of missionary action in the Anglican Episcopal Church of Brazil. In: SWAMY, Muthuraj; SPENCER, Stephen (Orgs.). **Walking**

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
Together: Global Anglican Perspectives on Reconciliation. London:
The Anglican Communion Office, 2019.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **História do Anglicanismo na Inglaterra.** São Paulo: Fonte Editorial, 2017a.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Simões de. **História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América.** São Paulo: Fonte Editorial, 2017b.

ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz (Orgs.).
Religião e sociedade (pós) secular. São Paulo: Academia Cristã;
Vitória: Editora Unida, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Lílían Conceição da; ROSA, Selma Almeida; RIBEIRO, Tatiana. **35 Anos de Ordenação de Mulheres na IEAB – vivências e contribuições pastorais.** Porto Alegre: Editora e Livraria Anglicana, 2021.

SOUZA, Gecionny Rodrigo Pinto de. **Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade.** [S.l.]: Clube de Autores, 2020.

THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. **The Report of the Lambeth Conference 1978.** London: Church Information Office, 1978.

THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. **The Lambeth Conference 1988 – The Reports, Resolutions & Pastoral Letters from the Bishops.** London: Church House Publishing, 1988.

THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN CONSULTATIVE COUNCIL. **The Official Report of the Lambeth Conference 1998.** Harrisburg, Pennsylvania: Morehouse Publishing, 1999.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
THE SECRETARY GENERAL OF THE ANGLICAN
CONSULTATIVE COUNCIL. **The Official Report of the 13th
Meeting of the Anglican Consultative Council, Nottingham, 2005.**
New York: Church Publishing Incorporated, 2005.

TILLICH, Paul. **A Era Protestante.** São Bernardo do Campo: Ciências
da Religião, 1992

VOGT, W. P. **Dictionary of statistics & methodology:** A non
technical guide for the social sciences. 2 ed., London; New Delhi:
Thousand Oaks; Sage, 1999.

WRIGHT, N. T. **Deus e a Pandemia:** Uma resposta cristã sobre o
Coronavírus e suas consequências. Rio de Janeiro: Thomas Nelson
Brasil, 2020.

Artigos, Monografias, Dissertações e Teses

ALVES, J. *et al.* **A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre
2000 e 2010:** diversificação e processo de mudança de hegemonia.
XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, Águas
de Lindoia-SP, 2012.

CALVANI, Carlos Eduardo Brandão. **Anglicanismo no Brasil.**
Revista USP, São Paulo, n. 67, set./nov. 2005.

COELHO FILHO, Luiz Carlos Teixeira. **Inclusivity the Brazilian
Way:** The Road to Same-sex Marriage in the Episcopal Anglican
Church of Brazil. Journal of Anglican Studies. 2020b. p. 1-20.

CORREIA, M. C. **A Observação Participante enquanto técnica de
investigação.** Pensar Enfermagem, 13 (2), 30-36. 1999.

KLEIN, Carlos Jeremias. **Os Meios da Presença Espiritual:
Considerações sobre a teologia sacramental de Paul Tillich.**
Revista Eletrônica Correlatio n. 3, abr. 2003.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
MARASCHIN, Jaci. A Teologia da Libertação torna-se adulta. In: **A maioridade da Teologia da Libertação**. Estudos de Religião nº 6, p. 7-8, abr. 1989.

PEREIRA, D. F. F. **Revisitar Paulo Freire**: uma possibilidade de reencantar a educação. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. 209 f.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Bye bye Brasil**: o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 17-28, 2005.

ROCHA, Daniel; ZORZIN, Paola La Guardia. **Os evangélicos em números**: algumas observações sobre o que revelou (e o que não revelou) o estudo Novo Mapa das Religiões sobre o “agregado evangélico brasileiro”. Revista Plura, Anais dos Simpósios da ABHR, Vol. 13 (2012).

SANTOS, Adriano Portela dos. **As feições étnico-raciais do LOC**. 22 jul. 2020. Disponível em:
<https://adrianoportela.files.wordpress.com/2020/07/as-feic3a7c3b5es-c3a9tnico-raciais-no-loc-brasileiro.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2020.

SHERRILL, Edmund K. A missão total da Igreja numa sociedade em crise. In: **Anais IV Conferência da Comissão Igreja e Sociedade**. Recife, 1962.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
Atas, Documentos e Publicações da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

ANDRADE, Mauricio. **Comprometidos com a Dignidade Humana**. Brasília: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2011.

BURITY, Joanildo. In: ESTANDARTE CRISTÃO. n° 1822, abr. 2017. Disponível em: https://issuu.com/ieab/docs/ec_1822_abr_2017. Acesso em: 05 fev. 2020.

ESTANDARTE CRISTÃO. n° 1821, jan. 2017. Disponível em: https://issuu.com/ieab/docs/ec_1821_jan_2017. Acesso em: 05 fev. 2020.

ESTANDARTE CRISTÃO. n° 1825, dez. 2018. Disponível em: https://issuu.com/ieab/docs/ec_1825_dez_2018. Acesso em: 07 mar. 2020.

IGREJA EPISCOPAL DO BRASIL. **Atas e Outros Documentos da XXI Reunião do Sínodo**. Porto Alegre. Porto Alegre: Departamento de Comunicação da IEB, 1984.

IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA DO BRASIL. **Plano Estratégico Provincial 2020-2023**. Porto Alegre: JUNET, 2020.

KICKHÖFEL, Oswaldo. Relatório do Estatístico. In: DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DA IEAB. **Atas e Outros Documentos do XXVIII Sínodo da IEAB**. Porto Alegre, abr. 2000.

XXXIV SÍNODO GERAL DA IEAB. Gravação feita por Rafael Vilaça Epifani Costa. Brasília: Centro de Convenções Israel Pinheiro, mai./jun. 2018. 5 faixas (120 min).

Sites

ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE. **Arcebispo de Canterbury convida observadores ecumênicos para a Lambeth Conference 2020.** 03 mai. 2019. Disponível em: <https://www.anglicannews.org/news/2019/05/noticias-da-semana-do-anglican-communion-news-service-sexta-feira-5-de-abril-de-2019.aspx>. Acesso em: 09 mai. 2019.

ANGLICAN COMMUNION NEWS SERVICE. **Potential new Anglican Communion province proposed for Mozambique and Angola.** 15. mar. 2021. Disponível em: <https://www.anglicancommunion.org/communications/press-and-media/press-releases/potential-new-anglican-communion-province-proposed-for-mozambique-and-angola.aspx>. Acesso em: 21 mai. 2021.

ANGLICAN INK. **Orthodox bishops to offer their own ‘Lambeth Resolution’ re-affirming Lambeth 1.10 and will not receive Communion alongside gay-partnered bishops.** 29 jul. 2022. Disponível em: <https://anglican.ink/2022/07/29/orthodox-bishops-to-offer-their-own-lambeth-resolution-re-affirming-lambeth-1-10-and-will-not-receive-communion-alongside-gay-partnered-bishops/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CAIXETA, Fernando. **Igreja anglicana do DF celebra primeiro casamento homoafetivo.** Metrópoles, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/religiao/igreja-anglicana-do-df-celebra-primeiro-casamento-homoafetivo>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CHURCH TIMES. **Have confidence in your new Bishop, London traditionalists are urged.** 27 dez. 2017. Disponível em: <https://www.churchtimes.co.uk/articles/2018/5-january/news/uk/have-confidence-in-your-new-bishop-london-traditionalists-are-urged>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CONIC. **IEAB: anglicanos elegem primeira bispa para Câmara Episcopal.** 21 jan. 2018. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/2487-icab-anglicanos->

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números [elegem-primeira-bispa-para-camara-episcopal](#). Acesso em: 21 mar. 2019.

CONIC. **IEAB emenda cânones e permite o matrimônio entre pessoas do mesmo sexo.** 01 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conic.org.br/portal/noticias/2655-ieab-emenda-canones-e-permite-o-matrimonio-entre-pessoas-do-mesmo-sexos>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CONIC. **Luteranos e católicos irão compartilhar templo em Palmitos-SC.** 23 jul. 2019. Disponível em: <https://conic.org.br/portal/noticias/3184-luteranos-e-catolicos-irao-compartilhar-templo-em-palmitos-sc>. Acesso em: 24 jul. 2019.

DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA. **Igreja Episcopal Anglicana do Brasil elege a primeira bispa para Câmara Episcopal.** 23 jan. 2018. Disponível em: <https://www.dab.org.br/project/igreja-episcopal-anglicana-do-brasil-elege-a-primeira-bispa-para-camara-episcopal/>. Acesso em: 21 mar. 2019.

DIOCESE ANGLICANA DE BRASÍLIA. **Confelíder e Sinodo da Igreja Episcopal Anglicana aconteceu em Brasília.** 10 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dab.org.br/project/confelider-e-sinodo-da-igreja-episcopal-anglicana-aconteceu-em-brasilia/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ENTREVISTA COM O REV. EDUARDO HENRIQUE. 07 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RKDSKR8gsdM>. Acesso em: 28 mai. 2019. (75 min).

FOGLIATTO, Débora. **Igreja Anglicana celebra primeiro casamento LGBT do Rio Grande do Sul.** Sul 21, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/areazero/2019/01/igreja-anglicana-celebra-primeiro-casamento-lgbt-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
GAFCON OFFICIAL. Archbishop Stanley Ntagali on why Uganda
won't be attending Lambeth 2020. 19 jun. 2018. Disponível em:
<https://vimeo.com/275835778>. Acesso em: 09 mai. 2019.

G1 MATO GROSSO DO SUL. **Igreja anglicana abençoa oratório
de padroeiros dos gays em MS.** 10 out. 2011. Disponível em:
<https://www.g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2011/10/igreja-anglicana-abencao-oratorio-de-padroeiros-dos-gays-em-ms.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

IGREJA ANGLICANA. Direção: Pedro Alves. Produção: Breno
Nogueira; Luciana Gomide; Frederico Nogueira. TV BRASIL. Série
Retratos de Fé, 2016. (26 min). Disponível em:
<https://tvbrasil.ebc.com.br/retratosdefe/episodio/igreja-anglicana-convivio-de-diferencas>. Acesso em: 28 mai. 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Igreja da Inglaterra
nomeia primeira bispa de Londres.** 20 dez. 2017. Disponível em:
<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574827-igreja-da-inglaterra-nomeia-primeira-bispa-de-londres>. Acesso em: 02 jun. 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Onze arcebispos e 60
bispos assinaram os compromissos anglicanos contra o racismo
ambiental.** 25 jun. 2020. Disponível em:
<http://www.ihu.unisinos.br/600326-onze-arcebispos-e-60-bispos-assinaram-os-compromissos-anglicanos-contra-o-racismo-ambiental>.
Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **A Igreja Anglicana
estudará o casamento gay em seu Sínodo de 2022.** 12 nov. 2020.
Disponível em: www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604583-a-igreja-anglicana-estudara-o-casamento-gay-em-seu-sinodo-de-2022. Acesso
em: 30 nov. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Bispo alemão autoriza
padres a abençoar uniões homossexuais.** 15 abr. 2021. Disponível
em: www.ihu.unisinos.br/608402-bispo-alemao-autoriza-padres-a-abencao-unioes-homossexuais. Acesso em: 20 abr. 2021.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

IHU ONLINE. **Novas visões na fé não podem ser invenções individuais.** 01 set. 2008. Disponível em:

www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2099-dom-sebastiao-gameleira.

Acesso em: 04 fev. 2020.

LAMBETH CONFERENCE. **Anunciadas as datas para a Lambeth Conference.** 21 out. 2020. Disponível em:

<https://www.lambethconference.org/pt/anunciadas-as-datas-para-a-lambeth-conference/>. Acesso em: 21 out. 2020.

LAMBETH CONFERENCE. **Bishops express support for**

‘Anglican Congress’ meeting in the Global South. 01 ago. 2022.

Disponível em: <https://www.lambethconference.org/bishops-express-support-for-anglican-congress-meeting-in-the-global-south/?fbclid=IwAR1O2zeSz1LrjkoLdfjCHYTsh3HAXp-rVObUAuGW0nxTf-OTWapiAN084kE>.

Acesso em: 01 ago. 2022.

LAMBETH CONFERENCE. **Carta aos/às Bispos/as e Cônjuges da Comunhão Anglicana sobre a Lambeth Conference.**

Archbishop of Canterbury, 08 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.lambethconference.org/wp-content/uploads/2020/07/POR-Carta-aos-a%CC%80s-Bispos-as-e-Co%CC%82njuges-da-Comunha%CC%83o-Anglicana-sobre-a-Lambeth-Conference.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

LAMBETH CONFERENCE. **Declaração sobre os Chamados de Lambeth.** 26 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.lambethconference.org/pt/declaracao-sobre-os-chamados-de-lambeth/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PAUL, Ian. **Lambeth ‘Calls’, Lambeth I.10, and the nature of the Anglican Communion.** Disponível em:

https://www.psephizo.com/life-ministry/lambeth-calls-lambeth-i-10-and-the-nature-of-the-anglican-communion/?fbclid=IwAR3WMakM1jHH1ug9crFkAvQ_ApfnnMag6CJ6-82cuhIqtybO5cKlnAxVmNw. Acesso em: 30 jul. 2022.

PRESSE, France. **Igreja Episcopal aprova casamento de pessoas do mesmo sexo nos EUA.** G1, 02 jul. 2015. Disponível em:

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/07/igreja-episcopal-aprova-casamento-de-pessoas-do-mesmo-sexo-nos-eua.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

REIS, Vivian. **Igreja Anglicana realiza primeiro casamento gay de SP**. G1 São Paulo, 24 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/11/24/igreja-anglicana-realiza-primeiro-casamento-gay-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SUPER INTERESSANTE. **Igreja Anglicana: Do começo ao fim**. 31 jul. 2008. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/igreja-anglicana-do-comeco-ao-fim/>. Acesso em: 20 out. 2020.

THE EPISCOPAL CHURCH. **Lambeth Calls and Gathering of our House at Lambeth**. 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.episcopalchurch.org/wp-content/uploads/sites/2/2022/07/Lambeth-7-22-letter-to-TEC-House-of-Bishops-REDACTED.pdf>. Acesso em: 22. jul. 2022.

UCHÔA, Miguel. **Comunicado Oficial**. Blog do Bispo Miguel Uchôa, 02 jun. 2018. Disponível em: <https://www.migueluchoa.com/comunicado-oficial/>. Acesso em: 10 out. 2020.

ANEXOS

ANEXO A
Ordenação de Mulheres na Comunhão Anglicana

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispos
África Austral	Aprovada (1982) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (1992). Primeira presbítera ordenada (1996).	Aprovada e com ordenações ao episcopado (2012).
África Ocidental	Aprovada (1987). Primeira diácona ordenada (1987).	Aprovada (2000) e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
África Central	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Alexandria	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
Angola e Moçambique	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada e com ordenações ao episcopado (2023).
América Central	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
América do Sul	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2015). Primeira presbítera ordenada (2015).	Não aprovada.
Aotearoa, Nova Zelândia e Polinésia	Aprovada (1976). Primeira diácona ordenada (1976).	Aprovada (1976). Primeira presbítera ordenada (1977).	Aprovada (1976). Primeira bispa ordenada (1977).

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Austrália	Aprovada (1985). Primeira diácona ordenada (1986).	Aprovada (1992). Primeira presbítera ordenada (1992).	Aprovada (2007). Primeira bispa ordenada (2008).
Bangladesh	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Bermuda (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2009) e com ordenações ao presbiterato.	Informações desconhecidas.
Brasil	Aprovada (1983). Primeira diácona ordenada (1984).	Aprovada (1983). Primeira presbítera ordenada (1985).	Aprovada (1983). Primeira bispa ordenada (2018).
Burundi	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
Canadá	Aprovada (1969). Primeira diácona ordenada (1969).	Aprovada (1975). Primeira presbítera ordenada (1976).	Aprovada (1986). Primeira bispa ordenada (1994).
Chile	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Congo	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Informações desconhecidas.	Não aprovada.
Coreia	Aprovada (2005) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2008) e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Escócia	Aprovada (1986). Primeira diácona ordenada (1986).	Aprovada (1994). Primeira presbítera ordenada (1994).	Aprovada (2003). Primeira bispa ordenada (2018).
Espanha (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Informações desconhecidas.
Estados Unidos	Aprovada (1970). Primeira diácona ordenada (1970).	Aprovada (1976). Primeira presbítera ordenada (1974).	Aprovada (1976). Primeira bispa ordenada (1989).
Filipinas	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Gales	Aprovada (1980). Primeira diácona ordenada (1980).	Aprovada (1996). Primeira presbítera ordenada (1997).	Aprovada (2013). Primeira bispa ordenada (2017).
Hong Kong	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (1971). Primeira presbítera ordenada (1944).	Não aprovada.
Ilhas Falkland (extra-provincial)	Informações desconhecidas.	Informações desconhecidas.	Informações desconhecidas.
Índias Ocidentais	Aprovada (1992). Primeira diácona ordenada (1994).	Aprovada (1995). Primeira presbítera ordenada (1996).	Não aprovada.

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Inglaterra	Aprovada (1985). Primeira diácona ordenada (1987).	Aprovada (1992). Primeira presbítera ordenada (1994).	Aprovada (2014). Primeira bispa ordenada (2015).
Irlanda	Aprovada (1984). Primeira diácona ordenada (1987).	Aprovada (1990). Primeira presbítera ordenada (1990).	Aprovada (1990). Primeira bispa ordenada (2013).
Japão	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (1998). Primeira presbítera ordenada (1998).	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Jerusalém e Oriente Médio	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2011). Primeira presbítera ordenada (2011).	Não aprovada.
Melanésia	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
México	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Myanmar (Birmânia)	Aprovada, mas sem ordenações ao diaconato.	Aprovada, mas sem ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
Nigéria	Aprovada, mas sem ordenações ao diaconato.	Não aprovada.	Não aprovada.
Norte da Índia	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato (1984).	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Oceano Índico	Aprovada (2002). Primeira diácona ordenada (2002).	Aprovada (2006). Primeira presbítera ordenada (2006).	Não aprovada.
Paquistão	Aprovada e com ordenações ao diaconato (2000).	Não aprovada.	Não aprovada.
Papua Nova Guiné	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Portugal (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato (1997).	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Informações desconhecidas.
Quênia	Aprovada e com ordenações ao diaconato (1983).	Aprovada (1990). Primeira presbítera ordenada (1992).	Não aprovada.
Ruanda	Aprovada e com ordenações ao diaconato (1996).	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Não aprovada.
Sri Lanka (extra-provincial)	Aprovada e com ordenações ao diaconato (2003).	Aprovada e com ordenações ao presbiterato (2006).	Informações desconhecidas.
Sudão	Aprovada (2000) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2000) e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada (2000). Primeira bispa ordenada (2016).

Província	Ordenação de Diáconas	Ordenação de Presbíteras	Ordenação de Bispas
Sudão do Sul	Aprovada (2000) e com ordenações ao diaconato.	Aprovada (2000) e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada (2000). Primeira bispa ordenada (2016).
Sudeste asiático	Não aprovada.	Não aprovada.	Não aprovada.
Sul da Índia	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada e com ordenação ao episcopado (2013).
Tanzânia	Aprovada e com ordenações ao diaconato.	Aprovada e com ordenações ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.
Uganda	Aprovada e com ordenações ao diaconato (2013).	Aprovada e com ordenação ao presbiterato.	Aprovada, mas sem ordenações ao episcopado.

ANEXO B

Primeira Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana

Carta Pastoral dos Bispos da IEAB, 1997 Sexualidade Humana

A sexualidade é um dom de Deus. As relações sexuais exercidas no contexto do amor e do respeito mútuos são consideradas como as coisas boas que Deus criou. Como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade.

1. Afirmamos que a sexualidade é um dom de Deus e que as relações sexuais, exercidas no contexto do amor e do respeito mútuo, não só devem ser aceitas, mas também consideradas como as coisas boas que Deus criou. Por outro lado, a promiscuidade sexual entre pessoas do mesmo gênero ou gêneros diferentes deve ser combatida, por ser contrária ao ensino das Escrituras.

Entretanto, a Igreja deve receber com amor pessoas de qualquer raça, cultura, classe social ou orientação sexual. Afinal, como cristãos, somos portadores da promessa do Espírito Santo, que nos conduz à Palavra feita carne, que acolhe os abandonados, os incompreendidos, os marginalizados, que demonstra amor e compaixão à mulher apanhada em adultério, que conversa com a mulher samaritana e afirma a santidade do homem e da mulher em santo matrimônio.

1. A sexualidade é parte integrante do ser humano. Essa realidade abençoada se expressa em atos de conduta, que se convertem em atos de afeição, relação mútua e conhecimento recíproco entre homem e mulher. Isso envolve sempre uma comunidade. Por isso, o povo bíblico estabeleceu um determinado padrão de conduta, porque as relações sexuais não realizam toda sua potencialidade, se não levar em consideração o amor e a justiça em relação às outras pessoas. Portanto, os atos de violência sexual são iníquos.

2. A Conferência de Lambeth de 1988, no que concerne a família e matrimônio, não conseguiu eliminar a confusão, provocando ensino sobre sexualidade humana. Algumas províncias vêm afirmando que o

homossexualismo é pecaminoso, enquanto outras adotam uma atitude pastoral contextualizada. A questão sexual, que abrange todos os aspectos da vida social e individual, ainda não está de todo resolvida. Os estudos dos fatores que contribuem para as diferentes compreensões em relação ao homossexualismo continuam; e, como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade. Não podemos assumir posições finais sobre a ordenação de homossexuais ou a benção de uniões de pessoas do mesmo sexo, porque na própria Comunhão o assunto ainda está em processo de amadurecimento. A Bíblia, em alguns textos, condena explicitamente o relacionamento homossexual, embora, em sua maioria, seus textos condenam a promiscuidade, a orgia ou o deboche. Entretanto, devemos entender que a Bíblia não é um ditado de Deus, mas sim a Revelação de Deus carregada pela interpretação de seus autores, que trazem nela as influências de sua cultura e época (viviam eles numa sociedade patriarcal e machista).

3. É necessário que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil inclua em seus programas educacionais e pastorais estudos e orientações sobre a sexualidade humana, levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controvertida questão, para que os seus eclesianos, livres de idéias pré-concebidas e na visão de uma sexualidade cristã sadia, possam assumir o dom da sexualidade no contexto da comunidade da fé e respeitar os outros.

Dom Glauco Soares de Lima (Bispo Primaz)

Dom Sumio Takatsu

Dom Cláudio V. de Senna Gastal

Dom Clovis Erly Rodrigues

Dom Sydney Alcoba Ruiz

Dom Luiz Osório Pires Prado

Dom Almir dos Santos

Dom Jubal Pereira Neves

ANEXO C

Segunda Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana

Segunda Carta Pastoral dos Bispos sobre Sexualidade Humana - 2007

*“Se seus sonhos estiverem nas nuvens, não se preocupe,
eles estão nos lugares certos; agora, construa os alicerces”. (Shakespeare)*

*“A relação sexual não se realiza na sua potencialidade,
se não levar em consideração o amor e a justiça em
relação à outra pessoa”. (I Carta Pastoral dos Bispos, 1997)*

Celebramos os 10 anos da I Carta Pastoral dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sobre a Sexualidade Humana. O que nela foi dito ainda é atual para a Igreja hoje. No entanto, diante dos acontecimentos posteriores àquela época, que implicaram na deserção de um bispo e de vários clérigos no Nordeste e noutras partes da Comunhão Anglicana no mundo, resolvemos voltar ao assunto, divulgando de novo aquela carta e chamando a atenção para sua leitura e aprofundamento.

Faz parte da tradição em nossa Comunhão o respeito às diferenças de opinião em relação a questões que não são essenciais ao princípio da Revelação divina. Este princípio diz que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo.” Tudo que a Bíblia diz que não se refira à essência desta Revelação é secundário, ou seja, faz parte da cultura e dos costumes daqueles que foram instrumentos de Deus para a redação dos textos escriturísticos. Para nós, a Bíblia é a Palavra de Deus no sentido de mensagem de Deus e não ditado de Deus. Por isso, ao longo dos séculos, a Igreja vai discernindo o que é essencial e o que é secundário, o que é revelação divina e o que é mediação humana, sempre ligada a cada época e cultura. Esse discernimento não se faz simplesmente por opiniões de indivíduos ou de grupos. Para isso, todo o povo da Igreja é chamado a colaborar com seu “senso de realidade” e seu “bom senso”, formado pela fé e pela própria experiência de vida. A Tradição é isso, é a Bíblia sendo lida, ao

longo dos séculos, na vida do povo de Deus, sob a guia do Espírito Santo. A luz da Razão também nos é de grande auxílio. É necessário examinar as Escrituras com a ajuda da reflexão teológica e das ciências para discernir, em cada tempo, o que Deus nos quer dizer, para que possamos experimentar na vida a obra divina da reconciliação.

Vemos que em nosso seio têm surgido elementos cismáticos e desagregadores que não se conformam com o fato de que há na Comunhão Anglicana correntes que divergem de seu modo de pensar. Percebemos que há quem tenha convicções autênticas; a esses, o nosso respeito, com a afirmação de que são nossos irmãos e irmãs. Há quem se dedique a fomentar a divisão por razões não teológicas, tais como orgulho e anseio pelo poder ou fatores de outra natureza. Ora, isso gera perversas distorções, tanto em relação à natureza da comunhão da Igreja (Eclesiologia), quanto em relação à maneira de interpretar a Bíblia (Hermenêutica). Tanto uns como outros, chamamos ao bom senso e à união. Não é da nossa Tradição a submissão a uma Cúria ou qualquer outro órgão autoritário de doutrina ou prática. cremos na liberdade de pensamento, pois “a verdade nos libertará”. cremos na virtude da tolerância, tão característica do Anglicanismo, que é capaz de sustentar a comunhão em redor da mesa do Senhor e o companheirismo na missão de Deus. Isso é um processo que se desenvolve e amadurece lentamente, com diálogo e paciente escuta uns dos outros, e resulta naquilo que a Igreja chama de *sensus fidelium*, isto é, o sentir comum do povo crente.

Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que “todos sejam um”.

Nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressadas as conclusões de nossos I e II Congressos sobre Sexualidade Humana. Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos ao clero que se aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenham instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações.

PORTO ALEGRE, dezembro de 2007

Dom Maurício José Araújo de Andrade, Primaz

Dom Edmundo Knox Sherril

Dom Clovis Erly Rodrigues

Dom Luiz Osório Prado

Dom Almir dos Santos

Dom Glauco Soares de Lima

Dom Jubal Pereira Neves

Dom Orlando Santos de Oliveira

Dom Celso Franco de Oliveira

Dom Naudal Alves Gomes

Dom Sebastião Armando Gameleira Soares

Dom Filadelfo Oliveira Neto

Dom Hiroshi Ito

Dom Saulo Maurício de Barros

Dom Renato da Cruz Raatz

Dom Roger Douglas Bird

ANEXO D

Texto da Reflexão Teológica feita durante o Encontro Nacional LGBT, que aconteceu de 25 a 27 de maio de 2018, na Diocese Anglicana de Brasília

Nós, membros leigos e clericais LGBT da IEAB, reunidos(as) em estudo, oração e discernimento, afirmamos que:

- Por virtude do nosso batismo, fomos feitos filhos e filhas de Deus, nomeados “de Cristo para sempre” infundidos(as) com o Espírito Santo (LOC pág. 558).
- Esse mesmo Espírito sopra como, onde e quando quer (Jo 3.8) e nos tem dado o discernimento em viver nossa fé com a liberdade e a coragem de sermos quem somos.
- Deus nos criou em amor e conhece o íntimo do nosso ser: nossos desejos, frustrações, anseios e esperanças. Cabe a Deus, ultimamente – e não às pessoas – julgar a nossa vivência e experiência.
- Temos buscado dar testemunho de Cristo em plenitude de amor e em ações concretas e reais como seus(suas) seguidores(as), dentro e fora das estruturas eclesiais, tentando viver no poder do Espírito e trabalhar na Igreja de Cristo à qual nos sentimos chamados(as).
- Apesar da invisibilização, afastamento, demonização e toda sorte de violência~ência que a sociedade – muitas vezes com a omissão da Igreja – nos impõe, temos dado, há muito tempo, testemunho em amar e caminhar “mais uma milha” (Mt 5.41) com quem se sente desconfortável com nossa presença.
- Esperamos uma Igreja que não somente nos acolha, mas, sobretudo, nos inclua plenamente em seu meio, dando testemunho profético da nossa presença, combatendo toda forma de preconceito (sobretudo lesbofobia, homofobia e transfobia) e também na perspectiva de ensino e formação sobre a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais.
- Em nossas vidas e relacionamentos afetivos, se manifestam os frutos (Gl 5.22-23) e dons (Is 11.1-2) do Espírito Santo. A IEAB é desafiada, neste momento, a reconhecer a sacralidade de nossas vidas e uniões, de modo a responder à ação da *Ruah* divina, manifesta em nossas vidas e nas de todo o povo fiel.
- Temos esperança de que nossa caminhada no deserto chegará a um fim, com a certeza de que o Espírito Santo, que nos insta a ver coisas

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números
novas (Is 43.18-19) guiará a Igreja ao entendimento de nossos
sofrimentos e lutas e, finalmente, nos garantirá plena inclusão nas
estruturas eclesiais e pleno acesso aos sacramentos, dando por fim
testemunho efetivo de que somos cidadãos(ãs) do Reino de Deus.

Brasília, DF, 26 de maio de 2018

Adiel Santos (DAR)
Alex Barata da Silva (DAA)
Alfredo Barbetta (DAR)
Aline Fernandes da Silva (DAP)
Alison Solyom (DAC)
Ana Claudia Figueroa (DM)
André do Nascimento Guterres Garcia (DM)
Andriane Soares dos Santos (DAP)
Arthur Cavalcante+ (DASP)
Carlos Ernesto Retamales (DM)
Carlos José Araújo+ (DAR)
Carolino Augusto Silva+ (DASP)
Cláudio Gomes da Silva (DAR)
Cledson da Silveira Garcia (DM)
Cristiano Bernardo (DASP)
Daniel Aflalo (DAB)
Darlan Silva Fernandes (DSO)
Edson Alves Pimentel+ (DAR)
Egon Kunrath (DM)
Eliel Rodrigues Lucena (DAR)
Francisco César Alves+ (DASP)
Fernanda Lipert Magnus (DM)
Fernando Lucas Figueiredo (DARJ)
Filipe Gomes Nogueira (DARJ)
Gabriel Vitor dos Santos (DARJ)
Glauber Jânio Santos+ (DAR)
Ivan Cândido Vieira+ (DASP)
Jeferson Dimbarre (DASP)
Jerrey Andrei Silva dos Santos+ (DM)
Joelson Félix da Silva (DAR)
Joceni de Almeida (DARJ)
Juliano Cavedon (DM)

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Kauana Rodrigues (DM)
Kapyryan Junior (DAR)
Linneu Rezende Haldermann (DARJ)
Lucia Borges+ (DAB)
Lucas Schumacher (DM)
Luiz Coelho+ (DARJ)
Marcel César Pereira (DAC)
Marcello Ikijire Bessa (DASP)
Marcos Cezar Simioni da Cruz (DAC)
Marcos Thadeus (DASP)
Maria Auxiliadora Vasconcelos (DAR)
Maria das Graças Oliveira (DAB)
Mayara Silva Machado (DM)
Mônica Lima (DAR)
Niedja Dias (DAR)
Paulo Ueti (DAB)
Patrícia Rios Castilhos (DAP)
Philip de Lacy White (DM)
Roberto de Jesus (DASP)
Simone Silva Dorneles (DM)
Sued Henrique (DAB)
Vitor de Jesus Freitas (DM)
Wagner Batista (DAC)
Wesley Tondatto (DAC)
Zélia Soares (DM)
Mais 15 outros que preferiram não se identificar.

Em solidariedade comunhão:

Fernando Santos+, presbítero da Igreja Lusitana
Bryan Alexis Vélez, seminarista da Diocese de Porto Rico,
Igreja Episcopal
Sandra Andrade, assessora do SADD
Ilcéia Soares, assessora do SADD

ANEXO E

Texto em vigor do Cânon 38 dos Cânones Gerais da IEAB (2018)

CÂNON 38

Do Matrimônio Cristão

Art. 185 - O matrimônio cristão é um pacto solene e público de uma união espiritual e física entre duas pessoas, independente do gênero ou orientação sexual, na presença de Deus, celebrado diante da comunidade de fé, por consentimento mútuo e íntimo e com a intenção de que seja por toda a vida.

Art. 186 - O matrimônio cristão somente pode ser oficiado, de acordo com o rito desta igreja, depois de cumpridas as seguintes condições:

I. Prova de habilitação para o casamento, de acordo com a legislação civil vigente;

II. Publicação dos proclamas, na forma prescrita pelo Livro de Oração Comum, durante três domingos consecutivos, nos ofícios de maior afluência de fiéis, ou afixação dos proclamas à entrada principal da igreja durante as duas semanas imediatamente precedentes à data da celebração do casamento;

III. Palestras do celebrante com os nubentes de caráter pastoral, versando sobre a doutrina cristã do casamento e da família, sobre o Ofício Matrimônio Cristão e sobre a importância do ministério da Igreja para a saúde da vida conjugal;

IV. Verificação de que, ao menos, um(a) dos(as) nubentes tenha recebido o batismo cristão;

V. A celebração do matrimônio cristão é feita na presença de, no mínimo, duas testemunhas, em dia, hora e local previamente divulgados;

VI. Não se pode officiar o Matrimônio Cristão por procuração.

Art. 187 - Não podem casar:

I - As pessoas casadas, ainda que só no religioso;

II - As pessoas impedidas, na forma da lei civil do país.

Art. 188 - Por decisão favorável do(a) bispo(a) diocesano(a), podem casar pessoas divorciadas, de acordo com a lei civil.

Parágrafo único- Para os efeitos do presente Artigo, além das exigências do Artigo 190, deve ser formalizado processo em que conste traslado da sentença de divórcio transitada em julgado, o qual será encaminhado ao(a) bispo(a) diocesano(a).

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Art. 189 - O oficiante faz o assentamento do casamento no Livro Paroquial, fornecendo aos nubentes, em todos os casos, a respectiva certidão.

Parágrafo único- No caso de matrimônio religioso com efeito civil, é arquivada na paróquia ou missão a certidão de habilitação fornecida pelo Oficial de Registro Civil, devendo o ministro providenciar a sua averbação no prazo legal.

Art. 190 - Declarado nulo ou anulado um casamento civil, o ministro dá ciência do fato ao bispo, que declara pública e formalmente nulo o matrimônio religioso, mandando fazer nos Livros Paroquiais a respectiva anotação.

Art. 191 - Qualquer clérigo(a) desta igreja pode, por motivos de consciência, recusar-se a officiar qualquer cerimônia matrimonial e tais razões não lhe são exigíveis pela Autoridade Eclesiástica.

Parágrafo único: A ninguém é permitido officiar o matrimônio cristão entre pessoas do mesmo sexo sem que tenha sido expressamente autorizado nos Cânones Diocesanos, conforme as exigências ali estabelecidas e com autorização por escrito do(a) bispo(a) diocesano(a).

Art. 192 - A inobservância, em parte ou no todo, dos preceitos estatuídos neste Cânon é razão suficiente para o procedimento disciplinar contra o clérigo responsável, de acordo com os cânones respectivos.

Parágrafo único - Em casos não previstos neste cânon, é de competência do bispo diocesano definir pastoralmente o procedimento a ser adotado.

ANEXO F

Documento Planejamento Estratégico IEAB 2020-23

GT - IDENTIDADE ANGLICANA: REFLEXÕES E
DESAFIOS
Documento Planejamento Estratégico IEAB 2020-23⁹⁸

Rev. Me. Victor Hugo de Oliveira Marques, OASB

Rev. Me. Arvediago Elias Mayer Vergara, OST

Gisara Cunha dos Santos

1. Uma palavra inicial

A ideia de identidade é muito antiga. Ela remonta as primeiras civilizações humanas. Porém, foram os gregos que primeiro disseram algo importante sobre a identidade. Para eles, identidade era um ***princípio lógico-matemático***: “A é igual a A” ($A = A$). Isso não podia ser diferente, caso contrário feriria o princípio ***de não contradição***: “uma coisa não pode ser uma e outra coisa ao mesmo tempo”. Essa forma de entender a identidade matemática incidiu sobre o modo de compreender as coisas e as pessoas de modo geral. Ela passou a significar aquilo que identifica alguma coisa na sua singularidade. É aquilo que confere ***unidade e ao mesmo tempo delimitação, distinguindo-a de todas as outras coisas***.

Contudo, a ideia de identidade, ao ser usada pela filosofia grega, recebeu uma característica filosófica. Além de seu sentido comum de identificação e delimitação, ela passou a ser vista como “essência”, aquilo que não pode mudar. Assim, a identidade de alguém ou de algo é aquilo que é inato a cada um e não sofre influência nem da história nem da cultura. Mudam-se os “acidentes” (o cabelo cai, a pessoa pode engordar, pode aumentar de tamanho, pode envelhecer, etc.), mas a essência (identidade) continua sendo a mesma. Esse tipo de

⁹⁸ Ensaio produzido pelo “GT Identidade” por ocasião das reuniões de Planejamento Estratégico Provincial ocorridas entre os meses de agosto a outubro de 2019. Este deve ser lido como um manuscrito provocativo e provisório a título de incentivar novas produções a respeito do assunto.

compreensão de identidade não se expressa em algo visível aos olhos, mas ela é puramente conceitual. Não se vê os elementos da identidade, ela apenas se constata racionalmente e o que muda não pertence a ela. A identidade “enquanto essência” alcançou o cristianismo primitivo e o determinou profundamente. Até hoje, percebemos em algumas tradições cristãs milenares a defesa da “Tradição Teológica” como algo intocável.

Na idade moderna, com o advento da ideia de “Sujeito” e “subjetividade”, a ideia de identidade sofre uma mudança. Se até então a identidade era uma “essência” inata (algo único e imutável), agora a identidade é entendida como “aquilo que cada um quer ser”. Entendeu-se que nada no mundo é isolado e tudo está em relação. Não existe um mundo imutável como se pensava no passado, mas o mundo é movimento. Assim, a identidade é aquilo que cada um ou grupo toma para si como seu. É o processo de reconhecimento de si em algum tipo de relação. Não é algo mais que já está dado, mas é algo que pode ser construído e reconstruído, dependendo do momento histórico e cultural que se vive. É a subjetividade ou intersubjetividade que definem aquilo que querem ser. Sua expressão, com efeito, se dá ao contrário do passado, não mais como algo (uma essência, um núcleo interior) que está atrás da aparência, mas na própria aparência. É no modo de vestir, no modo de falar, no modo de comportar-se que se vê a identidade. Esse modo de compreender a identidade incidiu diretamente nos movimentos protestantes modernos que retiravam das autoridades clericais seu poder eterno e imutável. A “Tradição” como algo intocável deixa de ser incluída na Identidade e apenas a fonte das origens (sagradas escrituras) deve a ela pertencer, ficando livre a interpretação dessas origens.

Por fim, vivemos em mundo em transição. O sujeito moderno já não é mais aquele que tem autonomia do momento. Pelo contrário, vivemos em um mundo da crise das mediações: Estado, Religião, Moral, Família, Sociedade, nada disso mais nos é referência. A liquidez nos consome e a rapidez das tecnologias nos faz sentir que sempre estamos aquém daquilo que deveríamos estar. O perigo do relativismo e do subjetivismo nos ronda e toda ideia de estabilidade é visto como *démodé*.

Hoje, não existe mais a ideia de “uma” identidade que pode ser alterada ou incrementada por “outra”. O que ocorre é a perda da ideia de identidade. As pessoas já não querem mais ser identificadas ou

delimitadas, elas querem ter a liberdade de viver uma eterna mudança de modos de ser de acordo com a conveniência. Identidade não é aquilo que me identifica, que mostra quem eu sou, mas simplesmente mostra aquilo que quero expressar no momento, no segundo (as vezes). Esse tipo de identidade se expressa não exatamente no modo de se comportar, mas justamente na rapidez e na liberdade de reconstrução das identidades utilizadas ao mesmo tempo.

Tendo em vista essas três definições de identidade, nos parece que a compreensão da identidade moderna é ainda a nossa compreensão de identidade. Com a influência protestante, não aceitamos a rigidez e a imutabilidade da Tradição Romana. Por outro lado, também não entendemos que a visão pós-moderna seja aquela que deva nos traduzir, nos sucumbindo em densos relativismos e anarquias (tal como as pessoas creditam ser o anglicanismo). Temos sim certa “Tradição Cristã-Católica” que nos precede e que consideramos importante manter. Nesse sentido, parece que nossa compreensão de identidade ainda nos pende para a modernidade.

De modo geral, somos uma instituição religiosa que, muito mais do que cultivar apologeticamente uma Tradição que está para além das influências históricas e culturais, nos reconhecemos como protagonistas de nossa própria Tradição. Essa é construída e reconstruída à luz dos desafios culturais e históricos de cada tempo, sem, com isso, nos levar a uma total anarquia. Nossa identidade, com efeito, se manifestaria muito mais nos elementos práticos e aparentes (visíveis aos olhos) do que a um conjunto doutrinário mental constituidor de uma essência. Somos o que expressamos ser. Mostramo-nos como somos e podemos, à luz da prática pastoral, nos amalgamar, mas para continuarmos a ser.

2. Identidade da IEAB, uma síntese!

A Identidade da IEAB, no início do século XXI, se conforma ao longo de sua história, aos limites e possibilidades religiosas do Livro de Oração Comum - LOC. No seu conteúdo litúrgico, ela se identifique com a teológica encarnada; possui uma pastoral voltada preferencialmente aos necessitados do mundo; sustenta certa governança democrática e participativa; e se inclina a uma missão voltada aos pequeninos da terra. Tais condições tornam possíveis: a garantia de todos os fiéis o exercício pleno do sacerdócio de todos os cristãos, abrindo, a cada nova versão do LOC, novas possibilidades de

diálogo desta Igreja com as muitas partes que compõem a rica diversidade de nossa cultura.

Em sua última versão de 2015, o LOC garante a todas as pessoas o acesso pleno a todos os sacramentos. Somos, portanto, protestantes/evangélicos, católicos/sacramentais, que se expressa em: uma liturgia teológica encarnada/social; práticas ecumênicas, inclusivas, não normativas em usos e costumes, defensora dos direitos humanos e de todas as suas demandas sociais dos que historicamente foram colocados nas periferias; aberto ao diálogo com os 4 avanços humanitários e civilizatórios da sociedade. Somos a arte viva de um mosaico em construção, nunca plenamente acabado, num esforço permanente de ver em suas práticas, refletir o rosto plural da cultura brasileira e latino americana.

3. A Expressão da Identidade da IEAB

3.1 Somos Protestantes/evangelic@s: A IEAB (Igreja Episcopal Anglicana do Brasil) se instala no território brasileiro no final do século 19, no conjunto das missões das principais igrejas protestantes históricas, que com a queda do Império e início da República, ganham o direito de aqui se instalarem, legalmente, obrigando assim que o catolicismo apostólico romano rompa de fato com o Estado e deixe de ser a igreja cristã hegemônica. A Igreja Anglicana neste seu início, bem como as demais igrejas protestantes históricas construíram a sua identidade na negação de tudo o que era do sistema simbólico religioso católico romano. O anglicanismo das primeiras décadas no Brasil, era portanto, protestante ligado à reforma do século 16 e Evangélico por defender a Bíblia como única fonte doutrinária e assim a Igreja Anglicana, bem como as demais Igrejas Protestantes, tornam-se uma grande alternativa religiosa ao catolicismo feudal/autoritário, semianalfabeto, que rezava em latim, mágico e supersticioso. As igrejas protestantes vão promover uma mudança em nossa cultura: Cada templo, uma escola! O fiél precisava sair do analfabetismo para dominar os conteúdos bíblicos, agora estruturantes da nova fé, moderna, racional e democrática. Estava pois firmada a identidade protestante/evangélica frente a um catolicismo que continuava sendo arcaico, rezando em latim, e estimulando a fé mágica. Assim se estabeleceu a identidade dos primeiros 50 anos de anglicanismo no Brasil. Aqui ainda não se pode dizer que somos um

mosaico. Somos mais um retrato das diferentes faces do protestantismo histórico recém chegado no Brasil.

3.2 Somos católicos/sacramentais: Com o fortalecimento do Seminário Teológico Anglicano no Sul do Brasil e posteriormente em São Paulo, a partir das décadas de 50/60, muitos estudantes foram buscar especializações teológicas na Igreja da Inglaterra. Lá conheceram outras heranças teológicas anglicanas, dentre elas a catolicidade que desde sempre esteve presente nesta tradição. Uma Igreja sacramental, que propõem a relação do fiel com Deus através do sacramento/objeto. Com o retorno destes estudantes, agora clérigos da Igreja, iniciou-se o 5 movimento de fortalecimento da raiz católica/sacramental nas terras brasileiras. Velas foram trazidas para o altar, a eucaristia e os demais sacramentos passaram a fazer parte do centro da vida litúrgica da igreja, a vestimenta dos sacerdotes assemelhou-se a dos padres católicos. Estabeleceu-se então o primeiro grande conflito na IEAB: diálogo/crise, entre a tradição primeira protestante/evangélica/bíblica que vê o acesso entre o fiel e Deus de forma direta, sem mediações e a tradição recém chegada católica/sacramental, que admite a mediação/acesso entre o fiel e Deus, através dos objetos sagrados/sacramentos.

3.3 Ficamos mais parecidos com os católicos romanos e estes mais parecidos com os anglicanos! A teologia encarnada/social vai encontrar no Brasil e na América Latina, uma grande reverberação na Teologia da Libertação e no Concílio Vaticano Segundo, que promove uma grande mudança na conduta da tradição Católica Romana na América Latina. Os padres e as freiras largam suas batinas, os fiéis foram estimulados a ler e conhecer a bíblia, o discurso da igreja romana desceu dos altares e ganhou as ruas, abandonam o latim e em seu lugar, se fala a língua do povo. E nós anglicanos, ainda muito marcados pela herança evangélica/protestante, vimos a Igreja Católica se evangelizar. Perdemos então o trunfo da novidade. O que entendíamos ser nossa identidade, agora está dito também pela tradição católica/romana. Não foi mais possível estabelecer a identidade anglicana como negação de tudo o que era católico romano. Ficamos muito parecidos. Neste tempo se estabelece uma outra forte crise de identidade: Os católicos romanos nos vêm como muito protestantes/evangélicos e os protestantes/evangélicos nos vêm como muito católicos. Ambas tradições nos olham com desconfiança, como

se fossemos uma falsa tradição católica ou uma falsa tradição evangélica.

3.4 Somos ecumênicos e defensores dos Direitos Humanos e dos movimentos sociais que deles demandam: A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que surge como um antídoto a intransigência humana que promoveu a barbárie da segunda guerra mundial, motiva as igrejas cristãs, em tempo histórico concomitante, a criar o Conselho Mundial de Igrejas por perceberem sua responsabilidade/pecado, na reconstrução da Paz no mundo. O Ecumenismo portanto, tem em seu DNA, a mesma natureza histórica e compromisso que construiu a Carta Magna dos Direitos Humanos.

Portanto, por influencia do ecumenismo, acordou-se por um Jesus histórico/encarnado, que desceu dos céus para viver entre os seres humanos, que se importa com tudo quando implica na vida das pessoas, da sociedade e de toda a criação. Assim sendo, o testemunho da IEAB e das igrejas ecumênicas, vai consolidar-se com o comprometimento as várias demandas dos direitos humanos nos movimentos sociais que defendem a vida plena e o acesso a direitos. Nossa identidade vai agregar ao ainda precário desenho de nosso mosaico, o ecumenismo (casacomum). É portanto no campo do ecumenismo, nas suas mais diferentes formulações no Brasil, na América Latina e no mundo, que as grandes pautas do avanço libertário das Igrejas começa a surgir. O movimento ecumênico tornou-se um espaço de vanguarda e de profecia que era impossível no interior enclausurado das igrejas amedrontadas com a ditadura militar no Brasil e na América Latina. O Jesus encarnado vai no ecumenismo ganhar o rosto de mulheres, de negros, de pobres, de indígenas, de refugiados, que jovens e crianças, deficientes físicos, de homossexuais e tantos outros rostos de gente oprimida.

3.5 Somos cada vez mais brasileiros: A IEAB começa então a sair de sua característica binária católica/protestante e gaúcha e vai adquirindo outras formas de rostos identitários. O episcopado antes todo estrangeiro, agora começa a sagrar os primeiros bispos nacionais. O anglicanismo sai do RGS e ganha o sudeste, o norte, o nordeste, o centroeste e a Amazônia. Assim, a igreja que antes era de marca norte-americana e gaúcha, agora se torna Paulista, Carioca, Nordestina, Candanga, Amazonense. As lideranças clericais e leigas começam a sair de seu gueto. O sul recebe dezenas de líderes anglicanos nordestinos e o nordeste se abre igualmente a presença de líderes de outras partes do

Brasil. A partir da década de 1980, a IEAB torna-se muito mais brasileira em sua composição comunitária e nos diferentes níveis ministeriais e de sua governança. O mosaico do anglicanismo passa a ser falado em muitos sotaques brasis!

3.6 Cremos que lugar de mulher é onde ela quiser: O movimento ecumênico ajudou a abrir o diálogo da Igreja com os movimentos feministas e nasce a partir daí a teologia encarnada feminista que depois de 30 anos de militância conquista a possibilidade das mulheres equipararem-se aos direitos dos homens no acesso a qualquer lugar ministerial/sacramental, na vida da Igreja. Hoje as mulheres compõem a maioria da base das comunidades onde são leigas, 7 diáconas, presbíteras e bispas. A inclusão plena das mulheres na vida da IEAB, aperfeiçoou o incipiente mosaico da diversidade anglicana.

3.7 Sacramentos para tod@s: Também se deve ao movimento ecumênico, as primeiras discussões sobre sexualidades humana nas igrejas. Ao lado do movimento pela ordenação feminina e com a aprovação pela igreja da possibilidade de casamento de pessoas divorciadas, iniciou-se no Brasil, no final da década de 90, os primeiros ensaios/estudos sobre diversidade sexual e a sua relação com a IEAB. Este movimento enfrentou toda a carga dos tabus que historicamente constituíram a sociedade brasileira como machista e heteronormativa. Em junho de 2018, em seu Sínodo/Assembléia Geral, depois de 30 anos de diálogo com a sociedade e com os seus fiéis, a IEAB assume ser uma igreja que acolhe todas as diversas orientações sexuais e aprova o casamento para pessoas do mesmo gênero sexual. Assim, nosso mosaico ganha mais cores e mais peças. Podemos enfim dizer: agora os 7 sacramentos são oferecidos a tod@s as pessoas, indistintamente!

3.8 Incidência pública e diaconia: Com o processo de redemocratização na política brasileira a partir da década de 80, a IEAB, através da liderança de leigos, clérigos e bispos, pouco a pouco, vai firmando uma postura apoiadora dos grupos de direitos humanos, dos movimentos sociais que defendem a vida, assumindo a defesa de minorias sociais, apoiando e defendendo os projetos políticos e sociais que viabilize as demandas do Evangelho e denunciando todos os agentes e as práticas que geram a morte, promovendo arbitrariedades que ameaçam o acesso dos direitos de todos e da democracia. Muitas comunidades locais acolhem programas e projetos de diaconia/serviço. Dioceses formulam comissões de defesa dos direitos humanos e pastorais de minorias são criadas. A câmara episcopal, como nunca

antes em sua história, unanimemente, tem produzido cartas abertas a nação denunciando os desmandos políticos que negam os direitos fundamentais dos cidadãos. Assim quanto mais a democracia e os direitos humanos são atacados, maior tem sido a necessidade da IEAB se pronunciar, claramente na “renúncia ao mal e a todos os seus poderes que se rebelam contra Deus, corrompem e destroem as criaturas e nos afastam do amor de Deus” (LOC pg. 552, rito batismo).

4. Desafios para Identidade da IEAB

4.1 Não somos apenas uma peça, somos o mosaico em construção! Como atualizar a herança protestante/evangélica e a herança católica/sacramental ? Estamos erradamente vivendo um processo em que a tradição protestante/evangélica está sendo identificada com a tradição mais antiga da Igreja e por conseguinte como arcaica e conservadora. É preciso atualizar o sentido de ser evangélico/protestante. Da mesma forma que é necessário que se compreenda que a tradição católica não é apenas a colagem da experiência católica romana trazida por inúmeros sacerdotes provenientes desta denominação. Há uma compreensão anglicana do ser católico/sacramental que igualmente requer uma atualização. A Igreja Anglicana é a única tradição cristã, que mantém dentro de si, a positiva tensão de pertença protestante/evangélico e católico/sacramental. O grande desafio é como a tradição religiosa (católica ou protestante) trazida pelos novos anglicanos migra para incorporar, como nova identidade, o já construído mosaico anglicano. Não se pode ser apenas uma peça, precisamos ser o mosaico!

4.2 LOC para tod@s. O Livro de Oração Comum como normatizador da identidade, precisa ser popular, de domínio pleno de tod@s. Cada novo anglicano precisa tomar posse plenamente de todos os recursos que o LOC promove aos seus fiéis, inclusive os analfabetos. Há que se construir uma prática em que o leigo assuma aquilo que se afirma em uma das importantes orações do batismo: “Somos membros do corpo de Cristo, filhos e filhas do mesmo Pai Celestial, cidadãos do Reino de Deus. Confessamos a fé no Cristo crucificado, proclamamos a sua ressurreição e compartilhamos do seu eterno sacerdócio.” (LOC 559, Ofício de Batismo). Portanto precisamos a partir do batismo, quebrar uma herança clericalista onde o leigo foi desautorizado de seu compromisso sacerdotal, missionário, evangelizador. O LOC, juntamente com a bíblia, devem ser os dois principais instrumentos de

catequese dos novos membros da igreja. Nossa última versão do LOC, contem todos os principais parâmetros identitários com os quais nos identificamos neste início do século 21. É urgente pois, CONHECER o LOC. Viver seu espírito litúrgico e empoderar os leigos com as suas possibilidades. Assim como a Bíblia escrita na língua do povo permitiu a libertação deste povo do jugo hermenêutico do sacerdotes até o século 16, o LOC de Tomas Cramer 1549 libertou o povo do controle litúrgico sacerdotal que só rezava em latim. O leigo com o LOC, pode enfim ser também um sacerdote! 9 Precisamos ainda resolver a equação de que somos uma igreja dos livros em uma cultura ainda marcada pelo analfabetismo, deficiências de visão e de fala. Como podemos transformar o conteúdo do LOC para os iletrados e os analfabetos? Poderíamos pensar em versões do LOC que pudessem falar aos vários brasis: nordestino, amazonense, nortista, carioca, paulista, candango, gaúcho, etc...? O LOC pode vir a ser um banco de dados na internet com o texto oficial disponível, com uma coleção de outras versões regionais que também poderiam fazer parte deste processo permanente de construção do mosaico anglicano.

4.3 Fraco testemunho: Há uma generalizada vergonha de ser anglicano! O Testemunho do que somos é quase inexistente. A liturgia e as práticas de fé ainda não reverberam na construção de um ente/fiel religioso com sua estima positiva/falante. Talvez precisamos assumir nosso tamanho. Somos uma igreja pequena! Somos poucos e estamos presentes em poucos lugares. Mas a pergunta é: Como a sociedade nos vê? Nossa presença tem incidência pública? Nossa liturgia responde as demandas subjetivas de quem nos assiste e visita. O que dizem os outros a nosso respeito? Parece que em muitos lugares, nossa presença é como a de uma relíquia, tão importante e valiosa, que precisa ser escondida. É necessário rasgar o véu. Descortinar. Mostrar quem somos e no que cremos e a quem nossa mensagem se destina!

4.4 Pouca nacionalidade, muita dependência. Ainda somos uma Igreja no Brasil e muito pouco do Brasil. Já avançamos muito ao sairmos de uma consciência de Igreja norteamericana e gaúcha. Porém nossas mãos do labor da subsistência ainda se voltam demasiadamente aos recursos das igrejas mais ricas de nossa comunhão anglicana. Somos ainda uma igreja muito colônia! Em nossos pratos precisa estar o feijão com arroz. Somos uma Igreja pobre e vivemos ainda como se ela fosse rica, norte-americana, ou primeiro mundista. Somos brasileiros, terceiro-mundistas. Assumir o feijão com arroz nos ajudará a pleitear

também um assado, um cozido, um prato mais completo e sofisticado. Precisamos construir, pouco a pouco, uma cultura da autonomia, do nacional. Nossos membros precisam sustentar com os seus recursos e o patrimônio da igreja, o projeto de igreja que desejamos. Temos desperdiçado historicamente muito recurso econômico. Os leigos precisam ter maior compromisso com a Igreja presente e futura e o clero precisa permitir que os leigos, de fato, participem nos processos decisórios da administração da Igreja. Precisamos ser mais uma Igreja de chão/estrada e menos uma igreja de avião/aeroporto! Precisamos ter o mesmo rigor no tratamento dos recursos da 10 igreja que temos com os nossos próprios recursos. Promover a autonomia financeira e a plena transparência administrativa é o grande desafio!

4.5 Liturgia Alegre: Não é compreensível que com um LOC tão rico de conteúdo, tenhamos uma sensação tão grande de tristeza e cansaço ao final de nossos cultos em nossos fiéis. A liturgia precisa ser alegre. O investimento na liturgia é muito pequeno. Uma peça de teatro com uma hora de duração, tem pelo menos 50 a 100 horas de ensaio. Tem cenário, tem figurino, tem o preciosismo do som, da iluminação, da marcação de cada cena. Os atores que não assume o papel que interpretam, não convencem a plateia. A liturgia, como sabemos, tem o teatro como berço de seu nascimento. Quantas horas cada comunidade gasta para construir uma hora de culto. Quanto investimento na música, metade da construção do culto, cada comunidade tem feito? Temos sido displicentes com o valor da liturgia. Se ela é tão central, precisa ser de fato colocada no centro de tudo. Precisa ser o centro de nossos investimentos financeiros e humanos. Se a liturgia não promover conversão, todo o restante de nosso planejamento estratégico estará comprometido e não produzirá os resultados esperados. Precisamos avançar nos processos de enculturação em nossa liturgia. O Brasil é alegre, festivo, poético, musical, corporal. Este Brasil precisa se instalar em nossa maneira de produzir o culto e em nossas reuniões de assembleias de decisão. Alegria, alegria – brasilidade!

4.6 Afinar os discursos, às práticas – Nosso texto é de excelente qualidade, mas nem sempre correspondem as nossas práticas. Temos produzido excelentes avanços nas conferências de lideranças, nos concílios, nos Sínodos, porém vemos as palavras ganharem os ventos. Falamos que na identidade precisamos incluir tod@s, mas quantos, de fato, já compõem o mosaico em construção? Ainda temos uma fotografia da IEAB muito branca, classe média, intelectual no

corpo constitutivo de nossas comunidades. A diversidade da IEAB ganhou a diversidade da geografia do Brasil, mas não conseguiu ainda ganhar a diversidade étnica e social que nos constitui como o país mais miscigenado do planeta. Há muitos lugares vazios no mosaico em construção: os negros estão ausentes, os índios estão ausentes, os pobres estão ausentes, os deficientes físicos estão ausentes e tantos outros.

5. Uma Palavra final – Se estas provocações se identificam com a natureza daquilo que até aqui construímos, então precisaremos entender que nunca estará concluída a construção de nossa identidade – viveremos sempre a angústia de nossa provisoriedade. Estaremos sempre no 11 exercício do aprendizado daquilo que trazemos como nossa ancestralidade, nossa tradição – a imagem do mosaico já definida estaremos tensionados/desafiados ao novo, aos que ainda não chegaram, aos diálogos que ainda não fizemos. O LOC como dorso de nossa identidade precisará de tempos em tempos de novas atualizações na medida que o mosaico identitário tiver criado novas possibilidades. Porém em um tempo civilizatório em que o mundo e as pessoas estão divididas em apenas duas possibilidades, pensar em uma identidade plural, é pensar em ser identidade/instituição contra-cultura, contra/mão civilizatória, não adequada a adesão das massas. Teremos pois feito historicamente uma escolha! – seremos pois uma IEAB das minorias em um mosaico multicolor. Seremos poucos! Um pequeno rebanho! Um resto de Israel – Uma IEAB incomodante, viva, de quem, talvez, muito se vá ouvir falar! ...ou então nossa pequenez nos levará a outro lugar... Amém!

ANEXO G

Estado da Arte da pesquisa e obras sobre Anglicanismo no Brasil

(Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES)

Teses e Dissertações que abordam temas sobre o Anglicanismo

Autor(a)	Título	Ano
Alisson Mary Milard	Escritura, Tradição e Razão: debate sobre a ordenação de mulheres ao sacerdócio	1995
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Ciências da Religião	Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Elizete da Silva	Cidadãos de outra pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia	1998
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em História Social	Universidade de São Paulo (São Paulo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Carmen Etel Alves Gomes	Liturgia e missão na perspectiva feminista	1999
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Mário Ferreira Ribas	Escritura, tradição e razão no debate sobre a homossexualidade no Anglicanismo	2001
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Ciências da Religião	Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo-SP)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Aldenor Alves Soares	O ritual, a crença e o sistema de poder da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB)	2002
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Sociologia	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Enrique Antonio Illarze Delgado	As funções litúrgicas das ordens sagradas ao longo da história, com ênfase especial no Anglicanismo	2003
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Carla Irina Ostrowski	La eucaristía y los/las niños/as: aportes históricos, teológicos, pedagógicos y litúrgicos para la práctica eucarística inclusiva	2003
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Carolina Bortolotti de Oliveira	O gosto inglês no Brasil: A presença britânica na formação dos subúrbios do Rio de Janeiro, Salvador e Recife no século XIX	2004
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Urbanismo	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Campinas-SP)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Cristiany Moraes de Queiroz	Ethos Anglicano e Movimento Carismático: Um estudo etnográfico de suas relações	2004
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Ernesto Regino Xavier de Carvalho	A história do cemitério dos ingleses da Bahia - uma necrópole renascida	2006
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo	Universidade Federal da Bahia (Salvador-BA)	

Autor(a)	Título	Ano
Alessandro Carvalho Bica	Ginásio Santa Margarida: Um estudo sobre a gênese e a consolidação de uma instituição escolar anglicana de ensino na cidade de Pelotas	2006
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Educação	Universidade Federal de Pelotas (Pelotas-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Onyemauche Cletus Chukwujioké	A eucaristia no ecumenismo entre as Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)	2007
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Ciências da Religião	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Goiânia-GO)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Berenice Lagos Guedes	História da Educação do Rio Grande do Sul, Maçonaria e Igreja Anglicana: Algumas Imbricações, Contradições e Paradoxos (1901/1970)	2010
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em Educação	Universidade Federal de Pelotas (Pelotas-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Heraldo Batista da Costa	A criação de cemitérios ingleses no Brasil Colônia (Rio de Janeiro, 1808-1811)	2010
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em História	Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ)	

Autor(a)	Título	Ano
Aldenor Alves Soares	O Bispo é Gay: Conflito Ritual e Homossexualidade no Anglicanismo Contemporâneo (2003-2010)	2011
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em Antropologia	Universidade Federal da Bahia (Salvador-BA)	

Autor(a)	Título	Ano
Cristiany Moraes de Queiroz	Um estudo antropológico na Catedral Anglicana do Recife: Rumos, Rumores e (Re)construções	2012
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em Antropologia	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Flavio Lemos Alencar	A política religiosa da monarquia inglesa sob Jaime I e a crítica de Francisco Suárez na “Defensio Fidei” (1613)	2012
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em História	Universidade Federal Fluminense (Niterói-RJ)	

Autor(a)	Título	Ano
Enrique Antonio Illarze Delgado	Altar e Ambão: a presença de Cristo na palavra e na Eucaristia, visível no espaço sacrado da comunidade	2013
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Vinícius Drey	Cruz, esquadro, compasso e quadro-negro: uma história do Instituto Anglicano Barão do Rio Branco Erechim/RS (1929-1953)	2013
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Educação	Universidade de Passo Fundo (Passo Fundo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Bruna Pereira Caixeta	Man in the Moone (1638): Utopia, Ciência e Jesuitismo – Anglicanos na Inglaterra Pré-Revolução Inglesa	2014
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Teoria e História Literária	Universidade Federal de Campinas (Campinas-SP)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Elton Roney da Silva Carvalho	(Homo)sexualidade em diálogo: imaginário cristão, intolerância religiosa e cisma anglicano.	2014
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Ciências da Religião	Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa-PB)	

Autor(a)	Título	Ano
Josias Machado da Silva Júnior	Preservação da Memória nos Seminários e Igrejas Protestantes centenárias na cidade do Recife	2016
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Federal de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Adriana Gelinski	As vivências espaciais dos membros LGBT da Igreja da Comunidade Metropolitana em Maringá e da Igreja Episcopal Anglicana em Curitiba e a constituição das significações de suas sexualidades	2017
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Geografia	Universidade Estadual de Ponta Grossa (Ponta Grossa-PR)	

Autor(a)	Título	Ano
Diogo Marialva Moraes	A Igreja Anglicana e a Homossexualidade: Uma análise dos debates sobre sexualidade nas Conferências de Lambeth entre 1988 a 2008	2018
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em História	Universidade Salgado de Oliveira (Niterói-RJ)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Solange de Oliveira Schmitt	Maria e a unidade dos cristãos: Uma leitura ecumênica da devoção mariana nas Igrejas Católica e Episcopal Anglicana	2018
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Teologia	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR)	

Autor(a)	Título	Ano
Costa, Fernando Coelho	O discurso de Robinson Cavalcanti: Uma contribuição ao debate sobre protestantismo e política no Brasil das décadas de 1970 a 1990	2019
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em História	Universidade Federal do Maranhão (São Luís-MA)	

Autor(a)	Título	Ano
Paulo Henrique Silva Vianna	Fé, oração e atividade: a inserção da Igreja Episcopal Brasileira no campo religioso santamariense a partir das estratégias de missionários e leigos (1899-1906)	2019
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em História	Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Wilton da Silva Rocha	Políticas Sexuais na Diocese Anglicana do Recife: Um estudo antropológico	2020
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Antropologia Social	Universidade Federal de Alagoas (Maceió-AL)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Jéssica Lais Kriese Duffeck	Retrato da família no Brasil: um estudo teológico, histórico e documental da ICAR, IECLB E IEAB	2020
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Teologia	Escola Superior de Teologia (São Leopoldo-RS)	

Autor(a)	Título	Ano
Sílvia Geruza Fernandes Rodrigues	Discursos e Práticas relativas à Homossexualidade na Igreja Episcopal Anglicana a partir das conferências de Lambeth 1978-2008	2020
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em Ciências da Religião	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo-SP)	

Autor(a)	Título	Ano
Rafael Vilaça Epifani Costa	Unidade na Diversidade, Unidade na Adversidade: A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e as múltiplas identidades do Anglicanismo no século XXI	2021
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Doutorado em Ciências da Religião	Universidade Católica de Pernambuco (Recife-PE)	

Autor(a)	Título	Ano
Morgana Camargo Nalli	Uma Igreja aprendendo a ser inclusiva: uma análise sobre a presença lgbtqi+ na Paróquia São Lucas de Londrina – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	2023
Curso	Instituição de Ensino Superior	
Mestrado em Sociologia	Universidade Estadual de Londrina (Londrina-PR)	

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

**Livros publicados em português sobre Temas de Anglicanismo ou
pela editora da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**

Autor(a)	Título	Ano
Richard Holden	Livro de Oração Commum	18
William Cabell Brown; Américo Vespúcio Cabral	Livro de Oração Commum	1898
Diogo Cassels	A Reforma em Portugal: Uma narrativa vivida da luta pela diferenciação religiosa no Portugal de Oitocentos	1908
Lucien Lee Kinsolving	Offícios Divinos	1925
Igreja Episcopal Brasileira	Livro de Oração Commum	1930
George Upton Krischke	Religiões do Mundo	1934
George Upton Krischke	Origens e Desenvolvimento da Igreja Episcopal Brasileira	1937
George Upton Krischke	O Dinamismo do Credo Cristão	s.d.
Egmont Machado Krischke	Vozes do Calvário	1938
Athalício Theodoro Pithan	Meditações sobre a Vida, a Imortalidade, a Dor e a Morte	1940
Egmont Machado Krischke	Nos Dias da Tua Mocidade – Sexo sob uma nova luz	1941
Egmont Machado	Perspectivas da Juventude	s.d.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Krischke		
Athalício Theodoro Pithan	O Divino Mestre	1942
Athalício Theodoro Pithan	Treze Anos na Paróquia de Bagé.	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	Labaredas (poesias)	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	Curso Bíblico	s.d.
Athalício Theodoro Pithan	Caminhos da Fé	s.d.
Gilberto Freyre	Ingleses no Brasil	1948
George Upton Krischke	História da Igreja Episcopal Brasileira	1949
Igreja Episcopal Brasileira	Livro de Oração Comum	1950
Nataniel Duval da Silva	A Igreja Militante	1951
Egmont Machado Krischke	A Estrutura da Fé	1952
Maurice Clarke	Adoração e Adoradores na Igreja	1953
Igreja Episcopal Brasileira	Sermonário	1954
Egmont Machado Krischke	Numa era de inquietação	1956

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Massey H. Shepherd Jr.	Adoração e Vida	1957
W. W. Sloan	Panorama do Antigo Testamento	1957
Igreja Episcopal Brasileira	Mais do que palavras	1958
L. Rumble	Os Episcopalianos	1959
Marcella Prugh Igreja Episcopal Brasileira	Descobrimos a nossa Igreja: Um Programa de Educação Religiosa para o Curso Intermediário	s.d.
James Albert Pike; William Norman Pittenger	A Fé que Professamos	1960
Egmont Machado Krischke (Org.)	A Igreja Episcopal no País do Futuro	1960
Giuseppe Regina	O Anglicanismo – Panorama Histórico e Síntese Doutrinária	1960
Robert C. Dentan	Redenção e Salvação	1960
Robert C. Dentan	As Santas Escrituras	1961
Ivo [pseudônimo]	Kinsolving	1961
Nataniel Duval da Silva	História da Igreja do Redentor	1962
Igreja Episcopal Brasileira	Hinário Episcopal	1962
Sírio Joel de Moraes	Festas da Mocidade	1964

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Nataniel Duval da Silva	A Igreja Militante (2ª edição atualizada)	1966
Egmont Machado Krischke	Crise e Renovação	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Como Ensinar Adultos	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Enfrentando a morte	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Jesus Amigo das Crianças	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Meu Lugar no Mundo de Deus	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Rol do Berço	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Treinamento para Professora da Escola Dominical	s.d.
Douglas Webster	Em Dívida com Cristo	s.d.
José Antônio Gonçalves de Mello	Inglese em Pernambuco	1972
Jaci Correia Maraschin	O Ministério Cristão – Guia de Estudos	1979
Jaci Correia Maraschin Simeí Monteiro	A Canção do Senhor na Terra Brasileira	1982
Evanilza Correia	Pais cristãos, filhos cristãos	1986

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Jaci Correia Maraschin	Por causa do Reino: A Igreja de Deus e a Nova Criação	1986
Jaci Correia Maraschin	O Novo Canto da Terra	1987
Paulo Ruiz Garcia	Bem-vindo à Paróquia da Trindade	1987
Igreja Episcopal do Brasil	Livro de Oração Comum	1988
Marçal Lopes de Oliveira	Dados biográficos do Clero da Igreja Episcopal do Brasil	1988
Igreja Episcopal do Brasil	A Natureza da Fé Cristã – Uma Declaração e Exposição da Câmara dos Bispos do Sínodo Geral da Igreja da Inglaterra	1988
Igreja Episcopal do Brasil	Relatórios do Conselho Consultivo Anglicano – O Tempo é Agora – Limuru 71 & Companheiros na Missão – Dublin 73	1988
Igreja Episcopal do Brasil	Relatórios do Conselho Consultivo Anglicano – Quinto Encontro – Inglaterra 81 & Laços de Afeição – Nigéria 84	1989
Igreja Episcopal do Brasil	Cânticos	1990
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação	Relatório Final: Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	1990

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Jaci Correia Maraschin	Igreja a Gente Vive: uma Introdução ao Pensamento de Frederick Denison	1991
Michael McCoy	O Povo das Boas Novas: Década de Evangelização 1991-2000	1991
Igreja Lusitana	Liturgia da Igreja Lusitana	1991
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Os Sinais do Amor de Deus – Explicação da Santa Eucaristia para Crianças	1992
Comissão Nacional Anglicano-Católica Romana	Unidos no Diálogo: Anglicanos e Católicos	1992
Jaci Correia Maraschin	Celebração da Vida – Canções	1992
Zênia de León	Catedral do Redentor 100 Anos de História	1992
Estevam ShigueruYuba	O Imigrante Que Virou Pastor	1993
Hermes Ferraz	Dom Salomão Ferraz e o Ecumenismo	1995
Oswaldo Kikhöfel	Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	1995
Jaci Correia Maraschin	A Beleza de Santidade: Ensaio de Liturgia	1996
Rostand Paraíso	Esses Ingleses...	1997
Oswaldo Kikhöfel	Paróquia de Cristo – 100 anos em Jaguarão	1998

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Oswaldo Kickhöfel	Mulheres anglicanas – vida e missão	1998
Jaci Correia Maraschin	Rastro de São Mateus	1998
Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	O Dom da Autoridade	1999
Oswaldo Kickhöfel	Catedral do Redentor	1999
Oswaldo Kickhöfel	Catedral do Mediador	2000
Jorge Aquino	Anglicanismo: uma introdução	2000
Catedral da Santíssima Trindade	Paulo Ruiz Garcia: 30 Anos de Pastorado 1970-2000	2000
Catedral da Santíssima Trindade	Bíblia Sagrada – Paulo Garcia 31 Anos de Pastorado – 1970-2001	2001
Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	Vida em Cristo: Moral, Comunhão e a Igreja	2001
Robinson Cavalcanti	Igreja: multidão madura	2001
Diocese Anglicana do Recife	Livro de Ritos Ocasionais	2002
Fernando Peixoto	Diogo Cassels: 1844-1923	2005
Igreja Episcopal Reformada dos Estados Unidos da América	Livro de Oração Comum	2005

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana	Maria: graça e esperança em Cristo	2005
Carlos Eduardo Brandão Calvani (editor)	Pão da Vida: Comentários ao Lecionário Anglicano – Ano B	2005
Carlos Eduardo Brandão Calvani (editor)	Pão da Vida: Comentários ao Lecionário Anglicano – Ano C	2006
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Entre o Púlpito e a Universidade - Sermões e Homilias de um Professor	2006
Centro de Estudos Anglicanos	Simpósio Acadêmico de Teologia Anglicana: O conceito de Inclusividade	2006
Carlos Eduardo Brandão Calvani (editor)	Pão da Vida: Comentários ao Lecionário Anglicano – Ano A	2007
Robinson Cavalcanti	Reforçando as trincheiras: Análise da problemática do homossexualismo à luz do cristianismo histórico	2007
Robinson Cavalcanti; Diocese do Recife	Livro de Oração Comum Brasileiro	2008
Carmen AkemiKawano	Seikokai – A História da Primeira Construção Religiosa dos Japoneses no Brasil	2008
Catedral Anglicana de São Paulo	Bíblia comemorativa 200 anos do Anglicanismo no Brasil – 1810-2010	2008

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Nossa Missão: Caderno de estudos para comunidades e formação no ministério leigo	2008
Carlos Eduardo Brandão Calvani; Luiz Osório Pires Prado	Nossa Fé: Estudos nos Cremos Apostólico e Niceno	2009
Robinson Cavalcanti	Anglicanismo: Identidade, Relevância, Desafios	2009
Carmen AkemiKawano	João Yasoki Ito: A vida e a obra do missionário História da Paróquia São João	2010
Aldo Quintão	Conheça a Igreja Anglicana	2010
Jaci Correia Maraschin	Da leveza e da beleza: Liturgia na Pós-Modernidade	2010
Carlos Eduardo Brandão Calvani (Org.)	Bíblia e Sexualidade – Abordagem Teológica, Bíblica e Pastoral	2010
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Teologia da Arte: Espiritualidade, Igreja e Cultura a partir de Paul Tillich	2010
Carlos Eduardo Brandão Calvani; Jocinéa Saldanha Perpetuo	Boa Semente: Homilias para o Lecionário Dominical – ANO A	2011
Carlos Eduardo Brandão Calvani	Boa Semente: Homilias para o Lecionário Dominical – ANO B	2011
Carlos Eduardo Brandão Calvani; Vera Lúcia Simões de	Nossa identidade: História e Teologia anglicanas	2012

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Oliveira		
Cathy Ross (Org.)	Missão que amplia a vida: Perspectivas globais da Comunhão Anglicana	2012
Dirceu Falcão Ibaldo	História do Anglicanismo	2012
Marcus Throup (Org.)	Robinson Cavalcanti: Reflexões de uma vida – memórias de um ministério	2013
Arthur Pereira Cavalcante	AIDS e Igreja: Sexualidade, Dogma e Espaço Terapêutico	2013
Josué Soares Flores	A Maternidade de Deus em Juliana de Norwich	2013
Paróquia de São João	Eu e a Paróquia de São João – Histórias de fiéis por ocasião dos 80 anos de fundação da Paróquia 1933-2013	2013
Catedral Anglicana de São Paulo	Novo Testamento – Bem-Vindo à Catedral Anglicana de São Paulo	2014
Paróquia Anglicana do Bom Pastor	Bíblia Sagrada – 200 Anos de presença anglicana na Bahia.	2015
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Livro de Oração Comum	2015
Ester Fraga Vilas-Bôas do Nascimento; Newton Darwin de Andrade Cabral; José Roberto de Souza (Org.)	Lideranças Protestantes no Brasil – Ensaio Biográficos	2015
Junta Nacional de Educação Teológica	Amazônia e o Anglicanismo	2016
Oswaldo Kickhöfel	Paróquia da Ascensão 1916-2016	2016

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Vera Lúcia Simões de Oliveira	História do Anglicanismo na Inglaterra	2017
Vera Lúcia Simões de Oliveira	História do Anglicanismo nos Estados Unidos da América	2017
João Virgílio Ramos André	Inserção do Protestantismo em Pernambuco	2017
Cristiany Moraes de Queiroz	Anglicanismo: um estudo antropológico da Catedral Anglicana do Recife	2017
Elizete da Silva	Cidadãos de Outra Pátria: Anglicanos e Batistas na Bahia	2017
Lidice Meyer Pinto Ribeiro; Alderi Souza de Matos; Marcel Mendes	Dicionário Enciclopédico de Instituições Protestantes no Brasil: instituições educacionais	2019
Carmen AkemiKawano	Sumio Takatsu – Vida e Teologia	2019
Elizabeth Cady Stanton; Ruth Barros (Trad.); Bianca Dáebs Seixas Almeida (Org.)	A Bíblia para as mulheres	2019
Luiz Carlos Teixeira Coelho Filho	Elementos de Liturgia Anglicana: compilação e análise das declarações da Consulta Internacional de Liturgia Anglicana	2020
Gecionny Rodrigo Pinto de Souza	Os desafios da Igreja Anglicana na atualidade	2020
TSSF Brasil	Companheira Devocional	2020

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Lílian Conceição da Silva; Selma Almeida Rosa; Tatiana Ribeiro	35 Anos de Ordenação de Mulheres na IEAB vivências e contribuições pastorais	2021
Luiz Carlos Teixeira Coelho Filho (Org.)	Os Crimes do Padre Mário	2021
Pilato Pereira	Ecologia Integral – Justiça e paz com a criação	2022
Rafael Vilaça Epifani Costa	História do Anglicanismo no Nordeste e a Diocese Anglicana do Recife	2022
Josué Soares Flores	União com Deus: Um itinerário pela literatura mística medieval	2022
Jordan dos Santos	Eu também sou de luta – A participação das mulheres no Movimento Atingidos por Barragens no Sul do Brasil	2023
Pilato Pereira	Ecologia Integral – Justiça e paz com a criação	2023

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Livretos e Folhetos publicados pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Autor(a)	Título	Ano
Igreja Episcopal Brasileira	Prometemos	1937
Igreja Episcopal Brasileira	Adoração e Adoradores na Igreja: Curso para Adolescentes e Jovens	1951
Igreja Episcopal Brasileira	Adoração e Adoradores na Igreja: Curso para Adolescentes e Jovens (Livro do Professor)	1951
Igreja Episcopal Brasileira	O Livro de Oração Fala a Estes Dias Incertos: I – A Luta pelo Livro de Oração II – A Força que o Culto nos dá para Viver III – Dificuldades do Cristão IV – A Maneira de Orar com o Livro de Oração V – O Livro de Oração e Sociedade Cristã Abrindo o Livro de Oração aos Adultos (Manual para Líderes)	1951
Edith Weir Perry	Manual do Sodalício do Altar	1955
Igreja Episcopal Brasileira	Manual da Irmandade de Santo André	s.d.
Igreja Episcopal Brasileira	Jesus, o Amigo das Crianças	s.d.
Egmont Machado	Adolescência	s.d.

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Krischke		
Egmont Machado Krischke	O que é a Igreja Episcopal?	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Pequeno Devocionário – Intercessões	s.d
Igreja Episcopal do Brasil	Ofícios Litúrgicos: Santa Eucaristia – Santo Batismo – Oração da Manhã e da Tarde	1973
Igreja Episcopal do Brasil	Celebração da Santa Eucaristia e Administração da Santa Comunhão	1975
Igreja Episcopal do Brasil	Publicações Avante – Série I - Vencendo Nossos Temores - Por que Acontece Isto Comigo? - Credulidade e Fé - Enfrentando a Morte - Boas Novas para Todos Publicações Avante – Série II - A Solidão é Assim - Depois do Pecado - Você precisa ser Cristão - Pode a Fé Curar? - Aqueles a quem Deus uniu	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil Diocese Sul-Occidental	Manual do Acolito	1983

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Igreja Episcopal do Brasil	Bênção do Presépio e Ofício de Nove Lições para o Natal	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ofício Memorial	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ordem para a Ministração aos Enfermos	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ordem para o Ofício de Trevas	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Ofício de Completas	s.d.
Igreja Episcopal do Brasil	Vinde, Adoremos!	1985
Igreja Episcopal do Brasil	Igreja Episcopal do Brasil – Província da Comunhão Anglicana	1986
Igreja Episcopal do Brasil	Resumo da Fé Cristã – Comumente chamado Catecismo	1988
Leslie E. Stradling	A Quaresma com as Parábolas de Jesus	s.d.
Lessie Newbegin	Missão à maneira de Cristo – Estudos Bíblicos	1989
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Conheça a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	s.d.
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Renova Nossa Visão na Evangelização	1993
Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Liturgias Alternativas: Orações Eucarísticas e Intercessões	1993

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
Diocese Anglicana de Pelotas	Devocional	1994
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	A Conferência de Lambeth 1998	1998
Jorge Aquino	Pequeno vocabulário anglicano	1998
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	Caderno Reflexões	
	01 – Estruturas da Comunhão Anglicana	1998
	02 – Diaconia e Evangelho	1998
	03 – Conferências de Lambeth 1878 e 1988	1998
	04 – Sacramentos: Uma Abordagem Teológica e Pastoral	1998
	05 – Sagradas Escrituras: Centralidade e Autoridade numa perspectiva Anglicana	1999
	06 – Liturgia Anglicana: Evolução, Diversidade e Espiritualidade	2000
	07 – Oração, Comunhão e Compaixão: Lambeth 98	2000
	08 – Resoluções da Conferência de Lambeth 98	2001
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil	09 – Relatório de Virgínia – Relatório da Comissão Interanglicana de Teologia e Doutrina	
	Escrevendo a História de Nossas Paróquias	2001
John Baycroft	O jeito de ser anglicano	2003
Robinson Cavalcanti	A Diocese Anglicana do Recife e a sua	2005

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Autor(a)	Título	Ano
	Doutrina	
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	Responsabilidade Cristã e Missão	2007
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	Administração Comunitária no Exercício da Responsabilidade Cristã e Missão	2007
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	O Ministério Cristão no Exercício da Responsabilidade Cristã e Missão	2008
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	Graça: Comunhão e Partilha	2008
Igreja Episcopal Anglicana do Brasil Diocese Meridional	“Alegrei-me quando me disseram: Vamos à Casa do Senhor.” (Sl. 122.1)	2010
Maria de Lourdes da Rocha Pirangine; Edison Mattos da Rosa	Kinsolving – O Abnegado Homem de Deus	s.d.

Outras publicações

As publicações aqui apresentadas não se enquadram nas categorias de pesquisas acadêmicas, nem de obras publicadas em formato de livros ou livretos. Em sua maioria, são documentos oficiais da Igreja, que se encontram registrados no Arquivo Geral da Igreja (AG-IEAB, também chamado de Arquivo Provincial). Outros são periódicos publicados desde os primeiros anos do Distrito Missionário. Algumas delas, por se já se encontrarem esgotadas, somente podem ser encontradas no Arquivo Geral. Ele se encontra instalado na Paróquia da Ascensão, da Diocese Meridional, à Rua Eng. LudolfoBoehl, 300, bairro de Teresópolis, Porto Alegre.

Publicações Oficiais da Igreja	
Atas das Convocações	Publicadas de 1892 a 1898
Atas dos Concílios	Publicadas após cada reunião da assembleia conciliar: - Concílios do Distrito Missionário (de 1899 a 1949) - Concílios da Diocese Meridional (desde 1950) - Concílios da Diocese Sul-Occidental (desde 1950) - Concílios da Diocese do Rio de Janeiro (desde 1950) - Concílios da Diocese de São Paulo (desde 1970) - Concílios da Diocese do Recife (desde 1976) - Concílios da Diocese de Brasília (desde 1982) - Concílios da Diocese de Pelotas (desde 1988) - Concílios da Diocese do Paraná (desde 2003) - Concílios da Diocese da Amazônia (desde 2006)

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Atas das Reuniões do Conselho Executivo	Publicadas a cada encontro do Conselho Executivo.
Atas dos Sínodos	Publicadas após cada reunião desde 1952.
Estandarte Cristão	Periódico oficial da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, fundado em 1893, ainda em atividade.
Sementes	Devocional diário publicado pela Diocese Meridional desde 1980.
Revista Inclusividade	Revista Teológica do Centro de Estudos Anglicanos Ano I – Mar. 2002, nº 1 – Ministério Episcopal Ano I – Jul. 2002, nº 2 – Sexualidade Ano I – Nov. 2002, n. 3 – Educação Teológica na IEAB Ano II – Mar. 2003, nº 4 – Poder e Autoridade na Igreja Ano II – Jul. 2003, nº 5 – Teologia Prática Ano II – Nov. 2003, nº 6 – Liturgia Anglicana Ano III – Mar. 2004, nº 7 – Missiologia Ano III – Jul. 2004, nº 8 – Jaci Maraschin: 50 anos de Ministério Ordenado Ano III – Nov. 2004, nº 9 – Temas atuais em Teologia Anglicana I Ano IV – Mar. 2005, nº 10 – Temas atuais em Teologia Anglicana II Ano IV – Jul. 2005, nº 11 – Bíblia, História e Teologia Ano IV – Nov. 2005, nº 12 – 20 anos de Ordenação Feminina na IEAB

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

	Ano V – Mar. 2006, nº 13 – Eclesiologia Ano VI – Abr. 2007, nº 14 – Sacramentos Ano VII – Jul. 2008, nº 15 – Comunhão Anglicana Ano VIII – Jun. 2009, nº 16 – Anglicanismo e Cultura Brasileira Ano IX – Abr. 2010, nº 17 – As muitas faces do Anglicanismo
Publicações preservadas no Arquivo Geral da Igreja (AG-IEAB)	
Diários de Richard Holden	Entre 1860 e 1864, Holden tentou implantar a Igreja Episcopal no Brasil e escreveu um diário, ainda inédito e à espera de editor, que foi traduzido pela genitora do professor David Gueiros Vieira, da Universidade de Brasília, detentor dos direitos, cedidos à Igreja em 1990 para uso interno. (AG-IEAB)
Diário de Meem	Em 1891, chegaram ao Brasil os missionários John GawMeem, William Cabel Brown e Mary Packard. Dessa experiência pioneira, Meem deixou um diário, que escreveu entre 03 de janeiro de 1891 e 16 de janeiro de 1892, no qual conta os preparativos para ser missionário, a longa e perigosa viagem pelo navio Aliança, a passagem por vários portos brasileiros antes de chegar a Porto Alegre e os primeiros meses de atividade no sul do país. Uma cópia da primeira parte do diário está no Arquivo Geral da Igreja à espera de tradutor e editor. (AG-IEAB)
The Echo	Revista Mensal da Sociedade Missionária da Igreja Episcopal dos Estados Unidos entre 1893 e 1903, especialmente para apoiar o trabalho dos primeiros missionários no Brasil e em Cuba. Registra informações detalhadas do início das

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

	atividades da Igreja e do contexto social e religioso da época (AG-IEAB)
The Origin of the Brazilian Mission	Artigo publicado por Carl E. Grammer, em 1897, na <i>Protestant Episcopal Review</i> , do Seminário Teológico de Virgínia, sendo o primeiro relato detalhado e fiel sobre a origem da Igreja no Brasil (AG-IEAB).
Epítome Histórico da Igreja Episcopal Brasileira	Pequeno opúsculo sobre a chegada dos primeiros missionários e o desenvolvimento da Igreja até o final da década de trinta. O autor, Inácio Oliveira Valle Machado, foi clérigo da Igreja entre 1908 e 1934. (AG-IEAB)
Relatórios dos Historiógrafos	Um registo oficial dos principais fatos históricos que eram apresentados aos concílios anuais. (AG-IEAB)
Soeciedade Auxiliadora de Senhoras	Pequeno opúsculo que descreve o início das atividades desse sodalício feminino. A autora, Sarah Thomas, foi esposa do bispo William Matthew Merrick Thomas e teve destacada atuação no trabalho das Mulheres na Igreja Episcopal. (AG-IEAB)
Origens e Desenvolvimento da Igreja Episcopal Brasileira	Uma publicação da Irmandade de Santo Andre, de 1937, escrita por George Upton Krischke. (AG-IEAB)
Pródomos e Preâmbulos em Ligeiro Escorço Inicial do Estabelecimento da Igreja Episcopal Brasileira na Cidade de Santos	Pquena história ainda inédita do início do trabalho da Igreja Episcopal na baixada santista, de José Orthon. Os originais manuscritos estão no Arquivo Geral da Igreja. O autor foi missionário pioneiro naquela região entre 1910 e 1936. (AG-IEAB)

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil: Identidades e(m) números

Relação entre a Igreja Episcopal Brasileira e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos	Tradução das atas da reunião especial da Câmara dos Bispos da Igreja norte-americana realizada em 1939. (AG-IEAB)
Flâmula	Revista mensal da União da Mocidade Episcopal (UME), que circulou de 1940 a 1966. (AG-IEAB)
History of the Missionary District of Southern Brazil	Texto do bispo William Matthew Merrick Thomas, na edição de dezembro de 1942, publicado na Historical Magazine of the Protestant Episcopal Church.
Relatórios dos Historiógrafos	Um registo oficial dos principais fatos históricos que eram apresentados aos concílios anuais. (AG-IEAB)
Efemérides Episcopais	Uma sequência de datas e fatos cronologicamente ordenados apropriados para consulta. Escrito por Nataniel Duval da Silva, abrange o período de 1805 e 1949. (AG-IEAB)
Documentos do AG-IEAB	São três documentos que foram escritos para servir de subsídios para o projeto de autonomia administrativa da Igreja, em 1965. Contém informações gerais sobre o país, um resumo histórico da Igreja, uma descrição das dioceses, paróquias e missões, dados estatísticos e mapas. Foram arquivados sob a sigla AG-IEAB, por terem sido escritos por membros de comissões e grupos de trabalho, cujos nomes não puderam ser identificados.